



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística
Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71) 263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br



**A CONCORDÂNCIA VERBAL DE
TERCEIRA PESSOA DO PLURAL NO
PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL:
UM PANORAMA SOCIOLINGÜÍSTICO DE TRÊS COMUNIDADES DO
INTERIOR DO ESTADO DA BAHIA**

por

JORGE AUGUSTO ALVES DA SILVA

Orientador: Prof. Dr. Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Salvador
2005



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística
Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71) 263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br



**A CONCORDÂNCIA VERBAL DE
TERCEIRA PESSOA DO PLURAL NO
PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL:
UM PANORAMA SOCIOLINGÜÍSTICO DE TRÊS COMUNIDADES DO
INTERIOR DO ESTADO DA BAHIA**

por

JORGE AUGUSTO ALVES DA SILVA

Orientador: Prof. Dr. Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Salvador
2005

Biblioteca Central Reitor Macêdo Costa

S586 Silva, Jorge Augusto Alves da.

A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil: um panorama sociolingüístico de três comunidades do interior do Estado da Bahia / por Jorge Augusto Alves da Silva. - 2005.

323 f+ il.

Orientador: Prof. Dr. Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2005.

1. Língua portuguesa - Português falado - Bahia. 2. Língua portuguesa - Concordância.
3. Língua portuguesa - Regionalismos. 4. Língua portuguesa - Etimologia. 5. Sociolingüística.
6. Língua portuguesa - Variação. I. Ramacciotti, Dante Eustachio Lucchesi. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDU - 811.134.3'36

CDD - 469.5

À minha mãe, Maria José da Silva, de cuja
imagem nunca me esquecerei.

Ao professor Antônio de Moura Pereira, meu
mestre e amigo, a quem devo minha formação
clássica, referência sempre presente em minha
vida.

A meu orientador Dante Lucchesi pelo
incentivo em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Uma tese não é fruto apenas de um momento nem de duas mãos. Ela é feita num contexto, num conjunto de mãos de pessoas presentes e ausentes.

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, em especial aos meus colegas do Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários, pela licença ao longo desses anos em que cursei o doutorado.

Ao colega e amigo Lucas Campos, por ter assumido a cadeira de Latim a fim de que eu pudesse continuar meu curso do doutorado, favor de que nunca me esquecerei.

Às colegas Railda Menezes, Ester Maria de Figueiredo, Sued Fauaze e Márcio Dias pela constante crença em meu bom desempenho e firmeza no apoio que recebi ao longo desses anos.

Ao Colégio Dinâmico, em especial a Dona Zelinha, pelo período em que custeou minhas viagens para Salvador no período de integralização dos créditos.

À minha irmã, Maristela, por seu companheirismo, por sua sociedade e cumplicidade em todos os momentos de minha vida.

A meu amigo e anjo bom Leo, Leozinho, que nos últimos retoques de minha tese me auxiliou com seus conhecimentos de computação.

À minha irmã, quase gêmea, Vanilda Mazzoni, a quem ao longo desses anos reconheci como um presente ou um tesouro que a vida me deu.

A Santo Antônio cuja presença tem me consolado por diversas vezes nos muitos problemas da vida.

A meu orientador, Dante Lucchesi, um homem fantástico de rara inteligência, de apurado senso crítico sempre solícito e afável, a quem devo minha formação na Sociolingüística.

Aos informantes das três comunidades que me acolheram em suas casas e me dedicaram um pouco de seu tempo, me revelando suas vidas, suas histórias, suas alegrias e suas tristezas.

RESUMO

A presente tese estuda a concordância verbal na terceira pessoa do plural no português popular brasileiro tomando como *corpus* de análise a realidade lingüística de três comunidades, duas rurais (Cinzento e Morrinhos) e uma urbana (Poções) do interior do estado da Bahia. Em nosso estudo, consideramos que a concordância verbal apresenta-se como uma regra variável, demonstrando, contudo, fortes tendências à aquisição de padrões que conduzam à aplicação da regra de concordância, aproximando-se cada vez mais da norma culta urbana. Mormente, procuramos discutir o conceito de língua popular, apresentando-lhe as características e indicando os elementos históricos, sociais e lingüísticos de sua origem, formação e da mudança que ora se observa na tendência de progressivo recrudescimento do uso das marcas de flexão indicativas de concordância entre o sujeito e o núcleo do predicado. As três comunidades, embora estejam localizadas no interior do estado da Bahia e na mesma microrregião, apresentam níveis diferenciados de urbanização que se refletem nos usos lingüísticos de seus membros. O estudo quantitativo por nós empreendido apresentou dados que nos levam a concluir que a concordância verbal (a solidariedade entre o sujeito e o verbo na estrutura oracional) tende a ser mais freqüente em contextos lingüísticos em que a diferença entre o singular e o plural é mais perceptível, além de estruturas em que o sujeito antepõe-se ao núcleo do predicado. Os dados, ainda, demonstram que a fala do documentador pode influenciar a ocorrência da concordância na fala dos informantes. Além disso, observamos que os elementos constituintes do sintagma nominal sujeito podem levar à aplicação da regra de concordância. Do ponto de vista dos fatores extralingüísticos, os dados revelam que os homens tendem a fazer mais concordância do que as mulheres e os mais jovens e os adultos, em freqüência semelhante, tendem a efetuar mais concordâncias do que os idosos de suas comunidades. O nosso estudo mostra que o nível de escolarização, mesmo precário, pode favorecer o contato com outros grupos sociais e inserir na fala do informante um novo padrão mais próximo do português culto. Além do mais, o nosso estudo revelou que o contato com os meios de comunicação, especialmente televisão e rádio, é um elemento propagador da norma de prestígio e tende a influenciar os indivíduos na aplicação da regra de concordância. Demonstramos, ainda, que o estágio de urbanização pode favorecer o processo de aquisição de um padrão lingüístico tendente a apresentar progressivamente a ocorrência da concordância entre o sujeito e o predicado. O presente estudo revela, ainda, uma situação de *continuum* em que características da língua culta começam a ser adquiridas pelas camadas populares a depender do nível ou do acesso ao letramento e aos benefícios da urbanização.

Palavras-chave: Sociolingüística. Português Popular. Concordância Verbal. Espaço Rural e Urbano. História Social e Lingüística.

ABSTRACT

This dissertation studies the verbal agreement in the third person of the plural in the Brazilian Popular Portuguese taking, in this analysis, the *corpus* the three communities' linguistic reality, two rural (Cinzento and Morrinhos) and an urban one (Poções) of the interior of the state of Bahia. In our study, we considered that the verbal agreement is a variable rule, demonstrating, however, strong tendencies to the acquisition of patterns that lead the speakers to the application of the agreement rule, approximating more and more of the urban educated norm. In first moment, we discussed the concept of popular language, presenting its features and indicating historical, social and linguistic elements of its origin, formation and the change in progress, in order to show the tendency of progressive recrudescence of the use of the marks of inflexion, that represents the agreement between the subject and the predicate. The three communities, although they are located inside the state of Bahia and in the same political region, present differentiated levels of urbanization that has influence in their linguistic uses. The quantitative approach points the more salient morphological distinction between singular and plural is related to the more likely the application of plural marking. In addition the constraint position of subject and verb shows that is most likely to apply when the subject is in its canonical pre-verbal position. The data, still, demonstrate that the speech of the interviewer can influence the occurrence of the agreement in the speech of the informers. Besides, we observed that the constituent elements of the subject nominal sintagma could influence the application of the agreement rule. Of the point of view of the social factors, the research reveals that men tend to do more agreement than women and the more youths and the adults, in similar frequency, tend to make more agreements than your older speakers. Our study revealed that the educational level, even precarious education, could favor the contact with other social groups and to insert in the speech of the informer a new closer pattern of the educated Portuguese. Besides, our research pointed that the contact with the mass *media*, especially television and radio, can spread the prestige norm and it tends to influence the individuals in the application of the agreement rule. We demonstrated, still, that the urbanization could favor the process of acquisition of a pattern linguistic as the agreement between the subject and the predicate. The study reveals a *continuum* situation that characteristics of the educated language begins to be acquired for the popular class to depend of the level or of the access to the literacy and to the benefits of the urbanization.

Key-words: Sociolinguistics. Popular Portuguese. Verbal Agreement. Urban and Rural space. Social and Linguistic History.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Percentuais de Grupos Étnicos	24
Tabela 2	Escolarização Inicial de Pessoas com 15 Anos ou mais por Cor ou Raça em Porcentagem (%) – Brasil, 1998.	30
Tabela 3	Proporção de Domicílios com Televisão	36
Tabela 4	Taxa de Urbanização no Brasil – 1950-1989	46
Tabela 5	A Aplicação da Regra de Concordância Verbal segundo a Variável Realização e Posição do Sujeito	247
Tabela 6	A Aplicação da Regra de Concordância Verbal segundo a Variável Indicação do Plural no SN Sujeito	251
Tabela 7	A Aplicação da Regra de Concordância Verbal segundo a Variável Concordância Nominal no SN Sujeito	253
Tabela 8	A Aplicação da Regra de Concordância Verbal segundo a Variável Tipo de Verbo	256
Tabela 9	A aplicação da Regra de Concordância Verbal segundo a Variável Caracterização Semântica do Sujeito	257
Tabela 10	A Aplicação da Regra de Concordância Verbal segundo a Variável Saliência Fônica	259
Tabela 11	A Aplicação da Regra de Concordância Verbal segundo a Variável Efeito Gatilho	263
Tabela 12	A Aplicação da Regra de Concordância Verbal segundo a Variável Marca de Plural no Último Constituinte do SN	265
Tabela 13	A Aplicação da Regra de Concordância Verbal segundo a Variável Sexo dos Informantes	274
Tabela 14	A Aplicação da Regra de Concordância Verbal segundo a Variável Faixa Etária dos Informantes	281
Tabela 15	A Aplicação da Regra de Concordância Verbal segundo a Variável Nível de Escolaridade dos Informantes	283
Tabela 16	A Aplicação da Regra de Concordância Verbal segundo a Variável Tipo de Comunidade dos Informantes	286
Tabela 17	A Aplicação da Regra de Concordância Verbal segundo a Variável Nível de Exposição dos Informantes aos Meios de Comunicação de Massa	293

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Realização e posição do sujeito	249
Gráfico 2	A concordância verbal segundo a concordância nominal no SN sujeito	254
Gráfico 3	A concordância verbal segundo a caracterização semântica do sujeito	258
Gráfico 4	A concordância verbal segundo a saliência fônica	260
Gráfico 5	A concordância verbal segundo o efeito gatilho	262
Gráfico 6	Nível de concordância conforme as marcas de plural no SN	269
Gráfico 7	O uso da concordância segundo o sexo do informante no português popular do interior do Estado da Bahia	276
Gráfico 8	O uso da regra de concordância segundo a idade do falante no português popular do interior do Estado da Bahia	280
Gráfico 9	A aplicação da regra de concordância verbal segundo a variável nível de escolaridade dos informantes	284
Gráfico 10	A aplicação da regra de concordância verbal segundo a variável tipo de comunidade dos informantes	289
Gráfico 11	A aplicação da regra de concordância em diferentes núcleos urbanos	290
Gráfico 12	A aplicação da regra de concordância verbal segundo a variável “Orientação cultural dos informantes”	294
Gráfico 13	A aplicação da regra de concordância verbal segundo a variável Nível de exposição dos informantes aos meios de comunicação de massa	294

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Informantes rurais do Povoado de Morrinhos (município de Poções – BA)	151
Quadro 2	Informantes urbanos do município de Poções	152
Quadro 3	Informantes da Comunidades Afro-brasileira de Cinzento (Planalto – BA)	153
Quadro 4	Dados quantitativos do aumento do número de municípios baianos	180
Quadro 5	Crescimento populacional do Município de Poções	184
Quadro 6	Conjugação dos verbos “lovar”, dever e partir no presente do indicativo	211

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SN	Sintagma Nominal
LGP	Língua geral paulista
LGA	Língua geral amazônica
AAVE	Afro-American Vernacular English (vernáculo inglês afro-americano)
PPRU	Português Popular Rural
PPUR	Português Popular Urbano
PPAF	Português Popular Afro-Brasileiro
DOC	Documentador
INF	Informante
CIRC	Circunstante
ININT	Ininteligível
INTERRUPT	Interrupção
PEPP	Programa de Estudos do Português de Popular
VAR SUL	Variação Lingüística Urbana na Região Sul
VALPB	Variação Lingüística no Estado da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 O CONTEXTO SOCIAL DA FORMAÇÃO DA LÍNGUA POPULAR NO BRASIL	8
1.1 CONCEITO DE LÍNGUA POPULAR	8
1.2. O PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DE SUA FORMAÇÃO	16
1.2.1 Contato social e a formação do português popular do Brasil	17
1.2.1.1 O elemento indígena na formação da sociedade brasileira	18
1.2.1.2 O elemento africano na formação da sociedade brasileira	21
1.3 O ACESSO AO LETRAMENTO E AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA	25
1.3.1 O povo brasileiro e o acesso ao letramento	26
1.3.2 O povo brasileiro e o acesso aos livros	33
1.3.3 Televisão: o papel da literatura oral no português popular	35
1.4 RURAL E URBANO NO CENÁRIO ATUAL BRASILEIRO: DEFININDO O CONTEXTO ESPACIAL DO PORTUGUÊS POPULAR BRASILEIRO	38
1.4.1 Definições e implicações do conceito de rural e urbano aplicadas à realidade brasileira	38
1.4.2 Um pouco da história da urbanização do Brasil	43
2 CARACTERIZAÇÃO LINGÜÍSTICA DO PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL E SEUS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS	47
2.1 VISÕES PIONEIRAS ACERCA DA REALIDADE SOCIOLINGÜÍSTICA BRASILEIRA	47
2.1.1 Gonçalves Dias	48
2.1.2 Macedo Soares	50
2.1.3 José De Alencar	51
2.1.4 Sílvio Romero	52
2.1.5 João Ribeiro	56
2.1.6 José Veríssimo	57
2.1.7 Alfredo Gomes	59
2.1.8 Silva Ramos	60
2.1.9 Sousa Da Silveira	61

2.1.10 Xavier Marques	64
2.2 VISÕES DETALHADAS SOBRE A ORIGEM E CARACTERIZAÇÃO DO PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL	65
2.2.1 A visão evolucionista de Herbert Palhano	65
2.2.2 A visão dialetológica de Amadeu Amaral	69
2.2.3 A percepção sócio-histórica de Serafim da Silva Neto	71
2.2.4 A visão sócio-histórica de Rosa Virgínia Mattos e Silva	74
2.2.5 A visão tridimensional de Stella Maris Bortoni Ricardo	76
2.2.6 A visão bipolarizada de Dante Lucchesi	80
2.3 POLÊMICA EM TORNO DA FORMAÇÃO E ORIGEM DO PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL	82
3 A TEORIA	95
3.1 PANORAMA DA SOCIOLINGÜÍSTICA	97
3.1.1 O pensamento Sociolingüístico na França	99
3.1.2 A Sociolingüística e as crises sócio-raciais nos Estados Unidos da América	103
3.1.3 A Sociolingüística e as crises sociais brasileiras: a democratização e a língua da escola	105
3.1.3.1 Sociolingüística e mudança de atitude: a visão de Marcos Bagno	108
3.1.3.2 Mollica: da teoria à prática	110
3.2. SOCIOLINGÜÍSTICA: VARIAÇÃO E MUDANÇA	111
3.2.1 Variação lingüística	112
3.2.2 A mudança lingüística	114
3.3 AQUISIÇÃO DAS MARCAS DE CONCORDÂNCIA	116
3.3.1 Transmissão lingüística irregular e a história do português popular do Brasil	117
3.3.2 Princípio de saliência fônica no processo de aquisição das marcas de concordância verbal no português popular do Brasil	123
3.3.3 Princípio de coesão estrutural	127
3.3.4 Noção de continuum aplicada à realidade lingüística	129
3.3.5 Difusão lingüística e o Português Popular do Brasil	132
3.3.5.1 Difusão espacial: a cidade com centro da difusão das inovações lingüísticas	137
3.3.5.2 Difusão espacial e a teoria da onda	140
3.3.5.3 Difusão sociolingüística: contatos sociais	142
4 O MÉTODO	147

4.1 A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS: O TRABALHO DE CAMPO	148
4.1.1 A escolha dos informantes	148
4.2 AS ENTREVISTAS: O TRABALHO DE CAMPO	154
4.2.1 A caracterização das entrevistas	154
4.2.2 Os temas das entrevistas	155
4.3 O PROCESSAMENTO DOS DADOS	156
4.3.1 A transcrição: critérios	156
4.4 O LEVANTAMENTO DOS DADOS	157
4.5 A VARIÁVEL DEPENDENTE E AS VARIÁVEIS EXPLANATÓRIAS: O CONTEXTO LINGÜÍSTICO	158
4.5.1 A realização e a posição do sujeito	159
4.5.2 A concordância nominal no sujeito	160
4.5.3 A caracterização semântica no sujeito	161
4.5.4 A indicação do plural no sujeito	162
4.5.5 O tempo verbal	163
4.5.6 O tipo de verbo	164
4.5.7 A saliência fônica	165
4.5.8 O efeito gatilho	166
4.5.9 A presença de marcas de plural adjacentes ao verbo	167
4.6 AS VARIÁVEIS EXTRALINGÜÍSTICAS	168
4.6.1 O sexo	169
4.6.2 O nível de escolaridade	171
4.6.3 A faixa etária	171
4.6.4 A influência da televisão no comportamento social	172
4.6.5 As comunidades de fala	174
4.6.6 A permanência fora da comunidade	176
4.7 O SUPORTE QUANTITATIVO	176
4.7.1 O VARBRUL: caracterização	177
4.8 A HISTÓRIA DAS COMUNIDADES ANALISADAS	179
4.8.1 Breve história do município de Poções	181
4.8.2 Breve história do povoado de Morrinhos	185
4.8.3 Breve história do povoado de Cinzento	187

5 A HISTÓRIA DA CONCORDÂNCIA VERBAL	191
5.1 DO LATIM AO PORTUGUÊS QUINHENTISTA	192
5.2. A CONCORDÂNCIA VERBAL NA GRAMÁTICA RACIONAL PORTUGUESA	197
5.3 REVENDO OS PRINCÍPIOS GERAIS DA CONCORDÂNCIA VERBAL	199
5.4. VISÕES CIENTÍFICAS DA CONCORDÂNCIA VERBAL	203
5.4.1 Visão Dialetológica	203
5.4.1.1 Amadeu Amaral: o dialeto caipira	204
5.4.1.2 Antenor Nascentes: o linguajar carioca	207
5.4.1.3 José Aparecido Teixeira: o dialeto mineiro e o dialeto goiano	208
5.4.1.4 Mário Marroquim: a língua do nordeste	209
5.4.1.5 Rosa Maria Assis Veado: o dialeto mineiro	212
5.4.1.6 Mariza Costa Vilefort: a linguagem de Goiás	213
5.4.2 Visão Sociolingüística	215
5.4.2.1 Anthony Naro: os primeiros estudos sociolingüísticos sobre a concordância verbal no Brasil	215
5.4.2.2 Gregory Guy: concordância no português popular e evidências do contato	221
5.4.2.3 Constância Maria Borges de Souza: concordância num dialeto baiano	224
5.4.2.4 Silvia Vieira Rodrigues: a concordância verbal nos dialetos rurais norte-fluminenses	226
5.4.2.5 Sandra Espínola dos Anjos: a variação na concordância verbo-sujeito na fala pessoenses	230
5.4.2.6 Isabel de Oliveira Monguilhott: variação na concordância verbal na fala de florianopolitanos	233
5.4.2.7 Marian dos Santos Oliveira: um estudo da concordância verbal em Vitória da Conquista	235
5.4.3 A concordância verbal nas línguas crioulas	239
	242
6 ANÁLISE DOS DADOS	244
6.1 AS VARIÁVEIS LINGÜÍSTICAS	244
6.1.1 Realização e posição do sujeito	246
6.1.2 Concordância nominal no sujeito	251
6.1.3 O tipo de verbo e a caracterização semântica do sujeito	255
6.1.4 Saliência fônica	258

6.1.5 Efeito gatilho	261
6.1.6 Marca de plural no último constituinte do SN sujeito	264
6.1.7 Conclusão das variáveis lingüísticas	269
6.2 AS VARIÁVEIS EXTRALINGÜÍSTICAS	271
6.2.1 Sexo do informante	272
6.2.2 Faixa etária	277
6.2.3 Escolaridade	282
6.2.4 Comunidade	285
6.2.5 Exposição à mídia	291
6.2.6 Conclusão das variáveis extralingüísticas	295
7 CONCLUSÃO	297
8 REFERÊNCIAS	304
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

A concordância verbal do português brasileiro tem estado nas discussões travadas por diversos estudiosos de vários ramos da Lingüística. Nosso estudo, uma análise à luz da Socio-lingüística Quantitativa, resulta da ampliação das pesquisas por nós realizadas em comunidades lingüísticas localizadas em povoados constituídos por afro-brasileiros. A nossa crença de que o português popular do Brasil possui uma gramática marcadamente delineada por características que o explicam por meio de processos derivados do contato entre línguas levou-nos a investigar o comportamento lingüístico de três comunidades inter-relacionadas no interior do Estado da Bahia, na região sudoeste do Estado. Dessa forma, nosso estudo de concordância verbal verticaliza-se no estudo do comportamento lingüístico de três comunidades de falantes do português popular do Brasil, verificando o índice de ocorrência da concordância entre o sujeito e o verbo relativamente à terceira pessoa do plural na produção oral dos seus membros.

A primeira comunidade, a de Cinzento, pode ser classificada como uma comunidade afro-brasileira, em face da origem quilombola e da preservação de traços culturais que mantêm a comunidade apegada a certos padrões atávicos. A segunda comunidade é um povoado rural típico, denominado Morrinhos, e que possui uma vida campesina como tantos outros que existem no interior do Estado, visto que seus moradores desenvolvem atividades próprias de subsistência, predominando atividades agro-pastoris e manufatureiras, demonstrando, assim, uma realidade econômica ainda pouco mecanizada. A terceira comunidade é uma pequena cidade típica do interior baiano, um centro urbano que convive com um processo de urbanização incipiente cuja população transita entre o espaço rural e o espaço urbano, mas que possui um senso de coesão que a caracteriza como uma cidade em expansão em direção aos outros centros mais desenvolvidos do Estado.

A escolha das três comunidades foi motivada pela crença de que a variação na concordância verbal, embora seja um fenômeno geral no Brasil, apresenta níveis diferenciados de aplicação da regra a depender dos contextos históricos e sociais que envolvem a constituição de cada comunidade de falantes. Nesse cenário, comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, como no caso de Cinzento, mostrariam índices de aplicação da regra de concordância verbal menores do que comunidades rurais que não passaram por um longo estágio de isolamento e não estão em sua origem tão diretamente ligadas à situação de contato entre línguas. Esse mesmo raciocínio levou-nos a postular que as comunidades urbanas próximas às comunidades rurais poderiam estar influenciando os falantes do português popular rural a seguirem a norma utilizada pelas pessoas cultas do meio urbano. Dessa forma, as três comunidades delinearíamos um panorama do português popular do Brasil, demonstrando como as mudanças sociais e econômicas que levaram à urbanização serviram para modificar o quadro lingüístico do português falado pelas camadas pouco privilegiadas no cenário brasileiro.

Pretendemos, ainda, provar que as cidades são centros irradiadores da inovação lingüística, no que concerne à difusão das marcas de concordância, tendo como agentes impulsionadores o aparato educacional e a força dos meios de comunicação. A atuação de tais agentes favorece o desaparecimento de formas lingüísticas pretéritas ao apresentar ao falante do português popular as formas de uma variedade prestigiada pelas classes urbanas. A tendência à aquisição se concentraria, portanto, nos falantes mais jovens e naqueles que estiverem interessados em ingressar ou se manter no universo da urbanização e dos segmentos socioeconomicamente mais favorecidos.

A fim de tratarmos da variação na concordância verbal na terceira pessoa do plural na fala de três comunidades lingüísticas do interior da Bahia, tivemos que prover a nossa análise de sustentação empírica, o que implicou no desenvolvimento de pesquisa de campo, entrevistando membros das três comunidades selecionadas, para a constituição do *corpus* para a análise.

se quantitativa do fenômeno variável em foco. A tese foi dividida em seis capítulos, nomeados segundo suas características gerais, e subdivididos em seções que julgamos necessárias para a compreensão do todo que nos propomos discutir.

No primeiro capítulo, O CONTEXTO SOCIAL DA FORMAÇÃO DA LÍNGUA POPULAR NO BRASIL, centrado no contexto social da formação da língua popular no Brasil, discutimos o conceito de *língua popular* relacionando-o aos valores atribuídos a ele por lingüistas e filólogos. Partimos do conceito de língua popular com base na tradição latina até considerações sociológicas e antropológicas do uso do termo “popular” pelas ciências sociais. Em seguida, apresentamos o contexto histórico e social brasileiro em que floresceu a língua popular, variedade usada como língua vernácula por brasileiros que compõem a base da nossa pirâmide social. Ao tratarmos da origem do português popular, incluímos na discussão elementos da constituição do povo brasileiro, destacando o papel de negros e índios na formação demográfica do Brasil. Incluímos nesse estudo dados sobre o letramento e o acesso à cultura livresca, já que acreditamos que esses dois fatores aliados ao processo de urbanização são os motores que impulsionam certas mudanças verificadas na língua popular, como no caso do incremento gradual da concordância verbal na terceira pessoa do plural. Esse capítulo também incluiu uma análise sociológica da influência da televisão no comportamento lingüístico dos membros de uma comunidade de fala.

No segundo capítulo, CARACTERIZAÇÃO SOCIOLINGÜÍSTICA DO PORTUGUÊS DO BRASIL E SEUS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, em que buscamos apresentar uma caracterização sociolingüística do português do Brasil e seus fundamentos históricos, partimos de uma apresentação crítica da visão de vários intelectuais, gramáticos e estudiosos da realidade brasileiras acerca das variedades lingüísticas faladas pelo povo brasileiro. Nesse capítulo, demos destaque, ainda, aos pontos de vista especializados sobre a configuração e origem do português popular. Por fim, apresentamos uma síntese da polêmica surgida em tor-

no da formação e origem do português popular do Brasil, apresentando nossa opinião sobre a referida questão, já que cremos que o português popular tenha surgido do processo de multilingüismo vivenciado nos primeiros séculos da formação da sociedade brasileira.

No terceiro capítulo, A TEORIA, relativo aos fundamentos teóricos desta pesquisa, procuramos apresentar os parâmetros reitores de nosso estudo. Inicialmente, achamos necessário discutir o papel da Sociolingüística no cenário atual, destacando-a como uma “ciência da crise”, demonstrando como os estudos sociolingüísticos estão se preparando para enfrentar os paradoxos sócio-culturais brasileiros no que se refere ao acesso de falantes do português popular à escola e os problemas decorrentes dessa situação. Do ponto de vista da teoria lingüística, assumimos que o português popular surgiu do contato lingüístico entre povos de línguas diferentes que aqui no Brasil conviveram no tempo da colonização. Assim, a *transmissão lingüística irregular* explicaria não só as características encontradas no português popular, mas também a tendência de mudança por nós verificada, já que a mudança do contexto social produziu condições para que os falantes da variedade desprestigiada pudessem ter acesso à língua de prestígio. Adotamos em nossa tese, ainda, a crença no *princípio da saliência fônica* bem como no da *coesão estrutural* como formas de explicar os fenômenos por nós observados na análise do *corpus*. Julgamos imprescindível discutirmos a noção de *continuum* que deve ser aplicada à compreensão da realidade lingüística do português popular do Brasil, bem como a idéia de difusão e suas ramificações necessárias para a compreensão do que os dados lingüísticos nos mostram à luz da realidade social e histórica por nós observada.

No quarto capítulo, O MÉTODO, procuramos apresentar a metodologia por nós empregada na presente análise indo desde a constituição do *corpus* até as formas de quantificação dos dados. Descrevemos detalhadamente as variáveis lingüísticas e extralingüísticas por nós elencadas como o conjunto de fatores condicionadores de uma maior ou menor frequência dos índices de concordância verbal. Além disso, apresentamos um rápido esclarecimento so-

bre o suporte quantitativo por nós utilizado para a quantificação dos dados. Novamente, nosso tratamento foi didático, já que procuramos com nosso estudo incentivar nossos pesquisadores a discutirem a realidade da língua popular do Brasil e as transformações por que ela vem passando. Por fim, trouxemos breves histórias das comunidades analisadas, destacando dados sobre a população, sobre as atividades econômicas desenvolvidas, sobre as relações de contato com outros grupos e sobre instrução e meios de comunicação.

No quinto capítulo, intitulado A HISTÓRIA DA CONCORDÂNCIA VERBAL, traçamos um quadro da concordância verbal como fenômeno geral e como fenômeno particular na língua portuguesa. Fizemos o percurso da concordância verbal considerando como ponto de partida a língua latina e passando, obrigatoriamente, pelo período arcaico da língua portuguesa, concentrando-nos na análise do fenômeno da variação na concordância segundo o ponto de vista de diversos estudiosos. Empreendemos, antes disso, uma revisão de princípios utilizados por gramáticos e filólogos para justificarem a variação na concordância verbal na língua portuguesa. Nesse capítulo, ainda, tecemos comentários sobre visões científicas que trataram da concordância verbal, destacando diversos pensadores e diversas correntes de pensamento. Pode parecer, à primeira vista, estranho que tenhamos destacado primeiro o pesquisador e depois a contribuição que ele tenha dado à comunidade letrada, mas isso se apóia na crença de que os homens são os agentes históricos da evolução das sociedades e ao fazermos referência a eles estamos rendendo-lhes um preito de admiração e dedicação à construção que empreenderam em seu tempo e com seus valores. Ao elaborarmos uma tentativa de historiar o tratamento dado à concordância verbal no português do Brasil, não nos limitamos a tratar da língua popular, mas incluímos, em nossa tentativa, estudos sobre a língua culta e as tendências de mudança nela destacadas pelos pesquisadores.

Dedicamos o último capítulo à ANÁLISE DOS DADOS por nós encontrados ao longo da pesquisa. Nessa análise, procuramos discutir as variáveis lingüísticas e extralingüísticas

que favoreceram à aplicação da regra de concordância no português popular em sua forma vernácula nas três comunidades lingüísticas do interior do Estado da Bahia, verificando se as hipóteses levantadas por nós foram ou não comprovadas pelo processamento quantitativo dos dados. Para isso, destacamos as variáveis selecionadas pelo VARBRUL, discutindo-as à luz dos princípios teóricos por nós adotados para explicar o fenômeno da variação na concordância verbal relativa à terceira pessoa do plural. Em busca de uma melhor visualização dos dados obtidos, optamos pela elaboração de tabelas e gráficos ilustrativos elaborados segundo as normas técnicas preconizadas pela ABNT e pelo IBGE.

Na CONCLUSÃO desta tese, apresentamos uma síntese dos resultados obtidos ao longo do nosso trabalho de investigação e a nossa interpretação final em que buscamos integrar o processo de variação da concordância verbal nas comunidades de fala analisadas numa caracterização de conjunto da língua popular do interior do país.

Em nossa tese, portanto, tentamos demonstrar que o português popular do Brasil, cuja origem nos leva a crer num passado com uma forte redução de sua morfologia flexional, decorrente de processos de mudança desencadeado em situações de contato entre línguas, vem passando por mudanças lingüísticas, perceptíveis na concordância verbal, apresentando uma tendência para a aquisição das marcas de concordância por influência da língua culta. Essa tendência é mais forte na realidade urbana e que tende a se expandir, a partir de núcleos citadinos, para as comunidades rurais, atingindo até as comunidades isoladas, por força dos aparatos da urbanização, como os contatos entre grupos, incluindo a democratização do ensino e a pressão dos contatos sociais secundários como os que soem ocorrer pela influência da mídia, especialmente, a televisiva que tende a nivelar comportamentos e excluir diferenças regionais, aproximando paulatinamente a variedade de língua popular à variedade de língua culta. Acreditamos, ainda, que esta análise sociolingüística da variação na concordância verbal em três comunidades de fala do interior do Estado da Bahia pode contribuir para uma me-

lhor compreensão da realidade lingüística do interior do país e para a superação de contradições que ainda se mantêm no seu interior, pois acreditamos que o conhecimento mais abalizado da fala dos segmentos ainda excluídos do universo pleno da cidadania é a base para a formulação de políticas públicas relativas à educação, imprescindíveis para a inclusão social desses setores e a construção de uma sociedade mais justa.

1 O CONTEXTO SOCIAL DA FORMAÇÃO DA LÍNGUA POPULAR NO BRASIL

Na primeira seção desse primeiro capítulo, apresentamos a definição de língua popular, buscando recobrir as principais características da variedade de língua considerada popular, não-padrão ou *substandard*. Em um segundo momento, construímos um quadro panorâmico do contexto histórico e social da formação do português popular do Brasil, destacando o papel do contato entre diversos povos na formação da sociedade brasileira e do contato entre as línguas desses povos na formação da variedade popular da língua portuguesa do Brasil, tomando como base parâmetros lingüísticos, antropológicos e sociológicos, preparando, assim, o espaço para as discussões sociolingüísticas sobre o tema. Destacamos, ainda, a importância do letramento e o acesso a livros na construção da vida social e cultural brasileira. Em nossa discussão, incluímos uma rápida síntese do papel da televisão como instrumento de influência nos estratos populares e sua relevância na configuração de padrões lingüísticos próximos da norma padrão. Posteriormente, falamos das principais mudanças sociais ocorridas no Brasil e de como elas influenciaram não só a configuração geográfica, mas principalmente alterações lingüísticas em curso.

1.1 CONCEITO DE LÍNGUA POPULAR

Segundo Ernest Nagel (1978, p.20), a precisão da linguagem caracteriza o rigor científico, visto que alguns termos e conceitos empregados pelo senso comum não delimitam os fatos e as coisas que nomeiam, podendo diferir de sentido pela abrangência de utilização. Diferentes sujeitos utilizam os mesmos termos sem que haja uma definição clara e consensual que uniformize as condições de uso. Um desses termos usados pelo senso comum que possui

tal extensão de sentido e que pode obscurecer sua natureza é a expressão “popular”, empregada não só para nomear culturas, mas também as formas de falar de determinado grupo social¹.

Do ponto de vista geral, o adjetivo "popular" pode referir-se tanto ao conjunto de cidadãos como um todo (voto popular equivale ao voto de todos) quanto à parcela da população que não faz parte da elite, representando, pois, a gente comum, as pessoas comuns. Das onze definições trazidas por Hoauiss (2003, p.2261), nove apresentam um caráter de diferenciação em relação a um grupo superior. O popular seria a massa em oposição à elite; o anônimo em relação ao conhecido e famoso; o não-rico; a massa menos instruída.

Historicamente, o termo aparece no português a partir século XIV e procede da forma latina *popularis*² com o mesmo sentido que se pode encontrar em português, referindo-se, pois, a tudo aquilo relativo ao povo, à gente comum. Há formas correspondentes a esse termo em várias línguas românicas como no italiano (*popolare*), no francês (*populaire*) e espanhol (*popular*).

O *Dicionário de lingüística*³ de Dubois e seus co-autores (1998, p. 475) afirma que o termo “popular” opõe-se, em lingüística histórica, a culto ou erudito. Uma forma popular con-signa a ocorrência de uma evolução “normal”, isto é, ela foi transmitida de geração em geração, enquanto que a forma erudita foi tomada de empréstimo diretamente da língua primitiva. Em outro sentido, popular contrapõe-se, no campo da etimologia, à associação feita entre duas palavras considerando aspectos formais e deixando de lado a raiz etimológica, visto que a etimologia culta há de se basear na raiz primitiva e não na mera aparência das estruturas. Se-

¹ A utilização do termo *popular* com fins de abordagem científica foi, primeiramente, tomado no âmbito dos estudos sobre a cultura, opondo-se ao clássico ou ao erudito. Em nosso estudo, a necessidade de delimitar o que é ou não é popular levou-nos a discutir, também, a pertinência do termo em relação à cultura, considerando não só a polarização popular e não-popular, mas também a idéia de *continuum* entre esses dois extremos.

² "*Popularis, e*" é um adjetivo de segunda classe.

³ Em nossa tese, seguimos a recomendação de escrever os nomes de livros em itálico, grafando apenas a primeira letra em maiúscula, conforme a NBR 14724:2002 citada por Medeiros (2003, p. 295).

gundo os mesmos autores, a dialetologia social⁴ procurou utilizar o adjetivo para caracterizar traços lingüísticos próprios das camadas mais modestas da população.

Como se vê até aqui, o termo popular sempre esteve associado à oposição ao culto, ao aristocrático, à elite. Ao nomearmos uma língua de popular, estamos assumindo que há uma diferença perceptível na forma de falar do povo e do não-povo ou elite ou camada culta. Por outro lado, Klaus Zimmermann vê alguns inconvenientes em utilizar o termo popular para nomear uma variedade lingüística, visto que para ele a idéia de popular segue uma “noção sociológica burguesa” que definiu o popular com algo restrito ao povo, mas que na realidade lingüística vai além da dimensão de classe social que o termo procura atribuir-lhe:

A burguesia define como “povo” somente uma parte da população, e a variação que esta fala (de fato um conjunto de variações diastráticas e diafásicas) recebe a denominação de “língua popular” quando, na realidade, as classes que usam a língua padrão também fazem parte do povo de um país. O conceito de “povo” da burguesia refere-se à parte baixa da população, àquela que não tem formação escolar média ou alta, ou seja, aos outros. Este conceito de “povo” e de “língua popular”, por conseguinte, não é um conceito científico baseado na sociologia, mas um conceito pré-científico que provém da ideologia social de uma determinada classe social. Por isso, na lingüística este termo deve ser evitado. (ZIMMERMANN, 1998, p. 14)

Não podemos negar que o termo *popular* carregue em si, ao longo dos anos, uma idéia de inferioridade, de pouco valor, de algo considerado sem importância e vemos como justificável que tal termo não seja usado sem algumas ressalvas no fazer científico, no entanto, cremos que a alteração do termo por *substandard* por oposição ao *standard* implique apenas numa mudança terminológica que pouco serviria para atenuar os preconceitos que recaem sobre o termo *popular*. Vemos no atalho encontrado por certos lingüistas apenas uma medida que serve para transvestir a noção, pois que a possível depreciação ideológica seria destacada pelo prefixo *sub*⁵ - que traz em si a idéia de “parte inferior”, presente em outros derivados formados por tal sufixo.

A diferenciação entre o culto e popular foi uma preocupação dos falantes da língua latina e de quem se debruçou ao longo dos séculos a estudá-la. Se voltarmos aos limites do vasto território que compunha o Império Romano, vamos perceber que o latim popular, também conhecido como latim vulgar, apresentava diferenças em relação ao latim clássico. Tais dife-

⁴ Os autores usam o termo “dialetologia social” aproximando-o à Sociolingüística. Para eles, dialetologia social é “o estudo dos dialetos sociais e diz respeito, então, à sociolingüística” (DUBOIS E OUTROS., 1998, p. 186)

⁵ O *English Language Dictionary* editado pela Collins faz as seguintes considerações sobre o uso do prefixo sub- “[...] is added to beginning of adjectives in order to form other adjectives that describe someone or something as inferior, for example, inferior to normal people or to normal things of the same kind.” (SINCLAIR, 1990, p. 1455), isto é, “[...] é adicionado ao começo de adjetivos a fim de formar outros que descrevam alguém ou algo como inferior, por exemplo, inferior a uma pessoa normal ou a coisas normais do mesmo tipo.”

renças eram vistas como inferiorizantes e, portanto, dignas de serem desaconselhadas por quem quisesse aprender as formas prestigiadas da língua do Império.

Os conceitos de língua popular e língua erudita ou culta no latim nunca foram totalmente esclarecidos. Romanistas, como Savi-Lopez, Grandgent e Burger, defendem que a diferenciação reside na existência de um latim falado e outro latim escrito. O chamado de vulgar, na verdade, era uma língua viva, real e espontânea, um latim coloquial que se opunha ao latim literário, uma língua artificial⁶. Por outro lado, Theodoro Henrique Maurer Jr, em seu livro *Problema do latim vulgar*, considera, a despeito da opinião de estudiosos renomados como Grandgent e Burger, que o latim vulgar é o latim da plebe, língua falada não só pelos “plebeus antigos”, mas também por novos elementos adventícios de classes humildes, camponeses pobres e estrangeiros sem recursos.

Maurer Jr. procura demonstrar que o latim vulgar ou latim popular não era apenas o “latim falado” que se opunha “à língua escrita”, pois que, segundo ele, as classes mais abastadas em Roma usavam uma variedade de latim que se distinguia claramente da forma popular. Dessa forma, havia uma outra modalidade de latim que nem seria o culto dos discursos nas tribunas nem o falado pelo povo nas ruas. Maurer Jr afirma, ainda, que o latim vulgar não foi uma corrupção da língua culta ou literária, já que ela existia de forma paralela a essa variedade de latim. A língua literária, na opinião do latinista, seria uma língua artificial, burilada e sua origem estaria ligada à variedade de latim prestigiada pela classe dominante, representando os valores daquela parcela da sociedade romana em dado momento de sua história política e social, enquanto que o popular estaria ligado a uma situação diastrática, social e historicamente determinada.

⁶ Paolo Savi-Lopez é categórico em afirmar que “El latín hablado es el vulgar; éste es el hecho lingüístico real y propio, espontáneo. El latín literario, por el contrario, es un hecho artificial”, isto é, “O latim falado é o latim vulgar; um fato lingüístico real e próprio, espontâneo. O latim literário, ao contrário, é um fato artificial.” (SAVI-LOPEZ, 1935, p.114, tradução nossa)

Rodolfo Ilari acredita que a confusão em torno da caracterização do latim vulgar resida na pluralidade de interpretações do termo “vulgar”. Três, segundo Ilari (1992, p.58), seriam as interpretações possíveis do termo. A primeira estaria ligada à idéia de “corriqueiro” e, portanto, traz em si um caráter de informalidade, resultando numa variedade de língua tanto usada pela aristocracia quanto pelo povo em situações informais. A segunda interpretação relaciona o “vulgar” ao povo, assim, ao falarmos em latim vulgar, estaríamos falando de latim falado pelas camadas populares de Roma. A terceira e última forma de se ver o termo vulgar estaria ligada à idéia purista de vulgaridade que considera as formas populares como uma deturpação da língua culta.

Essa discussão sobre o uso concreto do termo “vulgar” na definição de certa variedade do latim apenas demonstra a dificuldade em se definir algo complexo como a língua falada por determinado povo, quando se leva em consideração a heterogeneidade dos grupos que compõem uma sociedade, especialmente, no que se refere à variedade menos prestigiada da comunidade lingüística.

Tal complexidade, também, pode ser vista quando se trata de definir em uma cultura o que é ou não popular. Existe uma tendência entre os estudiosos da cultura popular em relacionar o popular aos trabalhadores e aos pobres, destarte torna-se oportuno discutirmos a definição de popular com base em estudos antropológicos e sociológicos, usados, muitas vezes, como fundamentais na construção de conceitos econômicos sobre o termo popular.

Raphael Samuel (1979, p. 256), ao tratar da expressão cultura popular, relaciona-a a tudo o que o povo fez ou faz, compondo o conjunto de valores, os costumes e a mentalidade próprios de um grupo que não constitui nem a elite econômica nem a elite cultural. Para ele, a noção de popular estaria ligada, portanto, à de classes trabalhadoras.

Em outra linha de raciocínio, Sebastião Vila Nova (1995, p. 54-55) observa que, muitas vezes, a idéia de popular foi obscurecida pelo conceito de *folk*⁷, numa mera interpretação de que o popular estaria ligado ao lúdico (maracatu, bumba-meu-boi, samba-de-roda) e não ao cotidiano das sociedades rurais e urbanas. Outro equívoco, visto pelo sociólogo, estaria em denominar de popular às criações anônimas, dando a idéia de que o popular está ligado meramente ao passado, aos valores tradicionais de um mundo rural longínquo. Outra confusão apontada pelo autor afigura-se na idéia de que o popular estaria ligado exclusivamente ao que é tradicional⁸, visto que "os usos do povo" seriam a simples reprodução dos valores imutáveis recebidos por herança do meio rural primevo. Tal postura olvida que a cultura popular tanto no campo quanto na cidade possa absorver valores da cultura de massa⁹ ou incorporá-los aos seus numa reinterpretação de valores¹⁰.

Que critério, então, usaremos para definir o termo popular a ser usado numa investigação de caráter sociolinguístico? No âmbito desse nosso estudo, utilizaremos o termo popular para nos referir a dois grupos sociais: àquela parcela da população brasileira que não passou pelo processo de alfabetização, ou em outros termos, não passou pelo processo de letramento e àquela parcela constituída por aqueles que freqüentaram os bancos escolares por quatro anos quer na infância ou quando atingiram a maturidade. Os membros de tais camadas da população, que compõem grande parcela da população brasileira, encontram-se tanto no meio rural quanto no meio urbano e apresentam características próprias de uma variedade do português

⁷O termo é atribuído ao antropólogo Robert Redfield para quem a cultura do *folk* estaria ligada às comunidades rurais mais isoladas, conforme Vila Nova (1995, p. 55)

⁸ Um exemplo dessa idéia sobre a qual Vila Nova nos informa pode ser vista em Silva Neto (1986 [1950], p. 184 – 185). Citando Donald Pierson, o autor crê que "a cultura do *folk*" é produto do meio rural e do isolamento cultural.

⁹ Cultura de massa é a cultura típica das sociedades industrializadas, caracterizada pelo consumo generalizado, pela prevalência da opinião pública e pela pressão da uniformização, como no caso da escolha de tipo de carro ou de roupas, segundo podemos ver em Vila Nova (1995, p. 53).

¹⁰ Do ponto de vista histórico, Antônio Cândido (1964, p. 52) afirma que no território paulista colonial (a partir do século XVIII) a cultura dos proprietários de terra freqüentemente assemelhava-se à cultura caipira, embora não fosse parte integrante dela. O quadro da cultura popular paulista era na verdade um conjunto de valores rústicos, primeiramente elaborados pela necessidade de coesão dos grupos e depois foi se delineando segundo a predominância deste ou daquele grupo. A cultura formou-se, então, como resposta mínima suficiente à manutenção da vida dos indivíduos e à coesão dos núcleos populacionais.

pouco prestigiada. Tal definição leva-nos a relacionar os falantes do português popular do Brasil às camadas da população brasileira que estão na base da pirâmide social. Anthony Naro (1981, p. 64), ao estudar a concordância verbal na terceira pessoa do plural, afirma que¹¹:

As variantes populares tendem a acontecer com mais frequência na fala de pessoas com níveis socioeconômicos mais baixos, enquanto as variantes-padrão, frequentemente, são encontradas mais na fala das pessoas que possuem níveis socioeconômicos mais altos, bem como no rádio e na televisão, etc (NARO, 1981, p. 64).

A definição de Naro (1981), portanto, inclui o critério socioeconômico e a utilização dos meios de comunicação de massa como parâmetros para caracterizar o que é popular e o que é padrão. Como vemos, o uso do termo para designar essa camada da população não é novo, contudo, em nosso caso, demos-lhe mais especificação.

Gregory Guy (1981 e 1989) observa, ao discutir a origem do português popular do Brasil, que as características lingüísticas observadas na fala do povo podem ser relacionadas às diferenças na origem e na consolidação das classes sociais no curso da formação da sociedade brasileira. A maioria dos falantes da variante popular, segundo ele, tende a pertencer à classe trabalhadora¹² quer no ambiente rural quer no ambiente urbano. Tal tendência não seria fruto do acaso nem de simples escolha, visto que estaria condicionada a fatores históricos. Vemos, portanto, que Guy associa aspectos sociais e sócio-históricos na definição de português popular. Compartilhamos com Guy tal associação, pois que a classe social do indivíduo é um produto, em grande parte, da história social e como tal reflete-se na variedade de língua que o falante usa no cotidiano.

Ao tratar do português popular em sua variedade escrita, Edith Pimentel Pinto considerou que o português popular “é o que se opõe a culto, é aquela forma de língua produzida

¹¹ "The popular variants tend to occur more frequently in the speech of the lower socio-economic levels, while the standard variants are found more frequently in the speech of the higher socio-economic levels, on radio and television, etc" (NARO, 1981, p. 64)

¹² O conceito de "classe trabalhadora" está diretamente ligado ao pressuposto de que aqueles que possuem a força de trabalho devem apenas desempenhar atividades braçais ou de pouca especialização, enquanto que os detentores do poder econômico chegam mais facilmente às formas de acesso ao letramento e o fazem como forma de legitimação de poder sobre as classes pobres da sociedade, conforme Vila Nova (1995, p. 111)

por detentores de instrução primária¹³, completa ou incompleta” (PINTO, 1996, p. 12)¹⁴. Pinto utiliza, portanto, um critério baseado no nível de escolaridade para caracterizar os utentes do português popular.

Dante Lucchesi, ao tratar do tema, considerou o que chamamos de falantes do português popular do Brasil como utentes da norma vernácula, norma essa que corresponderia aos "padrões lingüísticos das classes baixas, dos falantes não-escolarizados" (LUCCHESI, 1994, p. 26). Lucchesi, portanto, alia dois critérios: o socioeconômico e o nível de escolaridade para formar o parâmetro delineador do falante do português popular do Brasil.

Como vemos, a caracterização da língua popular do Brasil está diretamente ligada à classe social de seus falantes e a classe social do falante está relacionada ao seu contexto sócio-histórico. Cremos, portanto, que o falante do português popular do Brasil possua como língua vernácula, nos termos enunciados por Labov (1972), uma variedade de língua que reflète a constituição histórica das classes menos favorecidas do Brasil, perceptível no nível social, econômico e cultural dos utentes da variedade popular tanto no meio rural quanto no meio urbano. Não podemos analisar o contexto sócio-histórico dos falantes do português popular sem estudar sua origem social e as transformações por que a sociedade em que ele vive passou ao longo dos anos. Para isso, é preciso observarmos a história do letramento no Brasil e o rápido processo de urbanização que elevou o número de cidades, sem elevar a qualidade de vida das pessoas que nela moram.

A pesquisa por nós empreendida procura não só caracterizar a variedade do português classificada como popular, mas também discutir os rumos da mudança lingüística verificada

¹³ Hodiernamente, a expressão "instrução primária", comum na tradição pedagógica brasileira, deveria ser substituída por fundamental, englobando o antigo primário e o ginásio. Cremos que a autora se refira aos estudos do curso primário, incluindo os que cursaram da primeira à quarta série.

¹⁴ A definição e o recorte feitos pela autora justificam-se na necessidade de coleta de um *corpus* escrito nas ruas e nas feiras em ambiente urbana. Por se tratar de uma produção escrita, ficaram excluídos, obviamente, os alfabetos.

nessas comunidades pelo influxo das mudanças das relações sociais e das redes sociais nela encontradas.

1.2 O PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DE SUA FORMAÇÃO

Para descrevermos o contexto histórico e social em que surgiu o português popular do Brasil, é preciso analisar a formação da sociedade brasileira e as condições concretas de constituição de núcleos populacionais tanto rurais como urbanos e suas características, ao longo dos séculos, apontando as principais transformações por que vêm passando os espaços rurais e urbanos brasileiros. Nesse processo é preciso termos em conta que novas redes de relações advindas de contatos com outros grupos sociais e os contatos com os meios de comunicação, bem como com a extensão dos benefícios da urbanização, dentre eles o acesso ao letramento, podem modificar o contexto social em que vive dada comunidade e, certamente, influenciam a forma de falar de seus membros.

Para analisarmos a língua portuguesa no território brasileiro tanto em sua modalidade oral quanto escrita, é preciso compreender a existência de um abismo cultural entre uma elite herdeira dos valores europeus e uma grande massa popular com cultura predominantemente oral e que adquiriu os padrões lingüísticos que usa a partir de um contexto sócio-histórico formado por índios de diversas tribos e línguas, negros de várias regiões da África e brancos portugueses de diversas origens e tradições. Todos esses agentes postos em um mesmo espaço geográfico criaram relações sociais de coesão a fim de sobreviverem na nova terra. Assim posto, para analisar a situação atual dos falantes do português popular do Brasil, precisamos compreender a história do contato entre esses grupos sociais, além de analisar o percurso do letramento e verificar a dimensão cultural que separa os dois pólos lingüísticos, hodiernamen-

te, observados na realidade brasileira. Devemos, portanto, investigar raízes históricas cujos frutos podem ser observados na realidade brasileira atual.

Entendemos ser necessário traçar o percurso da lenta penetração de um círculo cultural pautado na leitura e na apreciação da arte destinada prioritariamente à elite branca e seus herdeiros, bem como destacar o tratamento dado aos que não pertenciam a esse grupo. Assim, além de estudarmos a história dos contatos lingüísticos entre os povos que formaram o povo brasileiro, devemos destacar dois elementos que são importantíssimos para analisarmos o contexto social em que se originou a língua portuguesa do Brasil, o primeiro está ligado à instrução escolar e o segundo à circulação de livros¹⁵.

Como em nossa visão, consideramos como falante do português popular do Brasil o indivíduo com pouca ou nenhuma instrução escolar, ou em outros termos, o que teve pouco acesso ao letramento ou o iletrado, temos que contar a história da formação do Brasil buscando destacar essa parcela da sociedade e as razões que a levaram a permanecer num estado quase atávico de formação em relação à elite brasileira.

1.2.1 Contato social e a formação do português popular do Brasil

No âmbito de nosso estudo, daremos relevância aos elementos indígenas e negro-africanos na formação da sociedade brasileira. Em relação ao elemento branco português, apresentaremos aspectos de sua presença no Brasil no momento em que fomos estabelecer contrastes com a população indígena, negra ou mestiça nos cenários históricos da formação da sociedade brasileira.

O multilingüismo vivido por índios, negros e brancos, no período colonial, produziu situações languageiras em que a aprendizagem do português veio a ocorrer em situações não

¹⁵ A falta de instrução escolar e o pouco acesso aos livros podem contribuir para que as mudanças não ocorram ou ocorram em níveis diferenciados consoante a influência de cada um desses elementos.

dirigidas e com a aquisição incompleta de algumas estruturas da língua do dominador. Ao lado disso, deve-se registrar também o uso das línguas gerais indígenas e a eventual emergência de línguas crioulas usadas em espaços ilegítimos da escravidão. Medidas coercitivas empreendidas pelo Marquês de Pombal em 1757 vão, entretanto, provocar o enfraquecimento progressivo do uso das línguas indígenas no Brasil. Outrossim, a corrida do ouro na segunda metade do século XVIII e a vinda da família real no século XIX vão ser fortes elementos para que o português predomine como língua unificadora das relações na Colônia. No entanto, a prevalência do português não foi apenas a vitória de uma língua sobre as demais, pois representou o predomínio da força européia sobre índios e negros escravizados. Essa prevalência é incontestável, mas a língua não ficou incólume e os reflexões dos contatos lingüísticos podem ser observados até hoje, como teremos oportunidade de demonstrar.

Nas subseções seguintes, discutiremos os papéis de índios e negros na formação da sociedade brasileira e, por conseguinte, na formação do português popular.

1.2.1.1 O elemento indígena na formação da sociedade brasileira

Quando chegaram ao Brasil, os colonizadores portugueses encontraram uma população ameríndia composta por milhões de indivíduos¹⁶, cujas culturas e línguas apresentavam certos traços em comum, segundo nos informa Boris Fausto (2001, p. 14). Tupinaquins¹⁷ (Porto Seguro), Tupinambás (Salvador, Rio de Janeiro, Maranhão e Pará), Caetés (Pernambuco) e Tupis (São Paulo) e Tupinambás (Rio de Janeiro, Maranhão e Pará) foram alguns dos povos indígenas que habitavam a costa do Brasil quando aqui chegaram os conquistadores portugueses desde a primeira expedição de Cabral (cf. RODRIGUES, 2000, p. 542-3).

¹⁶ Para Antônio Houaiss, as retrojeções calculam de 4,5 milhões a 10 milhões de índios habitando o Brasil na época de Cabral. (HOUAISS, 1992, p.56)

¹⁷ Tupinanquins é uma forma variante de Tupiniquins.

O contato inicial entre os colonizadores portugueses e os índios brasileiros deu-se, certamente, através de gestos. Com o tempo, entretanto, alguns homens brancos acabaram por ficar nas tribos, aprendendo-lhes a língua, como ocorreu com João Ramalho entre os Tupis e Diogo Álvares Correia entre os Tupinambás.

Os primeiros portugueses que vieram para o Brasil eram aventureiros em busca de riquezas ou condenados pela justiça banidos para longe da corte. Tais homens estabeleciam relações matrimoniais com as índias, favorecidos pela prática do cunhadismo¹⁸. Um alvará de 1755 atesta certo incentivo aos casamentos entre portugueses e índias, gerando mestiços, os mamelucos para quem a língua materna era o tupi, mas podendo ser bilíngües, adquirindo o português como segunda língua¹⁹.

Em relação à língua geral do Brasil, entendemos, como o fez Lucchesi (2000, p. 43) que o termo *língua geral* pode-se referir a cinco situações. Seria ou uma língua coine usada pelos falantes do tronco tupi, ou uma língua franca usada no intercuro dos colonizadores ou por tribos de línguas não-tupi, ou uma língua nativa dos núcleos populacionais mestiços ou a versão usada pelos jesuítas como modelo de catequese.

Para Rodrigues, a expressão aplica-se a "determinada categoria de línguas, que surgiram na América do Sul nos séculos XVI e XVII em condições especiais de contacto entre europeus e povos indígenas" (RODRIGUES, 2000, p. 6). Ele vê duas línguas gerais: a primeira seria a língua geral paulista (LGP) e a segunda seria a língua geral amazônica (LGA). Possuímos bastantes documentos da língua geral amazônica que até hoje continua a ser usada como instrumento de comunicação; no entanto, carecemos de documentação da língua geral paulista e seus últimos falantes devem ter desaparecido no início do século XX.

¹⁸ A forma vernácula registrada por Houaiss é conhadia ou conhadio (2001, p. 890). A prática do cunhadismo consistia em dar uma filha em casamento como prova de amizade. Posteriormente, tal prática foi substituída, no Brasil cristianizado, pela prática do compadrio ou compadrismo.

¹⁹ Aryon Rodrigues afirma que "falava-se correntemente a língua originalmente indígena e apenas o marido e, a partir de certa idade, os filhos homens eram bilíngües." (RODRIGUES, 1996, p.8)

O interesse pela cultura indígena levou os jesuítas a registrarem a língua dos nativos e usá-la para a catequese e sujeição do gentio. Os índios, contudo, foram paulatinamente sendo dizimados. A política do colonizador português produziu não só o genocídio, mas também o glotocídio, como afirma Antônio Houaiss “com o etnocídio ocorria o glotocídio, pois línguas são fatos culturais que demandam homens e culturas.”(HOUAISS, 1992, p.57).

Muitas tribos indígenas foram dizimadas e extintas, algumas supérstites lutam para garantir seu direito à terra. Na região sudoeste da Bahia, por exemplo, a dizimação dos índios era uma necessidade para o estabelecimento de atividades agrícolas nas terras conquistadas e a história do município de Poções está ligada a ações dos "bandeirantes" baianos que investiram sua ferocidade contra tribos dos mongoiós que habitavam as margens do rio das Mulheres. Tal situação assemelha-se àquela vivida em grande parte do território brasileiro.

No início da colonização, os índios foram os colaboradores servis do branco europeu, mas não aceitaram passivamente a escravidão, reagindo contra ela através de guerras, fugas e recusas ao trabalho forçado. Embora a derrubada de árvores fosse uma atividade já praticada pelos tupinambás, esse povo considerava o cultivo da terra uma tarefa para crianças e mulheres, algo impróprio para os guerreiros. Outro fator que contribuiu para a exclusão do índio do trabalho braçal ligado à agricultura e à pecuária foi a ação dos jesuítas que lutaram contra a escravidão do índio, exigindo do rei uma atitude que os livrasse da condição servil. Milhares de índios foram dizimados quer por guerras movidas contra eles pelos brancos quer por doenças adventícias contra as quais não tinham defesas. A escravidão do elemento indígena foi definitivamente extinta em 1758, embora medidas coercitivas tivessem sido tomadas anteriormente sem surtirem efeito.

1.2.1.2 O elemento africano na formação da sociedade brasileira

Carentes de braços que pudessem fazer o serviço pesado que as atividades agro-exportadores exigiam, os portugueses lançaram mão de um expediente por eles utilizado já na primeira metade do século XV: a escravidão de negros africanos. Desde o século XV, podemos ver a presença de negros²⁰ africanos em Portugal. Na segunda metade do século XV, poderiam ser encontrados em Lisboa cerca de dez mil escravos, representando 10% da população da capital portuguesa.

A vinda oficial de negros para o Brasil ocorre em 1549 quando Dom João III autoriza a importação de 120 peças anuais por agricultor para o trabalho na lavoura de cana-de-açúcar e nos engenhos. Supõe-se, contudo, que a presença negra em terras brasileiras já se verificava na primeira expedição colonizadora.

A origem e a quantidade de negros aprisionados e trazidos à força para o Brasil constituem problemas, ainda, em franca discussão pelos estudiosos. Uma das tentativas de lançar luz sobre a origem dos negros vindos para o Brasil foi tentada pela historiadora Kátia Mattoso (1990 p. 22-3). A autora identifica a procedência dos negros trazidos para o Brasil com base em três ciclos, indicativos de procedência. O primeiro ciclo corresponde ao Ciclo de Guiné (segunda metade do século XVI, os uolofs, os mandigas, os sonrais, os mossis, hauças e peuls); o segundo ciclo corresponde ao do Congo e de Angola (XVII) e o último ciclo corresponde ao ciclo da Mina, do Golfo de Benin e da Costa da Mina (três primeiros quartos do século XVIII). No século XIX, chegaram ao Brasil negros de diversas procedências, mas com o predomínio dos de Angola e Moçambique.

²⁰ Devemos ter precaução ao usarmos o termo "negro", já que o uso dele pelos portugueses nos séculos XV e XVI pode ser aplicado a todos os que não possuíam pele branca, como "etíopes, índios, chinos e americanos" como se lê em Bernardino José de Souza (SOUZA *apud* ELIA, 1979, p.60).

A identificação da procedência dos africanos que desembarcaram no Brasil é dificultada pela falta de registros oficiais. Outrossim, no intuito de evitar rebeliões, costumavam os portugueses misturar africanos de diferentes línguas e regiões.

A Bahia é o porto principal do desembarque bem como a responsável por outra modalidade de tráfico, o chamado *tráfico interno*. O tráfico interno sempre foi praticado pelos senhores de escravo e esse fato pode ser explicado por questões puramente econômicas. Um exemplo dessa migração de escravos ocorreu com a decadência da lavoura canavieira e a corrida do ouro. As lavouras de Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia cederam numerosas levadas de escravos para as atividades extrativas de ouro e diamante em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás em pleno ciclo do ouro²¹. Arrefecida a febre do ouro, a força de trabalho africana foi direcionada para as lavouras de café do Vale do Paraíba, incluindo outras áreas do estado de São Paulo, bem como outras do Rio de Janeiro e Minas Gerais. A mobilidade africana²² no território brasileiro no afã de suprir as necessidades de mão-de-obra das atividades econômicas explica, segundo Mattos e Silva (2000, p.21), a presença dos africanos em todo o território nacional, com predominância em algumas regiões, e o papel de serem os difusores do português popular por onde passavam.

O historiador Luís Henrique Dias Tavares (2001 [1959], p.55) afirma que para a Bahia vieram negros de diferentes nações identificáveis pelos falares iorubas, *ewes*, *jejes*, *fulas*, *tapas*, *hauçás*, *ardas* e *calabares*. Os *hauçás* (*malês*), segundo o historiador, falavam e escreviam em árabe, podendo, por isso, ler o Corão.

Além da origem, a estimativa de importação de negros africanos para o Brasil tem gerado controvérsia entre os estudiosos do assunto. Sílvio Elia resume os depoimentos coligidos por Maurício Goulart que ora transcrevemos:

²¹ Escravos de plantações nordestinas foram levados para as regiões sul e sudeste. Outros foram do centro-oeste para a região Amazônica (CASTRO, 2001, p.64)

²² Segundo Robert Conrad “os escravos eram obrigados a migrar e, por vezes, seus donos vendiam tudo o que tinham e partiam com todos os seus trabalhadores para regiões mais promissoras”. A citação foi por nós retirada de Rosa Virgínia Mattos e Silva (MATTOS E SILVA, 2000, p. 21).

Em 1570, Pero Magalhães de Gândavo calcula de dois a três mil negros para toda a colônia; Anchieta faz uma estimativa de dez mil africanos para Pernambuco e três mil a quatro mil para a Bahia; Fernão Cardim, de dois mil para Pernambuco e de três a quatro mil para a Bahia; Gabriel Soares, de quatro a cinco mil para Pernambuco e quatro mil para a Bahia. (ELIA, 1979, p. 64-5)

Como podemos ver, não existe uma precisão estatística que dê conta do número exato dos africanos no território brasileiro no início de nossa colonização. Segundo Lucchesi, as estimativas até a extinção do tráfico nos meados do século XIX oscilam em extremos:

As estimativas do número de negros africanos trazidos para o Brasil durante cerca de três séculos de tráfico negreiro variam enormemente. Na ausência de fontes diretas, só é possível chegar a alguma cifra através de processos quantitativos indiretos. Pandiá Calógeras (1927[1957]) partiu de dados de recenseamentos da escravidão no início do século passado (isto é, XIX) para chegar a uma média anual de 55.000 escravos importados. Desse modo, apresentou um número impressionante de treze milhões e quinhentos mil escravos importados, que a maioria dos estudiosos considera exagerado. Roberto Simonsen (1937), baseando-se na produtividade e na vida média dos escravos, chegou a um número bem menor: três milhões e trezentos mil. Já Maurício Goulart (1949), que adotou um método direto, com base nas poucas informações remanescentes do tráfico, chegou a um número semelhante, que oscilaria entre três milhões e quinhentos e três milhões e seiscentos mil. Essa é a cifra que normalmente é tomada por base nos estudos sobre a escravidão no Brasil²³. (LUCCHESI, 2000, p. 59).

Devemos considerar, além do número de negros escravizados trazidos para o Brasil, a representatividade numérica da presença do negro africano em terras brasileiras. Sônia Queiroz assim avalia a presença da população em relação à branca em Minas gerais, com base em Nelson Senna:

Já em 1718, segundo Nelson de Senna, a população negra de Minas, composta de 35.991 indivíduos, é superior à população branca. Essa situação parece ter perdurado pelo menos até meados do século XIX, quando se extingue o tráfico: em 1776, numa população total de 319.769 habitantes, 249.105 – 77,90% – eram negros ou mestiços de negros; nos anos de 1786 a 1805, os escravos constituíam 47,94% e 46,38% da população, donde se pode inferir que os indivíduos de cor continuavam sendo maioria, pois, por essa época, muitos deles já eram alforriados; em 1821, há 383.061 negros e mestiços de negros, num total de 514.108 habitantes, o que equivale a 74,51% da população, mas em 1872, passados aproximadamente vinte anos da extinção do tráfico, os escravos se reduzem a 16,99% da população de Minas. (QUEIROZ, 1998, p.26)

Tânia Lobo, com base nos estudos realizados por Mussa, apresenta um quadro-síntese da população brasileira, estabelecendo como critério a origem étnica. Assim, divide a popula-

²³ Boris Fausto (2001, p. 24) afirma que nos portos brasileiros entraram entre 1550 e 1855 cerca de quatro milhões de escravos, na sua maioria jovens do sexo masculino.

ção brasileira em dois grupos: um de etnia branca e outro de etnia não-branca, como demonstra a tabela abaixo:

TABELA 1
Percentuais dos Grupos Étnicos

	Etnias não-brancas	Etnia branca
1558-1600	70%	30%
1601-1700	70%	30%
1701-1800	68%	32%
1801-1850	69%	31%
1851-1890	59%	41%

Fonte: LOBO, 1996, p. 16.

Se considerarmos os percentuais apresentados por Lobo, podemos inferir que até o final do século XIX, mais da metade da população brasileira era utente do português popular do Brasil, considerando-se que os maiores índices de analfabetismo podiam ser encontrados na classe pobre, na sua maioria, formada por negros, afro-descendentes e brancos empobrecidos.

A história de uma língua está ligada diretamente à história da constituição da sociedade em que ela se formou. No caso brasileiro, podemos ver claramente a formação de, pelo menos, duas sociedades. Uma formada por brancos de origem lusitana e seus herdeiros, especialmente, por aqueles que se esmeraram em não só possuir os meios de riqueza, mas também de se apossarem de outras formas de poder, pela legitimação de profissões que exigissem especialização. Do outro lado, formar-se-ia uma sociedade herdeira dos negros, dos índios e dos brancos empobrecidos, cujo papel de atuação estava no exercício de atividades pouco remuneradas e com exigência de pouca especialização. Assim, a história social do Brasil reflete a história econômica das atividades praticadas no Brasil e ambas estão relacionadas à variedade de língua que um e outro lado usam como forma de expressão. Assim, podemos delinear a situação da história lingüística do Brasil formada por dois pólos, um representado pelos portugueses e seus descendentes e outro representado pelos índios, pelos africanos e seus descen-

dentes. Mattos e Silva (2000, p.20), que aceita a polarização proposta por Lucchesi (1994), observa que os brancos europeus e brancos brasileiros seriam os prováveis usuários de uma língua mais europeizada do que aqueles que não pertenceriam a essa etnia. Na mesma linha de pensamento, supomos que os negros africanos e seus descendentes seriam os usuários de uma língua menos europeizada, apresentando maiores ou menores traços oriundos dos contatos lingüísticos travados no período de formação da sociedade brasileira.

Ao nosso ver, o português popular do Brasil teria emergido graças a um processo de transmissão lingüística irregular que teria começado na base da pirâmide social do Brasil e que as características de uma gramática mais próxima das línguas crioulas justificam-se tanto pelo estado de isolamento social de alguns grupos quanto pelo pouco acesso que tais grupos tiveram ao letramento. No momento em que tais situações começam a se arrefecer, cremos que características do português mais próximo do ideal culto tendam a ser vistas na língua popular.

1.3 O ACESSO AO LETRAMENTO E AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

A importância de estudarmos o percurso do letramento ou da alfabetização no Brasil está diretamente ligada à nossa crença de que o estado de conservação de marcas próprias de uma gramática crioula deva-se ao pouco acesso aos meios de exposição à norma prestigiada, fonte de inovações para os grupos rurais e urbanos marginalizados. Como corolário dessa crença encontra-se a idéia de que o acesso aos meios de letramento poderia impulsionar mudanças lingüísticas aproximando os falares populares à norma culta. Outrossim, apresentamos uma rápida discussão sobre a televisão e sua importância na configuração de padrões sociais e, conseqüentemente, lingüísticos na história do povo brasileiro.

1.3.1. O povo brasileiro e o acesso ao letramento

No espaço rural do Brasil Colônia, a cultura oral predominava visto que o número de letrados era ínfimo e a circulação de livros restringia-se a um seleto grupo, havendo o predomínio de livros religiosos e de instrução elementar. A isso se some o fato de ser Portugal um país de civilização rural no tempo da colonização do Brasil e, certamente, as levas de colonizadores que aqui desembarcaram já traziam consigo essa situação de pouco letramento. Celso Cunha afirma que o português teve sua origem como língua rural e atribui às variações presentes no português como produto da falta de normatização urbana, visto que “o português apresenta todas aquelas liberdades e indecisões que caracterizam as línguas de base essencialmente rural, nas quais a força niveladora das cidades ou não se exerceu, ou só veio a agir tardiamente”, esse quadro decorre do fato de que “Portugal é um país de civilização rural, que pouco sofreu a influência das cidades, as fixadoras da boa norma da linguagem” (CUNHA, 1976, p. 67-70)²⁴.

A visão de Cunha pode ser considerada simplista se consideramos que muitas características encontradas no português popular do Brasil, como o nível de variação na concordância verbal na terceira pessoa do plural, não foram encontradas, por exemplo, no português arcaico, nem na fala dos rústicos lusitanos quando analisamos a fala de personagens pastoris em textos de Gil Vicente. Certamente, o predomínio da oralidade e a falta de normatização contribuíram para que alterações lingüísticas oriundas do contato de falantes de línguas diferentes se expandissem e se tornassem a variante que predomina no meio popular, mas não foram exclusivamente co-responsáveis pela configuração do português popular do Brasil. Procuraremos discutir como o pouco acesso ao letramento e à norma de prestígio foram res-

²⁴ Essa queixa de Cunha assemelha-se a de Horácio, poeta latino do período áureo, que atribuía ao latim a rudeza de uma língua de antigos campesinos se comparada à doçura do grego, como podemos ler em Paratore (1983, p. 442) Cunha, ao comparar o português ao francês, ao italiano e ao espanhol, esboça raciocínio semelhante.

ponsáveis pela perpetuação de certas características do português popular que se filiam diretamente a situações de contato.

Para Cristovam Buarque e colaboradores,

[...] diferentemente dos povos cujas influências históricas dão prioridade à educação [...] no Brasil a educação foi vista, desde o período colonial, como um luxo, ou um instrumento ao desenvolvimento econômico²⁵, e não uma finalidade do processo civilizatório.” (BUARQUE E OUTROS, 1991, p. 53).

Nos primeiros séculos da colonização do Brasil, a instrução das classes menos favorecidas deu-se fora dos muros escolares. Em geral, educar os pobres era uma necessidade para se manter o *status quo*, a reprodução dos papéis necessários à sociedade. Essa forma de aprendizagem empobrecia, certamente, a instrução escolar, mas reforçava a autoridade do poder colonial, visto que supria a sociedade brasileira dos elementos necessários à vida urbana e rural sob a tutela da reprodução dos valores “edificantes” para o povo. O *aprender fazendo*, portanto, era uma forma de instrução ao mesmo tempo em que servia de controle social.

Além da condição econômica do aprendiz, sua origem racial era determinante na probabilidade de ele assumir ou não um lugar em sala de aula. Segundo Luís Carlos Villalta :

A instrução escolar foi, muitas vezes, inacessível aos homens pardos, por culpa das próprias autoridades da Colônia, que agiam à revelia das ordens régias. Em fins do século XVII, os colégios jesuíticos recusaram-se a admitir pardos entre seus alunos, vindo a fazê-lo apenas após firme determinação do rei. Em 1721, o governador de Minas, d. Lourenço de Almeida, recebeu ordem de d. João V para que , em cada vila, se pagassem mestres para ensinar a ler, a escrever, a contar e, ainda, o latim à multidão de ilegítimos da capitania. Embora dissesse que cumpriria a determinação, o governador receou fracassar, porque os rapazes eram “filhos de negras”, acabando por não tomar a iniciativa. (VILLALTA, 1997, p. 350)

À “multidão dos ilegítimos” cabia uma instrução para a sobrevivência calcada no *aprender fazendo*, na reprodução como forma de obter êxito na vida. Dessa forma, o acesso à instrução formal, mesmo aquela que entendia “educar” como “formar o espírito retórico”, era negada à maioria da população mestiça do Brasil, visto que “os filhos de pessoas de ‘menor

²⁵ A educação encarada como “desenvolvimento econômico” visa ao preenchimento de necessidades sociais através do exercício da educação prática ou apenas para o exercício de uma atividade definida e específica, como a formação de oleiros, ferreiros entre outros.

qualidade' poderiam ser dados a outrem para trabalhar e aprender em troca do sustento e criação" (VILLALTA, 1997, p. 352)

Se para os pardos havia fortes entraves práticos para a educação, mesmo considerando-se certo empenho da coroa em desfazer tais entraves, a educação para os negros era uma realidade ainda mais rara e possuía outro sentido. A educação para o negro significava passar, em muitos casos, de boçal para ladino, assumindo uma possibilidade de integração com a sociedade colonial. Poucos negros conseguiam driblar as barreiras que lhes eram impostas ao letramento, uma vez que educação para a maioria negra significava apenas aprender um ofício que deveria ser executado sob a tutela de um mestre²⁶. Para os negros, educar tinha o sentido de "assimilar-se". A educação para a maioria dos negros e índios passou longe dos bancos escolares e, muitas vezes, chegou à submissão por violência.

As reformas pombalinas, a conseqüente imposição da língua portuguesa e a laicização do ensino não surtiram efeito estrondoso na grande massa populacional brasileira uma vez que a valorização da escola dependia de grupos sociais locais e de seus interesses. Para o povo, a instrução formal estava além dos limites de sua compreensão, visto que a realidade ensejava, parafraseando Villalta, uma luta bruta e ignorante pela sobrevivência (VILLALTA, 1997, p. 353).

O desinteresse pela instrução, também, poderia ser encontrado na elite colonial. Muitos comerciantes europeus que se estabeleceram no Brasil eram rústicos, não sabiam ler e escrever e, depois de se tornarem ricos, conservavam o mesmo estado de iletramento²⁷. No entanto, eles não podem ser considerados a regra geral do pensamento elitista do Brasil Colônia, pois a elite (autoridades, os proprietários de terras e lavras e comerciantes) devotava-se à ins-

²⁶ Sousa e Silva examinaram inventários de moradores da Fazenda Morrinhos (atual Povoado de Morrinhos) e neles encontraram escravos registrados como oficiais de oleiros, sapateiros e vaqueiros sob a supervisão de mestres-de-ofícios (SOUSA; SILVA, 2002).

²⁷ O termo iletramento (i-variação do prefixo negativo *in-*; letramento, o mesmo que alfabetização) começou a ser usado, por influência do inglês *illiteracy*, a partir da década de 1980, em substituição ao termo "analfabetismo".

trução dos seus membros por considerá-la indispensável à assunção de cargos (um futuro promissor) e à transmissão dos valores de sua classe, estimulando-se a honra, que evitaria seguir os costumes dos negros, mulatos e gentios.

Após análise de inventários feitos em Mariana até 1822, Villalta concluiu que 63,2% dos proprietários de terras daquela região eram alfabetizados, demonstrando que entre os proprietários a alfabetização era uma prática da maioria. O autor ainda acrescenta que a alfabetização da elite tinha sexo e cor. Entre as mulheres, menos da metade delas sabia escrever o próprio nome, pois de 75 apenas 33 puseram no documento sua assinatura. Eram cinco os inventariantes negros e pardos, poucos que conseguiram driblaram as barreiras sociais, mesmo assim, apenas dois negros e um mulato sabiam assinar o próprio nome.

A história do letramento no Brasil continua repetindo essa realidade vista no início do século XIX²⁸. Em excelente artigo, *Branços, negros e mulatos no Brasil: um alerta especial*, Daniel Augusto Moreira aponta para uma situação desfavorável de negros e mulatos em relação ao processo de letramento. O autor toma como base os dados fornecidos pela Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, divulgados em 2000 e por nós transcritos com base em Moreira (2000, p. 104).

²⁸ Podemos fazer a mesma afirmação ao tratar do início do século XX. Em uma das reportagens da *Revista Feminina* dos idos de 1920, existe uma recomendação de que a boa dona de casa, antes de mandar que lavem suas roupas fora do ambiente doméstico, faça-o após a marcação das peças com símbolos, pois a quase totalidade das lavadeiras, tanto as da zona urbana e da zona rural, era analfabeta e a marcação com um símbolo (um peixe, por exemplo) evitaria o extravio do enxoval, como podemos ler no excelente artigo *Recônditos do mundo feminino* de Marina Maluf e Maria Lúcia Mott.

TABELA 2

Escolarização Inicial de Pessoas com 15 Anos ou mais por Cor ou Raça em Porcentagem (%)
– Brasil, 1998.

	Branca		Negra		Mulata		Total	
	Analfabeto	Até 4 anos de estudo	Analfabeto	Até 4 anos de estudo	Analfabeto	Até 4 anos de estudo	Analfabeto	Até 4 anos de estudo
Brasil	8,4	22,7	21,6	41,8	20,7	40,7	13,8	30,5
Norte	7,5	25,3	22,6	47,4	13,2	32,9	11,8	30,5
Nordeste	20,3	38,0	36,2	57,7	30,1	51,5	27,5	47,8
Sudeste	5,9	19,2	15,1	35,0	11,7	30,0	8,1	23,1
Sul	6,8	20,8	15,1	34,5	14,9	36,9	8,1	23,2
Centro-oeste	7,7	21,9	21,6	37,3	13,4	31,7	11,1	27,3

FONTE: Síntese de Indicadores Sociais 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2000 apud MOREIRA, Daniel Augusto. *Analfabetismo funcional: o mal nosso de cada dia*. Rio de Janeiro: Thompson, 2003, p. 104.

Os dados revelam que, entre os brasileiros que possuem 15 anos de idade ou mais, são os negros nordestinos que apresentam o maior índice de analfabetismo ou de iletramento. Brancos, negros e mulatos do Sul e Sudeste estão abaixo da média nacional (8,4%; 21,6%; 20,7%)²⁹, enquanto que os brancos, negros e mulatos do Norte e Nordeste estão acima da média. Tal situação pode ser explicada pelo favorecimento histórico-político do sul-sudeste brasileiro e pela urbanização, que em tais regiões pode ser vista como sinônimo de industrialização, ocorrendo em nível superior ao verificado nas regiões norte e nordeste.

Tais dados devem ser interpretados, observando-se que a realidade numérica muitas vezes não representa as particularidades individuais. Analisando os dados de 1990, Rosa Virgínia Mattos e Silva observa que se considerarmos "o Brasil rural no seu todo, ainda seguindo a mesma fonte [a autora refere-se aos dados de 1990], o analfabetismo no Nordeste rural é três vezes superior ao do restante do país: 66,3% dos analfabetos rurais do Brasil se encontram no Nordeste." (MATTOS E SILVA, 2004, p. 95).

²⁹ Considerando o curso da alfabetização ou letramento, podemos observar que dados de 1950 mostram que na população com 15 ou mais anos de idade a taxa de analfabetismo era de 50,6%, número que decresceu para 39,7% na década de 60.

Se observarmos que negros e mulatos representam 70% da população do Norte e Nordeste do Brasil, podemos ver claramente que o analfabetismo e a pouca escolaridade no Brasil têm cor e condição social, uma vez que, com base em dados da mesma pesquisa, constatamos que o rendimento médio dos brancos é de 0,75 salários mínimos por ano de estudo, enquanto que para os negros o rendimento fica em torno de 0,53 salários mínimos por ano de estudo. No Norte e no Nordeste, negros e mulatos têm rendimento médio de 0,4 salários mínimos por ano de estudo. A situação reinante no Brasil Colônia perdurou pelo Império, chegou à República, demonstrando claramente que o estágio atual apenas reflete uma condição histórica produzida ao longo dos séculos. A tão alegada universalização da educação no Brasil, mesmo com os esforços governamentais, é pouco eficiente para reverter a situação, se levarmos em conta a baixa qualidade do ensino oferecido às classes populares, especialmente do Norte e Nordeste do país³⁰.

Além disso, torna-se oportuno avaliar o nível de alfabetização ou letramento considerando o fator sexo na educação formal no Brasil. Os dados referentes a duas décadas mostram que em todas regiões, exceto no Nordeste, as mulheres estão abaixo das médias dos homens em relação à alfabetização. Mesmo as mulheres nordestinas, apresentando leves superações à média do homem nordestino, estão bem abaixo da média nacional. A pesquisa por nós empreendida no interior do baiano pode perfeitamente explicar essa pequena diferença, pois as mulheres do meio rural, particularmente as mais jovens, estão procurando desenvolver atividades que exijam um mínimo de letramento, enquanto que os homens continuam a exercer ofícios herdados dos pais ou atividades cuja remuneração dependam mais do trabalho braçal. Mesmo assim, as mudanças verificadas na vida das mulheres entrevistadas são lentas e estão condicionadas aos diversos papéis que as mulheres passaram a assumir em suas comunidades.

³⁰ Uma pesquisa empreendida no Recôncavo Baiano na década de 80 constatou que, de 129 professores da região, nenhum possuía instrução superior e que 52 possuíam só a 4.^a série primária, conforme lemos em Mattos e Silva (2004, p. 101)

A alfabetização ou o letramento é exigência de uma sociedade urbana e uma das metas a ser conquistada num processo de urbanização. Se observarmos que entre os anos de 1950 e 1980 dobrou o número total de cidades no Brasil, o que alterou sensivelmente o quadro sócio-político, podemos afirmar que tal alteração não trouxe profundas modificações no quadro de desenvolvimento social, incluindo-se aqui o nível de letramento das populações levadas à urbanização. O crescimento acelerado gerou uma pobreza urbana e a conseqüente formação de bairros periféricos com características rurais. Nos centros urbanos, os migrantes da zona rural passaram a viver em meio a padrões urbanos, mas não abandonaram por completo os valores rurais nem as atividades que desenvolviam. É comum encontrarmos bairros periféricos com características próximas do meio rural, pois seus moradores continuam a desenvolver atividades econômicas próprias do campo. Essas áreas encaixam-se no *continuum* rural-urbano com o predomínio da oralidade e uso apenas funcional da escrita³¹.

Se observarmos detalhadamente a situação do Estado da Bahia, vamos verificar que nele a crise educacional é mais alarmante do que em alguns estados da União. Em alguns municípios baianos, especialmente na zona rural, há um número expressivo de crianças em idade escolar fora do processo de letramento. Segundo o IBGE, a taxa de escolarização das pessoas de 7 a 14 anos em 1997, é de 90%³², caindo para 71,2% entre 15 e 17 anos e para 48,9% entre 18 e 19 anos. Além disso, a taxa de analfabetismo ou iletramento na Bahia possui níveis mais altos do que a média nacional: 26,8% para as pessoas de 15 ou mais anos de idade, contra 14,5% para todo o Brasil, com base nos dados do IBGE de 1997. Em 1990, a taxa era de 39,6% na Bahia. Se formos considerar o analfabetismo funcional³³, veremos que a taxa é de 35, % em 1996 na Bahia, contra 26,3% no Brasil.

³¹ Pinto (1986) analisou a escrita popular no meio urbano. Nós, de forma assistemática, observamos no meio rural, a presença de vendas e botecos, com letreiros que comprovam o caráter oral dessas comunidades refletido na forma escrita.

³² Esses dados contemplam o número de matrículas sem considerar o número de evasões.

³³ O IBGE considera como analfabeto funcional o indivíduo que possua quatro ou menos anos de escolarização, conforme ATLAS, 2000, p. 128.

O acesso à escrita poderia ser um dos fatores capazes de alterar o quadro lingüístico das comunidades rurais baianas bem como das urbanas localizadas na periferia. O estado de iletramento, contudo, favorece a manutenção de padrões atávicos, refletindo traços de uma gramática com características do contato entre falantes de línguas diferentes.

1.3.2 O povo brasileiro e o acesso aos livros

O letramento possibilita, certamente, a mudança do comportamento lingüístico do indivíduo, pois a língua escrita reflete um ideal de correção a ser imitado por quem tem acesso a livros. Dessa forma, a falta de acesso aos textos escritos, instrumento de ascensão cultural, pode ser apontado com um dos fatores da perpetuação dos usos lingüísticos do português popular.

No Brasil do século XVI, os livros eram escassos e, quando existiam, havia o predomínio dos livros religiosos ou de clássicos expurgados de tudo o que não representasse os valores cristãos cultivados pela Igreja Católica. Em 1574, o mais afortunado possuidor de livros contava em sua biblioteca com 27 volumes, conforme podemos ver em Villalta (1997 p. 360). A mesma situação permaneceu no século XVII, pois as bibliotecas continuavam sendo raras e formadas de livros devocionais. Só a partir do século XVIII, podemos ver uma mudança na composição das bibliotecas brasileiras, pois, além dos livros devocionais, houve a inclusão de livros profanos, como resultado de uma educação ilustrada. A isso veio somar-se a urbanização, que não só facilitava o mercado livreiro, mas abria a possibilidade de criação de espaços para a leitura dos poucos livros que havia.

Os livros, no entanto, eram privilégio de poucos e ordinariamente constavam dos inventários como bens a serem passados de pais a filhos. Proprietários de terras, advogados e religiosos compõem a lista dos maiores possuidores de livros em Minas Gerais. Na Bahia, por

exemplo, tem-se notícia de que o padre Francisco Agostinho Gomes, na passagem do século XVIII para o XIX, possuía uma vasta biblioteca formada por autores diversos desde Lavoisier a Adam Smith. No Rio de Janeiro, sabe-se que havia bibliotecas particulares com cerca de 250 volumes em francês, latim, português e inglês. O cônego Vieira da Silva, sem nunca ter saído do país, adquiriu uma cultura livresca que rivalizava a muitos dos coimbrãos que o visitavam (RIBEIRO, 1960, p. 19).

Por outro lado, a massa da população permanecia alheia ao crescimento da cultura livresca no Brasil. Para o homem comum, os sentimentos a respeito da leitura iam da indiferença à submissão cega ao que os textos diziam ou pretendiam dizer. Os livros lidos pelas classes abastadas eram cheios de mistérios e encantamentos. Há relatos de mulheres que se revirginaram após tomarem uma bebida cuja receita fora tirada de certo livro, e outras que eram seduzidas por palavras contidas em livros de exorcismos³⁴. Como o analfabetismo reinava no período colonial e no imperial, formavam-se núcleos de leitura oral, pública ou privada, incentivados nos colégios e nas aulas régias. Os "leitores" representavam uma alternativa para os analfabetos ou para aqueles que só entendiam a língua portuguesa.

Embora, a partir dos meados do século XVIII, tenha havido o aumento no número de livros com a conseqüente ampliação do número de usuários, bem como a ampliação do espaço privado de leitura e a extensão dos campos de conhecimento, nada conseguiu abalar a força da oralidade na cultura. Como afirma Villalta “a oralidade permeava as formas de comunicação e a vida cotidiana, no público e no privado, inclusive na relação com os livros.” (VILLALTA, 1997, p. 384). A posse de livros e a sua leitura estiveram sempre ligados aos privilégios enraizados pela "civildade" das aparências e por interdições, inclusive de caráter econômico. A disseminação de livros no século XX ligou-se, ainda, à sua valorização, assumindo sentidos variados a depender dos diversos grupos sociais componentes da sociedade brasileira.

³⁴ Para maiores informações, remetemos a Villalta (1997).

1.3.3 Televisão: o papel da nova literatura oral no português popular

A penetração da televisão no Brasil pode ser vista não só no meio urbano, mas também no meio rural. A presença de, pelo menos, um aparelho de televisão faz parte da realidade das mansões luxuosas bem como dos barracos das favelas das grandes cidades. A televisão, ao divulgar suas imagens, torna acessível a um grande público informações e entretenimento que eliminam nesse contexto certas barreiras sociais e geográficas. Podemos assinalar como marco da penetração da televisão no Brasil o início da década de 50, quando Assis Chateaubriand inaugurou a primeira emissora de televisão e deu partida a um longo período marcado pela influência desse meio de comunicação, na definição dos padrões sociais brasileiros. Historiadores, como Esther Hamburger, consideram a televisão como veículo de integração de classes sociais diversas. A esse respeito a autora afirma que:

Longe de prover interpretações consensuais, ela [a televisão] fornece um repertório comum por meio do qual pessoas de classes sociais, gerações, sexos e religiões diferentes se posicionam, se situam umas em relação às outras. Ao tornar um repertório comum acessível a cidadãos os mais diversos, a TV sinaliza a possibilidade, ainda que sempre adiada, da integração plena. (HAMBURGER, 1998, p. 441– 442).

Ao oferecer informações a todos os grupos sociais, independente de sexo, idade, classe social e religião, a televisão toma na casa do cidadão brasileiro uma posição privilegiada de interferência antes ocupada por instituições tradicionais como a escola, a igreja e os partidos políticos. Não é à toa que tais instituições começaram, paulatinamente, a reivindicar espaço televisivo a fim de recuperar sua influência na vida doméstica.

O raio de ação da televisão foi aos poucos se ampliando em todo o território a ponto de tornar-se um dos índices analisáveis de qualidade de vida. A tabela abaixo elaborada com base nos Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980 e 1991 revela a proporção de domicílios brasileiros com, pelos menos, um aparelho de televisão.

TABELA 3
Proporção de Domicílios com Televisão

	1960	1970	1980	1991
BRASIL	4,6%	22,8%	56,1%	71,0%
Norte	0,00%	8,0%	33,9%	48,7%
Nordeste	0,25%	6,0%	28,1%	47,2%
Centro-oeste	0,34%	10,5%	44,7%	69,7%
Sudeste	12,44%	38,4%	74,1%	84,4%
Sul	0,80%	17,3%	60,5%	79,7%

FONTE: GUEDES, Fátima; CAVENAGHI, Suzana. *The social impact of television on reproductive behavior*. In: BRAZIL apud HAMBURGER, 1998, p. 453.

Dessa forma, podemos ver que só a partir da década de 80 é que a televisão passa a fazer parte da vida da maioria dos brasileiros e, ainda, seu acesso estará mais restrito aos moradores do centro-sul, ficando os do norte-nordeste abaixo da média nacional. Em localidades do interior baiano, como no caso de Cinzento e Morrinhos, a televisão vai chegar apenas na década de 90 do século passado, marcando uma nova etapa na história da vida dessas comunidades.

No entanto, nenhum dos programas televisivos vai atrair tanto a atenção dos telespectadores brasileiros como as novelas. Embora elas tenham surgido com o início das primeiras transmissões televisivas, a linguagem, o enredo e a forma das novelas têm-se alterado continuamente, acompanhando o gosto e os valores da sociedade³⁵.

O final dos anos 60 e o início dos anos 70 do século passado marcam o começo da grande influência dos folhetins eletrônicos na vida cotidiana do brasileiro. No entanto, a consolidação da novela com gênero mais popular está diretamente vinculada à mudança da linguagem. As novelas das décadas de 50 e 60 possuíam cenários e situações distantes da realidade brasileira. Além disso, a linguagem dos diálogos, segundo investigação de Hamburger (1998, p. 463), era formal e os figurinos para acompanhá-los eram pomposos. A partir de 1969, a Rede Globo inicia um processo de inovação, trazendo os personagens para paisagens

³⁵ Nenhuma atração televisiva interfere mais no comportamento social do espectador do que as novelas. Se a televisão dissemina idéias e inspira a formação de identidades, conforme afirma Hamburger (1998, p. 442), as novelas são as atrações que mais chamam para si tais tarefas.

brasileiras contemporâneas, dando ênfase à linguagem coloquial o que resultou numa aproximação maior com a vida e a linguagem do público espectador. Em 1969, segundo Hamburger (1998), a Globo “produziu *Véu de Noiva*, que adotava a linguagem coloquial, as gravações eram externas e as referências a eventos contemporâneos como as corridas de Fórmula 1” (1998, p. 464). A partir daí, as novelas passam a privilegiar o uso de linguagem coloquial e a atrair cada vez mais um público fiel. Além disso, as tramas das novelas passam cada vez mais a refletir tendências intrínsecas da contemporaneidade brasileira como a disputa de gerações e os conflitos entre os pólos conservadores, inovadores, rurais e urbanos. Assim, a novela passou a ser um instrumento capaz de captar os padrões legítimos e ilegítimos do comportamento do povo brasileiro.

Peres e Mória (1995) ressaltam o poder de interferência da televisão brasileira no comportamento social e lingüístico de portugueses assíduos espectadores de “certos programas televisivos”. Tal afirmação traz um forte indício de que se trata das telenovelas brasileiras, já que hoje são consideradas como produto de exportação para o mundo europeu. A respeito da influência da fala brasileira em telespectadores portugueses, os autores declaram que:

Naturalmente, e independentemente dos fins em vista, as opções dialectais fazem-se em Portugal no quadro das variantes europeias, já que não faria sentido que ensinássemos às nossas crianças, ou aos estrangeiros que procuram os nossos cursos de língua portuguesa, o vocabulário, a fonética ou traços sintáticos de outras variantes, por exemplo a brasileira (não obstante o fato de o contacto com esta variante ser talvez hoje um dos fatores extrínsecos que mais determinam a evolução do português europeu, pelo menos no registro coloquial dos grupos socioculturais mais expostos e permeáveis à influência de certos programas televisivos). (PERES; MÓIA, 1995, p. 36)

As novelas são responsáveis por difundirem em todo o Brasil padrões e aspirações da classe média urbana, refletindo suas inquietações e seu consumismo, incluindo-se aqui o padrão coloquial da norma culta. Do ponto de vista lingüístico, Naro (1981) analisou a influência da televisão no comportamento lingüístico de dezessete informantes da cidade do Rio de Janeiro³⁶. Cremos que a televisão, especialmente as novelas, exerça influência no processo de

³⁶ Discutimos detalhadamente esse ponto de trabalho de Naro e suas conclusões em seções posteriores.

aquisição das marcas de concordância já que os telespectadores muitas vezes encaram as personagens e seu comportamento como modelo, o que tende a atingir, principalmente, os mais jovens. Da mesma forma que Peres e Mória, cremos que a influência da televisão seja um dos fatores que podem alterar a forma de falar de grupos sociais, provocando uma certa tendência à uniformização, como o faz em relação a outros comportamentos sociais.

1.4 RURAL E URBANO NO CENÁRIO ATUAL BRASILEIRO: DEFININDO O CONTEXTO ESPACIAL DO PORTUGUÊS POPULAR BRASILEIRO

Nessa seção, apresentamos as definições de espaço rural e urbano com base em documentos oficiais e em teorias balizadoras dessas noções. Outrossim, elaboramos uma síntese da história da urbanização no Brasil, pondo em relevo os elementos principais da constituição de um aparato urbano e de suas relações com o meio rural.

1.4.1 Definições e implicações do conceito de rural e urbano aplicadas à realidade brasileira

Embora possa parecer fácil para o senso comum diferenciar sociedades rurais de urbanas, no âmbito das ciências sociais a diferenciação necessita de uma revisão dessas duas realidades complexas. Mesmo entre os especialistas em sociologia rural, a diferença entre o rural e o urbano gera controvérsias, tanto na definição dos termos, quanto na origem do processo de urbanização acelerada que reverteu o cenário de distribuição da população nos cenários rural e urbano brasileiros. O nosso objetivo nesta seção é mostrar o que a literatura especializada diz a respeito da separação entre o rural e o urbano, tomando como ponto de partida as definições oficiais apresentadas por instituições dedicadas ao estudo populacional do Brasil e, com base nessa revisão, vamos formular o suporte teórico para a análise das observações que fizemos *in loco*, nas comunidades que constituem o objeto desta pesquisa.

A *Sinopse preliminar do Censo Demográfico de 2000*, publicada pelo IBGE, define como situação urbana “as áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sede distritais) ou às áreas urbanas isoladas” (IBGE, 2000, p. 16). Por essa definição, um domicílio urbano está diretamente ligado ao espaço físico de ocupação e, portanto, os moradores de municípios ou cidades³⁷, distritos³⁸ e vilas são considerados domiciliados na área urbana. Esse critério, puramente espacial, desconsidera as redes de relações que envolvem os moradores da área urbana e da área não-urbana³⁹.

Por outro lado, a *Sinopse* considera como aglomerado rural o agrupamento de população a partir de um conjunto de edificações, adjacentes e com características de permanência, situado em área legalmente definida como rural. Existem quatro tipos de aglomerado rural: o aglomerado rural do tipo extensão urbana, o povoado, o núcleo e outros aglomerados. Eis as definições extraídas da *Sinopse*:

Aglomerado rural do tipo extensão urbana – são os assentamentos situados em áreas fora do perímetro urbano legal, mas desenvolvidos a partir da expansão de uma cidade ou vila, ou por elas englobados em sua expansão [...].

Povoado – é o aglomerado rural isolado que corresponde a aglomerados sem caráter privado ou empresarial, ou seja, não vinculados a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústrias, usinas, etc.) cujos moradores exercem atividades econômicas, quer primárias (extrativismo vegetal, animal e mineral; e atividades agropecuárias), terciárias (equipamentos e serviços) ou, mesmo secundárias (indústrias em geral), no próprio aglomerado ou fora dele [...].

Núcleo – é o aglomerado rural isolado vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usina, etc.) dispondo ou não dos serviços ou equipamentos definidores dos povoados [...].

Outros aglomerados – são os aglomerados que não dispõem, no todo ou em parte, dos serviços ou equipamentos definidores dos povoados e que não estão vinculados a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina, etc.) (IBGE, 2000, p. 17-18).

Como podemos notar as definições não são claras e envolvem critérios espaciais e econômicos, já que levam em consideração as atividades desenvolvidas e sua capacidade de

³⁷ Uma cidade é um município, menor unidade na hierarquia organizacional político-administrativa do Brasil, em que está sediada a prefeitura.

³⁸ Um distrito é uma vila em que está situada a autoridade distrital.

³⁹ Tecnicamente, uma área urbana pode ser urbanizada e não-urbanizada. Será urbanizada quando assim for definida legalmente e for afetada por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano. Será não-urbanizada quando assim for legalmente definida e possuir características predominantemente de caráter rural. Essas informações, retiradas da *Sinopse* elaboradas pelo IBGE são, ao nosso ver, imprecisas e dão margem a diversas interpretações.

fornecer aos moradores sustentabilidade. A necessidade de declaração legal para a existência de um município, separando-o de um aglomerado rural ou de um povoado, pode nos levar a crer que as divisões possam ser influenciadas por forças políticas.

Oficialmente, o Brasil possui 5561 municípios dentre os quais 54 assumiram a condição de municipalidade a partir de 1.º de janeiro de 2001. Por definição, os municípios precisam apresentar unidade histórico-cultural de ambiente urbano, isto é, uma área urbanizada em que as relações próprias de uma cidade sejam desenvolvidas. Nesse ponto, mais uma vez, além de elementos objetivos somam-se outros de caracteres eminentemente subjetivos e de interesse político. Se olharmos para a realidade por nós vivenciada no interior da Bahia, historicamente, o Povoado de Morrinhos, objeto de nossa pesquisa, possuía no século XVIII maior importância local do que o atual município de Poções, no entanto foram razões políticas, e não geográficas, nem econômicas que fizeram deste um município e mantiveram aquele na condição de um povoado. Além disso, a inclusão de dada cidade no critério "relações próprias de uma cidade" reveste-se de um grau de relativismo só compreensível se considerarmos o critério "vontade política".

Partindo da análise de critérios sociológicos definidores do espaço rural e do espaço urbano, devemos destacar que hoje há duas teorias balizadoras dessa diferenciação. A primeira, vista como tradicional por Solari (1968, p. 13-29), considera o problema de forma bipolar, havendo delimitação nítida entre espaço rural e urbano. Para Solari, essa diferença, embora exista, não se aplica à realidade de países em desenvolvimento, podendo ser aplicada a situações de países como os Estados Unidos, já que áreas agrícolas isoladas podem ser facilmente contrastadas com áreas totalmente urbanizadas, como as metrópoles norte-americanas.

A segunda forma de pensar a caracterização do rural e do urbano fundamenta-se num *continuum* que explicaria pontos em comum e em contraste entre sociedades rurais e urbanas, pressupondo ou não um processo de transição. Tal fato explicaria sociedades rurais com al-

gumas características urbanas e certas comunidades urbanas com traços rurais. Ao nosso ver, o conceito de *continuum* aplica-se às sociedades rurais e urbanas brasileiras, não só considerando o processo de transição, mas também analisando os contatos freqüentes entre os grupos rurais e urbanos. Além disso, devido à extensão de malhas de influência advindas não só dos contatos indiretos (televisão, rádio e telefone), mas também pela ação de grupos sociais urbanos que procuram aumentar o nível de vida de comunidades rurais, a diferenciação da delimitação dos espaços rurais e urbanos deve ser vista à luz das particularidades regionais.

A nossa experiência na convivência com comunidades isoladas como Cinzento, com comunidades rurais típicas como Morrinhos e comunidades urbanas como a de Poções, ajudou-nos a ver mais claramente o que Solari, desde 1968, tem apontado com sendo o quadro definidor das sociedades rurais e urbanas na América Latina. Há entre essas três comunidades pontos de intersecção, já que os moradores da periferia de Poções possuem comportamento que se assemelha ao da zona rural que, por sua vez, demonstram comportamentos semelhantes aos de Cinzento. As devoções religiosas com caráter musical, por exemplo, são comuns em Morrinhos (zona rural de Poções) e em Cinzento (comunidade rural isolada), mas possuem pouca influência na zona urbana de Poções. Por outro lado, em todas as três comunidades, podem ser vistas com facilidade pequenas hortas domésticas com fins de consumo familiar. Dessa forma, a coesão cultural e o desenvolvimento de atividades econômicas só poderão definir em parte o espaço rural e urbano no interior da Bahia.

Para a Sociologia Rural, as diferenças entre rural e urbano residem nas relações ocupacionais desenvolvidas no campo e na cidade, bem como nas diferenças do meio físico em que as atividades se realizam. Segundo critérios apontados por Solari (1968, p. 13), as sociedades urbanas caracterizam-se não só pela industrialização, mas também pela mobilidade social e pelo tamanho das comunidades. Solari considera que a mobilidade vertical no campo é

menos freqüente que na cidade dadas a homogeneidade das relações desenvolvidas (SOLARI, 1968, p. 19).

As diferenças de interação social são sumamente importantes na definição do espaço rural e do espaço urbano. Nas cidades, as interações são mais freqüentes de forma involuntária com a verificação, também, de forma voluntária⁴⁰, mesmo que prejudicadas do ponto de vista qualitativo. No campo, a rede de relações é mais reduzida, embora os contatos primários sejam qualitativamente mais fortes. Devemos observar, ainda, que o contato primário (o feito face a face) e o contato secundário (através de jornais, rádio, televisão, telefone) são elementos balizadores das diferenças entre os espaços rurais e urbanos. No meio urbano, há o predomínio dos contatos secundários cada vez mais freqüentes e rápidos, disseminados como forma de apreensão das diversas realidades vividas na cidade. No meio rural, os contatos são mais diretos, menos parciais, cada indivíduo sabe muito mais daqueles com quem trata do que ocorreria na cidade. Além disso, as pessoas da cidade mantêm contatos com pessoas de diversos grupos sociais, pertencentes às mais diversas culturas e às mais diferentes religiões, resultando em contatos menos diretos e mais parciais. O homem do campo, geralmente, mantém contato com sua vizinhança e com grupos mais próximos a ele relacionados.

Dessa forma, a definição do espaço rural e do espaço urbano estaria ligada, resumidamente, às atividades desenvolvidas por homens do campo e da cidade, bem como no grau de relações que os envolve a depender da distribuição espacial da população rural e da urbana⁴¹. Além disso, devemos acrescentar que a natureza sociocultural do homem no espaço rural e no espaço urbano marca a sociedade rural como mais tradicionalista, menos tendente à mudança, com certas reservas em perder sua identidade.

⁴⁰ A explicação teórica desses termos e a aplicação ao nosso objeto de estudo serão alvo de uma parte da teoria, discutida no quarto capítulo dessa tese.

⁴¹ Para Sandra Lencioni (1999), a definição de espaço rural e urbano, ainda, envolveria o número de participantes de cada comunidade e a ocupação média dos espaços de cada um deles.

Nesse sentido, somos levados a crer que ao definirmos os espaços rurais e urbanos brasileiros devemos aplicar a idéia de *continuum* o que não impede que haja descontinuidades consideráveis entre os diversos grupos quer por dentro da própria sociedade rural, quer entre esta e a sociedade urbana, que se revelam sobre o fundo que o contínuo proporciona. A comunidade rural alvo de nossa tese caracteriza-se por um espaço rural típico do Estado da Bahia, cujos membros desenvolvem atividades ligadas à terra, possuem relações sociais condicionadas pelo espaço físico e pela melhoria de vida do meio rural, incluindo aqui os meios de comunicação e transporte. A comunidade urbana por nós também estudada possui, embora não tal elevado, certo nível industrialização, enquadrando-se no rol de municípios da Bahia e seus membros, a depender da posição socioeconômica que ocupam, mantêm diversas relações sociais com uma pluralidade de grupos, mantendo-se em coesão com o grupo a que pertence. A comunidade rural isolada e de origem afro-brasileira constitui-se um grupo formado por remanescente de um quilombo cujos moradores praticam a endogamia, cultivam a terra, hodiernamente, possuem contatos com outros grupos sociais e estão abertos aos meios de comunicação.

1.4.2 Um pouco da história da urbanização do Brasil

Depois da discutirmos a caracterização do espaço rural e urbano, procurando situar a extensão do nosso objeto de estudo, devemos discutir de forma mais abrangente o processo de urbanização no Brasil e seu impacto na língua falada pelas comunidades rurais e pequenas comunidades urbanas brasileiras.

A colonização do Brasil está diretamente ligada ao meio rural, já que antes de se construírem cidades, foram criados engenhos, sítios e fazendas, cujos proprietários viam com maus olhos as povoações urbanas. A fazenda foi, nos primeiros da colonização do Brasil, o

verdadeiro núcleo de ocupação humana, possuindo mais poderes até que os governadores nesse período. No Brasil colonial, a elite econômica tinha predileção pelo meio rural, onde se situavam as sedes de seu poder administrativo. Atesta esse fato a afirmação de Sérgio Buarque de Holanda (2000, p. 90), para quem “[...] as terras dedicadas à lavoura eram a morada habitual dos grandes. Só afluíam eles para os centros urbanos a fim de assistirem aos festejos e solenidades. Nas cidades apenas residiam alguns funcionários da administração, oficiais mecânicos e mercadores em geral”. Outrossim, a coroa portuguesa não tinha interesse, no início da colonização, de criar centros urbanos, já que sua política era a de feitoriar uma riqueza fácil e ao alcance das mãos. Portanto, podemos afirmar sem hesitação que nos primeiros séculos de nossa colonização houve o domínio do rural sobre o urbano, a predominância da vida agrária sobre a cidade, a importância do senhor da terra sobre o comerciante urbano.

Os centros urbanos coloniais construíram-se, em sua maioria, em torno de famílias agrárias que se mudavam e se fixavam em torno de uma praça maior, onde se situava, ordinariamente, a sede religiosa com igreja e oficiante⁴². A partir desse núcleo, formavam-se os grupos populacionais, seguindo-se a mesma hierarquia presente no campo, mudando-se as ocupações, mas mantendo os laços de servidão.

Se no período colonial e no imperial, o surgimento das cidades foi lento e pouco incentivado pela elite que insistia em permanecer no campo, a situação tende a mudar na República, já que, com o advento do século XX, dá-se o início a um processo de rápida urbanização do Brasil cujas taxas são, segundo Becker e Egler (2003, p. 181), as mais elevadas do mundo. Maria Isaura Pereira de Queiroz, ao tratar da caracterização do espaço rural e urbano no Brasil, acredita que o processo de urbanização e a conseqüente mudança no nível socioeconômico da população tenham tomado impulso a partir de 1940, mas observa, ainda, que a difusão cultural de um gênero de vida mais próximo ao sistema ocidental burguês tenha sur-

⁴² Como exemplo temos a cidade de Poções que tem a sua origem ligada a uma fazenda e à casa do proprietário das terras. Morrinhos, também, tem sua origem em uma grande propriedade rural de um único dono, dividida posteriormente em lotes dados ou vendidos a pequenos agricultores.

gindo entre 1820 e 1930. Segundo Queiroz (1979), a partir de 1820 um novo gênero de vida “diferencia a população urbana não apenas segundo níveis econômicos, mas muito mais ainda culturalmente, sendo que as camadas superiores adotam como sinal distintivo o requinte e um arremedo de cultura intelectual” (QUEIROZ, 1979, p.169). A cidade do Rio de Janeiro é exemplo desse processo, já que a partir da chegada da família real teve seus ares europeizados e sua cultura relusitanizada.

De qualquer forma, a efetiva urbanização da sociedade brasileira só ocorrerá a partir da década de 1940. Tomando como base o crescimento populacional, vamos observar que entre 1940 e 1950 a população urbana cresceu 41,5%, ao passo que a população rural aumentou apenas 17,4%. Certamente, as novas condições econômicas surgidas no meio urbano depois da Segunda Grande Guerra aliadas à carência de condições propícias para a fixação do homem no campo foram decisivas para tal crescimento. Em 1960, a maior parte da população brasileira concentrava-se, ainda, na zona rural, observando-se a mesma tendência de pouco crescimento da população rural em relação à urbana. Um dos dados relevantes na pesquisa dos anos 60 é que a população rural era predominantemente jovem o que poderia explicar as alterações que estavam por vir⁴³.

⁴³ A nossa pesquisa com os informantes mais jovens no meio rural apontou para uma tendência de os homens procurarem padrões de melhoria de vida fora da comunidade.

TABELA 4
Taxa de Urbanização no Brasil – 1950-1989

Ano	População Total	População Urbana Absoluta	%
1950	51.944.397	18.782.891	36,2
1960	70.197.370	31.533.681	44,9
1970	93.139.037	52.084.984	55,9
1980	119.002.706 *	80.436.409	67,6
1989	144.293.110	107.239.796	74,3

FONTE: IBGE, Censos Demográficos, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1990. (BECKER; EGLER, 2003, p. 182)

Nota: (*) Não está incluída a população rural da região Norte.

Cremos que a rápida urbanização do Brasil e o conseqüente deslocamento de populações rurais para os núcleos urbanos produziram um fenômeno adaptativo dos valores rurais num processo de transição de padrões rurais para os urbanos que não se deu com a simples mudança de espaço geográfico. Esse fenômeno efetivou-se não apenas nos padrões lingüísticos, pois podem ser observados em outros aspectos muito arraigados à vida cotidiana, como a religião.

Assim, ao descrevermos um quadro sociolingüístico do português popular do Brasil em suas variedades rural e urbana, devemos levar em consideração que os espaços rurais foram construídos ao longo de relações atávicas coloniais que consideravam o letramento uma atividade secundária, visto que os filhos constituíam mão-de-obra para garantir a subsistência da família e da comunidade. Temos que considerar, ainda, que o processo de urbanização foi rápido e pouco vantajoso para os trabalhadores, que levavam para as cidades valores rurais, em meio a um mundo que cada vez mais valorizava o saber fazer e outras formas de expansão de uma cultura letrada, um privilégio para os abastados. Portanto, o cenário de origem, expansão e consolidação do português popular do Brasil constrói-se com elementos das comunidades rurais isoladas, das comunidades rurais típicas e das comunidades urbanas formadas por indivíduos de pouco ou nenhuma escolarização, cuja realidade social tende a se modificar por pressões externas como a influência dos meios de comunicação e a extensão de tarefas especializadas próprias de uma sociedade industrial.

2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOLINGÜÍSTICA DO PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL E SEUS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS

Após a caracterização do espaço rural e urbano e após discutirmos o letramento e acesso aos livros como fatores que formam uma sociedade urbana, feitas no capítulo anterior, vamos buscar caracterizar o panorama sociolingüístico do português brasileiro, o processo histórico da sua formação. Tomamos, como ponto de partida as primeiras notícias que temos sobre o português popular a partir de sua caracterização em si ou a partir do contraste que dele fizeram certos estudiosos confrontando-o com a forma culta ou padrão. Tais análises foram feitas na virada do século XIX para o século XX, o que chamaremos de trabalhos pioneiros. Em seguida, apresentaremos as visões acerca da formação e caracterização sociolingüística do Brasil produzidas no âmbito da lingüística moderna, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Finalmente, focalizaremos a polêmica acerca da formação da variedade popular do português do Brasil.

2.1 VISÕES PIONEIRAS ACERCA DA REALIDADE SOCIOLINGÜÍSTICA BRASILEIRA

A inexistência de estudos sistemáticos sobre as variedades da língua portuguesa falada no Brasil, nos primeiros séculos de sua formação, levou-nos a buscar na literatura não especializada elementos que não só pudessem localizar a origem da formação da consciência no Brasil relativamente à língua popular, mas ainda, através de relatos, desvendar-lhe as características⁴⁴.

⁴⁴ Não discutiremos aqui questões de nomenclatura referentes à variedade brasileira do português, tão comuns à época a que nos reportamos, pois que nosso objetivo não é discutir a pertinência da denominação da língua portuguesa falada no Brasil, mas rastrear a origem das discussões sobre o português popular do Brasil.

A língua portuguesa só se tornará efetivamente a língua do Brasil depois da segunda metade do século XVIII, visto que antes disso o espaço lingüístico na colônia americana sob do domínio português era um palco em que atuavam as línguas gerais, quer a paulista, quer a amazônica, além de falares fortemente crioulistados, acrescentando-se partes em que se podia ouvir o holandês e o francês, como atesta a fala de Villalta:

Até chegar a uma larga difusão, a língua portuguesa percorreu longo caminho. Viuse, nas décadas iniciais do século XVI, quase esquecida devido a indianização do colonizador português e, ao mesmo tempo, ameaçada pela presença freqüente de outros falares europeus. Depois, curvou-se, com diferenças no tempo e no espaço, às “línguas gerais” de origem tupi-guarani; além disso, na parte meridional do país (no Extremo Sul e no Oeste do Paraná, territórios então jurisdictionados à Espanha, e também em São Paulo na época da União Ibérica), sofreu a concorrência do espanhol. Implacável com as línguas africanas, enfrentou o francês, quando das incursões fugazes na baía de Guanabara, entre 1555 e 1560, e no Maranhão, entre 1611 e 1615; e o holandês, no Nordeste, entre 1630 e 1654. (VILLALTA, 1997, p. 334)

Para análise que ora empreendemos, usamos como ponto de referência de obras e de autores a serem consultados os dois textos introdutórios que aparecem nos dois volumes de *O Português do Brasil*, de Edith Pimentel Pinto. A utilização de textos que se aproximem do estilo literário como cartas, prefácios, introduções, artigos de jornais preenchem uma lacuna num tempo em que os estudos lingüísticos ainda não haviam assumido o corpo teórico que hoje possuem. As análises seguem a ordem cronológica proposta por Pinto (1977a e 1977b).

2.1.1 Gonçalves Dias

Até onde pudemos observar, foi Gonçalves Dias (1823–1864) um dos primeiros a expor uma discussão sobre o binômio fala popular e língua escrita literária, advogando a necessidade de se usar tipos brasileiros falando como brasileiros a fim de garantir-lhe a autenticidade da expressão. O escritor romântico explica a diferenciação como decorrência da forma de vida do homem do povo, produzindo não só vocábulos novos, mas uma nova forma de usar as

palavras portuguesas. Em carta dirigida ao Dr Pedro Nunes Leal, compilada pela Revista de Língua Portuguesa, *Estante Clássica*, dirigida por Laudelino Freire, Gonçalves Dias afirma:

Acontece também que, em distancias tão consideráveis como são as do Brasil, o teor de vida muda; e os homens que adoptam esta ou aquella maneira de viver, formaram uma linguagem propria sua, mas expressiva e variada.
Os vaqueiros: os mineiros, os pescadores – os homens da navegação fluvial estão neste caso⁴⁵. (DIAS, 1921, p. 131)

Para Gonçalves Dias, os termos surgidos das necessidades diárias (o autor centra-se nos de origem tupi) podem figurar na literatura, passando assim a integrar o corpo do língua, segundo ele “[...] temos uma immensa quantidade de termos indigenas ou sejam africanos, que até nos dictionarios se introduziram, mas que na maior parte só apparecem na conversação [...]” (DIAS, 1921, p. 130-131).

O uso de termos comuns ao linguajar popular insere-se na discussão sobre a existência de uma língua brasileira que representaria a índole do povo americano. Essa discussão não atingia as classes populares visto que ela se restringia a um grupo letrado que consumia, mesmo de forma precária, as obras que discutiam o tema. Até mesmo os jornais, publicações de acesso mais amplo, eram de uso restrito à maior parte da população, visto que o índice de analfabetos no Brasil era alarmante. Some-se a isso fato de os jornais não veicularem termos tupis, visto que mantinham uma postura conservadora em relação ao tema.

Da fala de Gonçalves Dias podemos retirar uma observação importante, a de que termos de origem indígena e africana faziam parte do vocabulário cotidiano do povo brasileiro, aqui incluem letrados e iletrados, configurando uma realidade sociolingüística multifacetada e marcada pelo maior ou menor contato com os elementos constituintes de nossa sociedade e de seu acervo lexical. Além disso, podemos constatar que, na sociedade brasileira do início do século XIX, no âmbito dos domínios sociais da época, os homens que exerciam atividades de

⁴⁵ A citação reproduz *ipsis litteris* a edição de Laudelino Freire.

intercâmbio entre comunidades ("Os vaqueiros: os mineiros, os pescadores – os homens da navegação fluvial") funcionavam com agentes divulgadores de falares indígenas e africanos.

2.1.2 Macedo Soares

Macedo Soares (1838 – 1905) foi consuetâneo de Gonçalves Dias e tratou da questão de forma semelhante, afirmando que já era tempo de os brasileiros escreverem como se falava no Brasil. Ressaltemos que tanto Macedo Soares quanto Gonçalves Dias vão se esmerar na inclusão de termos “populares” na legítima língua portuguesa, mas apenas numa visão romântica de valorização das raízes indígenas. Um exemplo dessa valoração do tupi encontra-se na feitura do *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi*, de Antônio Geraldo da Cunha, que comprova os verbetes arrolados com exemplos extraídos de mais de 140 autores, ente eles Gonçalves Dias e Macedo Soares⁴⁶.

Além de reconhecer a importância de inclusão de neologismos, Macedo Soares observa a existência de uma “*gramática subjacente*, que se pode induzir do uso comum” (PINTO, 1978, p. XXII⁴⁷). Certamente, Macedo Soares percebia diferenças entre as normas brasileiras (o modo brasileiro de falar) e lusitanas no âmbito do sistema da língua portuguesa, especialmente na língua oral. A idéia de uma “gramática subjacente” vai ser recorrente entre os autores do século XIX que viam a existência de gramáticas para o uso popular e para o uso escrito⁴⁸.

Como podemos ver a existência de uma língua popular do Brasil está ligada às suas raízes populares, logicamente compostas por índios, brancos das classes desprivilegiadas e ne-

⁴⁶ Os termos africanos ou de origem africana usados no Brasil não tiveram o mesmo tratamento dado aos termos de origem indígena. Muitos dos termos africanos que ainda persistem em nosso vocabulário resistiram por força das práticas religiosas relacionadas ao candomblé e à umbanda.

⁴⁷ Embora contrarie a NBR 6023, usamos os números romanos conforme se encontra na autora citada, já que os arábicos foram utilizados para os textos coligidos dos diversos autores.

⁴⁸ Curiosamente, um dos personagens criados por Manuel de Macedo em a Moreninha, um escravo, é ridicularizado por falar a variante do português culto, “o maldito crioulo era um clássico a falar português”. (MACEDO, s.d. p.22).

gros. No entanto, autores como Macedo Soares e Gonçalves Dias centram-se na defesa de inclusão de vocábulos aplicados às necessidades comunicativas no Brasil.

2.1.3 José de Alencar

Ao retomar a questão da língua do Brasil, José de Alencar (1829 – 1877) vai tratá-la segundo o modelo evolucionista; assim, o português do Brasil é o de Portugal, alterado, transformado, cuja transformação irreversível foi feita pelo povo da mesma forma que ocorreu na formação das línguas românicas, todas oriundas do latim. Embora reconheça o papel do povo na “transformação” da língua, o raciocínio elaborado por Alencar segue o contexto social elitista em que ele vivia, pois advoga ser o escritor o intermediário entre o povo e o consagrado (o bom uso). Alencar trata a questão em termos da dicotomia culto/certo e popular/errado, cabendo ao escritor fazer a correção dos usos populares, tomando como base para a correção a língua dos homens cultos das capitais⁴⁹. Essa idéia encontrava eco na *Grammaire portugaise raisonnée et simplifiée*, publicada em francês por Paulino de Sousa (1870), como nos informa Pinto (1977a, p. 153).

Como homem do seu tempo, Alencar tentou documentar a realidade lingüística do Brasil especialmente no âmbito da fonologia e da lexicologia, sem, contudo, apresentar uma base teórica e metodológica que guiasse a recolha da documentação. Alencar não foi voz única nesse sentido, pois muitas listas repletas de fatos fonológicos e lexicais foram elaboradas por escritores como Sílvio Romero, José Veríssimo, João Ribeiro e Pacheco Jr. conforme lemos em Pinto (1977, p. XXVIII)

⁴⁹ Luiz Felipe de Alencastro assevera que, no Rio de Janeiro do século XIX, os homens letrados esforçavam-se por esmerar-se no uso da variante lusitana do português a ponto de tal esforço ser notado como uma fala “bastante aporuguesada”. Some-se a isso o fato de que, por volta de 1870, a população masculina da cidade do Rio era representada por grande número de estrangeiros. Havia, assim, na corte um embate entre uma densa população portuguesa, detentora da língua culta com traços lusitanizantes, e a uma densa presença africana e de seus descendentes “deformadores da língua oficial” (ALENCASTRO, 1997, p. 32-35).

Como podemos ver, o romantismo brasileiro buscava na linguagem do povo, referindo-se mais às questões lexicais e fonológicas, uma cor local, procurando legitimar a língua do novo país. No entanto, mesmo tendo consciência da existência de uma língua popular essencialmente oral e procurando dar-lhe legitimidade transcrevendo-a para seus textos ou na formação de listas de termos usados no cotidiano, “um mister” na visão de Alencar, os autores românticos retratavam uma realidade lingüística embevecida pelos ideais românticos indianistas. As influências africanas, por mais fortes que fossem, não tinham guarida na pena de tais escritores⁵⁰.

Por outro lado, a maioria da população brasileira estava alheia a discussões sobre a pertinência deste ou daquele termo ao léxico português, pois o analfabetismo era generalizado e o acesso aos círculos de letramento era restrito. Como vimos, a idéia de língua popular brasileira está ligada ao uso de termos de origem local, isto é, de origem indígena.

2.1.4 Sílvio Romero

Após a efervescência do pensamento romântico, podemos encontrar em outros autores do século XIX referência ao português popular do Brasil. Um desses autores é Sílvio Romero (1851 – 1914), conhecedor das diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal e, além disso, dono de uma consciência do papel dos elementos indígenas e africanos na formação não só da cultura brasileira, mas também da variedade brasileira da língua portuguesa. Romero explicita a ausência de fontes precisas para se estudar a contribuição dos negros africanos à

⁵⁰ Alencastro relata um fato interessante sobre o uso de termos africanos por um deputado pernambucano, cinco vezes eleito para ocupar o cargo na Câmara de Deputados: "De tradicional família pernambucana, o bacharel e deputado Manuel Carneiro da Cunha exprimia-se em português carregado de africanismos e recebeu em 1843 o apodo de 'deputado Caçanje', isto é, alguém que falava como os negros do reino de Caçanje, em Angola." (ALENCASTRO, 1997, p. 35)

formação da cultura brasileira, tida pelo autor como “anônima” ao contrário das bem estudadas contribuições européias e indígenas⁵¹.

Sílvio Romero elegeu diversos temas a serem tratados por ele em relação ao português popular do Brasil⁵². O autor esmerar-se por discutir o significado do termo *dialeto* e se ele pode ou não ser aplicado ao caso do português brasileiro. Os brasileirismos entram no centro das discussões travadas por Romero citando vocábulos usados pelos utentes da língua portuguesa na América, invocando-lhe as raízes tupi, africana e mista. O autor trata, ainda, de alterações semânticas sofridas por palavras do português europeu. Além disso, Romero preocupa-se em descrever alguns fatos lingüísticos apontados por Batista Caetano, Pacheco Jr. e Paranhos da Silva como sendo aqueles que caracterizam o português brasileiro ou do Brasil. Destacaremos aqui aquelas peculiaridades consideradas por Romero como próprias do vulgo, da plebe, do povo, dos caboclos e dos caipiras.

Do ponto de vista fonológico, em seu primeiro texto, *Transformações da língua portuguesa na América* (1888), Romero, citando Pacheco Jr.⁵³, apresenta como distinção marcante entre o português brasileiro e o lusitano a supressão do *-r* final dos verbos⁵⁴. A respeito do padrão silábico popular, Romero acrescenta que “o nosso povo costuma introduzir uma vogal entre as duas consoantes que formam a primeira sílaba em certas palavras, dizendo: *fulor* ou *fulô* em lugar de flor; *Culáudio* em vez de Cláudio; *Quelemência* por Clemência” (ROMERO apud PINTO, 1977, p. 297, grifos do autor). Observemos que, ainda hoje, a epêntese que des-

⁵¹ Ao referir-se à contribuição dos índios, Romero (1888 apud PINTO, 1977, p. 3114) afirma, em relação à dos negros, que “o negro não; era arrancado de seu solo; ninguém ou quase ninguém lhe estudava a língua; impulha-se-lhe uma estranha: era escravizado com rigor e não se lhe dava tempo senão para trabalhar mais e mais, e esquecer suas tradições da infância”.

⁵² As informações por nós coligidas estão nos textos “Transformações da língua portuguesa na América” (1888), “Tradições populares – cantos e contos anônimos – alterações da língua portuguesa no Brasil” (1888), “Novas contribuições para o estudo do folclore brasileiro” (1910 – 1911) e “A questão da ortografia” (1908). Os textos pertencem à coletânea elaborada por Pinto (1977, p. 289 – 329).

⁵³ Romero baseia-se na *Grammatica da lingua portugueza*, cuja primeira edição saiu em 1887. Nós tomamos como base para comprovação das afirmações feitas por Romero a segunda edição de 1894.

⁵⁴ Para comprovar o que diz Pacheco Jr., o autor afirma que: “porquanto encontramos entre o povo vozes como estas: arrespirá, arretirá” (ROMERO apud PINTO, 1977, p. 297).

faz o encontro consonantal <fl> e <cl> são formas vivas no uso popular e continuam a ser estigmatizadas na língua portuguesa do Brasil. Se usarmos a terminologia de Bortoni-Ricardo (2004) esse fenômeno representa um traço descontínuo do português brasileiro enquanto que a apócope do *-r* nos verbos é um fato lingüístico gradual, um fenômeno quase geral no português brasileiro.

Alguns fatos lingüísticos enunciados por Romero como sendo “termos estropiados pelo jargão das classes baixas entre nós” (ROMERO *apud* PINTO, 1977, p. 303) foram por nós encontrados ainda vivos nas entrevistas feitas com falantes da zona rural do interior da Bahia, tais como: *aflemá* (inflamar), *maginá* (imaginar), *arve* (árvore), *estrupicá* e *trupicá* (tropeçar).

Romero não deixa de fazer comparações entre o português usado pelo povo no Brasil e o português usado pelo povo em Portugal, como demonstra a seguinte passagem: “Se o nosso povo miúdo diz, *dôtô*, o baixo de Portugal diz *doitori*, e às vezes *deitori*, e os mais dizem geralmente *dótori*.” (ROMERO *apud* PINTO, 1977, p. 303, grifos do autor).

A consciência de interferência de fatores extralingüísticos na língua está presente no discurso de Romero, *Transformações da língua portuguesa na América* (1888), que ao tratar o uso do pronome “seu” afirma que “em Pernambuco e Minas ainda é muito repetida aquela fórmula, máxime entre as pessoas idosas”, incluindo-se nessa observação a questão geográfica, visto que compara a fala desse dois estados à de São Paulo, tido por centro de “originalidades”. No nosso entender, Romero faz uma descrição do português popular levando em conta um critério espacial e etário, embora não diga de forma clara (idade, sexo, procedência) qual tenha sido sua fonte para tais observações.

No âmbito desse nosso estudo, uma observação de Romero, *Novas contribuições para o estudo do folclore brasileiro* (1910-1911), chama a nossa atenção. Ao recolher textos do folclore brasileiro, o autor afirma ter tomado categoricamente algumas narrativas e cantigas da boca de negros genuínos filhos diretos de africanos, mas em tais textos fez correções, ade-

quando-os à forma "correta" de falar. O autor procura justificar os motivos que o levaram a fazer correções nos textos por ele coligidos da oralidade de seus produtores ou continuadores:

Nestas e nas demais peças citadas não quisemos, por inútil e por demais antiestético, reproduzir com inteiro rigor os dizeres de todo errados das pessoas do povo mais grosseiras e completamente incultas.

Toda gente sabe que o pessoal mais atrasado diz: teia, teiado, cuié, muié, véio, véia, artá, fio, fia, Lianô, amô, resprandô, em lugar de telha, telhado, colher, mulher, velho, velha, altar, resplendor, e outros casos assim.

Toda gente sabe igualmente que essas classes populares não respeitam o plural dos nomes. Dizem rezemo cinco mistério, oitocento beliscão etc., em vez de rezemos cinco mistérios, oitocentos beliscões etc. (ROMERO apud PINTO, 1977, p. 326-327, grifos do autor)

As correções feitas por Romero são conscientes pois que o autor as faz por questões estéticas, mesmo que percam a originalidade do texto, na nossa opinião necessária a quem recolhe um texto oral folclórico. Embora Romero retoque a língua popular, os termos populares, “dizeres de todo errados das pessoas do povo mais grosseiras e completamente incultas”, julgamos importante analisar os indícios deixados da fala popular mesmo tendo sofrido os expurgos operados pelo autor. Uma delas bastante relevante para o nosso estudo está na afirmação de que o “desrespeito” à forma padrão de concordância é considerado pelo autor como fato conhecido por toda a gente, inclusive pela letrada. Assim, vemos que a falta de concordância era um fato tão evidente na fala popular brasileira que todos podiam verificá-la. Mesmo não tendo dado à linguagem popular o mesmo tratamento que Gil Vicente (c.a.1465 – 1537?) deu voz aos negros em algumas de suas comédias⁵⁵, Romero declara que a ausência de concordância de número (“não respeitam o plural dos nomes”) é uma característica marcante dos textos copiados por ele da fonte popular⁵⁶.

A língua popular e a língua literária são, na concepção do Romero, a mesma língua portuguesa, apenas a literária é mais polida de pequenas incorreções. Com essa afirmação, Romero não só tece uma crítica aos que julgavam a língua do povo mais correta por estar mais próxima do ideal quinhentista, mas aos que colocavam a língua popular como uma lín-

⁵⁵ Vide “A língua de preto de Gil Vicente” SILVA, 2003, p. 117-120.

⁵⁶ Nem todo o cuidado de Romero foi suficiente para não deixar escapar desvios à concordância sujeito-verbo, pois no verso “*P’ra mode* vocês não ir//Como a outra já se foi” a concordância não aconteceu. (ROMERO apud PINTO, 1977, p. 326)

gua inferior, uma sublíngua, um dialeto no sentido pejorativo. Embora possamos fazer críticas às correções feitas por Romero e aos qualificativos pejorativos atribuídos por ele à variedade popular, temos que lhe louvar a iniciativa de declarar a fonte do material, embora de forma um pouco imprecisa, para a caracterização do português do Brasil, postura que faltou a muitos de seus consuetâneos que procuraram estudar a variedade de português falado no Brasil.

2.1.5. João Ribeiro

Além de Romero, João Ribeiro, eminente filólogo e purista, faz alusão à língua popular, afirmando que ela se diferencia da erudita ou escrita, especialmente nos “caracteres fonológicos” (sic). O autor reconhece a coexistência de três gramáticas⁵⁷ em conflito: a gramática dos gramáticos, inflexível e retardatária; a gramática dos literatos, elegante e elaborada no ambiente da moda; e a gramática do vulgo, bruta e indiferente às demais.

No caso brasileiro, a gramática do vulgo português teria sua origem no século XV, quando se formou em Portugal a linguagem plebéia que no século seguinte seria a língua do descobrimento e da colonização do Brasil, pois que os aventureiros, os exploradores, enfim os colonizadores não falariam a linguagem do quinhentismo, cheia de latinismos e erudição. Tal visão de Ribeiro justificaria construções arcaizantes facilmente encontradas no português do Brasil. Embora afirme que no português do Brasil operaram-se diferenciações de ordem fônica, morfológica e ideológica (no sentido de semântica), as alterações que o autor usa como exemplos apontam para uma descrição da língua culta falada no Brasil, pois que, ao contrário do que mostrou seu consuetâneo Sílvio Romero, algumas flexões de número não foram alteradas, já que na visão de João Ribeiro “a flexão numérica, em geral, é conservada intacta.

⁵⁷ João Ribeiro define gramática como “a coordenação das fórmulas, leis ou regras, segundo as quaes uma lingua é falada ou escrita. Esta definição é deduzida da observação dos factos da linguagem. A analyse revela que toda a lingua tem grammatica, porque os vocábulos que servem para a expressão das idéas, affectam variações de fôrma, de collocação e de sentido susceptíveis de serem generalisadas, isto é, de serem construídas sob o typo de leis ou regras. O systema geral e abstrato destas leis constitue a grammatica.” (RIBEIRO, 1898, p. 1)

Apenas os plurais do sufixo *ão*, entre o povo, procuraram a tendência simpática do plural *ões* em cuja classe entra o maior número de palavras da mesma ordem".(RIBEIRO apud PINTO, 1997, p. 336). As fontes lingüísticas que servem de base para muitas afirmações feitas por Ribeiro são escritas, retiradas de coletâneas expurgadas de "incorrekções", como o trabalho de Romero, citado diversas vezes pelo autor.

No que tange ao vocabulário, Ribeiro trata realmente de usos regionais certamente utilizados não só pelo povo, mas por toda uma comunidade lingüística que apresentava diferenças em relação ao padrão urbano do Rio de Janeiro⁵⁸. Após cada termo de uso popular (regional), o autor apresenta a região de procedência, destacam-se os usos da Bahia, de Minas, de Mato Grosso, do Ceará, de São Paulo, do Pará.

Podemos ver que a definição de língua popular elaborada por Ribeiro está diretamente relacionada à tendência de descrever o português popular como o português arcaico que no Brasil conservou-se da mesma forma que culturas transplantadas tendem a preservar traços pretéritos, mesmo quando tais traços não mais existam no ambiente de onde proveio a cultura original⁵⁹.

2.1.6 José Veríssimo

Algumas observações feitas por José Veríssimo⁶⁰(1857-1916) apontam de forma clara para uma consciência da existência de uma língua popular, mas Veríssimo não deixa claro a delimitação espacial dessa língua popular, isto é, se ela pode ser encontrada nos grandes cen-

⁵⁸ A comparação dos dialetos regionais com o do Rio de Janeiro é, ao nosso ver, uma tentativa de impor a norma carioca como a padrão, podendo ser vista desde o início dos anos 50 do século XIX. Um dos jornais de grande circulação da capital fluminense, o JORNAL DO COMÉRCIO, publicava debates parlamentares previamente taquigrafados a fim de que os leitores de todo o Império pudessem se acostumar com a linguagem mais apurada da corte, conforme lemos em Alencastro (1997, p. 34).

⁵⁹ O caráter de conservação de culturas transplantadas pode ser visto na análise feita por Félix Ayoh'omidire em seu estudo da língua, cultura e civilização iorubanas (2003, p. 174 –175).

⁶⁰ Os textos de José Veríssimo por nós aqui comentados são "Linguagem", de 1886, e "A língua portuguesa no Brasil", de 1907.

tros ou se circunscreve a certas regiões do país ou a certas cidades. Ao tratar da língua falada no Amazonas, o autor assevera que:

De fato, na língua aqui falada, onde, aliás, se conservam palavras e expressões portuguesas hoje desusadas em Portugal e vulgarmente desconhecidas no Brasil, abundam, em não pequena cópia, não só vocábulos como formas sintáticas da língua do selvagem. (VERÍSSIMO *apud* PINTO, 1977, p. 242)

Podemos ver que autor aponta como marcas da língua popular o uso de termos arcaicos, seguindo uma tradição da época, e termos de origem ameríndia, outra das visões comuns a seu tempo.

Saindo do campo lexical e indo para a fonologia, Veríssimo aponta como influência tupi a queda o *-r* nos verbos; da mesma forma, explica a alteração de *alcançar* para *arcançar*. A ausência da marcação de plural no núcleo do sintagma nominal é anotada pelo autor como influência do tupi amazônico, fato verificado até nos professores saídos de escolas normais da região⁶¹. O autor não deixa claro se essas características apontadas são verificadas em todo o território nacional ou se restringe ao uso regional da Amazônia sob influência indígena⁶².

A posição de Veríssimo não nos parece muito clara em relação à legitimidade do uso de formas populares. Ao tratar do uso de formas populares legítimas, o autor afirma que há legitimidade do uso de expressões populares desde que sejam universais no país e que sejam de bom tom, isto é, que sejam usados por pessoas que a legitimem. Nessa linha de raciocínio, advoga que o uso de expressões populares, por exemplo, possa ocorrer em jornais. Dessa afirmação podemos deduzir que o autor concebe duas formas de língua popular: uma de bom tom, legítima e universalmente usada no país e outra ilegítima e não aceita universalmente no país. O que não fica claro no autor é a maneira como as formas do português faladas no Amazonas com forte influência dos nativos enquadram-se no português popular como um todo.

⁶¹ Escola normal era uma instituição de ensino que tinha como objetivo formar professores para o antigo curso primário, hoje substituída pelo curso Normal Médio, embora a escola não possua mais essa denominação nem as atribuições que outrora possuía.

⁶² Esse exagero no papel da influência indígena no português do Brasil foi criticado por Leite de Vasconcelos, (1926) para quem esses fatos apontados por Veríssimo podem ser encontrados em todo o território brasileiro e não são exclusivos das terras amazônicas, mas são fruto da "evolução do continente".

Cremos que a definição de português popular não é clara no discurso de Veríssimo. Se, por um lado, a idéia de português popular não aparece de forma clara, a idéia de português erudito está bem explícita quando o autor afirma que “nada obsta, porém, que haja um tipo, padrão geral da boa linguagem portuguesa, obrigatório para todos os que se prezam de cultos, e principalmente para aqueles que escrevem” (VERÍSSIMO apud Pinto, 1977, p. XLIII).

Para Veríssimo, escrever é poder expressar as nossa idéias segundo o caráter da língua usando o vocabulário popular e erudito. Nisso, vemos que a legitimação de uma forma popular deve se dar pela literatura, isto é, alguém que ouse utilizá-la dando-lhe foro de legitimidade na forma escrita, noção muito mais ligada ao prestígio de quem escreve do que ao texto por ele escrito.

2.1.7 Alfredo Gomes

Questões que envolvam o português popular de forma explícita vão aparecer com Alfredo Gomes⁶³ (1859 – 1924), por volta de 1916. Gomes apresenta algumas colocações relevantes sobre a língua popular do Brasil.

Ao sintetizar as diferenças entre o dialeto brasileiro e o português, o autor afirma que certas diferenças sintáticas são perceptíveis na língua popular do Brasil, citando o uso do pronome reto pelo oblíquo (“vi Ele”) e emprego da preposição *em* com verbos de movimento (chegou na porta). Gomes traz explicitamente a expressão “na linguagem popular”, levando-nos a crer que na forma culta tais empregos não sejam (ou para ele não foram) verificados. Embora a observação de Gomes seja breve, nela se pode perceber, pelo menos, uma visão dicotômica entre a língua popular e a não-popular.

⁶³ O texto que nos serve de base para a presente análise tem o título "Dialectos" e aparece na *Gramática Portuguesa* do mesmo autor (1924).

Ao apontar determinado uso como popular, o autor está expondo a seus leitores uma situação em que se recomenda o não-uso da forma não-popular, uma vez que tal forma, certamente, trará o estigma de algo de pouco valor. Como gramático, ela apresenta aquilo que deve ser evitado, quando não se quiser parecer "popular".

Devemos notar, ainda, que as observações feitas por Gomes aparecem como Apêndice à *Gramática portuguesa*, publicada em 1924 pela Francisco Alves. Essa postura parece ser comum às gramáticas portuguesas escritas no fim do século XIX e início do século XX, como podemos observar na *Grammatica Portugueza* de Júlio Pires Ferreira, cuja primeira edição remonta o ano de 1905, sendo adotada por escolas oficiais de Pernambuco.

2.1.8 Silva Ramos

Em carta a Mário Barreto, posteriormente publicada por Laudelino Freire em 1919, Silva Ramos (1853-1930) traça um perfil sociolinguístico das variedades do português falado e escrito no início do século XX. Professor de português e cultor de padrões clássicos, Silva Ramos reconhece a existência de um falar rústico inaceitável e digno de reprovação tanto em sua forma escrita como na sua forma oral. Além desse falar, existe outro destoante dos ditames da tradição gramatical (variedade ensinada pela escola), mas vivo, uma segunda via, na fala dos alunos que assistem a suas aulas; obviamente, reconhece a existência da língua erudita, uma terceira via, que segue a tradição gramatical e tem sua maior expressão nos clássicos. Assim, Silva Ramos observa a existência de três falares no Brasil: o reprovável, o aceitável e o desejável.

Embora o professor Silva Ramos creia que construções não abalizadas (o aceitável) pelos mestres da língua um dia serão aceitas como corretas (o desejável), ela faz severa crítica

ao que considera uma forma de falar não defensável (o reprovável), como nesse trecho que ora transcrevemos da edição de setembro da *Revista da Língua Portuguesa*:

Por isso [o autor defende o uso da cartilha elementar] me julguei autorizado, há dias, a chamar à ordem uma negrinha que conduzia pela mão uma criança, a quem ia estimulando com estes dizeres. “Nós *vai na* casa de D. Firmina, que há muito tempo não *vê ela*”. É ainda por desgarres desta natureza que me vejo compelido, uma vez por outra, por dever de ofício, a inabilitar algum candidato a exame de português. [destaque do autor] (RAMOS *apud* PINTO, 1977, p. 448)

Ramos chega a pedir a seus colegas que permitam o deslocamento do pronome átono e chega até reconhecer que construções do tipo “assistiram festas”, “obedeceram ordens”, “perdoaram colegas” e “foi que lhes não viram” serão um dia, por força do tempo, aceitas como corretas na forma escrita, uma vez que são usadas no cotidiano por seus alunos, mas se recusa veementemente a aceitar as construções que ouviu da boca da “negrinha que conduzia pela mão uma criança.” As construções *inabilitantes* apontadas por Ramos são as mesmas coligidas por Gomes (1924[1916]) e Romero (1888) como formas frequentes no português popular: o uso da preposição *em* com verbos de movimento, o uso do reto pelo oblíquo e a falta de concordância.

Podemos ver claramente no discurso de Silva Ramos a realidade lingüística bipolarizada defendida por Lucchesi (1998): num pólo o português culto da escola e no outro o popular das classes menos favorecidas. Entre essas duas variedades do português, encontram-se, a depender do grau de afastamento de cada pólo, outras variedades intermédias, que por suas características vão se revelar tanto no meio urbano quanto no rural.

2.1.9 Sousa da Silveira

Do período que vai de 1920 a 1945, observa-se um interesse especial pela língua popular falada no meio urbano, uma vez que começam a surgir os pólos citadinos formados por

diversos grupos que apresentam características lingüísticas dignas de serem notadas⁶⁴. Esse interesse, ainda, atinge as linguagens especiais, traduzidas em dialetos sociais. Nesse sentido, podemos considerar, nesse período, um avanço na descrição do português do Brasil, pois até então os únicos dialetos estudados eram os geográficos, numa nítida abordagem de “garimpo” regional das formas diversas de se falar a língua portuguesa, com profunda preocupação com o campo lexical. Sousa da Silveira (1883 – 1967), por exemplo, em 1920, apresenta alguns traços da língua de seu tempo, identificando-a como “nossa linguagem corrente” ou ainda “nossos modismos”. Após reconhecer que a língua que falamos é a portuguesa com algumas modificações na pronúncia e leves alterações na sintaxe, Sousa da Silveira (1920) reconhece que existem diferenças entre a língua falada e a escrita, mais ou menos fiel à de Portugal.

Ao utilizar a expressão “nossa linguagem corrente”, certamente, Sousa da Silveira está se referindo à variedade urbana do português brasileiro, uma vez que reconhece que o falar urbano “ainda nos grandes centros” tornou-se diferente do ideal de língua escrita. Com base nisso, podemos inferir que as características arroladas por ele referem-se à modalidade culta e urbana do português brasileiro. Podemos perceber, ainda, que o autor aponta para a existência de uma língua literária que segue os ditames da tradição gramatical e, posteriormente, vemos de forma clara uma variedade de língua que não se identifica com a dos grandes centros nem a dos grandes escritores, o que, ao nosso ver, é a língua popular do Brasil.

Quando tenta provar que, por influência literária, o português falado está passando por modificações “a influência da língua literária vai expurgando do falar de muitos certas locuções”, referindo-se ao uso de “para mim” no lugar de “para eu”, ele chega a afirmar que “nos próprios negros se nota que falam hoje melhor do que dantes.” (SILVEIRA apud PINTO, 1977, p. 27). Podemos ver com base na afirmação de Silveira que a língua falada pelos negros

⁶⁴ Voltamos a lembrar que é a partir da década de 40 que o cenário nacional começa a inverter-se passando drasticamente de rural a urbano, bem como a partir daí iniciam-se os clamores pela democratização do ensino, como, por exemplo, pela atuação de educadores como Anísio Teixeira.

está sofrendo um processo de aproximação em relação ao “melhor”, certamente, ao uso urbano culto segundo os padrões da época.

Não obstante, em relação à língua falada por “pessoas ilustradas e com propensão dos grandes modelos vernáculos”, o autor afirma que mesmo essas pessoas tendem a usar formas lingüísticas que não empregam na forma escrita uma vez que “escrevendo, a língua portuguesa lhes flua pura e fácil da pena exercitada.” (SILVEIRA apud PINTO, 1977, p. 27). Como podemos ver, esse pequeno relato de Sousa da Silveira demonstra que tais falantes urbanos do português brasileiro empregam na oralidade formas que expurgam da escrita, isto é, deixam de usar, na escrita, formas não apropriadas à língua literária. Segundo ele, “tem sido tal a ação do ensino, e a leitura dos exemplares clássicos, que expressões que no falar cotidiano ouvimos e empregamos com a maior naturalidade, nos chocariam violentamente se as topássemos nalgum escrito.” (SILVEIRA apud PINTO, 1977, p. 27). Entre os exemplos citados pelo autor está a forma “ê vem” (“Eles vêm”), comum no português rural e, ainda, “Ele trouxe isto para mim ver”. Silveira está atestando mudanças na variedade do português oral usado pelas classes letradas, fato que, ao nosso ver, deve ter ocorrido no meio urbano em que o estudioso vivia.

A visão de Silveira pode ser compreendida, se a olharmos à luz das reflexões de Lucchesi (1994), ao reconhecer no português a existência de três normas: a norma padrão (prescrita pela tradição gramatical), a culta (usada por falantes plenamente escolarizados) e vernácula (usada pelos indivíduos pouco escolarizados). Ao apontar traços da língua popular que vão sendo abandonados, o autor apresenta de forma assistemática um processo de mudança em curso, motivado pela ação do letramento.

2.1.10 Xavier Marques

Xavier Marques⁶⁵ (1861 – 1942), na década de 30, faz uma leitura da língua do Brasil, acrescentando uma classificação com base no registro, no uso familiar e na conversação. Após reconhecer a existência de uma língua plebéia (a popular) e uma de “pessoas de juízo e letras” (a culta), Marques apresenta uma visão bipolarizada e atribui ao povo a competência de mudar a língua pelos instrumentos inconscientes de leis do menor esforço, da analogia e de outros princípios a que espontaneamente obedece a sua atividade. Segundo ele, com base nesses mecanismos, o povo constrói e modifica sem cessar a língua que utiliza e que lhe representa a alma e a experiência de vida. A postura de Xavier Marques é fortemente marcada pelo evolucionismo.

Marques reconhece que cabe aos escritores da língua apenas a seleção e o registro das formas mais adequadas à expressão das idéias que desejam transmitir. Na visão do autor, a classe culta se deixaria influenciar pelo dialeto popular, cedendo às pressões na linguagem oral graças à força que sobre ela exerce o ambiente social em que vive o falante, numa tendência de mudança lingüística de baixo para cima. Ao se pronunciar dessa forma, Marques (1933, p. 59) apresenta a “conversação familiar” como a situação em que por “direta influência da fala popular” a prosódia e a sintaxe das classes cultas são superadas pelo uso comum do povo⁶⁶.

Silveira e Marques discordam no que se refere à origem das mudanças verificadas por ambos no português do Brasil. Silveira entende que a escola e a leitura dos clássicos estão modificando até a forma de os negros falarem e que formas populares estão sendo pouco a pouco expurgadas do português oral. Marques, por outro lado, entende que o processo é in-

⁶⁵ O texto que nos serviu de base, *O dialeto brasileiro e os puristas portugueses*, foi retirado do livro *Cultura da língua nacional*. (1933, p. 55-60)

⁶⁶ Nas palavras do autor: "Isto se evidencia sem custo ouvindo em conversação familiar os mais aprimorados e castiços dos nossos escritores. A qualquer deles, ainda que professor de gramática, escapa a cada momento alguma nota do falar popular." (MARQUES, 1933, p. 59)

verso e que a língua familiar, mesmo a de gramáticos, estaria sendo contaminada pelos usos populares. O que ambos autores observam cada um com seu ponto de vista é uma tendência de mudança em dois sentidos, uma a se distanciar da norma padrão e outra a se aproximar do uso culto, tendências já discutidas com bastante precisão por Lucchesi (2000).

2.2 VISÕES DETALHADAS SOBRE A ORIGEM E CARACTERIZAÇÃO DO PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL

Nessa seção, vamos discutir a visão de estudiosos que, usando diversos aparatos teórico-metodológicos, preocuparam-se em discutir a origem, e a caracterização do português popular do Brasil. Para alcançar esse intento, escolhemos analisar detalhadamente os trabalhos elaborados por seis autores de diversas correntes teóricas. Com isso, nossa intenção é demonstrar em que momento da história da discussão sobre o português popular do Brasil insere-se nosso trabalho, uma visão que procura tratar de três realidades do português falado no interior do Estado da Bahia.

Queremos ressaltar que a escolha dos autores pautou-se na especificidade do tratamento que eles deram à questão da língua popular do Brasil.

2.2.1 A visão evolucionista de Herbert Palhano

O livro *A língua popular*, escrito por Herbert Palhano, aparece em 1958 como uma versão ampliada de outro livro do mesmo autor, intitulado *Estudos de Linguagem* e publicado em 1952, em Lisboa⁶⁷. O professor Palhano é um especialista em português arcaico com estudos e publicações sobre *O Leal Conselheiro* entre outros temas. De início, na apresentação da obra, o autor revela forte influência dos estudos da Gramática Comparada, ao afirmar que o

⁶⁷ A edição brasileira ficou a cargo de “Organização Simões” Editora, como aparece no frontispício da obra.

novo texto apresenta considerações sobre o latim vulgar e o francês popular. Filólogo reconhecido e com amplo conhecimento de lexicologia, Palhano (1958, p.7) propõe-se a discutir a língua de “nosso povo”, já que pretende focalizar aspectos gerais “da fala popular, deixando fora de cogitação os acidentes da linguagem desta ou daquela região”.

O livro é formado por dez capítulos, ficando os cinco primeiros reservados à fundamentação teórica e os restantes à caracterização da variedade de português a que o autor chama de *popular*. Filiando-se à teoria evolucionista, Palhano descreve como natural a existência de uma variedade de língua popular, que seria produto do povo; uma língua falada e viva que se poria ao lado da língua culta. Palhano (1958, p. 13) opõe a língua popular à língua literária e acrescenta que “língua literária e língua popular coexistem sempre sob um nome comum.”.

A visão evolucionista do autor é marcadamente influenciada por Henri Bauche e Grandgent e, como eles, recorre à lei do menor esforço. Essa lei, por exemplo, atuaria de forma silenciosa, como sói acontecer com as leis da natureza, sem que houvesse intenção. A tendência natural à simplificação não pode ser encarada, reforça o autor, como uma corrupção, mas com um novo estágio para o qual encaminham-se as línguas modernas. Para exemplificar, cita o autor o caso das reduções no inglês e no francês a fim de demonstrar que a tendência freqüente no velho latim e nas línguas antigas faz-se presente, também, nas línguas modernas (PALHANO, 1958, p. 22).

Embora Palhano afirme que a evolução é um curso natural inerente à língua falada, língua viva, oposta à língua literária (língua cerceada pela tradição gramatical), refere-se à variedade popular a ser descrita como uma deturpação, como demonstra o seguinte trecho em que o autor opina sobre a propagação de uma variante popular nos meios não-populares, ao afirmar que

Quando o indivíduo *malfalante* (grifo nosso) granjeou certo prestígio no seio do grupo a que se vinculou, então irradia sua influência sobre os demais, legando-lhes

todas as *deturpações* (grifo nosso) lingüísticas que involuntária e inconscientemente perpetrrou. (1958, p.35)⁶⁸

Em três capítulos do livro, Palhano trata especificamente das características lingüísticas do português popular do Brasil. No capítulo VI, o autor aborda a pronúncia e acentuação, cabendo ao VII discutir a lexicologia, a flexão nominal, os pronomes, os verbos, as preposições, os advérbios, as conjunções e interjeições. O capítulo VIII trata da sintaxe⁶⁹, tocando mais diretamente na concordância.

Como vimos, a proposta de Palhano é descrever características gerais do português popular sem peculiaridades regionais. Assim, eis as características gerais do português popular do Brasil:

- a) o plural tende a ser marcado apenas no artigo ou numeral. Tal fenômeno, segundo Palhano é resultado de uma tendência indo-européia “verificada ao longo de toda a história da família, tendo chegado a resultados quase totais no francês e, sobretudo, no inglês moderno” (PALHANO, 1958, p. 42 *in fine*)⁷⁰;
- b) o diminutivo afetivo é uma tendência acentuada no português popular⁷¹;
- c) “o pronome pessoal perde na boca do povo a gradação de respeito que possui na literatura” (PALHANO, 1958, 43);
- d) o português popular neutraliza os demonstrativos *este, esse, isto* e *isso*;
- e) o verbo tende a simplificar-se em relação aos modos, pessoas, números e conjugações;
- f) algumas preposições são desconhecidas do povo (consoante, salvante);
- g) advérbios terminados em *-mente* são de uso limitado;
- h) uso concomitante de *mas* e *porém*, na expressão “*mas porém*”;
- i) ausência de distinção de *mas* e *mais*.

⁶⁸ Essa idéia de propagação de uma variedade lingüística, enunciada nesses termos, aparece hoje na fala da jornalista Dora Kramer quando faz crítica à forma de falar do presidente Lula: “Queira Deus que, em breve, o assunto já possa ser abordado sem provocar grandes traumas, porque, daqui a pouco, será preciso rever os currículos das escolas de ensino básico, a fim de adaptar as lições sobre o plural e concordância ao idioma que as crianças ouvem o presidente falar na televisão.” (KRAMER *apud* BAGNO, 2003, p. 14)

⁶⁹ Nesse ponto, o autor segue a tradição gramatical que divide o estudo sintático em três pontos: sintaxe de colocação, sintaxe de concordância e sintaxe de regência, conforme J. Alcides Cunha (1956, p. 9).

⁷⁰ O autor discorda de Gladstone Chaves de Mello que atribui essas simplificações “à influência tupi-negra” (PALHANO, 1958, p. 42).

⁷¹ Tal afirmação é contestada por Rodrigues Lapa que afirma haver largo emprego do diminutivo afetivo na literatura de língua portuguesa e apresenta exemplos que vão do século XV ao XX. (LAPA, 1998, p. 96-99).

Das páginas 48 a 54, resumimos, segundo Palhano, “as mais constantes alterações introduzidas na sintaxe popular”:

- a) concordância em desacordo com os preceitos gramaticais, como em *nós vai*;
- b) irregularidade na colocação das partículas pronominais átonas;
- c) confusão na regência da maioria dos verbos (inclui o uso de *lhe* como objeto direto e a falta da preposição no verbo *assistir*);
- d) uso do pronome reto com preposição (*entre eu e tu*);
- e) criação, por analogia, da forma afetiva “*me gosta*” ocupando o lugar de “*gosta de mim*”;
- f) emprego do pronome *si* (sic) para a pessoa com que se fala;
- g) uso de *em* por *a* com verbos de movimento (*ir em*);
- h) emprego generalizado de *ter* por *haver*;
- i) desconhecimento da impessoalidade dos verbos *haver* e *fazer*;
- j) duplicação da negativa (“*Ninguém num (não) viu.*”).

No capítulo IX, o autor define o português popular como uma língua originária do português arcaico com substrato tupi e influência africana. Depois de citar diversos arcaísmos lexicais, o autor conclui que “essas velharias relegadas ao esquecimento, filhas das praias lusitanas, constituem a espinha dorsal, a viga mestra do rude linguajar de nossa gente, de permeio com tupinismos e africanismos.” (1958, p. 58). O último capítulo chamado pelo autor de “Notas Complementares” serve para estudar algumas particularidades semânticas e, nesse ponto, o autor não consegue cumprir seu intento de fazer um estudo das características gerais do português popular, pois apresenta o uso de termos usando como critério as regiões do país.

Como podemos ver, Palhano descreve o português popular do Brasil com a ótica do evolucionismo praticado por muitos filólogos de seu tempo. Se por um lado, ele afirma que a língua popular é uma evolução da língua portuguesa culta, por outro, sob a influência de Leite de Vasconcelos (1926, p. 20), o autor rechaça a idéia de que o português popular do Brasil seja uma língua corrompida, pois o português popular nada mais é do que uma mistura de formas e construções arcaicas com influência de tupinismos e africanismos, idéia, aliás, colhida de Chaves de Melo (1971 [1946]). Podemos observar que as idéias do autor não se harmonizam e demonstram uma evidente oscilação de posição teórica. O evolucionismo, contudo,

fica evidente no discurso de Palhano ao afirmar que “[a língua popular] está obrigada a participar das leis gerais da evolução”(p. 34). Embora o discurso de Palhano oscile em relação ao conceito de evolução, sua descrição do português popular do Brasil é uma tentativa da teoria evolucionista em explicar a formação da variedade do português usado pela grande maioria da população brasileira.

Em relação à concordância, Palhano coloca-a como um dos fatos gerais, demonstrando que existe tanto a variação na concordância como a tendência à não aplicação da regra canônica. A falta de concordância é apontada como um dos fatos sintáticos mais evidentes na sintaxe da língua portuguesa do Brasil.

Nesses termos, a postura evolucionista de Palhano procura descrever a simplificação operada no sistema flexional do português popular do Brasil como produto de leis que presidem o curso da evolução biológica, alicerçada no menor esforço e na força da analogia.

Apesar de termos utilizado Palhano para descrever a visão evolucionista na análise do português popular do Brasil, esse autor não foi voz única e com ele fizeram coro filólogos renomados como Silveira Bueno (1967)⁷².

2.2.2 A visão dialetológica de Amadeu Amaral⁷³

Seguindo a linha de pensamento de Ferreira e Cardoso (1994, p.37), Amadeu Amaral inaugura a segunda fase da dialetologia brasileira com a publicação de *O Dialeto Caipira*. O

⁷²Silveira Bueno considera que alguns traços percebidos no português popular do Brasil são resquícios de formas arcaicas mantidas no meio rural. O caráter arcaico do português do Brasil é discutido por esse estudioso com base na grande extensão territorial brasileira que produziu o isolamento dos núcleos citadinos, além da dificuldade de comunicação e do escasso aparato educacional. Esse conjunto de fatores fez a língua portuguesa do Brasil estacionar-se em relação à variante lusitana que “continuou a transformar-se em Português.” (BUENO, 1967, p. 209) Assim, ele nega a emergência de uma língua brasileira ou a independência da língua nacional, pois “fácil, entretanto, será demonstrar-lhes [refere-se aos dotados de entusiasmos nacionalistas] que toda essa novidade não passa de velharias muito portuguesas, heranças religiosamente conservadas pelo povo desde os primeiros tempos pelo predomínio do idioma europeu.” (BUENO, 1967, p. 210)

⁷³ Ao tratarmos da história da concordância verbal no português retornaremos a discutir as idéias de Amaral, destacando as características flexionais apontadas pelo autor e analisando o fenômeno da concordância vista por sua ótica.

dialeto caipira seria a língua da maioria quase absoluta dos falantes do estado de São Paulo, até o final do século XIX, e sua influência alcançaria até a minoria de falantes cultos.

Para Amaral, a origem desse dialeto está na junção de dois ingredientes: o primeiro seria o contato entre brancos e escravos africanos e o segundo seria a pouca instrução no estado de São Paulo (AMARAL, 1972 [1920]⁷⁴, p. 41).

A presença da mão-de-obra africana e de seus descendentes é apontada pelo autor como um elemento responsável pela origem do falar caipira e, supostamente, a gradativa substituição do negro por mão-de-obra branca assalariada estaria provocando o desaparecimento do dialeto na região urbanizada de São Paulo. Os negros, segundo Amaral, seriam responsáveis, pois, pela diferenciação dialetal verificada na região. Em lugares em que houve o desaparecimento quase por completo do negro, poder-se-ia verificar pouca influência do falar caipira. Ao lado da influência dos negros africanos, o autor aponta no dialeto caipira alguns arcaísmos provindos da corte portuguesa e outros elementos de origem tupi (AMARAL, 1972 [1920], p. 41).

A instrução e a educação, segundo Amaral (1972 [1920], p. 42), seriam outros dois fatores que estariam combatendo o falar caipira, já que os jovens, cada vez mais, procuravam instruir-se, diferenciando-se da linguagem dos velhos analfabetos. Além disso, a influência externa seria um coadjuvante nesse processo, pois a abertura de estradas e o contato com o meio exterior seriam responsáveis por trazer novas formas prestigiadas de falar que, aos poucos, viriam a banir o linguajar caipira, processo que o autor afirma estar observando.

Entre as características do dialeto caipira apontadas por Amaral está a simplificação da morfologia verbal. Amaral, por diversas vezes, refere-se ao dialeto caipira de seu tempo como um falar dos velhos⁷⁵, “pais analfabetos” (AMARAL, 1972 [1920], p.42), ou “velha corrente popular” (p. 43), que paulatinamente estariam sofrendo transformações por pressões

⁷⁴ A data entre colchetes indica a primeira edição do texto. Tal procedimento foi tomado a fim de relacionar o texto à sua representação histórica na discussão sobre o português popular do Brasil.

⁷⁵ Amaral reconhece que o dialeto caipira era largamente falado há cerca de trinta anos, logo, por volta de 1890.

externas, refugiando-se apenas em “pequenas localidades que não acompanharam de perto o movimento geral do progresso” (AMARAL, 1972 [1920],p.41). O autor, portanto, está descrevendo uma língua que ele julga estar em declínio, considerando-se a alteração das condições sociais que lhe deram origem e sustentação.

Podemos ver no discurso de Amaral alguns pontos bastante relevantes. Um deles refere-se à localização do dialeto caipira considerando a classe social e o nível de instrução. Outro se refere à faixa etária do falante e, conseqüente, ao grau de exposição com o elemento negro, formador da sociedade paulista. Outro ponto importante é a verificação da tendência de mudança para a aquisição de formas prestigiadas por contato com outras populações e pelo poder normatizador da instrução escolar. Elementos que, ao nosso ver, são imprescindíveis considerar ao tratarmos do português popular do Brasil.

2.2.3 A percepção sócio-histórica de Serafim da Silva Neto

Serafim da Silva Neto soube interpretar a realidade multilingüística do português do Brasil à luz da história e da estratificação da sociedade brasileira. Ao defender a tese da unidade da língua portuguesa tanto no Brasil quanto em Português, o autor afirma, categoricamente, que as diferenças perceptíveis entre as duas variedades são tão naturais quanto aquelas encontradas no meio de qualquer sociedade civilizada.

Observando apenas o caso do português popular, nomeado por ele como “língua popular”, o autor caracteriza-o como “língua das pessoas humildes, das classes mais modestas da sociedade” e acrescenta que “no meio é pobre e acanhado: a percentagem de analfabetos é muito grande.” (SILVA NETO, 1986 [1950], p. 18-9); ou, ainda, em outro trecho, “a fala de pessoas humildes, das classes mais modestas da sociedade. Aqui o meio é mais pobre e acanhado, e a percentagem de analfabetos é bastante grande” (SILVA NETO, 1986 [1950],

p. 131). Em outro momento, citando Pierson, Silva Neto reconhece que na cidade não podemos apenas considerar as classes sociais mais abastadas, pois nela convivem a ralé dos brancos e os descendentes de antigos escravos⁷⁶, cujo português caracteriza-se por ser rústico com vocabulário limitado e com numerosos erros de gramática, conforme Silva Neto (1986 [1950], p. 133). Além disso, para o autor, essa forma de língua portuguesa é quase que inteiramente alheia à escrita, servindo apenas como forma de comunicação da gente humilde, sendo transmitida de outiva e de forma inconsciente (SILVA NETO, 1986 [1950], p. 25).

Se olharmos com atenção, veremos que a definição de língua popular para Silva Neto envolve questões de ordem social e econômica (classes mais modestas, pobres), de nível cultural (analfabetos), de meio de realização (restrita à oralidade) e de ordem histórica (descendentes de antigos escravos ou a ralé dos brancos). Os falantes do português popular seriam em sua maioria pobres, analfabetos, afro-brasileiros e brancos pobres. Historicamente, o autor relaciona os falantes à sua condição histórica, que no caso da cidade de Salvador, refere-se nitidamente não só à pobreza, mas também à condição de serem ex-escravos ou seus descendentes diretos, incluindo na mesma condição os brancos pobres. Para Silva Neto, a origem do português popular, em uma de suas variantes, está ligada às raízes sócio-históricas do povo brasileiro.

Do ponto de vista lingüístico⁷⁷, Silva Neto (1986 [1950]) aponta as seguintes características próprias do português popular:

- a) epênteses vocálicas como no caso de "adevogado, abisolutamente" (p. 26)
- b) metafonía com alteração da qualidade vocálica nas sílabas não-acentuadas, como em "culer, muler" (p. 26) ou como em "murin-ga" e "mininu" (p. 153);
- c) metátese progressiva ou regressiva, como em "largato, dro-mir" (p. 26);

⁷⁶ O autor refere-se especialmente à cidade de Salvador no período colonial.

⁷⁷ A origem de tais características, segundo o autor, está no contato de brancos europeus e negros africanos, constituindo uma língua semicrioula cujo isolamento geográfico e social conservou-se especialmente nas zonas rurais. Além disso, uma fratura na transmissão lingüística, menor no litoral do que no interior, é responsável pela grande diferença entre os falares rurais e urbanos. (SILVA NETO 1986 [1950], p. 189 – 190)

- d) apócope do /r/ final, como em "trocê" (p. 26) e do /l/ final (p. 173);
- e) "desaparecimento da flexão numérica por meio de -s"⁷⁸ (p. 135);
- f) "extrema simplificação das formas verbais, outrora cicatriz do primitivo aprendido tosco da língua portuguesa". De modo geral em todas as regiões, só se usam a 1.a. e a 3.a. pessoas; o plural da 1.a. pessoa perde o -s: *bamo, fazemo, fomo*." (p. 135)
- g) redução do <nd> e <mb> a <n> e <m> (p. 173);
- h) "lh = i" como em "mio, fio". "Este fato é característico dos crioulos. Já foi registrado em Cabo Verde, na Guiné, em São Tomé, em Ceilão, em Dio, em Goa e na Ilha do Príncipe." (p. 141);
- i) A impessoalidade do verbo "ter" onde a língua culta usa "haver". É um fenômeno, que é geral nos crioulos, representa o desenvolvimento, na boca de pessoas incultas, de uma série de fatores convergentes. "(p. 142)";
- j) "o emprego da preposição *em* com verbos de movimento" (p. 142);
- k) "o uso de *mim* como sujeito de orações infinitas" (p. 142).

Se nos concentrarmos na flexão verbal, na "extrema simplificação das formas verbais" (p. 135), o autor relaciona-a a "outra cicatriz do primitivo aprendido tosco da língua portuguesa" (p. 135) e reproduz o quadro flexional do português do nordeste segundo Marroquim. A esse texto, Silva Neto junta informação retirada de Gastão Vieira segundo o qual "nas classes baixas – e acredito que o defeito é de todo o Brasil – não é comum ouvir-se um verbo direito. Os 'nós vai', 'eu fez', 'nós era', 'a gente vamos', etc., são mais ou menos corriqueiros." (VIEIRA apud SILVA NETO, p. 135). Silva Neto parece concordar com Gastão Vieira, pois chega a concluir que tais usos, característicos de nossos falares regionais, têm âmbito "pan-brasileiro (sic)". (SILVA NETO, 1986 [1950], p. 134). Além de Gastão Vieira, o autor faz alusão a Ferreira Pais, que, ao estudar o dialeto rio-grandense, afirma que existe uma acentuada e irresistível tendência à simplificação e à unificação das formas verbais, tendência verificada por Pais em 1852, conforme lemos em Silva Neto (1986 [1950], p. 135).

Silva Neto prega a "planificação dessas formas" com base na norma culta e o faz a fim de elevar a qualidade de vida das pessoas pobres e pouco privilegiadas, cuja instrução primária

⁷⁸ O autor atribui a essa característica um vestígio do crioulo colonial. (SILVA NETO, 1986 [1950], p. 135)

ria e "aproveitamento imediato de todos aqueles que revelem aptidões notáveis" (SILVA NETO, 1986 [1950], p. 192) podem favorecer ao descobrimento de outro Brasil.

Como vimos, Silva Neto, a fim de descrever a origem do português do Brasil, utiliza fatos históricos e sociais, considerando que a forma de falar do povo brasileiro está ligada à sua origem como sociedade. Na visão do autor, podemos observar a crença de que a democratização do ensino poderá reverter o quadro por ele observado, disso podemos deduzir que a permanência das características por ele apontadas está ligada a fatores externos, como o contato com grupos letrados, já que a instrução favorece a expansão social e cultural do indivíduo.

2.2.4 A visão sócio-histórica de Rosa Virgínia Mattos e Silva

Com base em dados históricos da constituição populacional do Brasil e aliando a esses dados elementos referentes à educação, Mattos e Silva⁷⁹ defende a tese de que o português popular do Brasil caracteriza-se por ser herdeiro histórico de uma forma de língua falada por diversos povos, entre eles negros africanos e índios americanos, que aprenderam o português como segunda língua em condições adversas e transmitiram a seus descendentes essa forma de língua segunda defectiva como modelo para a aquisição da língua materna destes. Embora não advogue nem negue a existência de falares crioulos no Brasil, Mattos e Silva pondera que as diferenças sensíveis no português popular do brasileiro devem-se ao contato entre os elementos que compuseram a história social que deu origem ao povo brasileiro. A história do português do Brasil é reflexo da história da civilização brasileira.

⁷⁹ Recentemente diversos estudos em que Mattos e Silva discute a origem e a expansão do português brasileiro foram reunidos em dois volumes intitulados *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro* e *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*, ambos publicados em 2004 pela Parábola. Nosso estudo refere-se aos textos presentes nas coletâneas supra citadas.

A origem do português popular do Brasil, segundo Mattos e Silva, está na situação de contato entre falantes de línguas diversas que compunham a sociedade brasileira colonial (MATTOS E SILVA, 2004a, p. 40). Além disso, foram os negros africanos e seus descendentes brasileiros os responsáveis pela difusão dessa forma de língua portuguesa pelo país, já que um tipo de "português geral do Brasil", protolíngua para o português popular, moveu-se segundo as necessidades do braço escravo no desenvolvimento de atividades econômicas (MATTOS E SILVA, 2004, p. 83).

Dois fatos históricos importantes, um pontual e outro contínuo, são apontados por Mattos e Silva como marcos para a caracterização histórica do português do Brasil. O primeiro está ligado à política pombalina, com a conseqüente imposição da legitimidade do português como língua oficial da colônia. Foi graças ao conjunto de medidas empreendidas por Pombal, a partir de 1775, que o português no Brasil passou a ser a língua mais falada no território nacional, já que era comum nos dois séculos iniciais da colonização o bilingüismo, predominando, as línguas indígenas ou a fusão de um falar indígena, africano e português.

O outro fato é o predomínio do meio rural na história da civilização brasileira. A predominância do meio rural e das atividades econômicas nele praticadas contribuíram para a atual situação lingüística que se pode observar no Brasil. O meio urbano no Brasil vai predominar apenas na segunda metade do século XX e as poucas cidades que existiam, por exemplo, no século XIX e início do século XX eram ocupadas por indivíduos oriundos do meio rural, que conservavam consigo as práticas sociais comuns ao campo. Como consequência desse processo lento de urbanização houve um crescimento lento do nível de alfabetização no Brasil. Citando Houaiss, a autora afirma que o índice de alfabetizados no Brasil no início do século XIX era de 0,5%, na população como um todo, e entre os negros de 0,01% no final do século XIX, enquanto que a população branca oscilava em 80% e 86%, sem considerarmos as mulheres. Dessa forma, muitos falantes do português do Brasil não tinham acesso ao papel

normatizador da escrita, visto que ela é que transmite os padrões “legitimados” do bom uso do idioma.

Em síntese, Mattos e Silva, ao reconhecer a pluralidade histórico-social do Brasil, reconhece a existência de uma variedade culta e de outra popular, que é falada pela maioria dos brasileiros. O português culto do Brasil é herdeiro direto do português europeu, e o português popular do Brasil tem seu antecedente num português geral brasileiro, adquirido exclusivamente na oralidade e em situações de aquisição imperfeita e difundido pela força da expansão de atividades econômicas que tinham como base a mão-de-obra escrava. Por fim, devemos acrescentar que a autora nega a tese do conservadorismo e aponta algumas características do português brasileiro não como formas mantidas do velho português, mas produzidas por influência dos falares resultantes do contato com povos de línguas diferentes. Com já termos oportunidade de demonstrar em Silva (2003), a variação da concordância verbal na terceira pessoa do plural, no grau em que se verifica no Brasil, não possui antecedente histórico no português lusitano e só vai encontrar situação semelhante nas línguas crioulas de base portuguesa (SILVA, 2003, p. 131-133).

2.2.5 A visão tridimensional de Stella Maris Bortoni Ricardo

Os estudos sociolingüísticos empreendidos por Bortoni Ricardo, tendo como alvo o português do Brasil, em especial o português rural, vão trazer reflexões acerca da natureza das variedades do português brasileiro, apresentando um modelo que contempla não apenas os aspectos lingüísticos, mas também a história social do falante e o processo de interação deste com o meio. Bortoni Ricardo fundamenta-se numa divisão tripartida e no conseqüente abandono das etiquetas “língua-padrão”, “dialetos” e “variedades não-padrão”, por julgá-las carregadas de forte dose de preconceito e, principalmente, porque tais nomenclaturas impõem rígi-

das fronteiras entre as variedades que denominam. Bortoni Ricardo, ainda, utiliza a idéia de *continuum* em sua análise da realidade do português popular do Brasil⁸⁰.

A seguir transcrevemos a proposta de Bortoni-Ricardo⁸¹ :

Para entendermos a variação no português brasileiro, vamos propor a você que imagine três linhas, que vamos chamar de contínuos, e que são:

- contínuo de urbanização
- contínuo de oralidade-letramento
- contínuo de monitoração estilística. (BORTONI-RICARDO, 2004, p.51)

A utilização da idéia de *continuum* leva-nos a encarar os fenômenos presentes na língua portuguesa do Brasil como uma linha de gradações segundo as características de cada variedade. Para Bortoni-Ricardo os falares rurais isolados estariam na “ponta” do que se poderia chamar de variedade rural do português brasileiro, ocupando a outra ponta os falares urbanos. Segundo a autora, os falantes urbanos estariam mais suscetíveis à influência da codificação lingüística, entendida como atividade de letramento, incluindo uma padronização da pronúncia e da fixação de uma forma correta de se grafar as palavras, necessárias para o estabelecimento de uma vida em sociedade. Os falantes do português rural sofreriam menos influências dos aparatos urbanos e, portanto, apresentariam diferenças facilmente perceptíveis. Entre o espaço rural e o espaço urbano transitariam falantes cuja história estaria ligada ao mundo rural, mas que em certo momento passaria a integrar o mundo urbano. O espaço *rurbano*⁸² abarcaria duas situações: primeiro, a dos grupos migrantes de origem rural que mantêm laços fortes com seus antecedentes culturais rurais, especialmente os lingüísticos; a das “comunidades interioranas residentes em distritos ou núcleos semi-rurais, que estão submeti-

⁸⁰ A idéia de *continuum* utilizada pela lingüística foi adaptada da fonologia que, por sua vez, importou-a das ciências naturais, como a Matemática. Abbagnano (2000, p. 201) afirma que o uso do termo retoma Aristóteles, mas foi redefinido por Leibniz, quando formulou a lei de continuidade, a qual “aconselha admitir infinitos graus na constituição e na ação das substâncias que compõem o universo”.

⁸¹ Marcos Bagno (2000) informa-nos de que, antes de Bortoni-Ricardo, Edward Lopes (1993) havia apresentado uma divisão semelhante, usando ainda os termos “fala culta”, opondo-se à “fala popular”, e “formal”, contrapondo-se a “informal”.

⁸² O termo *rurbano* provém da junção de rural e urbano e tem como idealizador o sociólogo Charles J. Galin para quem rurbanismo é o espaço resultante do encontro entre a área rural e a urbana dentro de um determinado território, no caso do Brasil pode-se identificar tal espaço com as periferias das grandes cidades, habitadas por egressos do campo. A definição de Bortoni-Ricardo é fortemente influenciada por uma das grandes correntes teóricas da Sociologia que vê na industrialização plena a característica fundamental para o processo de urbanização, como podemos ver em Solari (1979).

dos à influência urbana, seja pela mídia, seja pela absorção de tecnologia pecuária” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 52).

A caracterização do falante do português rural, rurbano e urbano assenta-se num conjunto de “antecedentes socioecológicos” descritos por Bortoni-Ricardo como “zona de nascimento e residência da infância, mobilidade geográfica, rede de relações sociais, área de residência ao longo da vida”⁸³ entre outros. A autora afirma que existem traços graduais que são comuns, tanto aos falantes urbanos, quanto aos falantes rurais, e traços descontínuos que seriam próprios de falantes do meio rural. Tal distinção será crucial na análise que Bortoni-Ricardo apresenta como modelo possível para caracterizar o português brasileiro.

A nossa experiência de pesquisa em comunidades lingüísticas urbanas, rurbanas⁸⁴ e rurais demonstrou-nos que as fronteiras entre o rural, o rurbano e o urbano são tênues, visto que falantes desses grupos mantêm costumeiramente contatos lingüísticos. Silva (2003) observou que, mesmo em comunidades lingüísticas isoladas, o grau de isolamento é relativo, interferindo na análise do contexto lingüístico e social da comunidade.

O outro pilar da teoria de Bortoni-Ricardo está no *continuum* oralidade e letramento, que marca situações lingüísticas em que predominam o uso da língua oral e o uso da língua escrita, prevendo situações em que o discurso oral sofre influência do discurso escrito, como no caso da fala planejada dos discursos políticos e das prédicas. Não podemos nos esquecer de que, como afirma a própria autora, “os domínios onde predominam as culturas de letramento estão situados na ponta da urbanização, enquanto na outra ponta só vamos encontrar domínios onde predomina a cultura de oralidade” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 61). Se as fronteiras entre o espaço rural, rurbano e urbano são difíceis de serem delineados, a mesma dificuldade pode ser vista ao tentarmos demarcar “os eventos de oralidade” e “eventos de le-

⁸³ Lemos o texto em Bagno (2000, p. 168), que afirma que o tomou de Bortoni-Ricardo através de e-mail, conforme nota de rodapé.

⁸⁴ Paralelo ao *corpus* analisado, constituímos outro de falantes rurbanos do município de Poções – BA.

tramento”. Espaços novos, como a comunicação rápida via meio eletrônico, têm recrudescido essa dificuldade, especialmente entre os adolescentes, mesmo os das zonas rurais.

A terceira via tratada por Bortoni-Ricardo refere-se ao *continuum* de monitoração estilística, no qual um dos extremos é ocupado pelas interações espontâneas e o outro, pelas interações planejadas, que, por sua natureza, exigem do falante uma preocupação maior. O monitoramento baseia-se na visão que o falante constrói de seu interlocutor, considerando-se o ambiente em que ambos se encontram, bem como o tópico ou assunto da conversação.

A visão de Bortoni-Ricardo está fortemente influenciada pela idéia das redes sociais e pela dimensão social dessas redes, largamente discutida por estudiosos como Milroy (1995).⁸⁵

Ao caracterizar o português brasileiro rural e rurbano, Bortoni-Ricardo (2004) reconhece os seguintes fenômenos:

- a) "troca do /l/ por /r/ (p. 83 e p.94);
- b) "tendência a flexionar o primeiro elemento do sintagma nominal plural e a não marcar os demais⁸⁶." (p. 89)
- c) supressão do travamento nasal em sílaba final (p. 97);
- d) variação na aplicação da regra de concordância verbal, condicionada a fatores fonológicos e sintáticos (p. 100)
- e) desfavorecimento das proparoxítonas e conseqüente síncope vocálica (p.101)⁸⁷

O estudo apresentado por Bortoni-Ricardo revela a consciência de que as variedades da língua portuguesa que pertencem ao meio rural e ao meio rurbano podem ser paulatinamente influenciadas pelos hábitos lingüísticos do meio urbano graças ao imperativo do letramento, exigência cada vez mais presente na vida brasileira. A idéia de que fatores externos possam alterar as características lingüísticas através da ampliação das redes de relações coaduna com a nossa de que o contato entre grupos rurais e urbanos resulta no aumento da influ-

⁸⁵ Em nossa análise, nós consideramos as redes de relações a partir da idéia de contato com outros grupos.

⁸⁶ Bortoni-Ricardo reconhece que esse fenômeno está presente, também, na fala urbana, mas em menor grau.

⁸⁷ Outros fatos apontados pela autora como a queda do /r/ final (p.84-86) são reconhecidos com fatos gerais do português do Brasil.

ência lingüística da cidade sobre o campo, em direção à aquisição de padrões da norma citadina.

2.2.6 A visão bipolarizada de Dante Lucchesi

Dante Lucchesi expressa de forma mais sistemática seu ponto de vista sobre a bipolarização da língua portuguesa do Brasil em dois artigos publicados em 1994 e 1998. No primeiro intitulado *Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil*, o pesquisador discute os conceitos relativos à variação, à norma e à mudança lingüística apresentando a tese de que o português brasileiro não seria apenas heterogêneo e variável, mas essencialmente plural e polarizado. Em pólos extremos figurariam, na opinião do sociolingüista, a norma culta e a norma vernácula, entremeadas de situações linguageiras que ora se aproximem de um e de outro pólo. Segundo o autor:

Apesar de conceber o português do Brasil como um sistema heterogêneo e variável, defendo que ele não pode ser analisado como um sistema unitário, mas um sistema plural, mais precisamente um diassistema, constituído por pelo menos dois subsistemas, também eles heterogêneos e variáveis, que defini aqui como normas. O resgate do conceito de norma que aqui se faz no quadro da teoria sociolingüística, isto é, em termos qualitativos distintos do corpo estruturalista do qual este conceito provém, justifica-se, na medida em que, numa mesma comunidade de fala, definem-se sistemas de valores e padrões de usos lingüísticos, ou mesmo antagônicos. (LUCCHESI, 1994, p. 27)

Essa visão de Lucchesi estende-se à compreensão das mudanças por que passa o português falado no Brasil. Para o pesquisador, os falantes da norma culta que correspondem à parcela escolarizada de nossa sociedade tendem a perder características lingüísticas que os aproximem o padrão de língua portuguesa européia, enquanto que os falantes da norma vernácula tendem a adquirir certos padrões que os aproximam da norma culta. Portanto, para Lucchesi, podemos verificar no português brasileiros duas tendências que apontam para um processo de convergência. Nesse processo de convergência, certamente, as duas variedades de

língua estariam apresentando diferenças em relação aos padrões de uso que subjazem à norma culta e à norma vernácula.

Lucchesi (1994) fundamenta sua posição com base em estudos sociolingüísticos realizados no âmbito da concordância de número verbal e nominal. As realidades das pesquisas têm demonstrado que existe no português do Brasil uma variação na aplicação da regra de concordância verbal e nominal, apresentando a norma culta uma variação menor do que aquela verificada na norma vernácula. Nesse sentido o pesquisador estaria vislumbrando duas situações: a primeira marcada pela perda das flexões, observada em contextos em que a diferença entre o singular e o plural é menos saliente; sendo tal realidade própria da norma culta. Por outro lado, em relação à norma vernácula, estaria havendo um processo de aquisição das marcas de concordância nos contextos lingüísticos em que a diferença entre o singular e o plural é menos saliente. No português popular, as alterações estariam ocorrendo por pressões externas que incidiram com maior ímpeto nos indivíduos suscetíveis ao prestígio cultural das classes cultas.

O segundo artigo de 1998, intitulado *A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolar: tendências atuais de mudança nas normas culta e popular*, Lucchesi vai aperfeiçoar sua visão expressa em 1994. No artigo, o autor discute a natureza dos contextos sócio-históricos de que emergiram a norma culta e a norma popular. O artigo de Lucchesi (1998) reforça nossa crença de que o português popular do Brasil não é somente uma das variedades da língua portuguesa falada em nosso território, mas é uma realidade complexa que se aproxima e se afasta do padrão culto a depender de questões sociais e históricas que envolvem as comunidades de falantes. O processo de urbanização e os aparatos de uma vida urbana como a facilidade de comunicação e o acesso ao círculo letrado podem dar à língua popular matizes diversos que devem ser determinados por pesquisas sucessivas em várias regiões do país.

Além disso, o texto de Lucchesi nos leva a inferir que o que marca a língua popular do Brasil é uma fase de transição em que padrões citadinos estão sendo agregados às formas populares de falar, quer por influência da mídia, quer pela necessidade de integração às novas exigências mercadológicas do mundo globalizado, que exige cada vez mais especialização dos que se iniciam no mercado de trabalho.

A importância de observarmos o curso de mudança para uma aproximação do ideal culto esteia-se na atual crise de democratização do ensino, agravada pela ausência de estratégias que se ajustem ao fato de que os utentes do português popular falam uma variedade de língua que não é a da escola, nem é a dos livros veiculados por essa mesma instituição.

2.3 POLÊMICA EM TORNO DA ORIGEM DO PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL

A origem do português popular do Brasil está envolvida em uma polêmica que tem atraído a atenção de muitos pesquisadores da realidade lingüística brasileira, desde o século XIX. O início da polêmica reside no fato de que o grande contingente de negros africanos trazidos ao Brasil e as situações de contato levaram estudiosos a relacionarem nosso português popular às línguas crioulas de base portuguesa existentes na África. Por outro lado, há estudiosos que vêem a origem do português popular como ação de uma deriva secular, refletindo na atualidade tendências prefiguradas desde o indo-europeu.

No século XIX, Adolfo Coelho (1886 apud TARALLO, 1993) afirma que a ausência de concordância de número no sintagma nominal é um forte argumento para reunir o português do Brasil aos crioulos de base portuguesa. Certamente, Coelho não está se referindo ao português culto, mas à variedade popular do português brasileiro.

No século XX, Jacques Raimundo, em 1933, publica o livro *O Elemento Afro-negro na Língua Portuguesa*, afirmando que algumas mudanças na pronúncia da variedade brasileira da língua portuguesa tiveram origem na contribuição dos negros africanos que, em terras

brasileiras, construíram uma linguagem própria, uma mistura de linguajares africanos (especialmente de origem banto) e português, que recebeu contribuições do elemento indígena. A “mescla”, termo usado pelo autor para designar a mistura de linguajares de africanos e portugueses, teria produzido alterações na prosódia, no léxico e na flexão, simplificando-a. Raimundo, no entanto, centra seu estudo na análise do vocabulário africano usado no Brasil, apresentando uma relação de 132 topônimos. Notadamente, o autor apresenta a simplificação na flexão como uma contribuição das línguas africanas ao português, certamente, ao português popular do Brasil.

Renato Mendonça, em seu livro *A influência africana no português do Brasil*, publicado pela primeira vez em 1933, apresenta um quadro lingüístico mais abrangente do que seu consuetâneo Jacques Raimundo. Para Mendonça, é de vital importância a comparação entre os crioulos de base portuguesa surgidos na África e a língua portuguesa do Brasil. Segundo ele, “estes dialetos [os crioulos guineense e caboverdiano] constituem um elemento de comparação indispensável para discriminarmos o papel do negro na fonética brasileira” (MENDONÇA, 1973, p. 59). A pouca atenção dada à influência do elemento negro no português do Brasil é apontada pelo autor como um dos entraves para descortinarmos o papel dos negros africanos na formação do português brasileiro. Segundo ele a causa disso é o pouco caso atribuído à influência dos negros e a conseqüente supervalorização romântica do índio como elemento formador nacional⁸⁸.

Algumas das alterações fonéticas apresentadas por Mendonça (1973[1933]), como sendo de origem africana, são comuns no português popular do Brasil e podem ser facilmente encontradas em nosso *corpus*: como o ieísmo, “o fonema línguo-palatal *lh* muda-se na semi-vogal *y*” (p.61); e suarabácti, como em “Culáudio, fulô” (p.65).

⁸⁸ Houaiss (1992, p. 89) afirma que “Não há levantamento, entre nós, para com africanismo, que se equivalha ao de Antônio Geraldo da Cunha para com o tupi”. Realmente, os termos africanos utilizados no Brasil não foram ainda arrolados com tanta precisão. como o fez Antônio Geraldo da Cunha com os termos indígenas.

Em relação à morfologia, Mendonça observa que foram deixados apenas alguns vestígios e atribui a esse fato à grande diferença que há entre as línguas africanas e as européias. O vestígio mais sensível seria a ausência de plural no substantivo, quando ocorre a pluralização do determinante. Tal fenômeno iria se repetir no adjetivo na função predicativa. A morfologia verbal, também, teria sido afetada por influência do contato com a gente africana escravizada. Argumenta o autor que ocorreu mudança na pronúncia da terceira pessoa “am”, na pronúncia “dos pretos e gente de sua classe” (MENDONÇA, 1973, p.68). Em relação à sintaxe, Mendonça afirma que “a influência africana é ainda menos sensível”, pois seriam apenas traduções do modo africano de os negros falarem, mas “não persistiram nem deixaram de si vestígios” (MENDONÇA, 1973, p. 69).⁸⁹

Depois de 70 anos de publicação, podemos ver que as características apontadas por Mendonça, ainda, são recorrentes no português popular do Brasil, tanto na variedade urbana quanto rural.

A grande contribuição de Mendonça para a discussão da origem do português popular do Brasil está no fato de ele relacionar a influência africana às classes menos privilegiadas, identificando-a com os dialetos populares ou caipiras. Ele afirma que os matutos e caipiras conservaram a invariabilidade na flexão nominal, fenômeno sem precedentes na história do português e que teria sua origem no contato entre brancos e negros no período colonial.⁹⁰

⁸⁹No entanto, para o autor, a diferença entre a colocação dos pronomes no Brasil e em Portugal seria um processo de influência dos africanos no Brasil e fundamenta a sua hipótese em observações de Leite de Vasconcelos e Gonçalves Viana.

⁹⁰Sousa da Silveira contesta categoricamente, em 1952, as afirmações feitas por Mendonça. O argumento principal de Silveira para contrapor as idéias de Mendonça fundamenta-se no caráter arcaizante do português do Brasil, isto é, os fenômenos lingüísticos supostamente gerados a partir do contato entre negros africanos, índios americanos e brancos portugueses são formas vivas de construções já desusadas em Portugal e que foram transplantadas para o Brasil no período da colonização. Dois argumentos centrais põem em dúvida o mito da conservação no português brasileiro. O primeiro vem de Celso Cunha que, em artigo de 1984, afirma serem as alegadas formas arcaicas realizações fonéticas regionais e não comuns em todo o país. O segundo é feito por Mattos e Silva que, ao tratar do alicamento e centralização das vogais, vê a possibilidade de interpretar tais características como associadas aos "sistemas vocálicos dos africanos que chegaram ao Brasil" (MATTOS E SILVA, 2004 a, p. 136).

Gladstone Chaves de Melo discute a origem do português brasileiro e vê nela maior influência do elemento negro do que influência do elemento indígena. Melo (1971 [1946]) pressupõe que entre os africanos trazidos para o Brasil tenham surgido dialetos crioulos que foram gradativamente reprimidos pelas diversas ondas reluzitanizantes, além da urbanização crescente e da ampliação da rede escolar. Como outros autores, Melo destaca o caráter arcaizante do português popular, afirmando ser o português popular o português arcaico lusitano misturado a uma base tupi-quimbundo. O trecho abaixo ilustra o que acabamos de afirmar:

Quer-me parecer que a influência na língua até certo ponto correu parrelhas com a miscigenação racial e com a importância social do negro na formação histórica do Brasil, e que ao africano muito mais que ao índio se deve a tendência à simplificação das flexões e certas deturpações fonéticas extra-românicas que se notam na fala popular brasileira. (MELO, 1971 [1946], p. 75)

Melo observa que o português popular do Brasil, originado do crioulo tupi-quimbundo, tende a se aproximar da norma lusitana, mas que “algumas deformações iniciais persistiram e constituem, no meu entender, o mais importante fundo dialetal da nossa fala popular” (MELO, 1971 [1946], p.76). Os africanos imprimiram no português do Brasil hábitos lingüísticos de suas línguas nativas, especialmente, no que se refere à simplificação da morfologia flexional, fato considerado de grande abrangência no Brasil. Os africanos teriam constituído uma “força de resistência” às ondas niveladoras lusitanas.

Melo reconhece que algumas das alterações provocadas pelos aloglotos podem ser explicadas por outras vias que não as do contato, mas não encontra justificativa plausível que explique a drástica redução na morfologia flexional, visto que tal fenômeno não possui precedente na língua portuguesa de Portugal, mesmo em sua variante popular e oral.

Posteriormente, Serafim da Silva Neto (1988 [1957]) vai explicar as diferenças encontradas no português do Brasil a partir da idéia de deriva, vislumbrando duas derivas, uma conservadora e outra em que as condições sócio-históricas imprimiram velocidade inesperada.

Em relação à deriva conservadora, o autor afirma que os falantes do português europeu provinham de diversos lugares de Portugal e essa heterogeneidade fê-los elaborar um denominador comum que, por estar longe das correntes inovadoras, apresentaria traços arcaizantes (SILVA NETO, 1988 [1957], p. 595). Segundo ele, o caráter conservador é próprio de línguas transplantadas e isso explicaria os inúmeros arcaísmos encontrados no português brasileiro (1986 [1950], p. 156 – 157).

Por outro lado, os falantes de línguas africanas, ao aprenderem o português de ouvido, sem a força normatizadora da escola, imprimiram às evoluções predeterminadas pela língua portuguesa uma velocidade que lhe teria alterado muitas de suas formas estruturais. Para ele, os africanos no Brasil apenas fizeram acelerar a tendência à simplificação vista na morfologia da língua portuguesa. Some-se a essa operação, o surgimento isolado de situações de criouliização, um semicrioulo de base portuguesa, cujas características mais salientes poderiam ser vistas, por exemplo na morfologia verbal, em que se verifica um ponto de intersecção ente as línguas crioulas e o português popular do Brasil. Caminhando na trilha da deriva, ele explica que essa já era a tendência presente nas línguas românicas, e que os aloglotas africanos fizeram apenas acelerar tal tendência, “de improviso”.

Révah (1963) vai se opor a toda e qualquer influência lingüística resultante do contato entre línguas na formação do português do Brasil, apoiando-se no fato de que as características apontadas como oriundas de criouliização não são privativas de situações de típicas de contato. Ele defende, por sua vez, o caráter conservador (entenda-se arcaizante) do português do Brasil e nele se apóia para explicar a tendência à simplificação verificada não só em terras brasileiras, mas também na Ibéria romana. O autor acredita que só se possa recorrer a fatores não lingüísticos depois de esgotada toda verificação lingüística possível, conforme postulava Martinet (1978 [1963], p. 212.).

Podemos observar, ainda, no pensamento de Révah, que existe uma supervalorização do superstrato⁹¹ a ponto de afirmar que os índios e os africanos que conviviam com os portugueses eram incapazes de corrigir os desvios da norma que lhes eram transmitidos pelos brancos, visto que os brancos vindos para o Brasil falavam um português rústico, pois rústica era sua condição. Nesse ponto, Révah concorda inteiramente com Silva Neto quando afirma que:

Em muitos pontos coincidiram os índios e os negros. Aprendendo, ambos, o português, não a fina estilização dos mais famosos textos, senão o trivial e rasteiro da boca dos mais rudes colonizadores, haveriam de, por força, chegar a resultados mais ou menos idênticos.” (SILVA NETO, 1951, p. 164 *apud* REVAH, 1963, p.29).

O que nos surpreende é que a variação na concordância verbal no português popular do Brasil é maciça, estrutural, geral e sem precedente na história do português. Ao virem para o Brasil, os portugueses que entraram em contato com negros e índios apresentariam variação na concordância como hoje encontramos em comunidades rurais afro-descendentes? E se tal variedade de português lusitano tivesse existido, por que os dialetólogos a ela não fazem referência? O que sabemos do português rural europeu é que, em relação à concordância, assemelha-se muito ao português culto. A esse respeito, é oportuno lembrar o depoimento dado por Gladstone Chaves de Melo (1946) sobre o uso das flexões por um grupo de portugueses remanescentes no Rio de Janeiro.

Encontrei na localidade de Armação dos Búzios, litoral fluminense (pouco acima de Cabo Frito), uma pequena população de cerca de 600 pessoas, analfabetas, mas que flexionavam perfeitamente a língua. Estranhando o fenômeno e indagando, soube que ali estivera longos anos uma colônia de pescadores de Póvoa de Varzim, Portugal, expulsa não havia longo tempo, por força de uma das leis nacionalistas do Estado Novo. Ficou tudo explicado. (MELO, 1971, [1946], p. 98)

Portanto, como, à luz do pensamento de Révah e Silva Neto, explicar que aqueles pescadores, logicamente, oriundos de parcela menos favorecida da população portuguesa, aplicavam a regra de concordância a despeito de seus antepassados não a aplicarem e ensinarem aos índios e negros os “erros” que consigo trouxeram de Portugal? Cremos, pois, que não

⁹¹ O pensamento de Révah atribui à língua do dominador o mesmo papel que Bloomfield atribui ao *babytalk*, pois a alteração na língua do colonizado não se dá pelas bases da língua que ele possui, nem da situação do contato, mas da ação do superior sobre o inferior.

tem fundamento apoiar a variação na flexão verbal e nominal no português do Brasil em uma semente portuguesa que aqui germinou e floresceu mais do que na língua de origem.

Ao discutir a influência “afro-índia” no português do Brasil, Sílvio Elia reconhece que:

Existe um tipo de falar crioulo que consiste na deturpação e simplificação de uma língua-base, quando falada por aloglotas de estágio cultural inferior (ao dos padrões ocidentais, naturalmente). E foi este tipo de falar que se constituiu no Brasil Colonial, particularmente nas regiões (em geral agrícolas), onde o contato do negro com o branco foi mais intenso. (ELIA, 1979, p. 234)

Silvio Elia (1979), apoiando-se na história do Brasil, afirma que aqui surgiu um semi-crioulo ou um crioulo secundário sem que houvesse um estado de *pidgin*. Ele reconhece que as características encontradas no português do Brasil podem ser vistas em outros semicrioulos ou crioulos secundários⁹². Uma delas, a simplificação das flexões verbais e nominais, seria não só peculiar ao português popular do Brasil, mas também a semicrioulos de base francesa. Elia aponta, além disso, algumas características do português do Brasil que podem ser oriundas do contato entre o português e as línguas indígenas e africanas, como o *ele* “acusativo”, o uso do pronome reto como oblíquo, *ir* seguido pela preposição *em* e os anaptixes⁹³.

Silvio Elia afirma a existência de unidade entre o português do Brasil e o de Portugal, já que o contato não alterou o sistema, mas “não se pode, portanto, afastar de plano toda e qualquer influência afro-índia no português do Brasil” (ELIA, 1979, p. 249).

A polêmica toma novo impulso quando Gregory Guy (1981) assume a posição de que o português popular do Brasil possui uma origem crioula e que os dialetos rurais apresentam no Brasil fortes vestígios de um crioulo a que a urbanização estaria pondo fim. Nesse ínterim, o autor aponta para um processo de descrioulização, fato atestado na recuperação das marcas

⁹² Sílvio Elia usa a denominação “crioulo secundário” por inspiração de Valkhoff e para o termo “semicrioulo” a inspiração foi de Silva Neto (1986 [1950], p. 97).

⁹³ O filólogo brasileiro Silveira Bueno em *Estudos de Filologia Portuguesa* (1967) discute alguns alegados brasileiros, dentre eles os reconhecidos por Sílvio Elia como resultantes do contato. Com exemplos retirados de clássicos portugueses, Silveira Bueno demonstra que podemos encontrar tais fenômenos em Portugal, chegando a afirmar que “fácil, entretanto, será demonstrar-lhes que toda essa novidade não passa de velharias muito portuguesas, heranças religiosamente conservadas pelo povo desde os primeiros tempos do idioma europeu.” (BUEÑO, 1967, p. 210). As afirmações de Bueno são bastante exageradas, pois não levam em conta fatores como a licença poética e a necessidade rítmica, já que a maioria dos exemplos citados é de cunho literário.

de flexão verbal e nominal. Fatores sociais, como a urbanização, seriam responsáveis pela descrioulização. Segundo o estudioso, não se pode explicar a concordância variável no português brasileiro *vis-à-vis* a concordância categórica no português europeu, a não ser pela via da crioulização.

Ao explicar o processo de descrioulização, Guy argumenta, no caso dos verbos, que a aquisição se daria nos elementos mais salientes, isto é, aqueles em que as diferenças entre singular e plural são mais perceptíveis. Haveria, então, uma tendência psicológica e perceptiva a direcionar a aquisição dos morfemas de flexão verbal. A saliência fônica indicaria o percurso da aquisição dos morfemas de flexão⁹⁴.

Por outro lado, Anthony Naro e Martha Scherre (1991, 1993 e 2000) crêem que a origem do português popular do Brasil esteja na ação da deriva (do inglês *drift*) para a simplificação, como uma tendência própria do indo-europeu. Embora não neguem que tenha havido um processo de transmissão lingüística irregular⁹⁵, esse processo não teria sido o motor das alterações que ora se verificam na concordância verbal e nominal. A fim de explicarem a simplificação da morfologia verbal no português do Brasil, os autores recorrem ao expediente fonológico da perda da nasalização, fato já comprovado no português europeu. A perda da nasalidade final de certos nomes, como ocorre em vocábulos do tipo “*virgem*>*virge*”, “*homem*>*homi*”, teria desencadeado um processo de generalização que, por fim, atingiu a morfologia verbal. Investigações empreendidas por Naro e Scherre (2000) dão conta de que, ao contrário do que afirma Guy (1981), a concordância verbal não é uma regra categórica no portu-

⁹⁴ Trataremos dessa questão da ação da saliência fônica na aquisição das marcas da concordância verbal no português popular do Brasil, mais adiante.

⁹⁵ Naro e Scherre a esse respeito resumem assim a situação sociolingüística do Brasil Colonial: “predomínio do *pidgin* tupi, influência mútua das diversas línguas no contexto do aprendizado imperfeito e elementos pidginizantes vindos da Europa” (NARO; SCHERRE, 1993, p. 440).

guês europeu, mesmo em sua fase arcaica e mostram evidências, embora mínimas, de variação⁹⁶.

Os autores chamam, também, a atenção para as ocorrências de variação de concordância tanto no português arcaico quanto no português popular lusitano. No artigo *Variable concord in Portuguese: The situation in Brazil and Portugal* (2000), Naro e Scherre apresentam evidências que comprovariam a ação da deriva no PPB rumo à simplificação. Analisando a versão portuguesa da *Demanda do Santo Graal*, um texto em português arcaico, das 4700 ocorrências de P6 (ou terceira pessoa do plural) só 20 não apresentaram concordância, isto é, menos de 1% dos casos em que deveria haver P6 houve P3, mais precisamente, 0,4%.

Alan Baxter e Dante Lucchesi, desde estudos de 1993⁹⁷, vêm apontando evidências a favor da relevância do contato entre língua na formação do português popular do Brasil. Ao rejeitarem concepções imanentistas que procuram ver a origem das alterações verificadas no português popular como mera ação de forças inerentes ao sistema e já pré-determinadas pela índole da língua portuguesa, Baxter e Lucchesi não só defendem a origem do português popular como um produto do contato entre línguas, mas também vêem que, por influxo da urbanização e seus derivados, está ocorrendo um processo de eliminação das marcas decorrentes do processo de transmissão lingüística irregular desencadeado nas situações de contato em que as variedades populares do português brasileiro se originaram, sobretudo no interior do país⁹⁸.

A criouliização, na visão de Baxter e Lucchesi (1997) não deve ser vista como um processo regular e homogêneo, já que estão em jogo no processo de transmissão lingüística irregular fatores sociolingüísticos e sócio-históricos. Nesse sentido, os autores procuram precisar

⁹⁶ Ao analisar a concordância verbal no período arcaico, Rosa Virgínia Mattos e Silva (MATTOS E SILVA, 1998, p.174) afirma que “não seria a saliência fônica mínima (aquela em que a diferença entre singular e plural dá-se pela presença ou ausência de uma vogal nasal) entre as terceiras pessoas da maioria dos verbos o fator mais significativo na “atuação” ou “desencadeamento” da tendência para a mudança de perda da marca de concordância.”

⁹⁷ Alan Baxter e Dante Lucchesi vão se esmerar em estudar detalhadamente o tema em 1993, 1995 e 1997. Lucchesi, ainda, discutirá a transmissão lingüística irregular em trabalhos de 1994, 1996, 1998, 1999 e 2001.

⁹⁸ Os estudos realizados por Lucchesi tendo como *corpus* a comunidade de Helvécia apontam para uma tendência de aquisição das marcas de concordância perdidas por influência do contato entre falantes de línguas diversas.

em que termos estão empregando a palavra “crioulo”, já que a confusão no sentido do termo “crioulo” foi o motivo, conforme Sílvia Elia (1979, p. 235), para as críticas feitas por Révah e Silva Neto. Na história da crioulistica, a definição de *crioulo* e *pidgin* esteve ligada a dois parâmetros: um de ordem sociolingüística, envolvendo o contexto econômico, histórico, social e político e outro de ordem estrutural ou lingüística, partindo-se de semelhanças e diferenças estruturais entre as línguas envolvidas na situação de contato. Segundo os autores, uma língua crioula “nasce em circunstâncias sociolingüísticas especiais que conduzem à aquisição de uma primeira língua, com base em um modelo defectivo de segunda língua.” (BAXTER; LUCCHESI, 1997, p. 69). Colonização e escravidão são exemplos de circunstâncias sócio-históricas que favorecem à formação de crioulos. Além disso, fatores como a homogeneidade das línguas maternas faladas pelos escravos e as condições de acesso à língua alvo podem favorecer à formação de uma língua *pidgin*, um falar de emergência, que pode vir a se tornar a língua nativa dos descendentes dos povos escravizados, mas podem fazer surgir uma língua muito próxima da língua do colonizador.

Em artigo publicado em 1997, *A relevância dos processos de pidginização e crioulistica na formação da língua portuguesa no Brasil*, após uma análise cuidadosa dos elementos envolvidos na definição de crioulos nas décadas de 60, 70 e 80, os autores procuram apresentar uma definição atualizada. Aos parâmetros sociolingüísticos e estruturais é acrescentada a idéia de variabilidade já proposta por Baker (1982) e Bickerton (1984):

Um processo de transmissão irregular de L2 (segunda língua) para L1 (primeira língua ou língua nativa) em que L2 foi alterada devido a problemas de acesso à língua alvo (isto é, a língua do grupo dominante) e, possivelmente, à influência das línguas maternas dos falantes desta L2. Nessas circunstâncias, no desenvolvimento, na aquisição/criação da nova L1 (a língua crioula em potencial), acontecem inovações orientadas por universais e pelas outras línguas maternas presentes. As inovações preenchem as lacunas ou opacidades causadas pela diluição do modelo para aquisição. Tal processo é variável.” (BAXTER; LUCCHESI, 1997, p. 74)

Lucchesi (2000) aponta para a formação de uma variedade de língua em que a erosão gramatical ocorreu em grau menor do que nos crioulos ditos “típicos” e com maior variação,

resultando, não numa eliminação total dos elementos gramaticais, mas num processo de variação tanto dos elementos flexionais quanto dos gramaticais. Se houver um processo de transmissão lingüística em que se verifica um modelo forte da língua alvo, certamente, a língua criouliizada terá características que mais se aproximem da língua alvo, caso contrário, poderá haver resultados radicais, resultando em novas estruturas bem distantes da língua lexificadora.

Segundo Baxter e Lucchesi, a história social do Brasil aponta para uma situação em que o contato lingüístico entre os agentes envolvidos produziu alterações no sistema flexional do português, em um caso leve de transmissão lingüística irregular.

Em meio à discussão sobre a possível origem crioula do português popular do Brasil, Rosa Virgínia Mattos e Silva, em artigo inicialmente publicado em 2000, não descarta a possibilidade de ter havido criouliização em nossas terras, mas não crê que tenha sido uma situação generalizada, admitindo que a criouliização possa ter ocorrido em espaços isolados do meio rural. No entanto, a pesquisadora supõe a existência de um português geral brasileiro que teria sido falado por índios remanescentes, por africanos e seus descendentes em contato com os brancos portugueses. Esse raciocínio considera que a protolíngua do português popular teria sua origem num processo de aquisição imperfeita. O modelo defectivo que deu início ao processo de aquisição não seria tão forte a ponto de criar um crioulo geral, mas teria modificado alguns aspectos da língua do colonizador. Mattos e Silva (2004a) reconhece, ainda, que o elemento africano e seus descendentes foram responsáveis pela difusão dessa forma de falar por quase todo o território nacional e nega o caráter conservador atribuído ao português popular do Brasil.

Ao considerar os africanos e seus descendentes como os agentes principais “da difusão do português no território brasileiro”, Mattos e Silva (2000, p. 23) oferece-nos uma reflexão sobre a contribuição do “elemento negro” na constituição do português do Brasil, antes reconhecida apenas no léxico. A importância da idéia defendida pela pesquisadora pode ser perce-

bida pelo fato de ser ela uma das maiores autoridades em português arcaico e, ao contrário de Naro e Scherre (1993 e 2000), reconhece que “as características inovadoras, em geral simplificadoras, em relação ao português europeu, tanto no plano sintático como fônico” (MATTOS E SILVA, 2000, p.24) devem-se à ação dos africanos e seus descendentes que desde o início da colonização estão presentes, em maior número aqui e em menor número ali, na constituição histórico-social do Brasil (MATTOS E SILVA, 2000, p.24)

Como podemos ver, Mattos e Silva não vê uma criouliização geral, mas se existiu ocorreu isolada, em situações especiais. A visão de que o português geral foi o antecedente do português popular do Brasil possui respaldo histórico, pois que uma situação de multilingüismo/multidialeto fez surgir tal variedade de língua como forma de se estabelecer a comunicação entre grupos diversos, vivendo realidades assemelhadas e interdependentes. Essa visão dá voz à massa de negros e afro-descendentes silenciados, pois que, por muitos anos, foi relegada, na visão de alguns, a um papel passivo na construção da língua portuguesa popular do Brasil.

Podemos reconhecer a língua portuguesa do Brasil, como bem definiu Lucchesi (1994), como uma realidade bipolar: de um lado a norma culta e de outro a norma vernácula ou popular. Essas duas vertentes da língua portuguesa no Brasil têm, ao nosso ver, histórias diferentes e as comunidades rurais afro-brasileiras representam no presente uma realidade pretérita que conservou o modo de vida e, em muitos casos, a forma de falar de um passado marcado pela influência do contato entre línguas, pois a origem dessas comunidades está ligada à escravidão ou à fuga da escravidão, como a comunidade de Cinzento, por nós estudada. cremos, portanto, que a história da língua portuguesa popular do Brasil só pode ser explicada pela via do contato, por um processo de transmissão lingüística irregular, produzindo uma variedade da língua alvo, marcada pela simplificação das flexões verbais e nominais. Além disso, acreditamos esses traços derivados do processo de transmissão lingüística irregular vêm

se perdendo com a influência do contato com outros grupos sociais e dos meios de comunicação, tudo isso como consequência do longo processo de urbanização brasileiro.

Dessa forma, as comunidades rurais e as comunidades urbanas a elas relacionadas podem abrir uma janela entre o passado e o presente, através da qual podemos olhar para uma situação lingüística do português popular brasileiro marcado pela variação na concordância verbal graças à coexistência de duas gramáticas, uma com traços crioulistas, em via de desaparecimento, e outra marcada pelas influências da língua culta.

3 A TEORIA

Ao construir uma teoria, o cientista procura apropriar-se da realidade e tal apropriação é uma forma de conhecer as coisas, de perceber os acontecimentos e de analisar os fenômenos na tentativa de elaborar respostas e propor soluções para as dúvidas que ele possui bem como discutir os problemas com que ele se depara. Como homem de seu tempo, nenhum cientista deixa de assumir posturas teóricas inseridas no contexto em que vive e nem deixa de influenciar-se pelo percurso histórico em cujo caminho se põe a trilhar⁹⁹. O cientista é, portanto, um homem histórico e como tal deixa influenciar-se pelos valores de seu tempo. A construção de uma teoria é, portanto, uma construção dentro de uma realidade histórica e sobre ela é que o objeto vai ser descrito e analisado. Um exemplo claro do que acabamos de expor está no tratamento dado à variação lingüística por diversos estudiosos ao longo da história do estudo sistemático da linguagem. O modelo proposto por algumas correntes estruturalistas, por exemplo, não via a variação como fenômeno que se poderia estudar. Herman Paul, no início do século XX, considerava que só se podia tratar a variação com base apenas no idioleto, enquanto que para Saussure a variação não pertencia ao escopo da ciência da linguagem, já que o objeto de investigação da Lingüística deveria ser uma entidade homogênea¹⁰⁰. Portanto, a visão de mundo do estudioso reflete seu modo particular de ver o fenômeno, mas também traz em si a visão histórico-social que ele assume, já que tal visão está inserida no contexto em que ele vive.

A nossa investigação pauta-se numa perspectiva histórica que procura não só discutir a origem do português popular do Brasil, mas também intenta explicar as mudanças por que

⁹⁹ Além disso, como bem afirmou Sylvain Auroux “[...] a ausência de preocupações históricas prende-nos a uma visão insuficiente do presente; a cada etapa corremos o risco de reinventar a roda e de apresentarmos ingenuamente como novidade velhos problemas e modos de saturação clássicos”. (AUROUX, 1998, p. 23) Portanto, todo estudioso deve preocupar-se em examinar quem antes o precedeu na investigação por ele empreendida, além de analisar as idéias expressas com base nos valores do tempo e do espaço em que elas foram geradas.

¹⁰⁰ Ao elaborar seu conceito de língua, Saussure, segundo afirma Bourdieu, tomou como objeto a língua oficial e a assumiu como sendo “a língua”. (BOURDIEU, 1998, p. 31)

essa variedade de língua vem passando, espelhando-se na história da sociedade brasileira, nas mudanças que nela verificamos e nos problemas advindos dessas mudanças.

Teoricamente filiados à Sociolingüística Variacionista, entendemos que a concordância verbal na terceira pessoa do plural no português popular do Brasil, especialmente, na fala de moradores das zonas rurais e urbanas do interior da Bahia pode, com base numa análise rigorosa dos dados, explicar como os contatos lingüísticos produziram a variedade popular do português do Brasil e que forças agem, atualmente, no sentido de direcionar essa forma de língua à aquisição de marcas lingüísticas de concordância verbal características do português considerado culto.

Mormente, apresentamos um panorama da Sociolingüística, relacionando-a aos momentos de crise social vividos pelas comunidades em que ela emergiu numa tentativa de percepção explicativa da realidade. Demos destaque à emergência da Sociolingüística na França e nos Estados Unidos e, posteriormente, discutimos a origem dos estudos sociolingüísticos no Brasil, enfocando suas tendências no passado e no presente. Cremos que a Sociolingüística seja uma ciência da crise, isto é, com base em crises sociais que se refletem na linguagem é que ela se ergue a fim de apresentar um modelo explicativo sobre "a realidade". Discutimos, ainda, o fenômeno da variação e da mudança enfocando os principais postulados da Sociolingüística. Posteriormente, tratamos dos processos de TRANSMISSÃO LINGÜÍSTICA IRREGULAR na tentativa de explicar a origem do português popular do Brasil com base no contato entre falantes de línguas diferentes. Em seguida, apresentamos a SALIÊNCIA FÔNICA como mecanismo relevante para explicação da aquisição das marcas de concordância e além dela, discutimos a importância da COESÃO ESTRUTURAL como forma de explicação plausível para a coocorrência de gramáticas, influenciando a variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural. Depois disso, discutimos a aplicação do conceito de *CONTINUUM* na análise da concordância verbal no português popular do Brasil. Por fim, discutimos o

CONTATO SOCIAL e a DIFUSÃO LINGÜÍSTICA, considerando as relações de contatos entre grupos sociais e a influência das cidades como centros irradiadores de novos valores em relação às comunidades rurais.

3.1 PANORAMA DA SOCIOLINGÜÍSTICA

A Sociolingüística entendida como o estudo da relação entre fatores sociais e lingüísticos tem sua sistematização a partir dos estudos labovianos; no entanto, reflexões sobre a relação entre língua e sociedade têm acompanhado o homem há muito tempo. A idéia de que as línguas variam no tempo, no espaço, nas classes sociais e nas diversas situações do trato social está presente de forma implícita ou explícita em diversos momentos da história da humanidade¹⁰¹.

O termo Sociolingüística, desde sua utilização a partir de 1950¹⁰², não foi de uso exclusivo de estudiosos da linguagem, mas foi compartilhado por sociólogos a fim de se observarem questões ligadas ao contexto social da diversidade lingüística, conforme lemos em Monteiro:

Romaine (1994) informa que o termo sociolingüística foi cunhado em 1950 para referir-se às perspectivas conjuntas que os lingüistas e sociólogos mantinham face às questões sobre as influências da linguagem na sociedade e, especialmente, sobre o contexto social da diversidade lingüística. (MONTEIRO, 2000, p. 25)

O próprio Labov afirma que o termo é redundante, já que não podemos conceber um estudo lingüístico que desconsidere o contexto social no qual a língua se estrutura. No entanto, o mundo ocidental, por séculos, foi influenciado pelas construções teóricas de Platão e

¹⁰¹ Muitos escritores da Antiguidade Clássica trataram do assunto. Cícero, por exemplo, no ano 55 antes de Cristo, observa tendências conservadoras na fala de *Laelia* e, após elogios ao "tom de voz" da matrona romana, aventura-se a afirmar que ela o conservou do bom ensinamento do pai e dos avós, longe das influências rurais e estrangeiras, conforme podemos ler em Chambers (1997, p. 124). A análise empreendida por Cícero mostra de forma implícita um quadro sociolingüístico presente no Império Romano que, naquele tempo, apresentava-se com fortes influências de formas estrangeiras e de formas campesinas, ambas consideradas inadequadas para a elite cultural e econômica da grande cidade.

¹⁰² Para Houaiss, o termo *sociolinguistic* foi empregado pela primeira vez em 1939 por T.C. Hodson, *Sociolinguistics in India* (isto é, *Sociolingüística na Índia*), nome de um capítulo do livro *The Man of India* (isto é, *O homem da Índia*) (HOUAISS, 2001, p. 2596).

Aristóteles, considerando a língua por vezes como uma abstração ou um ideal em essência distante dos indivíduos e da variação. A proposta de rever esses valores fez Labov elaborar um conjunto de teorias capaz de tornar concreta tal abstração.

Embora a Sociolingüística conjugue, em seu aparato teórico, certos conhecimentos advindos de outras ciências como a Sociologia, não podemos confundir a Sociolingüística com Sociologia da Linguagem. Ao analisar a diferença entre Sociolingüística e Sociologia da Linguagem, José Lemos Monteiro afirma que “a Sociolingüística analisa os aspectos sociais com o intuito de compreender melhor a estrutura das línguas e seu funcionamento. Por sua vez, a Sociologia da Linguagem objetiva alcançar um melhor entendimento da estrutura social através do estudo da linguagem”. (MONTEIRO, 2000, p. 28).

Como sociolingüistas, questionamos como ocorre a variação de número no sintagma verbal de terceira pessoa do plural e qual a explicação para o nível de variação encontrado, buscando na constituição histórica da sociedade brasileira razões para entendermos não só a variação, mas também a mudança e o curso dessa mudança, já que a ausência de concordância verbal na fala popular não é um fenômeno recente, como mostram dialetólogos como Amadeu Amaral (1972 [1920]) e antes dele temos relatos esparsos, mas bastante expressivos, de professores de português que viram na falta de concordância "condições inabilitantes" como apontou Silva Ramos (1919) ao analisar as causas de fracasso de certos candidatos a estudos mais avançados de língua portuguesa. Um sociólogo da linguagem, por outro lado, poderia centrar-se na pouca mobilidade social advinda dos obstáculos causados pelas diferenças lingüísticas no ensino de populações de baixa renda. A questão, como nos diz Hudson (1996, p. 4), está na ênfase que se dá ora à linguagem ora à sociedade, já que “a diferença entre Sociolingüística e a Sociologia da Linguagem é mais uma questão de ênfase, levando em conta se

o investigador está mais interessado na língua ou sociedade, e também conforme se eles têm mais habilidade em analisar estruturas lingüísticas ou sociais"¹⁰³ (HUDSON, 1996, pág., 4).

A diversidade lingüística e as suas implicações nos grupos sociais não apenas chamaram a atenção de estudiosos da linguagem, mas sempre incluíram outros pensadores como filósofos, sociólogos, antropólogos e cientistas políticos. Hoje, mais do que nunca, se tornou comum os lingüistas recorrerem a fontes históricas, a relatos sociológicos e a estudos antropológicos para explicarem fenômenos lingüísticos não só no Brasil como no mundo.

Em nosso estudo, assumimos a linha teórica da Sociolingüística Variacionista, considerando que a variação não é um fenômeno fortuito, mas uma realidade inerente a todo sistema lingüístico conhecido e que a heterogeneidade não é incompatível com a idéia de sistema. Além disso, cremos que a variação não se dá apenas dentro de uma comunidade lingüística nem entre os grupos que a formam, mas pode ser verificada num mesmo indivíduo formador da comunidade (cf. SILVA E SCHERRE, 1996, p. 39-40).

Além disso, acreditamos que, tal qual a Sociologia, a Sociolingüística é uma ciência da crise, uma ciência que se levanta em momentos de crise social e lingüística e que, com base nas crises, começa a reformular seus modelos teóricos, repensar a realidade da variação e da mudança. É segundo essa crença que havemos de discutir a concordância verbal no português popular do Brasil.

3.1.1 O pensamento Sociolingüístico na França

Tânia Alkimim (2000) afirma que a partir de 1930 começam a aparecer reflexões sobre o social no tratamento de questões lingüísticas. Um dos pressupostos básicos da teoria saussuriana assentava-se na proposição de que a língua é um sistema de signos apoiado nas

¹⁰³ "The difference between sociolinguistics and the sociology of language is very much one of emphasis, according to whether the investigator is more interested in language or society, and also according to whether they have more skill in analyzing linguistic or social structures." (HUDSON, 1996, p.4)

relações internas que se mantinham no limite desse sistema, assim, seu estudo sistemático exigia liberdade para que não se recorresse a qualquer injunção exterior. Essa postura fez o Estruturalismo, em seus primeiros momentos, excluir os fatores de ordem externa como questões geográficas, socioeconômicas e políticas. Uma das primeiras reações a essa forma de pensar surgiu na Europa com Antoine Meillet que, no entanto, não foi voz única na reação contra aquela forma de tratar os fenômenos lingüísticos. Além dele, Mikhail Bakhtin, Marcel Cohen e Emile Benveniste mostraram-se sensíveis à discussão da língua interpretada pelo viés social.

Oportunamente, já reconhecemos a importância de Meillet na tentativa de convergência entre fatores estruturais e sócio-históricos como uma explicação para fatos lingüísticos¹⁰⁴. A postura de Meillet pode ser considerada inovadora para sua época, pois, indo de encontro à corrente estruturalista à qual estava filiado, o estudioso francês tratou do componente social não como uma figuração, mas como instrumento para explicar as variações lingüísticas. Em aula inaugural do curso de Gramática Comparada (13/02/1906), Meillet, além de afirmar que a lingüística é uma ciência social, postulou que as mudanças lingüísticas estão diretamente ligadas às mudanças sociais, sendo necessário, portanto, determinar que mudanças sociais provocariam mudanças lingüísticas¹⁰⁵.

As idéias de Meillet, segundo Schlieben-Lange (1977[1958]), fomentaram a reação de outros estudiosos que, ao seguirem sua linha de pensamento¹⁰⁶, fizeram-no com orientação sociolingüística, dominando a França na primeira metade do século XX¹⁰⁷.

¹⁰⁴ Em nossa dissertação de mestrado, apresentamos um rápido estudo sobre Meillet, acompanhado de um percurso de um conceito social da língua (SILVA, 2003, p. 59-62)

¹⁰⁵ "Il faudra déterminer à quelle structure sociale répond une structure linguistique donnée et comment, d'une manière générale, les changements de structure sociale se traduisent para des changements de structure linguistique." (MEILLET, 1958 [1906], p. 17.).

¹⁰⁶ A autora vê na França uma "Escola de Meillet", defendendo os pressupostos de inspiração do Autor.

¹⁰⁷ Além de Meillet, mesmo com menos orientação sociolingüística, Martinet procurou dar tratamento a essas questões a ponto de uma de seus orientandos, Ruth Reichstein, desenvolver na década de 60, um estudo detalhado sobre o número de fonemas nasais diferenciados em Paris. (SCHLIEBEN-LANGE, 1977 [1958], p. 75)

Marcel Cohen pode ser incluído como um dos pensadores que se interessaram em discutir na França a relação entre língua e sociedade. Ele reconhece que os fenômenos lingüísticos encontram realização no contexto variável dos acontecimentos sociais e, ao publicar *Por uma Sociologia da linguagem*, separa os aspectos internos e externos da língua, assumindo que as questões lingüísticas a serem discutidas devem partir da consideração dos fatores externos¹⁰⁸. Para Schlieben-Lange (1977[1958]), *Por uma Sociologia da linguagem* é uma obra bastante tradicional, uma depuração marxista da história da língua francesa publicada anteriormente pelo autor; no entanto, nele Cohen, ao advogar a necessidade de um diálogo entre as ciências humanas, dá um passo à frente na inclusão de questões sociais no tratamento de questões lingüísticas.

Segundo Alkimim (2000, p. 26), Cohen “estabelece um repertório de tópicos de interesse para um estudo sociológico da linguagem, como, por exemplo, o estudo das relações entre as divisões sociais e as variedades de linguagem”. Um dos tópicos a serem investigados, segundo Cohen, inclui a distinção entre variedades rurais, urbanas e de classes sociais, sem dúvida, uma preocupação de uma sociedade em mudança com a progressiva migração interna e o desaparecimento de traços regionais, engolidos pelo poder “neutralizador” dos grandes centros. Marcel Cohen acredita que a ciência responsável por dar tratamento social e lingüístico aos problemas observados em seu tempo deveria ser a “linguistique sociologique”, isto é, lingüística sociológica, uma ciência responsável por estudar os fatos sociais por via da língua, analisando o lingüístico em harmonia com os outros fatos sociais.

Não podemos nos esquecer de que o desenvolvimento da Sociolingüística na França foi, sem dúvida, influenciado pela Análise do Discurso, já que com base em um enfoque textual passou-se a intentar compreender a relação entre língua e sociedade com fundamento,

¹⁰⁸ Marcel Cohen já em 1950, ao publicar *Le langage: structure et évolution*, mesmo com molde estruturalista, reconhece a variedade lingüística não só do indivíduo para consigo mesmo, mas também do indivíduo para o seu grupo. Cohen observa que a variação pode se dar de duas maneiras, uma relacionada ao próprio indivíduo que não fala constantemente da mesma maneira e uma relacionada a seu grupo social. O autor dedica o segundo capítulo do referido livro à análise das divisões externas e internas da estrutura da linguagem.

mormente, na análise de discursos políticos. Devemos citar o nome de Benveniste para quem é dentro da língua e por intermédio da própria língua que o indivíduo e sua sociedade determinam-se um ao outro, já que é através do exercício da linguagem que o homem constrói sua relação com a natureza que o envolve e com os outros homens com quem ele se envolve. Tal visão de Benveniste leva-nos a concluir que não se pode estudar a língua sem a sociedade que a utiliza como meio de simbolizar seus valores, pois a língua é instrumento de análise da sociedade¹⁰⁹.

Seguindo a nossa idéia de que a Sociolinguística é uma ciência da crise, devemos nos perguntar quais seriam as crises vividas pela sociedade francesa para fomentar a reflexão sobre variação, mudança e processos sociais. Uma das crises vividas pela sociedade francesa está diretamente ligada ao poder colonial da França, uma política interna e externa centralizadora, que prejudicou suas províncias não só econômica, mas culturalmente. A política centralista, embora reconhecesse a existência de minorias línguo-culturais, reforçava a idéia de normatização, do *bon-usage*, provocando posteriores reações de estudiosos, que não só questionavam a norma, mas apresentavam as formas de opressão que ela representava para a sociedade. Um exemplo dessa tentativa pode ser constatado na coletânea publicada em 1983 *La norme linguistique* composta de trinta e dois artigos de diversos autores discutindo o papel da norma em meio às variedades lingüísticas¹¹⁰. A análise de alguns artigos da coletânea dá-nos conta de que a emergência de novos grupos sociais ou a inclusão de novos grupos em uma sociedade tradicional produziram crises de valores no reconhecimento do que deve ser ou não considerado como representativo da sociedade francesa.

¹⁰⁹ A esse respeito é oportuno lembrarmos que Benveniste, por exemplo, estuda a relação de certas palavras e seus conceitos lingüísticos e históricos na Europa ocidental (BENVENISTE, 1988).

¹¹⁰ Bagno (2004) houve por bem traduzir-lhe alguns artigos que, de uma forma ou de outra, pudessem ser relacionados à realidade brasileira.

3.1.2 A Sociolingüística e as crises sócio-raciais nos Estados Unidos da América

Não é nosso intento aqui escrever uma história da Sociolingüística nos Estados Unidos, apenas queremos sustentar nossa idéia de que a Sociolingüística está diretamente ligada aos momentos de crise vividos por uma sociedade. Se partirmos do pressuposto de que a Sociolingüística como a Sociologia é uma ciência da crise, ou melhor, uma ciência que propõe reflexões para as questões surgidas em momentos de crises sociais, podemos destacar nos Estados Unidos, pelo menos, três situações críticas que fizeram os estudiosos da linguagem centrarem seu escopo em questões sociais. Uma dessas situações está diretamente ligada à hipótese da comunidade lingüística homogênea, um dos pontos teóricos do Gerativismo, que não só ia de encontro à tradição sociológica e antropológica difundida nos Estados Unidos, mas chocava-se com as conclusões de pesquisas realizadas por estudiosos como Fischer (1958) entre outros¹¹¹. Além disso, essa forma de pensar colidia com a realidade norte-americana, em que se verificavam diferenças entre o inglês padrão e a língua dos afro-descendentes ou os negros norte-americanos.

Ao observarmos a história norte-americana na década de 60, vamos encontrar situações de bilingüismos que traziam embutidas em si problemas sociais. Imigrantes porto-riquenhos, por exemplo, ao lado dos afro-descendentes compunham micro-grupos lingüísticos que contrastavam com o sonho americano. Atitudes político-educacionais compensatórias impulsionadas pela ação de Kennedy, a partir de 1963, expunham o problema dos baixos índices educacionais dos dois grupos a ponto de serem necessárias leis que procurassem resolver o déficit educacional. A necessidade de se conhecer a realidade desses micro-grupos fomentou, segundo Brigitte Schlieben-Lange (1977 [1958], p. 50), estudos sociolingüísticos a fim de mobilizar as reservas educacionais a ponto de o governo norte-americano financiar

¹¹¹ Fischer comprovou, ao estudar uma pequena comunidade de New England, que existe heterogeneidade até mesmo em pequenas comunidades.

“em grande escala projetos sociolingüísticos com o fim de dispor de uma base mais efetiva para os programas compensatórios. Essas subvenções”, prossegue a autora, “sobretudo a ‘Urban Language Studies’ deram um impulso decisivo para o desenvolvimento da Sociolingüística”¹¹². Embora saibamos que a motivação do governo norte-americano tenha fundo econômico, não podemos deixar de observar que uma educação planejada a partir da pesquisa sociolingüística, buscando-se traçar um quadro mais real possível das características lingüísticas e sociais de uma comunidade, é uma das formas mais lógicas de se enfrentar as crises oriundas de uma sociedade desigual que exige cada vez mais qualificação para o trabalho.

Com base nesses aspectos da crise social vivida pelos norte-americanos, podemos compreender os sucessivos encontros de estudiosos para tratar de questões sociolingüísticas como o encontro de 1963 em São Francisco e o de 1964 em Los Angeles, reunindo estudiosos como Bright e Gumperz.

A partir da compreensão desses momentos de crise, fica fácil percebermos a importância dos dois estudos desenvolvidos por Labov na década de 60. O estudo pioneiro em Martha Vineyard (Massachusetts) analisa uma comunidade formada por grupos de falantes que apresentam em seu comportamento lingüístico certas atitudes sociais em relação ao destino da comunidade. O caso Martha Vineyard poderia tipificar outras comunidades lingüísticas em que os jovens tendem a assumir uma postura diferenciada dos mais velhos não apenas por motivação geracional, mas por necessidade de engajar-se em outros grupos cuja situação lingüística e social diferem da sua. O segundo estudo de Labov (1966) iria contemplar uma comunidade urbana observando o comportamento lingüístico segundo a classe social e o estilo. O ponto central das duas pesquisas é a clara demonstração de que os fenômenos lingüísticos estudados além de variáveis apresentam tendências regulares passíveis de serem descritas e

¹¹²“[...] en gran escala unos proyectos sociolingüísticos con el fin de disponer de una base más efectiva para los programas de compensación. Esas subvenciones, sobre todo a la 'Urban Language Studies', dieron un impulso decisivo para el desarrollo de la Sociolingüística.”, conforme o original em Schlieben-Lange (1977 [1958], p. 50).

explicadas por restrições lingüísticas e extralingüísticas, demonstrando, enfim, que o comportamento lingüístico dos membros de cada grupo possui uma motivação social. Posteriormente, Labov iria se preocupar com o *Black English*¹¹³ e seu papel em comunidades marginalizadas nos Estados Unidos.

Em nosso entender, as duas crises, a francesa e a norte-americana, podem contribuir para que vejamos melhor as crises sociolingüísticas por que passa a sociedade brasileira em nosso atual movimento de mudança social. A sociedade brasileira atual convive com desafios de inclusão social e educacional, e tais desafios produzem reflexões sobre a língua que o povo fala e a língua que se quer que o povo fale, dentro e fora da escola.

3.1.3 A Sociolingüística e as crises sociais brasileiras: a democratização do ensino e a língua da escola

Segundo Scherre (1996, p. 29), os primeiros estudos teóricos sobre a Teoria Variacionista no Brasil deram-se por iniciativa de Anthony Julius Naro em 1975. Naquele tempo, o professor Naro dava aulas sobre línguas em contato no curso de mestrado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e foi movido por seus alunos a incluir a Teoria da Variação como tema de uma das suas aulas. Antes disso, Naro participou, a convite da professora Miriam Lemle, do projeto *Competências Básicas* que teve a assessoria do pesquisador Gregory Guy. Quatro anos depois, sob a orientação do professor Naro, diversos pesquisadores reuniram-se para constituir um *corpus* do português não-padrão do Brasil. O *Projeto Censo*, originado dos esforços de pesquisadores diversos, conseguiu organizar bancos de dados lingüísticos, produzindo gravações, transcrições das entrevistas gravadas e armazenamento por meio eletrônico num total de quarenta e oito horas de fala de quarenta e oito informantes adultos estratificados em sexo, idade e três faixas etárias (SILVA; SCHERRE, 1996, p. 31). Além

¹¹³ Hodiernamente, usa-se *Afro-American Vernacular English* (AAVE) para denominar tal variedade de língua inglesa falada por alguns negros norte-americanos. (HOLM, 2000, p. 3; p. 10; p. 27)

desse projeto, foram desenvolvidos, ainda, o projeto *Estruturas da fala e aquisição da língua padrão* (1981), o projeto *Subsídios sociolinguísticos do projeto "Censo" à educação* (1982), o projeto *Mecanismos funcionais do uso linguístico* (1987) que, após ter recebido novas linhas de pesquisa, passou a se chamar *Programa de estudos sobre o uso da língua*.

Dessas investidas pioneiras, podemos ver em nosso tempo muitos frutos e muitas pesquisas realizadas com resultados já divulgados como o VARSUL (Variação Linguística Urbana da Região Sul), o VALPB (Variação Linguística do Estado da Paraíba), em 1993, o projeto *Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia* (2001) entre outros. Todos esses estudos têm como base a teoria laboviana ou podem ser chamadas de estudos em Sociolinguística Quantitativa, ou Variacionista.

Por outro lado, no Brasil, desenvolveu-se, ainda, outra forma de estudo variacionista de cunho interacional. Segundo Bortoni-Ricardo (2005, p. 147), a Sociolinguística Interacional é “um ramo das ciências sociais que faz interface com a linguística, a pragmática, a antropologia (na subárea de etnografia) e a sociologia (nas subáreas de etnometodologia e de análise da conversação)”¹¹⁴.

Nesses trinta anos de Sociolinguística no Brasil, nunca um ramo do saber linguístico foi tão necessário para compreender não só a heterogeneidade, mas o abismo que separa linguisticamente o domínio da norma culta e o da norma popular. Se a situação bipolar pode ser verificada em todos os espaços comunitários como igrejas e órgãos públicos, freqüentados por pessoas de diversas classes sociais, é na escola que essas diferenças vão sofrer uma tentativa de "neutralização", procurando tornar latente a variação ao confundir unidade linguística com homogeneidade linguística. Como podemos perceber, os primeiros estudos variacionistas estão ligados à crise da alfabetização, já que na década de 70 o analfabetismo era considerado

¹¹⁴ Tais estudos têm sido inspirados nos trabalhos desenvolvidos por John Gumperz. Em 1960, Dell Hymes lançava o desafio de inserir na discussão sobre a comunicação humana as ciências com a antropologia, a sociologia e a linguística, todas trabalhando em conjunto (RIBEIRO; GARCEZ, 1998, p. 8). Algumas investidas nesse sentido já foram feitas por estudiosos como Bortoni-Ricardo (1983). Na Universidade Federal da Bahia, Iracema Luíza de Souza também tem desenvolvido estudos interacionistas focalizando comunidades afro-brasileiras.

uma das causas de nosso atraso econômico. Compreender a realidade dos falantes analfabetos, sem dúvida, é uma forma de se tentar resolver o problema.

A grande crise social e educacional do Brasil, portanto, perpassa não só a conquista da democratização do acesso ao ensino, mas também está relacionada ao acesso ao ensino de qualidade. Além disso, é preciso compreendermos que os alunos oriundos de classes desprivilegiadas levam para a escola as marcas da variedade lingüística de seu grupo social que se choca contra a variedade imposta pela escola como a única a ser usada. Tal choque, sem dúvida, leva não só aos preconceitos, mas também a aumentar o abismo entre as classes sociais no Brasil.

Atualmente, a variação até pode ser vista como natural, mas ela não é vista com naturalidade, já que a forma de falar "certo" e "errado" passou a ser uma tônica não só de alguns professores, mas de certos veículos de comunicação. Como a forma de falar das classes desprivilegiadas está ligada à sua origem histórico-social é preciso compreender tal origem a fim de entendermos as características atuais dessa variedade. Destarte, as crises sociais no Brasil têm origem na própria condição histórica do utente do português popular e tal crise é recrudescida pela escola que não reconhece o *continuum* de variação de seus alunos e trata a língua culta como uma língua natural, usada por todos e em todos lugares.

Algumas obras recém-publicadas podem ser tomadas como índices da crise social e educacional em que vivemos, já que diversos estudiosos têm se levantado contra tal situação e munidos de pesquisas sociolingüísticas põem-se não só a discutir, mas apontar prováveis soluções para vencer a crise por que o nosso sistema de ensino passa. Um exemplo é a coletânea elaborada por Bortoni-Ricardo cujo título reforça o que acabamos de expor: *Nós chegemu na escola, e agora? Sociolingüística e educação* (2005). A autora discute uma situação típica das comunidades por nós estudadas, já que os mais jovens membros das comunidades são

levados à escola e nela são obrigados a apreenderem as regras de uma variedade de língua que eles não falam e, conseqüentemente, cujos valores são considerados melhores que os seus.

O atual estágio de desenvolvimento da Sociolingüística no Brasil não está somente na descrição e na análise das variedades lingüísticas, mas na procura de indicação de formas para que essa descrição e análise possam ser utilizadas a fim de tornar público aos professores de língua materna que a unidade lingüística não deve ser entendida como homogeneidade lingüística e que o respeito à variação deve estar presente principalmente na sala de aula. Numa linha de frente, estudiosos como Jânia Ramos¹¹⁵ (1997) e Cecília Mollica (2003) esmeram-se em oferecer estratégias para que os falantes de variedades pouco prestigiadas possam adaptar-se às formas “valorizadas” de expressão, quer na língua escrita, quer na língua oral.

A título de comprovação do que dissemos, vamos analisar dois pensadores e suas respectivas obras, visto que nelas há contribuições para compreendermos melhor as crises por que passamos.

3.1.3.1 Sociolingüística e mudança de atitude: a visão de Marcos Bagno

A relação entre a Sociolingüística e a educação tem sido ponto de discussão de muitos estudiosos, já que por força da *Lei de Diretrizes e Base*, o ensino voltado para a valorização da pluralidade lingüística tornou-se não só obrigatório, mas necessário no momento em que se busca a democratização efetiva da formação escolar. As descobertas científicas podem e devem ser utilizadas pela sociedade como uma forma de facilitar a vida do homem¹¹⁶.

Duas linhas de frente podem ser atualmente observadas, ambas preocupadas em pôr em prática o conhecimento lingüístico acadêmico. Uma dessas linhas de frente procura formar

¹¹⁵ Ramos propõe uma série de atividades em sala de aula bem como uma escala de dificuldades a serem vencidas na aquisição da norma culta escrita.

¹¹⁶ Devemos destacar o papel da *Gramática Descritiva do Português* de Mário Perini (1998, p. 11) que tenta “aproximar a linguagem da gramática do padrão atual brasileiro presente nos textos técnicos e jornalísticos de nossa época”.

a consciência de que práticas segregatórias e preconceituosas são difundidas pelo ambiente escolar sem que os agentes envolvidos no processo, professores e alunos, dêem-se conta do que realmente fazem, tornando a variante chancelada pelo poder a única forma legítima de falar. Marcos Bagno, ao nosso ver, encarna essa postura de conscientização do poder do preconceito lingüístico em nossa sociedade¹¹⁷. Bagno tem afirmado sua posição em diversos textos sempre com títulos convidativos não só à leitura, mas também à tomada de um posicionamento crítico em relação à tentativa de uniformização da língua¹¹⁸.

Ao nosso ver, Marcos Bagno, na condição de um divulgador do pensamento científico, tem contribuído com a difusão de u'a melhor compreensão da realidade brasileira que assenta no combate ao que o autor chamou de oito mitos que compõem o círculo vicioso do preconceito lingüístico no Brasil:

- (1) A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente;
- (2) Brasileiro não sabe português [Eu não sei português] [Só em Portugal se fala bem português];
- (3) Português é muito difícil;
- (4) As pessoas sem instrução falam errado [feio];
- (5) O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão;
- (6) O certo é falar assim porque se escreve assim;
- (7) É preciso saber gramática para falar e escrever bem;
- (8) O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social.

(BAGNO, 2000, p. 50)

Do ponto de vista histórico, as idéias de Bagno já foram previamente discutidas por outros estudiosos do português do Brasil, como exemplos disso podemos citar o clássico *Sociolingüística: os níveis da fala* de Dino Preti (1994), o *Diversidade Lingüística e Ensino* organizado por Suzana Alice Cardoso (1996) e *Contradições no ensino de português* de Rosa Virgínia Mattos e Silva (1995). No entanto, o estilo e a linguagem de Bagno tornaram o livro *A língua de Eulália* um dos *best-sellers* mais lidos pelos jovens estudantes de Letras¹¹⁹. A

¹¹⁷ Magda Soares (1986) apresenta posição semelhante ao analisar a importância da Sociolingüística na transformação do pensamento pedagógico, insurgindo-se contra as interpretações feitas sobre os estudos de Bernstein.

¹¹⁸ Dentre os diversos textos, fazemos destaque para *A língua de Eulália* (1997); *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz* (1998) e *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social* (2000).

¹¹⁹ Há um estudo em andamento no curso de Pós-graduação em Ensino de Língua Portuguesa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia em que o pesquisador procura analisar através de questionários o impacto do livro *A língua de Eulália* na leitura dos estudantes do curso de Letras Vernáculas.

postura de Bagno no livro assemelha-se a de um ativista em defesa da legitimidade das diferentes formas de se falar uma língua, demonstrando que a variação e a mudança são tão naturais como a evolução das sociedades humanas. Com base em estudos diacrônicos e sincrônicos, o autor tece uma trama em que a realidade lingüística com sua variação inerente é mostrada de forma agradável, politicamente correta e acessível ao grande público.

As idéias apresentadas por Bagno, ao nosso ver, são índices da crise por que passa a sociedade brasileira, já que os preconceitos lingüísticos são vistos com algo natural e os “erros” como vícios que devem ser extirpados da sociedade brasileira.

3.1.3.2 Mollica: da teoria à prática

Com o título *Da linguagem coloquial à escrita padrão*, Maria Cecília Mollica (2003) apresenta várias sugestões de atividades práticas a serem aplicadas em sala-de-aula com a finalidade de que o aluno do ensino básico possa vencer “problemas concernentes às variedades do português” (MOLLICA, 2003, p. 7), incluindo-se nesses problemas questões relacionadas ao sistema fonológico e às regras ortográficas, bem como questões de estilo e de morfossintaxe¹²⁰. A autora deixa claro que as propostas ali apresentadas estão dentro de “análises sobre a fala da perspectiva da sociolingüística variacionista” (MOLLICA, 2003, p. 7). Uma das intenções do livro é propor formas de superação de “obstáculos previsíveis durante o letramento” e tais propostas nascem com base nas pesquisas realizadas no Rio de Janeiro ou em sugestões advindas da leitura de estudos sociolingüísticos realizados por outros pesquisadores.

Se nos concentrarmos no estudo da concordância nominal e verbal, iremos perceber que a autora toma as pesquisas realizadas por Scherre (1988 e 1996), bem como os estudos de Lemle e Naro (1977) e Naro (1981) e, com base nesses estudos, propõe situações didáticas em

¹²⁰ A autora refere-se à compreensão de que há variedades mais e menos prestigiadas e que a língua escrita é a variedade mais prestigiada em uma sociedade grafocêntrica.

que os alunos são expostos a construções em que a concordância tende a se realizar menos, como no caso do sujeito posposto. Tais atividades, ao nosso ver, possuem o mérito de tocar nos pontos nevrálgicos da aplicação da regra de concordância e, justamente, como base em realidades observadas e analisadas por renomados teóricos.

A forma de Mollica utilizar a pesquisa sociolingüística com função pedagógica imediata representa um avanço no tratamento didático de questões lingüísticas. A abordagem de Mollica pode servir de sugestões para os atuais professores de português, tendo eles que considerar que os elementos apontados pela estudiosa devem ser relativizados e adaptados à situação de cada comunidade¹²¹. Assim, fica claro que a postura assumida pela autora procura direcionar os avanços científicos para o benefício do homem.

3.2 SOCIOLINGÜÍSTICA: VARIAÇÃO E MUDANÇA

A língua como produto de uma sociedade está sujeita a variações e mudanças que dependem de certos fatores reconhecíveis e analisáveis pela Sociolingüística. A língua de nossos avós não é a mesma língua que agora usamos, a língua de nossos netos não será igual à nossa. A língua está num contínuo processo de mudanças que podem ser implementadas e difundidas ou não vingarem e desaparecerem, ou se restringirem a pequenos grupos e a dadas situações.

Nessa seção, discutiremos os principais pressupostos da Teoria da Variação com base no binômio variação e mudança.

¹²¹ Luiz Carlos de Assis Rocha (2002, p. 167- 219) faz sugestões de atividades semelhantes às de Mollica, no entanto, em relação à concordância verbal, por exemplo, o autor não segue uma gradação de dificuldades com base na realidade dos alunos, mas arbitra, ao nosso ver com base na tradição gramatical, os conhecimentos que o aluno do nível fundamental deve ter para se inserir no padrão culto.

3.2.1 Variação lingüística

Os estudos sociolingüísticos vieram demonstrar que a variação é inerente à língua, portanto, não pode ser vista à parte do fenômeno lingüístico, não é, pois, uma exceção. Além disso, a heterogeneidade lingüística não constitui um caos como se poderia supor, visto que pode ser observada, descrita e analisada, revelando padrões de regularidade. Como bem acen-tua Norma da Silva Lopes (2001, p. 47) “a heterogeneidade, objeto sociolingüístico, é vista como uma heterogeneidade ordenada”. Assim, a heterogeneidade lingüística não é aleatória, pois é governada por um conjunto de regras variáveis e está condicionada por fatores lingüís-ticos e extralingüísticos. Como o objeto de estudo da Sociolingüística é a língua utilizada por uma comunidade como forma de interação social, o vernáculo em sua situação de uso¹²², é de se esperar que essa língua não seja uma realidade homogênea e cabe ao estudioso perceber em quais elementos ela varia e quais implicações sociais tal variação apresenta.

A variação ocorre quando podemos ter a possibilidade de usar duas ou mais formas distintas com o mesmo valor referencial em um mesmo contexto, produzindo, contudo, dife-renciaciones no plano social, o que determinaria uma variante mais prestigiada socialmente do que outra. Essas diferentes formas de dizer a mesma coisa, isto é, com o mesmo valor de ver-dade, imbricam-se com diferentes valorações sociais atribuídas a cada uso. Louis-Jean Calvet (2002, p.102-103) afirma que “temos, pois, variação lingüística quando duas formas diferen-tes permitem dizer ‘a mesma coisa’, ou seja, quando dois significantes têm o mesmo signifi-cado e quando as diferenças que eles representam têm uma função outra, estilística ou social”.

Labov (1972) observa que, para se definir uma variável lingüística, o pesquisador deve definir o número exato de variantes bem como estabelecer a multiplicidade de contextos lin-

¹²² Língua vernácula é, para Labov (1972), a fala espontânea, o uso do cotidiano em atividades cotidianas. Se a definição de vernáculo pode ser dada de forma cabal, o conceito de comunidade lingüística é discutido por vários autores dentro da Sociolingüística, pois tem suscitado um grande número de interpretações que usam desde crité-rios geográficos até critérios pragmáticos. Adotaremos aqui o critério laboviano de “normas compartilhadas” (LABOV, 1972, p.121).

güísticos em que elas aparecem, elaborando, por fim, um índice quantitativo a fim de medir os valores das variantes. Um estudo sociolingüístico, assim compreendido, baseia-se, portanto, numa idéia de regra variável. Para Naro (1992, p. 17), a existência de regras variáveis é tão plausível como aceitar a existência de condições ou regras “que obrigam o falante a usar categoricamente certas formas”. Em outras palavras, podemos dizer que, assim como há estruturas categóricas que se violadas podem gerar agramaticalidade (em português, por exemplo, não podemos pospor o artigo ao nome sob pena de causar estranheza total no ouvinte), também “existem condições ou regras variáveis que funcionam para favorecer ou desfavorecer, variavelmente e com pesos específicos, o uso de uma ou outra das formas variáveis em cada contexto” (NARO, 1992, p. 17).

Do ponto de vista lingüístico, a escolha da variante está condicionada por diversos fatores a depender “dos traços do ambiente fonológico, o contexto sintático, a função discursiva da expressão, tópico, o estilo [...]”¹²³ (SANKOFF, 1988, p. 984). Do ponto de vista extralingüístico, podemos afirmar que fatores como sexo, idade e nível social do falante podem condicionar a escolha de determinada forma de falar. Além desses, podemos apontar, como faz Sankoff (1988, p. 984), a interação situacional, isto é, o papel que o falante assume no processo comunicativo. Assim, um mesmo falante pode apresentar variação em seu discurso, empregando essa ou aquela forma, a depender da avaliação que ele faça da situação de fala. Para Camacho (1978, p. 16-8 apud PRETI, 1997, p.40):

[...] as variantes observadas num mesmo indivíduo, conforme se diversificam as circunstâncias em que se processa a atividade verbal, são o resultado da adequação de suas formas de expressão às finalidades específicas do ato condicionadas pela situação respectiva.

¹²³ “[...] such as features in the phonological environment, the syntactic context, discursive function of the utterance, topic, style [...]”. (SANKOFF, 1988, p. 984)

Portanto, como podemos ver a variação não é aleatória, mas governada por restrições sociolingüísticas e cabe ao pesquisador reconhecê-las, descrevê-las, analisá-las dentro do contexto social e lingüístico em que ela se realiza.

3.2.2. A mudança lingüística

Labov (1972) reconhece que, a despeito de todas as descobertas da Lingüística História do século XIX, algumas questões não foram suficientemente elucidadas, especialmente ao que se refere ao problema da mudança lingüística. Muitas teorias foram elaboradas visando à explicação por que as línguas mudam e como as mudanças ocorrem. Monteiro (2000) sumaria as principais teorias utilizadas para explicar a mudança lingüística. Algumas delas caíram logo em descrédito como a teoria da influência climática¹²⁴; outras se apegaram a questões biológicas e geracionais. No entanto, foi a Sociolingüística que deu à mudança novo sentido, demonstrando que ela é um fenômeno que pode ser observado no presente com base na variação de formas concorrentes dentro de uma dada comunidade de fala. Assim, a Sociolingüística encara a mudança como um processo que pode ser observado na sincronia a partir da variação entre formas concorrentes.

Desse modo, o problema da mudança está ligado ao problema da variação. Desde Weinreich, Labov e Herzog (1968) que ficou patente que toda mudança lingüística pressupõe variação, mas nem toda variação implica mudança lingüística. Há casos em que duas ou mais formas variantes estão em coocorrência na estrutura lingüística, podendo ocasionar uma mudança ou apenas manter a variação. No primeiro caso, uma variante tende a predominar sobre

¹²⁴ Mollica faz referência a essa visão quando afirma que "contrariamente ao que deveria ter sido feito, nossa riqueza chegou a ser usada para construir sandices: o falar cantado e compassado de algumas regiões do Nordeste, para a impressão de alguns, explicar-se-ia pelo clima adverso, quente e pouco chuvoso daquelas localidades". (MOLLICA, p. 2)

a(s) outra(s), determinando-lhe o desaparecimento, caracterizando uma *mudança em curso*¹²⁵. No segundo caso, as duas variantes tendem a se manter em uma situação de coocorrência na estrutura da língua; configurando um caso de *variação estável*. Chambers (1995, p. 107) assinala que há variação estável quando duas variáveis estão bem estabelecidas como indicadores em uma dada comunidade lingüística e acrescenta que jovens e velhos, com suas especificidades de sexo e classe social, apresentarão características lingüísticas similares no uso das variantes e na mudança de estilo. Já as mudanças lingüísticas *em curso* são comumente vistas como erros, mesmo por aqueles que possuem consciência de que as línguas estão sujeitas a mudanças (MILROY, 1992, p. 3).

Um dos fundamentos da teoria sociolingüística da mudança advém da assunção de que no presente podemos ver indícios de mudança se observarmos as diferenças de comportamento entre jovens e velhos dentro de uma comunidade lingüística. A esse tipo de visão da mudança lingüística convencionamos chamar de *mudança em tempo aparente*¹²⁶. Carlos Alberto Faraco (1998, p. 117) observa que “a predominância duma variante entre os mais jovens e sua pouca ocorrência entre os mais velhos pode estar indicando uma mudança em progresso, isto é, que uma das variantes está sendo abandonada em favor de outra”.

O modelo teórico da sociolingüística prevê, ainda, a investigação no tempo real, cronológico, através de pesquisas realizadas na história social das comunidades, bem como em relatos, gramáticas, comentários de dialetólogos ou até na ausência de comentários, a fim de se buscarem dados do passado que venham a esclarecer aquele momento analisado na comunidade. Nesse momento, a pesquisa em fontes históricas pode fornecer material tanto a respeito da discussão da mudança em curso quanto da situação pretérita.

¹²⁵ Nos textos originais de Sociolingüística anglo-saxônica, é recorrente a expressão *changes in progress* traduzida por muitos como “mudanças em progresso”, aqui preferimos traduzi-la por “mudanças em curso”.

¹²⁶ José Lemos Monteiro (2000, p.132) define *mudança em tempo aparente* referindo-se “ao padrão de distribuição do comportamento lingüístico através de vários grupos etários num determinado momento do tempo”.

Para investigarmos a variação e a mudança lingüística precisamos nos munir de um aparato teórico explicativo dos princípios que regem a variação e a mudança na análise de dado fenômeno lingüístico. A discussão desses princípios será o alvo da nossa discussão nas seções seguintes.

3.3 AQUISIÇÃO DAS MARCAS DE CONCORDÂNCIA

A determinação do que é inovador ou do que é conservador dentro de uma dada comunidade lingüística não deve ficar ao livre-arbítrio do pesquisador, mas deve espelhar-se na história social dos falantes da comunidade em estudo. O estudo de Sílvia Vieira (1995) sobre a concordância verbal na fala de comunidades de pescadores no norte do Estado do Rio de Janeiro é um bom exemplo dos obstáculos que muitas vezes se colocam diante do pesquisador no momento de parametrizar a inovação e a conservação lingüística dentro de uma dada comunidade de fala. Nesse estudo, a autora (1995, p. 114) partiu do pressuposto de que inovar seria “afastar-se do que é tradicional na norma culta”; no entanto, constatou que a inovação estava em aproximar-se da norma culta, já que os informantes mais velhos apresentavam formas com menor freqüência de concordância, quando, por outro lado, os mais jovens apresentavam maior freqüência de aplicação da regra de concordância, segundo a norma culta.

Com base na visão de Lucchesi (1994, 1998 e 2001) acerca da bipolarização do português brasileiro, assumimos que, no caso do português popular do Brasil, inovar significa adquirir as marcas de concordância características da terceira pessoa do plural, aproximando-se, portanto, da norma culta brasileira. O nosso intuito nessa seção é descrever o processo que deu origem à erosão das formas, demonstrando como a recuperação se dá, discutindo os mecanismos lingüísticos utilizados para que tais formas sejam recuperadas.

3.3.1 Transmissão Lingüística Irregular e a história do português popular do Brasil

O conceito de Transmissão Lingüística Irregular está ligado às situações de contato lingüístico intenso entre grupos de falantes de línguas diferentes em que um dos grupos, por pressão econômica e política, subjuga o outro, forçando o grupo subjugado a tomar a língua de seu dominador como modelo ou referência para os processos de comunicação entre os grupos. Segundo Dante Lucchesi (2000, p. 99), os processos de Transmissão Lingüística Irregular “podem conduzir à formação de uma língua historicamente nova, denominada *pidgin* ou crioula, ou à simples formação de uma nova variedade histórica da língua que predomina na situação de contato”. A língua produzida pelo contato pode apresentar características mais próximas ou mais distantes da língua do dominador a depender de fatores extralingüísticos como a quantidade de falantes da língua alvo ou o grau de coesão entre os grupos subjugados. Além disso, a variedade de língua resultante do processo de Transmissão Lingüística Irregular, como toda língua do mundo, está sujeita a mudanças condicionadas por fatores sociais, históricos e culturais que podem provocar maior ou menor aproximação da língua do dominador. Ao discutirmos a teoria da Transmissão Lingüística Irregular somos forçados, também, a discutir processos sociais que levaram as línguas originadas do contato a sofrerem graduais transformações impulsionadas por novas condições sociais. A Transmissão Lingüística Irregular explicaria não só a origem e a formação do português popular do Brasil, mas também a tendência de mudanças verificadas nas comunidades lingüísticas por nós estudadas.

O conceito de Transmissão Lingüística Irregular foi proposto para descrever as situações em que a língua materna de uma geração de falantes não deriva da(s) língua(s) materna(s) dos falantes da geração precedente, situação que recai no caso do surgimento das línguas *pidgin* e línguas crioulas, mas não somente. Esse conceito está relacionado ao conceito de transmissão imperfeita (ing. *imperfect transmission*) de Thomanson e Kaufman (1988), que o

utilizam para recobrir aquelas situações em que uma língua surgida numa situação de contato não está geneticamente relacionada a nenhuma língua que contribuiu para a formação dos componentes de sua estrutura (ing. *nongenetic development*), na medida em que esses autores defendem que uma relação genética (ing. *genetic relationship*) implica em transmissão conjunta de todos os componentes da estrutura lingüística (léxico, morfologia, sintaxe, e fonologia) o que se dá nos casos de transmissão lingüística normal, em que os filhos adquirem a língua materna dos seus pais.

Embora não seja o nosso objetivo estudar detalhadamente a história da discussão entre línguas em contato, julgamos necessário definir uma língua *pidgin* e uma língua crioula, bem como discutir situações languageiras em que as características das línguas *pidgin* e crioulas tendem a ser alteradas por força de pressões sociais.

Segundo Holm, o primeiro relato de existência de uma língua pidginizada pode ser visto em uma observação queixosa compilada pelo geógrafo al-Bakri. Nela um viajante queixa-se de que “negros haviam mutilado nossa bela língua e destruído a nossa eloquência com sua língua distorcida”¹²⁷ (HOLM, 2000, p. 15). Lyons (1981, p. 256) observa que nem sempre na história dos estudos lingüísticos foi dado tratamento relevante às línguas pidgins e às línguas crioulas, outrora consideradas “fatores marginais no desenvolvimento das línguas e dialetos do mundo”. Só alguns estudiosos aceitavam a existência de línguas mistas¹²⁸, a ponto de Max Müller numa franca atitude de preconceito negar que elas realmente existissem, conforme podemos ler em Thomason e Kaufman (1991, p.1). Por outro lado, houve estudiosos, como Van Name e Christiaan Hesselink, que se dedicaram a estudar as línguas pidgins e crioulas não só por curiosidade, mas vendo nelas uma das formas de se encontrar a origem da constitu-

¹²⁷ "The Blacks have mutilated our beautiful language and spoiled its eloquence with their twisted tongues". A tradução para o inglês é de nossa autoria.

¹²⁸ No âmbito desse estudo, consideramos uma língua mista nos termos enunciados por Dubois e co-autores: “Qualificam-se de mistas línguas artificiais ou naturais que tomam emprestado certos traços a uma língua e alguns outros traços de outras. Assim, os crioulos podem ter sido, no início, línguas mistas de sintaxe africana e vocabulário europeu. Os sabires, os pidgins podem ser, também, línguas mistas.” (p. 1998, p. 413)

ição de uma língua o que poderia esclarecer a origem das línguas do mundo. Como podemos ver, o interesse pelo estudo de línguas em contato varia de acordo com a visão e o contexto social em que vivem os estudiosos¹²⁹.

Uma língua pidgin é uma língua simplificada cuja origem está ligada às situações de contato entre grupos de diferentes línguas entre si ininteligíveis, cujos falantes, por necessidade, têm de desenvolver atividades numa mesma situação geográfica e social¹³⁰. Devemos ressaltar que as práticas lingüísticas desenvolvidas nessas situações estão relacionadas às necessidades primárias de sobrevivência do grupo e, portanto, a comunicação desempenha basicamente uma função referencial. Após um estágio de gesticulação, a necessidade levaria ambos os grupos de falantes a desenvolverem uma língua mista de uso limitado e emergencial. A língua de emergência seria um ponto de intersecção entre as duas outras línguas, resultando numa simplificação, reduzindo-se tudo o que não poderia ser utilizado com caráter opositivo de categorias necessárias à coesão do grupo. A aprendizagem se daria entre adultos que, certamente, influenciados por sua própria língua e por limitações de aprendizagem, acabariam provocando profundas alterações resultando no fenômeno de erosão de estruturas lingüísticas mais complexas.

Em sua maioria, os *pidgins* costumam ser línguas efêmeras e ligadas diretamente às necessidades criadas pela situação de contato. Tendem, dessa forma, ou a desaparecerem ou se transformarem em outra forma de língua que possua falantes nativos, isto é, se perdurar a situação de contato e se a relação de sujeição for mantida.

¹²⁹ Oportunamente, Holm (2000, p. 4) afirma que o estudo de línguas em contato muito pode esclarecer sobre a situação lingüística de variedades lingüísticas marginalizadas. O autor cita como exemplos o caso do Brasil, dos Estados Unidos e da Austrália, já que nesses países se verificam populações falantes de variedades de línguas oficiais que apresentam evidências de que a origem de sua forma de língua materna esteja ligada a uma forma de língua crioulaizada, aprendida por seus antepassados que viviam num sistema de sujeição e foram obrigados a aprenderem a língua do seu opressor a fim de servi-lo. O caso dos negros norte-americanos, em nossa opinião, assemelha-se ao caso não só dos nossos afro-brasileiros do período colonial, mas também aos seus descendentes e aos brancos sujeitados à mesma condição econômica e que constituem a base da pirâmide social do Brasil.

¹³⁰ Dois blocos de teorias tentam explicar a origem dos pidgins e crioulos. Um deles, o poligenético, engloba a hipótese do *baby talk* (o termo lembra as simplificações que os adultos fazem ao conversarem com crianças) e a da geração espontânea. O outro é o monogenético que propõe que todos pidgins e crioulos tenham uma origem comum que estaria ligada a um pidgin afro-português desenvolvido por volta dos séculos XVI e XVII.

Perpetuando-se a situação de contato, como ocorreu no caso da escravização de povos africanos na América e na Ásia, o *pidgin* pode ter suas funções lingüísticas ampliadas, resultando em um *pidgin* estendido ou num crioulo. As línguas crioulas são usadas em situações mais amplas, possuindo em alguns casos até uma literatura. A fim de preencher lacunas ocasionadas pela erosão, uma língua crioula pode propor soluções que venham suprir a falta dos elementos subtraídos no processo de pidginização. A solução encontrada por muitas línguas crioulas consiste na mescla do léxico da língua de superstrato e da estrutura gramatical da língua de substrato¹³¹. Dessa forma, são comuns nas línguas crioulas processos de gramaticalização de elementos lexicais da língua alvo. Ao assumir função gramatical, os vocábulos utilizados perdem sentido e forma, passando a serem exigidos pela nova estrutura morfossintática. Assim, um item lexical torna-se um item gramatical. Um exemplo disso pode ser visto na perda da flexão de número e nas estratégias criadas a fim de se recuperar a noção opositiva de singular e plural. Em uma situação de aquisição normal ou transmissão normal, a criança recebe dos pais informações estáveis e tais informações permitem-lhe construir a língua que está adquirindo. No caso das línguas crioulas, os modelos, além de serem pobres, são instáveis, forçando a criança a buscar estratégias para preencher lacunas que faltam à língua que está recebendo dos adultos. Segundo Bickerton (1984 e 1999)¹³², as crianças nascem equipadas com um mecanismo biologicamente determinado (*bioprogram*) que as capacita a fazer as reconstruções com base nos elementos que possui, mesmo que tais elementos sejam pobres e instáveis. A fim de melhor esclarecer o que foi dito, vamos reproduzir um trecho de nosso estudo de 2003 que trata desse fenômeno:

Em relação à morfologia flexional, alvo do nosso estudo, as línguas pidgins apresentam uma erosão da morfologia flexional de número e pessoa dos verbos. A opacidade entre as formas de plural e singular é recuperada, nas línguas crioulas, utilizando-se uma estratégia que pode ser construída a partir do léxico, configurando um caso

¹³¹ Consideramos como superstrato a língua do grupo dominador e de substrato a língua do grupo dominado.

¹³² Em nosso estudo, tomamos como base os seguintes textos de Bickerton: "The Language Bioprogram Hypothesis". *Behavioural and Brain Sciences* de 1984 e "How to Acquire Language without Positive Evidence: What Acquisitionists Can learn from Creoles?", ambos arrolados na Referência dos livros e artigos consultados para a elaboração dessa tese.

de gramaticalização. Um exemplo de tal fato ocorre no crioulo inglês da Jamaica em que uma forma pronominal de terceira pessoa passa a indicar o plural do sintagma nominal: *them* (acusativo de *they*) passa a *den* com valor de plural como em *de piki-ni den*, isto é, *as crianças*. (SILVA, 2003, p. 70)

No crioulo de Cabo Verde, o sujeito passa a ter posição fixa antes do predicado e a sua presença é quase obrigatória. Couto (1996) aponta os seguintes exemplos:

Es **kaska** mandioka, es **pika** karni, es **poi** mandioka riba de boi ki es dadu. [Eles descascam a mandioca, eles cortam a carne, eles põem a mandioca em cima do boi que lhes foi dado] (COUTO, 1996, p. 264) [Os grifos são nossos.]

Devemos considerar que o processo de Transmissão Lingüística Irregular que pode resultar num *pidgin* ou num crioulo não é uniforme, mas depende de processos histórico-sociais intervenientes no curso da transmissão e da aquisição. Nesse ínterim, a noção de criouliização variável proposta por Baker (1982) e Bickerton (1984) é pertinente e pode explicar não só diferentes formas de pidginização e criouliização, mas pode apontar também estágios diferenciados na reversão do processo ou na descriouliização. Se os falantes de línguas crioulas tiverem maior acesso a modelos da língua alvo do que outros falantes que não desfrutarem dessa exposição, sem dúvida, a variedade crioula daqueles estará mais próxima da língua alvo do que a variedade destes.

Podemos falar, ainda, de situações de criouliização típica em que ocorrem reestruturações mais profundas e podemos falar, também, de situações de criouliização leve em que a reconstrução gramatical não foi tão necessária por não ter havido alto grau de erosão, havendo redução, por exemplo, no sistema flexional, obrigando o falante a lançar mão de outros recursos para recompor a opacidade¹³³.

¹³³ Algumas estratégias de se evitar a opacidade encontradas em algumas línguas crioulas típicas, por exemplo, assemelham-se a fatos encontrados no português popular do Brasil. No português de Malaca, a idéia de número é expressa pela anteposição de quantificadores: muito cachorro é considerado como uma forma pluralizada. No português popular, é comum a posposição de *tudo* com marca de plural: os fi tudo saiu de casa.

A origem do português popular do Brasil, assim, poderia ser explicada por um processo de Transmissão Lingüística Irregular que daria ensejo a um semicrioulo¹³⁴ que no entender de Holm (2000) seria também a fórmula explicativa para o AAVE (*Afro-American Vernacular English*, isto é, vernáculo inglês afro-americano).

No caso do português popular do Brasil, o número de falantes da língua alvo não foi tão pequeno como em outras situações de criouliização típica. No Haiti e na Jamaica, por exemplo, o número da população européia nunca representou mais de 10% dos habitantes. Além disso, questões de ordem econômica trouxeram levadas sucessivas de imigrantes portugueses (a corrida do ouro no século XVIII e a vinda da família real no século XIX) que, por sua vez, reforçavam o poder da língua portuguesa em nosso território, restando erosões mais radicais. Devemos esclarecer, ainda, que o escravo negro no Brasil foi elemento integrado à casa grande e gozava de privilégios que o retirava da árdua tarefa no campo, mesmo que momentaneamente. Tais evidências explicam a não-emergência de um crioulo típico e apontam para uma situação de contato em que traços lingüísticos considerados redundantes foram postos à parte no processo de comunicação.

Do que foi dito até aqui, pode-se inferir que na formação do português do Brasil, sobretudo em suas variedades populares, identificam-se processos de mudança lingüística induzidos pelo contato entre línguas, decorrentes de um processo de transmissão lingüística irregular do tipo leve. Esse processo não levou ao surgimento de variedades crioulizadas do português, mas afetou significativamente a estrutura dessa língua no processo da sua nativização e socialização entre os descendentes dos falantes de línguas africanas trazidos para o país como escravos e dos índios que já aqui viviam quando da chegada dos colonizadores portugueses. Nesse contexto, destaca-se o processo de variação na concordância verbal que atinge, sobretudo, as variedades populares do português brasileiro.

¹³⁴ Denominar o português rural do Brasil de semicrioulo não é inovação de Holm, pois Serafim da Silva Neto já o fizera nos idos de 1950.

3.3.2 Princípio de Saliência Fônica no Processo de Aquisição das Marcas de Concordância Verbal no Português Popular do Brasil

Discutiremos o Princípio da Saliência Fônica considerando dois aspectos. O primeiro relaciona-se à definição com base nos estudos realizados por sociolinguistas brasileiros. Num segundo momento, aplicaremos o Princípio à interpretação da realidade lingüística da concordância verbal do português popular do Brasil.

O Princípio da Saliência Fônica tem sido largamente utilizado por estudiosos que tratam da concordância verbal no português do Brasil tanto na variante culta (MONGUILLHOT, 2001; ANJOS, 1999) quanto na popular (NARO, 1981; VIEIRA, 1997; ANJOS, 1999¹³⁵, SILVA, 2003). Tal princípio baseia-se na pressuposição de que quanto maior for a diferenciação entre a forma flexionada e a forma não-flexionada, maior será o grau de ocorrência da marcação da categoria gramatical de número e pessoa do verbo. A aplicação da regra de concordância entre o sujeito e o verbo estaria condicionada à maior ou à menor percepção da diferença entre as formas do singular e as do plural dos verbos portugueses. Norma Lopes assim interpreta o Princípio da Saliência Fônica:

A quantidade de material existente na oposição singular e plural interfere na possibilidade de se fazer a concordância. Dessa forma, os itens em que a oposição é mais saliente (mais material fônico perceptível na oposição singular/plural) devem ser os mais marcados com o morfema de plural. (LOPES, 2001, p. 147)

O Princípio da Saliência Fônica conduz-nos a uma hierarquia de percepção dos elementos fônicos envolvidos. Tal hierarquia vai se concentrar, mormente, em torno da marca de flexão que, no português, corresponde ao morfema número-pessoal, mas pode atingir à forma verbal como um todo. O Princípio postula que sejam observadas algumas situações relacionadas à oposição entre o singular e o plural. No Princípio da Saliência Fônica, um dos traços

¹³⁵ O *corpus* de Anjos inclui falantes escolarizados e não-escolarizados da cidade de João Pessoa. Em sua análise, a pesquisadora emprega para ambos os grupos de falantes o Princípio da Saliência Fônica.

mais importantes é a tonicidade do morfema que contém a idéia de plural, como afirma Naro (1981, p. 74):

O primeiro nível contém aqueles pares nos quais os segmentos fonéticos que realizam a oposição são NÃO-ACENTUADOS em ambos os membros. O segundo nível contém aqueles pares nos quais esses segmentos são ACENTUADOS em no mínimo um membro. Graças a esta distinção fundamental, em termos de acento, fica claro que todas as oposições, no primeiro nível, são menos salientes do que qualquer uma do segundo nível.¹³⁶

A saliência seguiria um nível hierárquico de um grau maior até um grau menor de percepção. Há, por exemplo, formas verbais em português que se opõem apenas pelo traço distintivo da nasalidade. Essa oposição seria menos saliente e, portanto, menos perceptível, sendo mais provável que não ocorresse a concordância.

A oposição entre uma forma mais saliente e outra menos saliente inclui não só uma análise do material fonético, mas o acréscimo de elementos mórficos e até a alteração da forma radical do verbo, como ocorre com a oposição entre *é/são*. Situações intermediárias entre as formas que se opõem pela oralidade/nasalidade e pela mudança completa da forma verbal podem ser verificadas como no caso das formas verbais do pretérito perfeito do indicativo em que flexão de número e pessoa leva ao acréscimo de uma sílaba, como em *foi/foram*. Nesses casos, em que a oposição dá-se não só na sílaba acentuada, mas também pelo acréscimo de uma sílaba, observamos saliência mais evidente do que nos casos em que existe o acréscimo de uma sílaba, mas sem carregar consigo a acentuação do vocábulo.

Enquanto que Naro (1981) vê no Princípio da Saliência Fônica uma forma de explicar a perda das marcas de flexão que neutralizariam as formas do singular e do plural dos verbos portugueses, cremos que o mesmo princípio pode indicar o curso da aquisição da distinção das marcas de concordância, já que postulamos que num momento pretérito da história da formação do português popular do Brasil, uma situação de multilingüismo e de necessidades

¹³⁶ "The first level contains those pairs in which the phonetic segments that realize the opposition are UNSTRESSED in both members, the second level contains those pairs in which these segments are STRESSED in at least one member of the opposition. Given this fundamental distinction in terms of stress, it is clear that all oppositions on the first level are less salient than any on the second level." (NARO, 1981, 74)

de comunicação imediata fez surgir uma variedade de língua que se utilizou apenas dos mínimos mecanismos lingüísticos para marcar a oposição do singular e plural no intercurso da comunicação referencial¹³⁷. Essa posição por nós assumida não é nova, tendo sido utilizada, por exemplo, por Gregory Guy (1981) para justificar a aquisição das marcas de flexão número-pessoal nos verbos portugueses. Para o pesquisador, haveria, então, uma tendência psicológica e perceptiva a direcionar a aquisição dos morfemas de flexão verbal e a saliência fônica indicaria o percurso da aquisição de tais morfemas, segundo o seu grau de marcação¹³⁸.

Para Antony Naro (1981), contudo, a explicação é outra. O eminente pesquisador considera a nasalidade um traço distintivo fraco em português. Na visão do autor, a língua portuguesa na sua variante popular teria continuado a tendência histórica de elidir o elemento nasal, como se deu na passagem do latim para a língua portuguesa. Tal fato não só explicaria a origem da perda da marca de concordância verbal, mas ainda apontaria para um processo de simplificação começando nos nomes e que se estenderia aos morfemas flexionais de número e pessoa. A coocorrência do traço não-acentuado na sílaba que contém a marca de flexão número-pessoal nas formas verbais corroboraria para o processo de desnasalização com a decorrente neutralização da oposição singular/plural. Para tanto, o autor aponta exemplos desse fenômeno em vocábulos como *virgem* (do latim *virgo* > *virgine* > *virgem*) e *homem* (*homo* > *hominem* > *homem* > *home*). A queda do elemento nasal final, portanto, seguiria uma tendência à simplificação, que por sua vez estaria embutida na deriva (ing. *drift*) das línguas de origem latina¹³⁹. Em nossa opinião, não podemos tomar a desnasalização como tendência geral do

¹³⁷ Usamos o termo "referencial" com o mesmo sentido de "função referencial", segundo a teoria de Jakobson (1960, p. 118-162)

¹³⁸ Oportunamente, Caroline Rodrigues Cardoso (2004, p. 405) trouxe à baila três características apontados por Givón a fim de descrever a idéia de marcação, postulando uma complexidade estrutural, uma freqüência e uma complexidade cognitiva. "Postula [Givón] que a marcação pressupõe complexidade estrutural – estruturas marcadas tendem a ser mais complexas do que as não-marcadas –; freqüência – categorias marcadas tendem a ser menos freqüentes do que as não-marcadas – e complexidade cognitiva – estruturas marcadas tendem a ser mais complexas do que as não-marcadas em termos de esforço, atenção e processamento". (CARDOSO, 2004, p. 405, grifos da autora)

¹³⁹ O fenômeno de desnasalização, portanto, seria mais forte nas classes populares em que se verificam mais freqüentes propensões à omissão da nasalidade do que nas formas cultas ou nas formas derivadas das constru-

português¹⁴⁰, mas observar que ela ocorre em consonância sob a tutela restritiva da acentuação, já que em certas construções do português popular que contrastam com a língua padrão, o traço nasal é recorrente nas sílabas tônicas e persiste a despeito do estereótipo que repousa sobre elas, haja vista que as gramáticas normativas e livros didáticos esmerem-se em apontá-las como vício de linguagem, como nos casos de *mendingo*¹⁴¹ por *mendigo* e *mortandela* por *mortadela*. Além disso, Mattos e Silva (1998, p. 174) afirma que “não seria a saliência fônica mínima (aquela em que a diferença entre o singular e o plural dá-se pela presença ou ausência da marca de uma vogal nasal) entre as terceiras pessoas da maioria dos verbos o fator mais significativo na 'atuação' ou 'desencadeamento' da tendência para a mudança de perda da marca de concordância. Mattos e Silva crê que a variação na concordância verbal verificada por ela no português arcaico deva-se, em muitos casos, à influência do Princípio da Atração¹⁴².”

Como já tivemos oportunidade de expor (Silva, 2003), se analisarmos o sistema flexional francês, veremos que a opacidade na pronúncia dos morfemas número-pessoais das formas do singular e da terceira do plural não ocorreu naquela língua neolatina por força fonética, como comprova Wartburg ao afirmar que:

Fica claro que, a partir de toda essa ampla visão, afirmar que uma queda de um fonema final foi a causa e a origem de toda essa revolução é completamente insustentável. A verdade dos fatos é que, logo no início do século XII, existiam na língua falada certos princípios rítmicos como resultado disso o pronome sujeito era muito freqüentemente – na verdade na maioria dos casos – colocado ao lado do verbo. Esses princípios nada têm a ver com a conseqüente falta de clareza das terminações. Eles são simplesmente uma conseqüência da especial posição central do verbo na sentença normal no francês falado (e, por conseguinte, na prosa), quando não havia

ções cultas em que o traço de nasalidade torna-se uma consoante nasal, tornando *virgem* em *virginal*, por exemplo. Além dessas formas temos nome (do latim *nomen*, *nominem*) que possui a forma erudita *nominal*.

¹⁴⁰ Em nossa dissertação de 2003, discutimos com base em Wartburg a pouca representatividade da desnasalização no caso da perda de oposição entre as formas verbais de 1.a, 2.a. e 3.a. do singular e 3.a. do plural no francês.

¹⁴¹ Para Holm, a nasalização por influência de outro elemento nasal (contaminação regressiva ou progressiva, usando os termos clássicos) no português popular seria fortemente influenciado pelo substrato africano, especialmente o de origem iorubá (HOLM, 2000, p. 149). Além disso, a nasalização, segundo o mesmo autor, é atestada em crioulos e post-crioulos de base inglesa e é um dos traços que os falantes do inglês britânico primeiramente notam num falante do inglês vernáculo afro-americano. (HOLM, 2000, p. 151).

¹⁴² Entendemos por “Princípio de Atração” o fenômeno que resulta na modificação de uma estrutura lingüística (morfológica, fonológica, sintática) por influência de outra com a qual está relacionada. Do ponto de vista sintático, a atração se dá, por exemplo no campo da concordância, quando existe a possibilidade de concordância com o elemento oracional em que a atração se torne mais forte, como em “Tudo é flores” ou “Tudo são flores” numa dupla possibilidade de concordância com o sujeito ou o predicativo. (cf DUBOIS ET AL., 1998, p. 79)

interferência de influências afetivas¹⁴³ (WARTBURG, 1969 [1943], p.72) (reproduzimos aqui a tradução feita por nós em 2003, p. 77)

Assim, cremos que, ao invés de demonstrar o caminho da perda dos traços que levariam à falta de concordância, a saliência fônica aponta para o percurso em que se dá a aquisição de tais estruturas, já que, em pesquisas realizadas por Vieira (1995) e por Silva (2003), as conclusões apontam não para a perda das marcas de flexão, mas para a sua aquisição na variedade do português popular do Brasil.

3.3.3 Princípio de Coesão Estrutural

A idéia de coesão está ligada a três noções nos estudos da linguagem¹⁴⁴. Segundo Crystal, o primeiro e mais antigo deles refere-se a uma das propriedades definidoras da palavra concebida como uma unidade gramatical. Segundo tal propriedade, novos elementos não podem ser inseridos nas palavras da fala normal, mas apenas em palavras limítrofes (CRYSTAL, 1988, p. 50). Além desse sentido, o termo coesão refere-se, ainda, à propriedade de unidades maiores do que o morfema em construções, como artigo e substantivo. A partir desse princípio, podemos dizer que qualquer elemento que atue como constituinte de uma unidade maior está em coesão interna com ele. O terceiro sentido, empregado pela Sociolinguística, está relacionado ao processo de coocorrência de marcas linguísticas no curso do processo de descrioulização. É esse sentido que aplicaremos em nosso estudo com base na definição retirada de Lucchesi (2000).

¹⁴³ “It is clear from all that the widely held view that the phonetic fall of the endings was the cause and origin of this whole revolution is completely untenable. The real truth of the matter is that, as early as the twelfth century, there existed in the spoken language certain rhythmical principles as a result of which the pronoun-subject was very often – indeed even in the majority of cases – inserted alongside the verb. These principles have nothing to do with the consequence of the lack of clarity in the endings. They are simply the consequence of the special central position of the verb in the normal sentence in spoken French (and therefore in prose), when there is no interference by affective influences.” (WARTBURG, 1969 [1943], p. 72)

¹⁴⁴ Do ponto de vista da física, a coesão é a força de atração entre átomos e moléculas que constituem um corpo. Em sentido amplo, coesão possui o significado de unidade lógica ou associação íntima, solidariedade.

Ao analisar a existência de duas gramáticas na comunidade de fala de Helvécia, uma com fortes traços crioulos e outra com características próprias do português rural, Dante Lucchesi (2000, p. 143) considerou que a coocorrência de estruturas não seria fruto do acaso, mas o resultado da ação do Princípio da Coesão Estrutural. Segundo o pesquisador, a aquisição de marcas flexionais de gênero dar-se-ia em concomitância com a aquisição de marcas flexionais de número, demonstrando que estruturas de uma mesma gramática tendem a ser adquiridas em paralelo. A tendência verificada na comunidade de Helvécia seria, portanto, um princípio explicativo do processo descrioulização. Dessa forma, haveria uma tendência à coocorrência de estruturas ligadas ou coesas da língua alvo. cremos que o Princípio da Coesão Estrutural não seja mera reinterpretação do Princípio do Paralelismo, já que na Coesão Estrutural não se postula que o motor do princípio seja meramente mecânico que a definição “marcas levam a marcas” pode supor, já que no caso da Coesão Estrutural está em jogo a aquisição de forma que pertençam a outro sistema que aos poucos vão sendo percebidas pelo falante e incorporadas à sua variedade de língua.

Considerando-se o caso da concordância verbal de terceira pessoa do plural do português popular brasileiro, podemos ver que a presença da marca de concordância no nível do sintagma nominal sujeito levaria a aumentar a frequência no sintagma verbal relacionado a esse SN sujeito. Assim, o falante tenderia a empregar, com mais frequência, a concordância no sintagma verbal quando empregasse a concordância nominal entre as estruturas (núcleo e adjuntos) que compõem o sujeito. A aquisição dá-se no nível da estrutura nominal e dá-se, da mesma forma, no nível da estrutura do verbo, demonstrando que a percepção de ambos elementos torna-se uma realidade na linguagem do falante. O trecho abaixo, retirado de uma das entrevistas que compõem o *corpus* de nosso estudo, ilustra o que acabamos de afirmar:

INF: Poções antigamente era uma coisa difíci. ... Não tinha lavanderia. Não tinha carro de limpeza. Muitas coisas **são** novidades. A luz não tinha em todas as localidade. Muitas coisa aqui, mia fia, **é** novidade. (PPUR08)

Observemos que o emprego da concordância na estrutura nominal do sujeito levou o verbo a concordar com ele, mas quando faltou a concordância em um dos elementos do sujeito não se realizou a concordância verbal.

O nível de coesão estaria ligado às relações de contato envolvendo grupos portadores da língua prestigiada com grupos de língua não-prestigiada. Da mesma forma que sói ocorrer em situações de empréstimo lingüístico, a exposição do indivíduo às formas prestigiadas pode levar o utente da forma menos prestigiada à imitação. Cremos, portanto, que o Princípio da Coesão não seja apenas mecânico, mas uma atitude consciente de percepção das diferenças em níveis sucessivos.

3.3.4 Noção de *continuum* aplicada à realidade lingüística

A idéia de contínuo, ou na forma latina *continuum*, esteve ligada, desde a Antiguidade Clássica, à matemática e aos postulados lógicos dela decorrentes. Coube a Aristóteles procurar sistematizar o valor gradual das coisas que se encontram em *continuum* e, assim, impulsionou diversos filósofos a cogitarem a existência de idéias ou traços permanentes de uma forma de pensar em outra, rejeitando-se o pressuposto de separação total entre elementos lógicos. O conceito seria revisto em fases sucessivas, ampliando-se o seu campo de aplicação.

Em termos aristotélicos, podemos afirmar que o conceito de *continuum* aplica-se à suposição de que o divisível é sempre divisível em partes sempre divisíveis e tais partes obrigatoriamente estão ligadas entre si numa relação de contigüidade, tocando-se, formando certa unidade. O conceito aristotélico vai dominar o pensamento matemático até o surgimento da lei da continuidade postulada por Leibniz, para quem é possível admitir infinitos graus na constituição e na ação das substâncias que compõem o universo.

Segundo Abbagnano (2000, p. 202), a transformação do conceito matemático de *continuum* num uso filosófico deve-se às especulações feitas por Dewey para quem não existem separações e cortes nítidos, mas que existe entre duas coisas uma relação qualquer, uma contigüidade ou semelhança.

Do ponto de vista lingüístico, a idéia de contínuo ou *continuum* foi primeiramente utilizada pela fonética. O som contínuo é aquele cuja “pronúncia comporta um escoamento contínuo do ar laríngeo” (DUBOIS E OUTROS¹⁴⁵, p. 150). Segundo essa definição, as vogais são contínuas, assim como todas as consoantes, exceto as ditas oclusivas, as africadas e as vibrantes. A idéia de contínuo faz parte da teoria fonológica dos traços distintivos de Chomsky e Halle (CRYSTAL, 1985, p. 66). Além disso, a Lingüística Distribucional usou a noção de contigüidade para descrever a proximidade imediata entre dois morfemas ou de sequência de morfemas.

A idéia de *continuum* aplicada à lingüística histórica, segundo Holm (2000, p.53), aparece no início da década de 30 do século XX quando Reinecke e Tokimasa referem-se a um *continuum* dialetal entre o crioulo de base inglesa do Havaí e o inglês padrão¹⁴⁶. No entanto, a sistematização e o uso do termo *continuum*, na acepção por nós aqui empregada, seriam feitos por DeCamp (1961). Para DeCamp o termo *continuum* poderia ser usado para descrever as variedades graduais que podem existir entre a língua crioula e a língua alvo. Inicialmente, DeCamp afirma que o estudo do *continuum* não pode centrar-se apenas nas correlações sociais, mas deve aplicar-se primeiramente a descrever realidades lingüísticas e suas características.

A aplicação do termo *continuum* encaixa-se na idéia de descrioulização já que podemos ver, em comunidades lingüísticas crioulas, comportamentos que vão se aproximando

¹⁴⁵ Tal forma de citação obedece a NBR 6023 (ASSOCIAÇÃO..., 2002) que proíbe o uso de "et al." em citações no corpo do texto.

¹⁴⁶ A idéia de *continuum* já fora utilizada por dialetólogos que estudaram dialetos românicos e germânicos, mas o termo tinha uma extensão maior já que poderia tanto tratar de sistemas lingüísticos muito próximos ou sistemas lingüísticos muito distantes, conforme lemos em Holm (2000, p. 52).

gradativamente da língua alvo, numa tendência a se tornar semelhante a ela, assumindo as formas prestigiadas, impulsionada, certamente, pela motivação social do contato. Ao tratar-mos do português popular do Brasil, podemos utilizar a idéia de *continuum* para descrever uma realidade lingüística constituída por valores atávicos que começam gradativamente a serem substituídos por formas prestigiadas. Assim, a depender dos valores que os falantes podem atribuir ao uso padrão, existe uma tendência a se assumir em grau maior ou em grau menor as formas da língua culta. No entanto, a aquisição das características próprias de uma língua próxima da culta não se dá de forma abrupta, pois vai depender de restrições sociais e contatos com grupos que usam as formas prestigiadas. Portanto, no processo de aquisição da forma prestigiada podem ser observados graus contínuos, gradações a depender de situações que envolvam variáveis extralingüísticas e que podem ser observadas, de forma clara, na atuação de papéis sociais como a idade, o sexo, o nível de formação, a exposição a contatos com outros grupos, a exposição à mídia, a profissão, entre outros.

Portanto, encaramos o termo *continuum* lingüístico a partir do pressuposto de que as realidades lingüísticas observadas nas comunidades de fala por nós estudadas estão em mudança em direção à aquisição da norma de prestígio, mas as tendências lingüísticas não são alteradas de forma abrupta e, dessa forma, revelam graus sucessivos de proximidade e afastamento da língua culta. A idéia de que existe uma realidade bipolar (LUCCHESI, 1994, 1998 e 2001) serve como parâmetro de graduação do *continuum*. O português culto e o português popular seriam pólos balizadores de diversas realidades que num dado momento se afastariam e em dado momento se aproximariam de um ou do outro pólo, num processo que acompanharia a realidade social e econômica das comunidades analisadas bem como dos agregados formadores de tais comunidades.

A idéia de *continuum* relaciona-se diretamente à noção de transição, já que a Sociolingüística em sua formulação teórica vai se opor à concepção de que a mudança se processe por

estágios discretos, o próprio Labov via a mudança operando em estágios multidimensionais numa visão mais dinâmica do problema, como afirma Lucchesi (1998):

Essa concepção mais dinâmica do problema de transição se constituirá em um dos pontos cruciais para a superação da concepção estrutural da mudança lingüística e da própria concepção estruturalista de língua. Através do equacionamento do problema da transição através de um *continuum* ininterrupto de variação e mudança, a Sociolingüística se contrapõe frontalmente à concepção de estado da língua de Saussure, que se mantém no Estruturalismo Diacrônico através da visão da história da língua como uma sucessão de sistemas homogêneos e unitários (que corresponderiam aos estados de língua) entremeada de períodos de instabilidade e mudança. (LUCCHESI, 1998, p. 190).

A nossa observação da realidade das três comunidades estudadas reflete um *continuum* de aquisição da concordância verbal que vai se entrelaçando e se tornando um tecido que caracteriza as muitas faces do português popular do Brasil.

3.3.5 Difusão Lingüística e o Português Popular do Brasil.

Um dos problemas diretamente relacionados à origem da mudança lingüística está em como dada mudança se propaga até que a forma inovadora possa suplantar a forma conservadora. Nesse ínterim, a Sociolingüística laboviana procura resolver em que ponto a mudança se inicia e como ela se difunde. Essa propagação da mudança na estrutura social constitui a contraparte do problema da transição no plano da estrutura lingüística (cf. LABOV, 1982).

Do ponto de vista das classes ou grupos sociais, podemos conjecturar que há grupos ou classes que iniciam a mudança, enquanto que outros podem refreá-la. Os grupos sociais podem ser analisados com base na idade e no sexo, identificando-se comportamentos lingüísticos semelhantes e tais especificidades determinam comportamentos lingüísticos mais ou menos inovadores. A literatura especializada, por exemplo, tende a afirmar que as mulheres nos grandes centros urbanos das sociedades industrializadas são mais sensíveis às variantes de prestígio, de acordo com a sua condição no seio do grupo e da sociedade (cf. CHAMBERS; TRUDGILL, 1980, p. 97-8). Uma afirmação como essa não pode ser categórica, mas apenas

demonstrar uma tendência que pode ou não ser verificada em uma dada comunidade (cf. LUCCHESI, 2004, p. 191-3).

Por muitos anos, a idéia da mudança abrupta e regular foi defendida como lei pelos neogramáticos que buscavam interpretar as irregularidades e as resistências às mudanças pautando-se na analogia¹⁴⁷. A partir do início do século XX, algumas explicações tentam dar conta do processo do curso das mudanças por outro viés, primeiramente, observando a mudança fonética, mas com conseqüente análise do léxico e das formas gramaticais. Um das teorias elaboradas para explicar a difusão da mudança lingüística é conhecida modernamente como a teoria da difusão lexical (*lexical diffusion*) a qual contrapõe-se à idéia de mudança uniforme. Ao opor-se à idéia de mudança uniforme, a teoria da difusão lexical afirma que a propagação da mudança dá-se de forma gradual por estágios sucessivos, formando, ordinariamente, uma curva¹⁴⁸ que procura interpretar a velocidade possível no processo de mudança.

Segundo Wardhaugh (1998, p. 209), a teoria da difusão lexical postula que “uma dada mudança fonética propaga-se gradualmente pelas palavras em que a mudança pode ser aplicada”¹⁴⁹. Com base nisso, o autor afirma que a mudança na qualidade de uma vogal não se dá de forma instantânea, visto que não existe uma mudança do dia para noite¹⁵⁰:

[...] como se você fosse à noite para cama usando a vogal com a qualidade A e acordasse na manhã seguinte usando a vogal com a qualidade B. Ao invés disso, apenas algumas palavras que tiverem a vogal serão afetadas inicialmente e depois outras, e mais outras, e só assim até que a mudança se torne completa¹⁵¹. (WARDHAUGH, 1998, p. 209)

¹⁴⁷ Delbrück (1989) faz uma recessão crítica sobre o uso da analogia como um dos mecanismos interpretativos da Gramática Comparada e sua importância na explicação das leis fonéticas.

¹⁴⁸ Duas figuras são, ordinariamente, usadas para descrever a gradação do processo de mudança em curso. A mais conhecida delas é a *S-curve* ou curva-em-S e a outra é a *snowball* ou bola-de-neve, conforme McMahon (1999, p. 53)

¹⁴⁹ "a sound change spreads gradually through the words in which the change applies." (WARDHAUGH, 1998, p. 209)

¹⁵⁰ Definição semelhante pode ser lida em McMahon (1999, p. 50), para quem Sturtevant (1917) foi o primeiro a descrever o processo, mas coube a Wang (1969) utilizar a etiqueta "difusão lexical" para nomear o fenômeno.

¹⁵¹ "as if you went to bed one night with vowel quality A in those words and got up next morning with vowel quality B. Instead, only some words that have the vowel will be affected initially, then others, then still others, and so on until the change is complete." (WARDHAUGH, 1998, p. 209)

Encarada dessa forma, a difusão do traço inovador teria momentos de maior intensidade e momentos em que a força da mudança estaria sendo abrandada. Wardhaugh acredita que o início da mudança é lento e atinge por volta de 20% dos vocábulos que podem ser afetados pelo traço inovador. Tal período é seguido por outro curto de transformações rápidas que volta a arrefecer-se, podendo deixar um resíduo de cerca de 20%, marcando o fim da mudança. McMahon (1999) afirma que em suas pesquisas foram verificadas situações em que 20% dos vocábulos passíveis de serem atingidos pela mudança foram afetados, verificou o autor, ainda, em outros estudos, que é mais comum encontrar situações extremas (20% e 80%) do que situações muito próximas de 50%.

Além disso, a teoria da difusão lexical pressupõe uma fase de flutuação ou variação entre a forma inovadora e a forma conservadora. Segundo McMahon (1999), no período correspondente à flutuação, observam-se formas duplas (*doublets*), morfemas com duas possibilidades de pronúncia. (MCMAHON, 1999, p. 50)

A difusão lexical, ainda, vai dar conta de formas residuais (*residual forms*) isto é formas que resistiram à inovação. Dessa forma, a teoria tenta explicar que a mudança não se efetivou por completo ou que, em determinados pontos, persiste a concorrência entre a forma inovadora e a conservadora. Tal explicação é a mesma que Chen (1977) elege para explicar formas residuais na mudança fonética¹⁵².

Embora seja a difusão lexical a forma de difusão mais conhecida, Chambers e Trudgill (1980 [1998]) apontam outras formas de difusão das inovações, a saber, a difusão sociolinguística, a difusão lingüística e a difusão espacial. Os autores entendem que a difusão sociolinguística é o processo de expansão da inovação que se dá entre os utentes de uma forma lingüística e que tendem a atingir paulatinamente outros utentes. Dessa forma, um grupo social ao entrar em contato com outro pode influenciar ou deixar-se influenciar por novos padrões

¹⁵² Chen considera formas residuais no processo de mudança os casos em que a mudança foi interrompida e cuja extensão deu-se em alguns casos. Além disso, a mudança pode ter sofrido concorrência de outras formas, impedindo-lhe a difusão. (CHEN, 1977, p. 244 apud McMahon, 1998, 53)

lingüísticos¹⁵³. Alguns estudos sociolingüísticos têm demonstrado que situações de contato entre estratos sociais podem motivar mudanças e que o traço inovador pode vir dos diversos estratos sociais, tanto os que se situam no topo da escala social quanto na base, podendo, também, ocorrer por pressão de estratos intermediários.

Monteiro (2000, p. 122-123) aponta exemplos no Brasil do que poderiam ser mudanças vindas, respectivamente, de baixo para cima e de cima para baixo, como o apagamento do /r/ final e o uso do /s/ implosivo como uma herança do período em que a Corte Portuguesa morou no Brasil. O apagamento do /r/ foi por muito tempo associado à fala do povo iletrado ou de grupos sócio-econômicos inferiores. A esse respeito Silveira Bueno (1967, p. 219) reconhece que a apócope do /r/ aparece primeiro nos rústicos e, posteriormente, atinge “até as pessoas formadas em escolas superiores, quando falam em família”. Podemos, ainda, ver a apócope do /r/ como um dos traços destacados por Paul Teyssier como marca da fala dos negros retratados por Gil Vicente¹⁵⁴. Alguns estudos variacionistas apontam que o apagamento do /r/ é uma tendência quase generalizada no Brasil e atinge todos os grupos sociais. Em relação ao “s” dito chiante, a origem da inovação está segundo Bueno (1967, p. 218) ligada à concentração dos portugueses no Brasil. Para o autor, tal uso se concentraria no Rio de Janeiro e em Florianópolis. No caso do Rio de Janeiro, o uso estaria ligado ao prestígio que os reinóis gozavam entre os naturais da Colônia. Esses dois exemplos dão conta de como o contato entre grupos pode favorecer a difusão de um traço lingüístico.

Além dessa forma de difusão, existe aquela em que uma mudança em dada estrutura gramatical pode estender-se a outra: trata-se da difusão lingüística nos termos enunciados por Chambers e Trudgill (1998 [1980]). A teoria postula que dada mudança ocorrida em determinada estrutura gramatical possa influenciar o falante a aplicar a mesma estratégia em outra estrutura. Um exemplo da utilização desse postulado está em Naro (1981) ao afirmar que a

¹⁵³ Posteriormente, havemos de discutir a força do contato social no processo de propagação de inovações sociais e, conseqüentemente, lingüísticas.

¹⁵⁴ Encontramos em Gil Vicente formas como “trazee”, “querre” e “podê”, conforme Teyssier (1959, p. 243).

perda da nasalização de certos nomes substantivos tenha influenciado a perda da nasalização do morfema número-pessoal de determinadas formas verbais. Segundo o pesquisador, a desnazalização da vogal final de certos vocábulos fez com que ocorresse a desnazalização da vogal final que caracteriza a oposição singular e plural de determinados verbos, a partir desse ponto ocorreu a neutralização de oposições que se estendeu a outras formas verbais¹⁵⁵.

Outra forma de difusão seria a difusão espacial. A difusão espacial, segundo Chambers e Trudgill (1998 [1980]), apenas reflete as outras formas de difusão. Ela, no entanto, ressalta a influência de um pólo espacial em outro. Geralmente, crê-se que a cidade seja responsável pela inovação e seus padrões levariam os povos circunvizinhos à imitação. A inovação iria de uma cidade a outra, a depender do grau de importância regional por ela assumida e, posteriormente, iria atingir grupos populacionais menores, como vilas, distritos e conglomerados rurais¹⁵⁶. Ao estudar as transformações por que passa o dialeto de Cabo Verde, Maria Dulce de Oliveira Almada, por exemplo, observa que os falantes da ilha de São Vicente, o crioulo que mais recebe influência do português, tendem a influenciar os falantes de outras ilhas¹⁵⁷, já que São Vicente tornou-se um pólo educacional para onde acorrem estudantes de diversas partes do arquipélago.

Em nosso estudo, interessa-nos discutir a difusão sociolingüística e a difusão espacial, já que essas duas formas explicam o processo de mudança por que passa a concordância verbal no português popular do Brasil. Nossa pesquisa aponta para a aquisição das marcas de flexão de número e pessoa numa tendência de índice crescente se compararmos o comportamento lingüístico de comunidades rurais, a depender do seu grau de isolamento, a comunidades urbanas. Somos levados a crer, ainda, que as formas inovadoras encontram-se nos centros

¹⁵⁵ Como nossa pesquisa aponta para a aquisição das marcas de concordância, mesmo nos casos em que a oposição singular/plural faz-se apenas pelo traço opositivo oral/nasal, não cremos que, à medida que as formas verbais recuperem a marca de concordância, o mesmo processo seja válido para os nomes que na fala popular sofreram a apócope do fonema nasal.

¹⁵⁶ Posteriormente, discutiremos esse processo, aplicando à realidade do português brasileiro.

¹⁵⁷ É imprescindível frisarmos que os falantes de São Vicente, também, sofrem pressões de habitantes de outras ilhas, mas a valorização do falar "mindelense" produz um forte bloco de resistência lingüística. (cf. ALMADA, 1961, p. 27)

urbanos e que as conservadoras são mais freqüentemente encontradas no meio rural ou na periferia dos centros urbanos. Nossa pesquisa, nesse sentido, apresenta dados bastante esclarecedores.

3.3.5.1 Difusão espacial: a cidade como centro de difusão das inovações lingüísticas

O Brasil foi por quatro séculos um país rural, formado por grandes latifúndios que possuíam a estrutura de pequenas cidades, formando-se a comunidade rural em torno do *pater-famílias* e de sua autoridade. É fácil supor que os hábitos bem como a língua de tais núcleos populacionais se mantivessem dentro de um padrão conservador motivado pelos limites do restrito círculo de convivência da sociedade rural. O advento dos centros urbanos vai quebrar esse estado conservador, produzindo novas situações de contato e intercâmbio¹⁵⁸. Destarte, o antigo isolamento que favorecia a conservação de padrões lingüísticos no meio rural pôde-se abrir às ondas inovadoras vindas das grandes cidades em ascensão. Em certas comunidades cujo isolamento foi voluntário ou tornou-se fundamental para a conservação do núcleo familiar, observamos a manutenção de traços lingüísticos como marca de identidade e coesão do grupo. Tanto na pesquisa de Labov (1972) sobre Martha's Vineyard quanto na de Sônia Queiroz (1998) sobre a Língua do Negro da Costa¹⁵⁹, a conservação fonética e lexical, respectivamente, preencheram funções sociais dentro do mercado lingüístico em que os falantes viviam¹⁶⁰. A conservação não foi uma simples opção, mas um imperativo de manutenção do *status quo* social de tais comunidades.

¹⁵⁸ Essa é a principal razão apontada por Amaral (1920) para a drástica diminuição do dialeto caipira em São Paulo.

¹⁵⁹ Além desses estudos, podemos citar o trabalho de Sílvia Vieira de Andrade Filho (2000) sobre as comunidades negras do Cafundó, do antigo Caxambu e se seus arredores.

¹⁶⁰ Empregamos aqui a metáfora de Bourdieu (1998[1982], p. 54) que a usou como forma de descrever as relações lingüísticas como trocas mercantis, em que se estabelece uma relação simbólica entre alguém que produz e alguém que consome, proporcionado lucro material ou simbólico. Tal idéia empregada em termos sociolingüísticos pode explicar não só a valorização de estruturas como também a troca de uma por outra a depender do valor que a nova estrutura possua no mercado lingüístico.

Para Chambers e Trudgill (1998) não é surpresa que os centros urbanos sejam as fontes que façam as inovações lingüísticas se expandirem; no entanto, os estudos sistemáticos sobre as formas de expansão vieram a se tornar mais detalhados a partir da segunda década do século XX¹⁶¹. Silva Neto (1986 [1950]) reconhece a importância dos centros urbanos como pólos de criação e difusão da cultura letrada:

As cidades são centros de cultura e de educação. É nelas que há os ginásios, as escolas normais, as faculdades de direito, de medicina, de odontologia... Nas cidades é que se publicam os jornais – fontes de opinião e de informações – é onde há teatro, rádio, cinema onde se concentram os escritores e homens de pena. São centros de academias, de bibliotecas, e intercâmbio com outras cidades. Nelas, em suma, se concentra a *élite* dos ricos e dos cultos – o que lhes aumenta a importância e o prestígio. (SILVA NETO, 1986 [1950], p. 190.)

Sob o influxo das pesquisas realizadas no âmbito da Sociologia, os estudiosos começaram a comprovar que as cidades passaram a ser vistas como centros que distribuem bens e serviços, dos mais simples aos mais complexos, para seus habitantes e para o campo e outros centros menores. Idéias de Durkheim, redigidas no final do século XIX, começaram, então, a ser veiculadas dando respaldo teórico às observações feitas na realidade européia:

As grandes cidades são os focos incontestáveis do progresso; é aí que se geram idéias, modos, costumes e necessidades novas que se expandem depois ao resto do país. Quando uma sociedade muda, é em regra como consequência e como imitação. Os humores são de tal forma instáveis que tudo o que vem do passado se torna um tanto suspeito; pelo contrário, as novidades, quaisquer que sejam, usufruem de um prestígio igual, por assim dizer, ao que gozavam outrora os costumes dos antepassados. (DURKHEIM, 1893 *apud* VALADE, 1995)

Da fala de Durkheim percebemos que a cidade e suas inovações servem de parâmetro entre o antigo e o moderno, entre os hábitos que prendem os homens aos valores em decadência e entre os que os impulsionam ao progresso. Até mesmo os pequenos centros trazem consigo essa marca. Em entrevistas realizadas com moradores da zona rural ouvimos declarações a cerca do atraso em que viviam as comunidades ao mesmo tempo em que os informantes externavam o desejo de não continuarem a tradição agrícola de seus pais. Não podemos negar, contudo, que quanto maior for a cidade maior será o número de bens e serviços que ela distri-

¹⁶¹ "It is, of course, no surprise that urban centers are important in the spreading innovations, but our knowledge of how this works has recently become more detailed." (CHAMBERS; TRUDGILL, 1998 [1980], p. 172).

bui, e maior será, então, sua influência em torno do espaço que ocupa e maior será seu raio de influência.

Se tratarmos dessa realidade do ponto de vista lingüístico, vamos observar que no caso do português europeu, foi no eixo Lisboa-Coimbra que se construiu o centro de domínio da língua portuguesa, visto que já era o centro administrativo e cultural. Naquela região, antes moçárabe, é que o português moderno vai constituir-se e assentar suas raízes e daquele pólo partirão as inovações destinadas a permanecerem e constituírem a norma portuguesa, conforme atesta Paul Teyssier (1997, p. 41). No caso do português do Brasil, as sucessivas mudanças de pólo administrativo trouxeram problemas para a caracterização de nosso "bon usage" do ponto de vista geográfico; contudo, do ponto de vista social, a língua prestigiada e digna de ser imitada como mostra exterior de *status* social sempre foi a língua das classes mais favorecidas diretamente relacionadas ao elemento branco europeu. Se olharmos para o quadro atual da sociedade urbana brasileira, somos forçados a concluir que as grandes capitais do centro-sul são responsáveis não só pelo topo da escala econômica, mas também pela posse da influência dos meios de comunicação, incluindo a produção e comercialização de livros. No eixo Rio – São Paulo, concentram-se os maiores jornais, as maiores redes de televisão, as grandes livrarias, tornando-se assim um centro de irradiação cultural¹⁶². Na Bahia, os grandes jornais (A TARDE, A TRIBUNA DA BAHIA e O CORREIO DA BAHIA) encontram-se sediados na capital, Salvador.

No âmbito de nosso estudo, podemos afirmar que a influência sócio-cultural que pode atingir nossos informantes, certamente, procede dos centros regionais mais desenvolvidos em que atividades econômicas ligadas ao comércio, à indústria e aos serviços são mais prioritá-

¹⁶² Serafim da Silva Neto (1986 [1950], p. 127), referindo-se à divisão feita por João Ribeiro, aponta cinco "células fundamentais" de irradiação da cultura e civilização no Brasil: (1) Maranhão ou Pará, (2) Pernambuco, (3) Bahia, (4) Rio de Janeiro e (5) São Paulo. Notadamente, desses primeiros núcleos de irradiação saíram as fontes lingüísticas que hoje constituem o quadro atual do português do Brasil.

rias do que atividades ligadas ao agronegócio. Assim, Salvador, Feira de Santana¹⁶³, Vitória da Conquista e Ilhéus-Itabuna seriam, de forma mais próxima, o referencial de desenvolvimento urbano para os moradores da zona urbana de Poções. Da mesma sorte, para os moradores de Morrinhos e Cinzento, a cidade de Poções¹⁶⁴ seria o centro irradiador das novidades captadas em centros maiores.

3.3.5.2 Difusão espacial e a teoria da onda

A teoria da onda (do alemão *Wellentheorie*; do inglês *wave theory*) surgiu com base em uma metáfora que postula que a difusão de inovações lingüísticas ocorra do centro para a periferia de um dado território, descrevendo a reação que ocorre quando uma pedra é jogada na superfície de um lago e, por deslocamento de volume d'água, produz reações concêntricas que vão se expandindo até às margens, ganhando em extensão à medida que vai perdendo força. O ponto de impacto corresponderia ao lugar onde se deu o surgimento do traço inovador.

Segundo Theodora Bynon (1996, p. 192), o primeiro estudioso a propor a teoria das ondas foi Johannes Schimidt, em estudo publicado em 1872. Na época de sua definição, o autor postulava que a teoria procuraria dar conta do fato de que, quando são comparadas duas línguas aparentadas, poderiam ser encontradas certas correlações entre a distância geográfica

¹⁶³Feira de Santana é considerada capital regional de primeiro nível juntamente com o bipólo Ilhéus-Itabuna e Vitória da Conquista, conforme o Atlas Escolar da Bahia (2000, p. 140). Tais cidades são centros irradiadores de cultura e neles costumam-se fixar intelectuais vindos de outras partes do país, já que são sedes de centros universitários que gozam de prestígio dentro da comunidade acadêmica nacional, especialmente nas áreas que envolvem os agronegócios. Nelas funcionam, ainda, sucursais de televisões e jornais, possuindo, ainda, rádios, teatros e cinemas, propiciando a seus moradores uma vida intelectual satisfatória.

¹⁶⁴Poções hoje conta com uma rádio comunitária ligada à Igreja Católica. Nos programas veiculados pela rádio, alguns moradores possuem espaço de divulgação dos "valores da terra", segundo depoimentos de dois informantes.

e a distância lingüística, pelo menos em dadas características¹⁶⁵. Robins (1983, p. 145) considera que Schmidt, ao postular a teoria da onda (*Wellentheorie*), não pretendeu substituir o modelo genealógico proposto pelo seu mestre Schleicher, mas apenas complementá-lo sustentando a idéia de que numa dada área geográfica se sucedem ondas de inovações ou mudanças lingüísticas que vão de uma forma dialetal a outra e até de uma língua a outra que mantenham contatos entre si.

Se aplicarmos a teoria das ondas à realidade por nós observada, podemos ver que as marcas de flexão perdidas graças ao contato entre falantes de línguas diferentes começam a ser recuperadas, iniciando-se nos centros urbanos por conta do prestígio que gozam os utentes da variante padrão e, posteriormente, vão se difundindo pela periferia, atingindo os distritos, povoados e vilas. Dessa forma, estruturas lingüísticas da norma urbana começam a atingir gradualmente partes periféricas da sociedade, descrevendo a forma de uma onda numa série de círculos concêntricos num movimento centrífugo.

Essa forma de interpretar a difusão lingüística conjuga não só o sentido de direção do traço inovador, mas também a idéia de que a difusão dá-se de forma gradual, atingindo primeiramente os indivíduos mais próximos do centro inovador e, posteriormente, os que se encontram mais distantes. Amaral (1972 [1920]) parece apresentar o dialeto caipira como uma variedade de língua que estaria sofrendo os "ataques" de formas inovadoras prestigiadas no sentido descrito pela teoria das ondas. O movimento gradual que observamos na aquisição das marcas de concordância nas três comunidades lingüísticas observadas, também, coaduna com a idéia expressa pela teoria das ondas, já que a comunidade mais isolada dos centros de irradiação da inovação (Cinzento) apresenta índice inferior àquelas que lhe são mais próximas.

¹⁶⁵ "It is designed to account for the fact that, when related languages are compared, a certain correlation is generally to be found between geographical distance and linguistic distance, at least in so far as specific features are concerned." (BYNON, 1996, p. 192)

3.5.3 Difusão sociolingüística: contatos sociais.

Segundo Vila Nova (1995), o contato entre grupos sociais ou sociedades é responsável pela maioria das mudanças verificadas ao longo da história dos povos, já que é através do contato entre agregados que descobertas e invenções são difundidas e incorporadas em outras sociedades. Segundo ele:

O contato entre sociedades tende a provocar não apenas a difusão de descobertas e invenções tanto materiais quanto as sociais, mas, igualmente valores, crenças, normas, atitudes e aspirações. A difusão de componentes intersubjetivos de estilos culturais de vida através do contato entre sociedades é um fator muito poderoso de transformação social (VILA NOVA, 1995, p. 174)

Para se compreender o percurso da difusão lingüística responsável pela progressiva aquisição das marcas de concordância nos sintagmas verbais no português popular do Brasil, é preciso discutirmos que tipos de contatos sociais podem ser mantidos pela interação dos grupos sociais urbanos e rurais por nós estudados com outros grupos tanto em seu próprio meio como em meio social diferente. Queremos salientar, principalmente, que a qualidade e a quantidade de contatos sociais podem ser vistas tanto no nível do indivíduo quanto no nível dos agregados, produzindo situações passíveis de análise e interpretação diferenciadas.

A fim de sistematizar tal estudo, vamos dividir os tipos de contanto segundo padrões sociológicos utilizados em pesquisas de campo na área da Antropologia e da Sociologia, conforme nos informam Lakatos e Marconi (1999, p. 346-7).

As formas de contato estão diretamente relacionadas a processos e relações sociais. Entendemos por processos um conjunto de atos previamente ou não acordados por indivíduos que, reunidos, inserem-se em dado espaço ou situação. A sala de aula, por exemplo, é local de muitos processos em andamento que dependem dos papéis que os indivíduos executam a seu tempo. Para nós relações, com base numa abordagem sociológica, são vinculações de alguma ordem entre pessoas; assim, as pessoas reunidas em dado espaço ou situação estabelecem entre si ligações que podem variar segundo a natureza do vínculo que as reuniu. Pacientes em

um consultório médico ou dentário, por exemplo, estão ligados pelo fato de estarem "doentes" e estarem sujeitos à espera, às condições do ambiente e dividirem temporariamente o mesmo espaço. Ao final da consulta, o vínculo pode desfazer-se ou repetir-se naquele dado local e em situação semelhante. Importa-nos discutir que relações e processos são responsáveis pela influência de um grupo em outro grupo, favorecendo a difusão de traços inovadores.

Dada a complexidade de contatos possíveis, além da natureza do contato, temos de analisá-los conforme a duração do contato e o grau de influência, já que tais fatores podem favorecer a pouca ou a muita pressão na ação de um indivíduo sobre os outros, ou na ação entre agregados e indivíduos. Por sua natureza, os contatos podem ser diretos ou indiretos, voluntários ou involuntários, primários ou secundários.

Os contatos diretos são aqueles que acontecem por meio da percepção física; portanto, são realizados face a face. Essa forma de contato é mais freqüente na zona rural do que na zona urbana. As associações religiosas, os grupos comunitários e as instituições escolares cumprem na zona rural o papel de estabelecer contatos entre indivíduos e grupos. Na comunidade rural de Cinzento, por exemplo, os principais momentos de contatos diretos entre grupos dão-se em celebrações litúrgicas em que atuam membros da comunidade cinzentense e da comunidade eclesial vinda de Poções e Planalto. Os membros mais novos da comunidade cinzentense, por exemplo, participam mais ativamente de tais processos, mantendo relações duradouras com grupos externos à comunidade.

Por outro lado, os contatos indiretos são realizados por meio de intermediários ou por via dos meios de comunicação. A emergência dos meios de comunicação, especialmente o uso do telefone fixo e do celular, fez com que tais contatos pudessem ter seu grau ampliado tanto nas grandes cidades quanto nas de menor porte. No meio urbano, os meios de comunicação exercem pressão entre os jovens, já que os modelos veiculados pela televisão, por exemplo, servem como forma prestigiada de atuação e coesão entre os indivíduos.

Entendemos por contatos voluntários aqueles derivados da participação espontânea sem que haja a coerção de uma força externa sobre os indivíduos. Tais contatos revestem-se, portanto, de uma escolha quer por aptidões quer por interesses de entrosamento dos indivíduos com grupos que eles julgam interessantes. Os grupos de terceira idade, na comunidade rural de Morrinhos, têm efetuado um papel de participação espontânea, da mesma forma que em Cinzento os núcleos da Pastoral da Terra atraem os moradores. No entanto, a participação nos grupos de terceira idade resume-se aos moradores do povoado o que reforça a coesão do grupo e ajuda a manter os padrões internos da comunidade.

Os contatos involuntários ocorrem quando uma forma de pressão externa rege a relação entre os indivíduos, como no caso de indivíduos requisitados para trabalhar numa seção eleitoral ou na formação de um corpo de jurados. Tais contatos, por sua baixa força afetiva, não possuem influência duradoura no comportamento dos indivíduos.

Os contatos chamados de primários podem ser definidos como aqueles em que as relações são pessoais, íntimas e espontâneas; pois nelas os indivíduos tendem a compartilhar experiências particulares e num grau maior de conforto. Na zona rural, por exemplo, há uma predominância de contatos primários, já que as atividades ali praticadas e a interação entre as pessoas são mais constantes e mais próximas do que aquelas que ocorrem na zona urbana.

Os contatos secundários opõem-se aos contatos primários, pois aqueles envolvem processos de atos formais, impessoais, racionais e calculados; nessa forma de contato os indivíduos estão desempenhando papéis previamente determinados e que, quando quebrados, podem produzir desconforto para os envolvidos¹⁶⁶. As atividades educativas, por exemplos, constituem contatos secundários em que os indivíduos submetem-se ao aprendizado sob a autoridade do professor. É importante salientar que a força de atuação desse tipo de contato

¹⁶⁶ A Sociolinguística Interacionista tem se ocupado em estudar, por exemplo, os contatos entre médico, pacientes e parentes do paciente, demonstrando que a natureza do contato produz uma seleção de enquadres e esquemas a depender dos processos de interação. Em relação à comunidade de Morrinhos, ao longo de nossa pesquisa, duas informantes, jovens, mudaram diversas vezes o tom de voz e a velocidade da fala ao abordarem temas considerados tabus no meio rural, como a perda da virgindade.

não está no oferecimento de uma pluralidade de contextos, mas na imposição de um deles, o do professor, que, por sua vez, representa o contexto valorizado. Em nosso estudo, por exemplo, procuramos discutir tal ação considerando que a escola é vista como modelo, como força persuasiva de imposição de padrões e novos contextos que, por sua vez, não só envolvem questões subjetivas como também questões ligadas à qualidade do modelo oferecido.

Além disso, devemos salientar que outros aspectos estão relacionados ao contato entre grupos sociais. Ao investigarmos as relações de contato nas comunidades lingüísticas estudadas, precisamos destacar que homens e mulheres, em relação ao contato social, sofrem pressões diferenciadas. As mulheres tendem a ter espaços legítimos de atuação e nesses espaços o convívio com pessoas de fora do círculo de relações pode ser interpretado como uma violação de legitimidade. Dessa forma, a mulher tende a ter uma rede de relações mais limitada e, portanto, expõe-se menos ao processo de aquisição de padrões oriundos de outros grupos.

Do ponto de vista sociológico do contato, é oportuno acrescentarmos que a natureza do contato está diretamente relacionada ao ambiente em que ele se realiza. Na maioria dos casos, os contatos primários são mais familiares e pouco têm a influenciar na mudança do comportamento do indivíduo a não ser na manutenção das características do grupo. Por outro lado, os contatos secundários saem do espaço restrito do trato doméstico e expõem o indivíduo a valores que devem ser por eles absorvidos a fim de que se possa integrar ao novo grupo e atender às suas pressões. A respeito disso Chazel (1995, p. 233) afirma, como base em Giddens, que a estruturação dos sistemas de relação não pode ser dissociada da interação dos atores e é com base nessa interação que os papéis são produzidos e reproduzidos. Destarte, a permanência de um indivíduo em outro contexto interacional faz com que ele seja exposto a novos papéis que, obrigatoriamente, devem ser por ele produzidos e reproduzidos, provocando um distanciamento da força de coesão com o grupo anterior. Uma dona de casa, por exemplo, obrigada por questões econômicas a empregar-se em casa-de-família, em outra cidade,

vai conviver com padrões de outro grupo em outro contexto social e espacial, considerado superior que, via de regra, começa a impor-se como forma prestigiada de comportamento. Em decorrência disso, o comportamento lingüístico dela começa a alterar-se em direção à norma lingüística do novo grupo. Ao retornar ao seu grupo social, o comportamento lingüístico deve demonstrar algumas marcas do contato com o grupo prestigiado.

A importância do contato com outros grupos sociais na pesquisa sociolingüística já foi discutido por nós em 2003, ao demonstramos que a comunidade rural afro-brasileira que manteve um grau menor de contato foi aquela que apresentou menor índice de aquisição das marcas de concordância verbal. O presente estudo aponta, novamente, para a mesma conclusão.

Somos levados a crer, portanto, que o contato social em suas diversas facetas influencia diretamente a alteração de padrões lingüísticos de uma comunidade de fala.

4 O MÉTODO

As ciências sociais, e entre elas a Sociolingüística, têm produzido grande variedade de modelos próprios de investigação ao mesmo tempo em que têm proposto critérios a serem utilizados não só na orientação das pesquisas, mas na verificação de sua validade e confiabili-

dade. Muitos desses critérios resultam de acordos feitos pelos pesquisadores que, de certa forma, unem-se em torno de concepções teórico-metodológicas advindas da experiência em diversos trabalhos de campo. Assim, todo trabalho metodológico tem sua base numa teoria e essa mesma teoria influencia a percepção do *fato*, na medida em que impõe um recorte e a conseqüente definição de categorias relevantes e aspectos a serem observados¹⁶⁷.

Algumas críticas são feitas ao fazer científico no Brasil e, em especial, àquele que trata de questões sociais e por extensão às lingüísticas. Uma das queixas mais freqüentes está na adoção acrítica de modismos na seleção de quadros teórico-metodológicos que em dado momento fomentam pesquisas com a mera aplicação de modelos que se pretendem ser os mais atuais. Outra se refere à pouca divulgação dos resultados das pesquisas o que provocaria não só uma pulverização dos temas, mas também a pouca aplicabilidade dos resultados obtidos. O detalhamento da metodologia por nós utilizada, ao longo das atividades de campo desenvolvidas bem como na transcrição dos dados, pode servir de instrumento para pesquisas posteriores, visando a descortinar aspectos pouco esclarecidos sobre a realidade do português popular do Brasil. Por estarmos inseridos no sistema educacional brasileiro como formadores de professores de língua portuguesa que trabalham em classes localizadas na zona rural e urbana do interior da Bahia, mais especificamente na região sudoeste, temos a preocupação de fornecer aos graduandos em Letras um recurso à reflexão sobre a realidade lingüística de seus alunos e uma tentativa de, a partir da compreensão de fatos lingüísticos e sociais, promover a diminuição do abismo que separa a realidade da escola e a realidade lingüística das camadas populares que a freqüentam.

Nesse capítulo, consideramos conveniente incluir além do detalhamento das etapas desenvolvidas ao longo da pesquisa, partes essenciais à compreensão de nosso trabalho como, por exemplo, a descrição das variáveis lingüísticas e extralingüísticas, pontuando-as de acordo

¹⁶⁷ Ronald Wardhaugh (1998) faz algumas reflexões nesse sentido, demonstrando que não há uma única forma de desenvolver estudos lingüísticos e que os métodos empregados irão depender de como o investigador encara o objeto de estudo.

com a teoria por nós defendida. Além disso, apresentamos a história sócio-política das comunidades analisadas, acrescentando algumas observações econômicas sobre elas, já que cremos que as atividades econômicas ali desenvolvidas, ou não desenvolvidas, são elementos importantes na caracterização dos espaços geográficos e de suas relações, essenciais, portanto, para a explicação das características lingüísticas apresentadas pelas comunidades.

4.1 A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*: O TRABALHO DE CAMPO

Nessa seção, julgamos oportuno apresentar o percurso seguido por nós na constituição do *corpus* em análise e a caracterização dos informantes. Por questões metodológicas, os informantes foram identificados por siglas explicadas por nós no corpo do trabalho.

4.1.1 A escolha dos informantes

A nossa definição de português popular do Brasil parte do princípio de que seus falantes caracterizam-se pela falta do letramento¹⁶⁸ ou pelo pouco letramento a que foram submetidos, portanto a escolha dos informantes pautou-se na escolha daquela parcela da população em que o letramento tenha sido precário ou não tenha ocorrido. Nossa análise compreendeu a investigação do comportamento lingüístico das camadas populares da cidade e do campo, procurando propor uma análise do uso da regra de concordância verbal em falantes do português popular no âmbito rural e urbano¹⁶⁹.

A primeira escolha que fizemos foi selecionar a comunidade afro-brasileira de Cinzen-
to como foco de nossa investigação e a partir dela determinamos que a comunidade lingüística

¹⁶⁸ Aqui, tomamos letramento por alfabetismo, embora reconheçamos as diferenças ideológicas que separam os termos.

¹⁶⁹ Com isso, alargamos um pouco a fronteira tradicional dos estudos sociolingüísticos que se têm baseado apenas em amostras da língua urbana, o que levou muitos a designarem a Sociolingüística com a etiqueta *dialetologia urbana*.

de Poções faria parte do nosso estudo. A escolha de Cinzento justifica-se pela origem quilombola e por todo o trabalho realizado por nós na comunidade em nossa pesquisa de 2003, quando coletamos o *corpus*, integrante do *Projeto Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia*. Além disso, na Comunidade de Cinzento, fizemos a transcrição e a análise de dados, hoje utilizadas por diversos pesquisadores filiados ao *Projeto*. Destarte, relatos dos moradores mais velhos dão conta de que as relações entre Poções e Cinzento datam de mais de 90 anos, pois a informante mais velha da Comunidade de Cinzento afirma que foi batizada em Poções e que recebeu do vigário daquela cidade todos os sacramentos cristãos¹⁷⁰.

Escolhemos, também, um dos muitos povoados que compõem o município de Poções e, especialmente, Morrinhos, visto possuir uma grande importância no cenário da região, pois historicamente, nasceu junto com Poções, mas por questões políticas foi abandonado a atividades agrárias, fornecendo, além disso, água à sede do município e às áreas vizinhas, já que possui uma barragem que abastece a região. Morrinhos foi escolhida por ser uma comunidade rural típica, composta por agricultores que cumprem o papel de fornecer à cidade víveres que ela não adquire em outros lugares ou outros centros comerciais.

Devemos ressaltar que a maioria dos habitantes de Morrinhos desenvolve atividades ligadas ao campo, no entanto, alguns praticam atividades sazonais, como a construção civil, quando as atividades agrícolas arrefecem por questões climáticas. Um dos informantes, contudo, declarou-se apenas pedreiro, fazendo serviços esporádicos na sede do município, mas exercendo, prioritariamente, sua profissão no campo, especializando-se, por exemplo, na construção de pequenas casas e na fixação de mourões. As mulheres exercem, quando jovens, dupla jornada, uma cumprida em casa na “lida com os filhos” e outra no campo, ajudando os maridos ou os filhos. Uma das entrevistadas, contudo, declarou-se “empregada doméstica”, afirmando que uma parte do ano empregava-se em Poções e outra parte vinha para casa cuidar

¹⁷⁰ Cinzento está politicamente ligada à cidade de Planalto; no entanto, Planalto possui cerca de 40 anos de emancipação política e está ligada historicamente ao município de Poções, dada a proximidade geográfica.

das “criações”. Morrinhos é um povoado mais evoluído do que Cinzento e, por possuir uma fonte de água, o que facilita a fixação do homem no campo, atrai pessoas de outros lugares para desenvolverem a pesca esportiva.

Em comum, as três comunidades possuem um forte sentimento religioso católico, fundamentado na crença em santos populares e na celebração de datas litúrgicas como forma de divertimento e respeito aos padroeiros. Os núcleos populacionais de Morrinhos e Poções erigiram-se em torno de uma pequena igreja; realidade que não foi vivenciada por Cinzento, certamente, por se tratar de uma ocupação clandestina da terra. Em Cinzento, as devoções são mais particulares e as casas contam com pequenos altares que exercem papel central na vida cotidiana.

Os quadros seguintes foram elaborados com base em uma FICHA DO INFORMANTE elaborada por nosso orientador Prof. Dr. Dante Lucchesi para ser aplicada nas atividades de pesquisa de campo. As perguntas constantes da FICHA possuem as informações necessárias para compormos uma visão geral do informante e de sua relação com a comunidade. Apenas uma pergunta da FICHA DO INFORMANTE foi preenchida pela avaliação do documentador, as demais são de responsabilidade do informante.

Inicialmente, foram feitas 18 entrevistas na comunidade de Poções e 16 na comunidade de Morrinhos. Destas, retiramos para compor o nosso estudo 12 informantes de cada comunidade.

CÓDIGO	SEXO	IDADE	NÍVEL DE ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO	INFORMANTE
PPRU01 ¹⁷¹	M	25 anos	Analfabeto	Ajudante de pedreiro e agricultor	A.F.P
PPRU02	M	28 anos	Primário ¹⁷²	Pedreiro e agricultor ¹⁷³	C.R. O.
PPRU03	F	20 anos	Analfabeto	Dona-de-casa	R. M. J.
PPRU04	F	37 anos	Primário	Empregada doméstica ¹⁷⁴	L.J. A.
PPRU05	M	46 anos	Analfabeto	Pedreiro	V. F. S.
PPRU06	M	52 anos	Primário	Agricultor ¹⁷⁵	I.J.
PPRU07	F	55 anos	Analfabeto	Dona-de-casa	V. J.
PPRU08	F	50 anos	Primário	Dona-de-casa	Z. S. S.
PPRU09	M	65 anos	Analfabeto	Agricultor	A. J. N.
PPRU10	M	71 anos	Primário	Agricultor Aposentado	A. F.
PPRU11	F	76 anos	Analfabeto	Agricultora aposentada	I. M.
PPRU12	F	70 anos	Primário	Agricultora Aposentada	V.F.

Quadro 1 –Informantes rurais do Povoado de Morrinhos (município de Poções – BA)

Como podemos perceber, os informantes da comunidade de Morrinhos oscilam entre atividades próprias da zona rural e algumas atividades desenvolvidas na cidade. No entanto, devemos salientar que as atividades na construção civil são sazonais e podem ser desenvolvidas no próprio local de moradia do informante ou em outra região.

¹⁷¹ A sigla refere-se a P(ortuguês) P(opular) RU(ral) 01 (número indicativo do informante)

¹⁷² O antigo primário corresponde ao ensino fundamental de 1.^a à 4.^a série.

¹⁷³ Atualmente, desenvolve atividades de recreação em uma associação comunitária.

¹⁷⁴ A informante encaixa-se no conceito de diarista, mas identifica-se com empregada doméstica. Julgamos por bem deixar a denominação a seu critério.

¹⁷⁵ Foi boiadeiro e tratou de gado por vários anos.

CÓDIGO	SEXO	IDADE	NÍVEL DE ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO	INFORMANTE
PPUR01 ¹⁷⁶	M	25 anos	Analfabeto	Pedreiro	F.M.J.
PPUR 02	M	22 anos	Primário	Serviços gerais ¹⁷⁷	C.S.
PPUR 03	F	26 anos	Analfabeto	Empregada doméstica	M.C.
PPUR 04	F	29 anos	Primário	Dona-de-casa	L.P.S.
PPUR 05	M	43 anos	Analfabeto	Zelador	J.J.
PPUR 06	M	46 anos	Primário	Gari	A.M.F.
PPUR 07	F	56 anos	Analfabeto	Dona-de-casa	G.S.
PPUR 08	F	50 anos	Primário	Dona-de-casa	Z. S. S.
PPUR 09	M	72 anos	Primário	Motorista, vendedor, serviços gerais.	A. J.L.
PPUR 10	M	64 anos	Analfabeto	Pedreiro	J.O.
PPUR 11	F	84 anos	Analfabeto	Dona-de-casa	A.M.J.
PPUR 12	F	76 anos	Primário	Artesã e lavadeira	B.J.

Quadro 2 –Informantes urbanos do município de Poções

O quadro 2 nos informa sobre as características dos informantes da comunidade de Poções. Ao contemplarmos os informantes de Poções, vamos notar que eles desenvolvem atividades relacionadas à vida urbana e mesmo os de escolaridade precária conseguem desenvolver atividades típicas do meio urbano.

¹⁷⁶ A sigla refere-se a P(ortuguês) P(opular) UR(bano) 01 (número do informante)

¹⁷⁷ Ao se reconhecerem como trabalhadores de "serviços gerais", os informantes atestam não ter uma atividade ou profissão definida, fazendo os serviços que lhes vierem às mãos. São trabalhadores com pouca qualificação.

CÓDIGO	SEXO	IDADE	NÍVEL DE ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO	INFORMANTE
PPAF 01 ¹⁷⁸	M	34 anos	Analfabeto	Agricultor	J.P.
PPAF 02	M	31 anos	Primário	Agricultor	G.P.N.
PPAF 03	F	20 anos	Primário	Agricultora	C.P.J
PPAF 04	F	26 anos	Analfabeto	Doméstica e agricultora	N.P.
PPAF 05	M	40 anos	Analfabeto	Agricultor	F.P.
PPAF 06	M	46 anos	Primário	Agricultor	S.P.J.
PPAF 07	F	50 anos	Analfabeto	Agricultora	I.P.
PPAF 08	F	45 anos	Primário	Agricultora	D.P.J
PPAF 09	M	64 anos	Analfabeto	Agricultor	T.P.
PPAF 10	M	82 anos	Primário	Agricultor	T.P.J.
PPAF 11	F	107 anos	Analfabeto	Agricultora	A.I.P.
PPAF 12	F	63 anos	Primário	Agricultora	M.P.

Quadro 3 – Informantes da Comunidade Afro-brasileira de Cinzento (Planalto BA)

Os informantes da comunidade de Cinzento são os mesmos por nós estudados em 2003. Há entre as gravações de Morrinhos – Poções e Cinzento um lapso de dois anos.

¹⁷⁸ A sigla refere-se a P(ortuguês) P(opular) AF (Afro-brasileiro) 01 (número do informante). A comunidade afro-brasileira por nós escolhida foi a do Povoado de Cinzento.

4.2 AS ENTREVISTAS: O TRABALHO DE CAMPO

O trabalho de campo foi realizado em 15 viagens à comunidade de Morrinhos e 5 à comunidade de Poções. Em nosso trabalho, contamos com a colaboração de dois membros das comunidades analisadas que nos indicaram os possíveis informantes.

4.2.1 A caracterização das entrevistas

As entrevistas tentaram ser o mais informal possível e, embora tivessem um roteiro prévio, seguiram o curso dado não só pela conversa, mas pelo interesse do informante. Em algumas gravações, mais de um documentador participou das gravações, quer como simples assistente, quer como participante ativo das conversas. Mesmo assim, houve momentos em que a consciência de que estava sendo entrevistado fez o informante fazer reflexões sobre determinados tabus ainda vivos em suas comunidades. Os informantes PPRU 03 (Rosarita) e PPRU 04 (Leonice) perguntaram diversas vezes se poderiam falar sobre “isso”, isto é, o fato de “ter se perdido a virgindade” e gerado filhos fora de uma relação marital. Os documentadores tranquilizaram-nas e além de um estudo lingüístico as duas mostraram um pouco da alteração de atitudes em relação ao tema que continua sendo tabu para comunidades rurais. Outro entrevistado utilizou o momento da gravação para lamuriar queixas contra os filhos que, indo para a cidade grande, deixavam os pais na pobreza. Esses fatos revelam momentos de profunda interação e até intimidade com os pesquisadores, que passaram no curso da entrevista a conhecer pontos críticos da história de vida dos informantes.

Em oito entrevistas, dois documentadores intervieram ativamente nas conversações, nas demais as entrevistas foram feitas por apenas um documentador, embora outro o acompanhasse como assistente. Todas as entrevistas foram feitas nos locais de moradias dos infor-

mantes, em suas salas, cozinhas, varandas, em locais em que eles se sentissem mais próximos de sua realidade e de sua vida cotidiana.

4.2.2 Os temas das entrevistas

A fim de manter certo nível de uniformidade na utilização de formas verbais, formas que estivessem relacionadas a um mesmo campo semântico, preferimos seguir um roteiro básico, dando, contudo, liberdade à conversação para que ela fluísse de forma a deixar o entrevistado à vontade, já que se costuma falar muito sobre aquilo que é foco de nossa atenção e vivência.

Após as questões preliminares cuja função é identificar o informante (NOME COMPLETO, FILIAÇÃO, PROFISSÃO, NÍVEL DE ESCOLARIDADE, VIAGENS, PENETRAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO AMBIENTE DOMÉSTICO¹⁷⁹), foram feitas perguntas que, na maioria dos casos, seguiram os seguintes campos de informação:

- a) Juventude (relação com os amigos, festas, diversões);
- b) Festas locais (predominância à festa do Divino Espírito Santo);
- c) Escola (motivos de ir ou não ir à escola, colegas, professores);
- d) Família (pais, filhos, esposo/a, irmãos);
- e) Trabalho (escolha, ocupações, problemas da relação trabalhador-patrão);
- f) Doenças (casos com o próprio entrevistado/a e com alguém da família ou próximo);
- g) Morte (na família ou de amigos);
- h) Vizinhos (o meio doméstico e suas relações);
- i) Vida religiosa (contato com o ambiente devocional, as romarias);
- j) Lembranças da infância (jogos, brincadeiras, amigos, vida doméstica).

¹⁷⁹ Vide em anexo FICHA DO INFORMANTE

4.3 O PROCESSAMENTO DOS DADOS

Após a execução das 24¹⁸⁰ entrevistas, 12 de falantes do português popular urbano e 12 de falantes rurais, passamos à audição e à transcrição das fitas. A transcrição foi feita por estudantes do curso de Letras e História da UESB, devidamente instruídos com base na *Proposta de Chave de Transcrição* elaborada por nosso orientador Dante Lucchesi e por nós usada no Mestrado.

4.3.1 A transcrição: critérios

Como em nosso estudo de 2003, optamos pela transcrição grafemática, considerando como relevante os fatos lingüísticos que constituem marcas específicas da fala do informante. Por tratarmos de um estudo morfossintático, algumas características gerais da língua portuguesa do Brasil, mesmo que não estivessem em acordo com a norma gramatical vigente, não foram destacadas.

Para nomear os envolvidos no processo de gravação das fitas, utilizamos, na transcrição, siglas já há muito consagradas em pesquisas lingüísticas: DOC (documentador), INF (informante) e CIRC (circunstante). Nos casos em que a audição da fita foi prejudicada por ruídos externos ou por questões alheias à vontade do pesquisador, optamos por indicar o ininteligível através da sigla ININT. Para os casos em que houve necessidade de interrupção, preferimos indicá-la pela sigla INTERRUPT. Reticências foram usadas para indicar tanto a quebra ou correção de enunciados como a hesitação.

Na transcrição das fitas, foram desprezados alguns fatos lingüísticos como:

- a) a elevação das vogais médias em posição átona final;
- b) a ditongação antes de consoante constritiva implosiva;

¹⁸⁰ Em relação ao *corpus* de Cinzento, aproveitamos o trabalho desenvolvido no Mestrado.

- c) a palatalização do /t/ e /d/, antes de vogal palatal;
- d) a epêntese da vogal alta que desfaz o travamento do grupo consonântico;
- e) a vocalização da consoante lateral pós-vocálica.

Especial atenção, no âmbito dessa pesquisa, foi dada à presença ou ausência de marca de flexão no sintagma verbal e nominal. Além disso, tomou-se cuidado na transcrição das preposições, bem como na nasalização e algumas marcas próprias do português popular, como o “eiísmo”, o rotacismo e a inserção e supressão de segmentos fônicos.

4.4. O LEVANTAMENTO DOS DADOS

O nosso estudo variacionista procura investigar fatores lingüísticos e extralingüísticos que condicionam a ausência ou a presença da marca de plural no sintagma verbal. Dessa forma, o levantamento dos dados procurou registrar exhaustivamente as ocorrências em que aparecem a terceira pessoa do plural ou P6. Entretanto, algumas estruturas específicas foram descartadas:

- a) Não consideramos as situações em que, conforme definição da tradição gramatical, ocorre a indeterminação do sujeito, a saber, nos casos em que verbos ditos intransitivos e transitivos indiretos aparecem seguidos da partícula *se*, definida como ‘partícula de indeterminação do sujeito’. Incluímos nesse caso, também, a indeterminação do sujeito que se faz como uma referência geral, impossibilitando-nos de identificar quem realmente seja o sujeito;
- b) Há casos em que o verbo *ser*, segundo a tradição gramatical, pode concordar tanto com o sujeito quanto o predicativo. Resolvemos, portanto, excluir tais ocorrências, já que a dupla possibilidade de concordância é reconhecida pela tradição gramatical;
- c) Só consideramos os casos de sujeito não-realizado, quando nos foi possível recuperar o seu referente, quer na fala do documentador, quer na fala do entrevistado;
- d) As formas verbais cujo plural e singular são apenas distintas pela acentuação gráfica, como no caso de *tem/têm* e *vem/vêm* e seus derivados não foram consideradas pela impossibilidade de distinção das formas;
- e) Os casos relacionados ao infinitivo flexionado não foram considerados, visto que não há um consenso entre os estudiosos a respeito

das regras que devem reger o uso do plural e do singular no caso do infinitivo.

No âmbito de nossa tese, consideramos os casos em que a posição do sujeito é assumida por um numeral, já que o núcleo está ausente, mas sua identificação é facilmente recuperável.

4.5 A VARIÁVEL DEPENDENTE E AS VARIÁVEIS EXPLANATÓRIAS: O CONTEXTO LINGÜÍSTICO

Como nossa pesquisa no Doutorado continua com o mesmo tema central do Mestrado, a nossa variável continuou sendo um grupo binário: a ausência ou a presença da marca de plural na terceira pessoa do plural.

Os fatores lingüísticos utilizados para a análise do *corpus* foram os seguintes:

- a) a realização e posição do sujeito;
- b) a concordância nominal no sujeito;
- c) a caracterização semântica do sujeito;
- d) as formas de indicação do plural no sujeito;
- e) o tempo verbal;
- f) os tipos de verbo;
- g) a saliência fônica;
- h) o efeito gatilho;
- i) presença de marcas de plural adjacentes ao verbo.

Passaremos a seguir a detalhar cada variável, apresentando exemplos ilustrativos retirados do *corpus* de nossa pesquisa.

4.5.1A realização e posição do sujeito

Julgamos oportuno tratar em conjunto a realização e a posição do sujeito¹⁸¹, já que a posição que o sujeito ocupa na oração depende da sua realização na estrutura frasal. Por realização, entendemos a possibilidade de o falante empregar ou não uma forma foneticamente realizada para caracterizar o sujeito. O sujeito é foneticamente realizado por intermédio de uma expressão referencial livre, ou pelo pronome pessoal. Tanto neste último caso, quanto no caso do pronome não realizado, o falante retoma uma realização anterior, sua ou de outrem, na composição do seu ato de fala. Como o português permite essa possibilidade, julgamos oportuno verificar se a realização ou não do sujeito influenciaria na aplicação da regra de concordância. Queremos reforçar que, por questões metodológicas, consideramos como sujeito não-realizado as situações em que o sujeito tenha uma referência definida, recuperável na fala do documentador ou do entrevistado.

Nas situações em que o sujeito foi realizado, vimos a possibilidade de classificá-lo quanto à posição, obviamente, antes ou depois da forma verbal. Além disso, procuramos verificar a presença de estruturas lingüísticas que pudessem se situar entre o sujeito e o verbo e se tais estruturas pudessem ou não afetar a aplicação da regra de concordância. Para tanto, consideramos como possíveis a anteposição imediata do sujeito ao verbo e a anteposição não imediata, isto é, uma anteposição em que interviessem um ou mais constituintes¹⁸².

¹⁸¹ Monguilhott, por exemplo, considera a posição e o tipo de sujeito como fatores lingüísticos à parte (2001, p. 35). Vieira trata de posição do sujeito e de sua distância entre o núcleo do SN e o verbo, também, como fatores à parte (1997 p. 49-50).

¹⁸² Sílvia Rodrigues Vieira e Isabel de Oliveira e Silva Monguilhott consideram como variável lingüística a distância entre o núcleo do sujeito e o do predicado, nomeando os fatores como “material interveniente” (MONGUILHOTT, 2001, p. 35) e “distância entre o núcleo do SN e o verbo”. (VIEIRA, 1997, p. 50). Ambas as autoras usam o número de sílabas, a partir da definição canônica de sílaba, para a classificação das ocorrências. MONGUILHOTT considera 8 níveis (de zero a oito sílabas) e VIEIRA seis (zero, uma, duas, três e quatro, cinco e seis, mais de 6). Nós preferimos usar uma classificação binária “imediatamente posposto” contrastando com “com um ou mais constituintes intervenientes”.

A fim de verificarmos a atuação do pronome relativo na aplicação da regra de concordância verbal, optamos por separá-lo dos casos de sujeito anteposto, hipotetizando que pronome relativo inibisse a concordância.

Dessa forma, para avaliarmos a atuação da realização do sujeito e sua posição em relação ao núcleo do predicado, ensejamos investigar os seguintes fatores:

- a) sujeito imediatamente anteposto ao verbo: "As coisa **foi** mudano muito" (PPRU 01);
- b) sujeito anteposto ao verbo com um ou mais constituintes intervenientes: "As condição de premero **era** precária" (PPRU 01)
- c) sujeito retomado por um pronome relativo: "Os menino que **tava** não saiu ninguém" (PPRU 09);
- d) sujeito não-realizado: "**batiam** em nós" (PPRU 10);
- e) sujeito imediatamente posposto: " **Dizia** eles aí " (PPUR 08);
- f) sujeito posposto ao verbo com um ou mais constituintes intervenientes: "**Corria** pra oito, dez ratos "(PPUR 10).

4.5.2 A concordância nominal no sujeito

Entendemos por concordância a “solidariedade” entre duas estruturas lingüísticas que, nesse caso, correspondem à relação entre o núcleo do sujeito e seus determinantes. A hipótese norteadora dessa variável baseou-se no Princípio de Coesão Estrutural (na coocorrência de estruturas de uma mesma gramática – cf. 3.4.3., supra). Para fins de nossa pesquisa, consideramos duas possibilidades: SN com concordância e SN sem concordância. Julgamos SN com concordância as ocorrências em que a marca de plural tanto aparece no núcleo do SN como nos elementos a ele adjuntos; assim, logicamente, consideramos como SN sem concordância

as ocorrências em que o determinante e o núcleo estão com uma marcação de número diferente.

Vieira (1997, p. 52) e Monguilhott (2001, p. 35), também, investigaram esse fator. Vieira tratou-o em termos de “paralelismo no nível clausal”, partindo do princípio de que “marcas levam a marcas e zeros levam a zeros”. Monguilhott chamou-o de “paralelismo formal”, procurando verificar se a presença da forma de plural explícita ou de plural zero poderiam influenciar a aplicação da regra de concordância. Eis alguns exemplos encontrados no corpus analisado:

a) SN com concordância:

"Meus meninos **vão** lá" (PPUR 10)

b) SN sem concordância:

"Os prefeito **dava** água ao povo" (PPUR 10)

4.5.3 A caracterização semântica do sujeito

No âmbito desta pesquisa, consideramos importante verificar se o traço humano [+humano] e o traço [-humano]¹⁸³ poderiam favorecer a aplicação da regra de concordância.

A nossa hipótese é de que o traço [+humano] deva favorecer a concordância, já que, sendo o sujeito da oração uma pessoa, o falante deve correlacioná-lo ao verbo e à pessoa por ele indicada. Vejamos alguns exemplos tirados do *corpus*.

a) Traço [+humano]:

"Os prefeitos **tão** organizando" (PPUR 09);

b) Traço [-humano]:

"As festa **eram** boa" (PPUR 01)

¹⁸³ Vieira (1997, p. 54) acrescentou a essa variável o traço [+/- concreto].

4.5.4 A indicação plural no sujeito

Do ponto de vista morfológico, é indiscutível que em português a oposição singular/plural faz-se com o acréscimo do morfema –s à forma singular, havendo em alguns casos alomorfias. No entanto, do ponto de vista da morfossintaxe do português, algumas estratégias comuns ao uso popular podem ser observadas. Dessa forma, a oposição singular/plural pode se realizar, no nosso entender, de quatro formas. A primeira, à qual denominamos de “mórfica”, fundamenta-se no acréscimo do morfema –s à forma do singular, quer ocorra em todos os elementos constituintes do sujeito quer apareça apenas em um deles. A segunda refere-se à possibilidade de pluralização por meio de um numeral adjunto ao sujeito. A terceira estratégia, à qual chamamos de “lexical¹⁸⁴”, refere-se ao fato de verificarmos que certos coletivos tendem a levar ao plural o verbo, no português popular, gerando concordâncias do tipo “O povo são o responsável”. A quarta estratégia refere-se ao uso de quantificadores para a indicação do plural.

Esse fator pode ser reconhecido como um corolário da “coesão estrutural”, no entanto, nosso objetivo foi verificar qual das estratégias de indicação de plural mais favoreceria a aplicação da regra de concordância¹⁸⁵.

Eis os exemplos retirados do *corpus* :

- a) Indicação mórfica do plural: "Os menino **começou** a atentar um colega." (PPUR 01)
- b) Plural indicado com numeral: "Dois carro **passa** à vontade" (PPUR 12)
- c) Noção de plural pelo valor semântico do item lexical: "O povo não **querem** mais licor." (PPUR 07)
- d) Presença de um quantificador: "Todas prova **era** difícil" (PPUR 01)

¹⁸⁴ A tradição gramatical chama essa estratégia de "concordância ad sensum" ou "por silepse".

¹⁸⁵ Achemos conveniente expor tais estratégias reafirmando que as outras formas de indicação da idéia de plural no português popular do Brasil não podem ser consideradas outras formas de concordância, já que a concordância, aqui definida como solidariedade, pressupõe a harmonia entre dois elementos.

4.5.5 O tempo verbal

Indubitavelmente, o controle da variável tempo verbal está diretamente ligado à saliência fônica. Fazemos aqui coro com Vieira (1997, p. 71) que afirma ser necessário verificar tal variável a fim de vermos mais claramente a relação tempo verbal, saliência fônica e concordância. Foram escolhidos do indicativo: o presente, o pretérito perfeito, o pretérito imperfeito, o pretérito mais-que-perfeito composto, o futuro do presente, o futuro do pretérito, o futuro perifrástico. Do subjuntivo, foram destacados: o presente do subjuntivo¹⁸⁶, o pretérito imperfeito e o futuro.

Os dados coletados na nossa pesquisa demonstram que nem todos os tempos verbais listados pela tradição gramatical foram encontrados na fala dos 24 informantes. Eis os exemplos de formas verbais em seus respectivos tempos por nós encontrados no *corpus* em análise:

- a) presente do indicativo:

"Eles **falam**" (PPUR 07);

- b) pretérito perfeito do indicativo:

"Esses prefeito nunca me **ajudaro** em nada" (PPUR 04);

- c) pretérito imperfeito do indicativo:

"Os rio **era** muito bonito" (PPUR 03);

- d) futuro perifrástico:

"Para o ano **vão** fazer durante o dia" (PPUR 05);

- e) pretérito imperfeito do subjuntivo:

"Se eles **fosse** dois" (PPUR 01);

- f) futuro do subjuntivo: "

"Se elas **puder** passa o carro em cima" (PPUR 03);

¹⁸⁶ No *corpus*, não encontramos exemplo de forma verbal de terceira do plural que estivesse no presente do subjuntivo.

4.5.6 O tipo de verbo

A inspiração para controlar a variável “tipo de verbo” foi retirada de Graciosa (1991, p. 34) para quem é importante verificar se a carga semântico-funcional do verbo pode determinar maior ou menor presença de marcas formais de plural.

A fim de verificarmos a importância do tipo do verbo na aplicação da regra de concordância, consideramos a seguinte classificação:

- a) transitivo: "Outros **colocava** rapadura" (PPUR 07);
- b) intransitivo: "As mulhé **vai**." (PPAF 12);
- c) ligação: "Os bicho **era** retado" (PPRU 01);
- d) modal¹⁸⁷: "Eles **pode** me ajudar" (PPRU 02);
- e) auxiliar¹⁸⁸: "Eles **estão** poluídos" (PPRU 02);
- f) inacusativo: "os outro **morreu** tudo" (PPUR 04).

Devemos destacar, ainda, o caso dos verbos inacusativos, definidos na tradição gerativista, como aqueles verbos que selecionam em sua grade temática um objeto do processo verbal, mas não são capazes de lhes atribuir caso acusativo no nível das relações sintáticas na oração. Assim, esses constituintes nominais devem mover-se para a posição de sujeito para receber caso nominativo através da concordância verbal, cumprindo os requerimentos do chamado “filtro do caso” (Chomsky, 1986). No português brasileiro contemporâneo, a posposição do sujeito está praticamente circunscrita aos sujeitos dos verbos inacusativos. Esse fato, associado ao fato de o sujeito desses casos não indicar o agente da ação verbal (já que, com verbos do tipo *adoecer*, o sujeito é claramente o paciente da ação verbal), contribui significa-

¹⁸⁷ Entendemos como modais, os verbos “ter”, “dever”, “haver” e “poder” quando auxiliam outros verbos na expressão de necessidade, possibilidade e contingência, conforme Mateus e co-autoras (1989, p. 109).

¹⁸⁸ Não fizemos como Vieira (1997, p. 75) que preferiu dividir os auxiliares em dois grupos: um ativo e outro passivo.

tivamente para a não realização da concordância verbal, mesmo nos padrões de fala da chamada norma culta.

4.5.7 A saliência fônica

Desde 1977, a partir do estudo pioneiro de Lemle e Naro, a saliência fônica tem sido controlada em pesquisas que tratam da concordância verbal quer no português culto quer no popular¹⁸⁹. Com base na saliência fônica, princípio que postula que formas mais perceptíveis são mais prováveis de serem marcadas do que formas menos salientes, podemos afirmar que a concordância entre sujeito e predicado tende a ocorrer em situações em que as diferenças entre o singular e o plural sejam mais perceptíveis.

A partir disso, podemos supor que as formas marcadas (ou mais salientes) tendem a favorecer a aplicação da regra e formas menos marcadas (ou menos salientes) tendem a desfavorecer a aplicação.

Como fizemos em 2003, classificaremos os verbos com base em dois critérios: o da força da acentuação e a da diferenciação do material fonológico e morfológico envolvido. Assim, postulamos nove níveis, divididos em dois grupos. No primeiro grupo, colocamos os verbos em que a marca de flexão encontra-se em sílaba não acentuada e no segundo grupo os verbos em que a marca de flexão encontra-se em sílaba acentuada. Eis os níveis:

a) posição não-acentuada:

Nível 1: nasalização sem envolver mudança de qualidade (bebe/bebem): "Os pai não **conse-**
gue controlar os filho." (PPRU 01)

¹⁸⁹ Naro (1981) e Guy (1989) vão empregar a saliência fônica para explicar a perda progressiva das marcas de plural nos verbos e a aquisição progressiva das marcas de plural nos verbos, respectivamente – cf. 3.4.2., supra.

Nível 2: nasalização com mudança de qualidade (fala/falam): "Os pais **incentivam** as crianças." (PPRU 02)

Nível 3: acréscimo de segmento no plural (faz/fazem): "Eles não **fazem** nada por Morrinhos." (PPRU 02)

b) posição acentuada:

Nível 4: nasalização da vogal, acréscimo ou mudança de semivogal (tá/tão; vai/vão): "Meus filho **tá** pequeno ainda." (PPRU 04)

Nível 5: manutenção ou mudança da vogal acentuada, acréscimo de segmento (bateu/bateram; foi/foram; viu/viram; parou/pararam): "As coisa **foro** mudano muito." (PPRU 01)

Nível 6: acréscimo de segmento com mudança de tonicidade (disse/disseram; quis/quiseram): "Eles não **quis** aposentar." (PPUR 07)

Nível 7: acréscimo de segmento, mudança de tonicidade e de vogal do radical: (fez/fizera): "Eles **fez** a mão de pilão." (PPRU 08)

Nível 8: mudança de raiz (é/são): "Elas duas **é** muito pirracenta." (PPRU 04)

Nível 9: mudança de tonicidade, acréscimo de segmentos, diferenciação singular e plural quase completa (veio/vieram): "Os italiano **veio** da Itália." (PPRU 08)

Como podemos ver, a saliência fônica não envolve só questões fonológicas, já que questões morfológicas estão diretamente envolvidas.

4.5.8 O efeito gatilho

O efeito gatilho parte da possibilidade de o documentador elaborar a pergunta usando a concordância, o que pode induzir o informante a empregar também a regra de concordância.

Do mesmo modo, a ausência da marca de concordância na fala do documentador pode favorecer a não aplicação da regra de concordância por parte do informante.

Os exemplos abaixo ilustram os casos por nós encontrados ao observarmos o efeito gatilho no *corpus* em análise:

DOC: E seus filhos **são** bons?

INF (PPRU 07): **São** ótimo.

DOC: Muitos **viajaram**?

INF (PPUR 02): Muitos deles **viajaro**.

DOC: ... E os pais não **gosta**?

INF.(PPUR 07): Os pai não **gosta** de otro e os pais da gente... agora não, mas naquela época, era definitivo. Tem que sê esse e acabô. Então é esse aí que você tá vendo, né? Ele é de Bitupã.

4.5.9 Presença de marcas de plural adjacentes ao verbo

Esta variável focaliza a presença ou ausência de marcas de plural no último elemento da estrutura do SN sujeito adjacente ao verbo. Desse modo, buscamos aferir se a presença de uma marca explícita de plural no último constituinte do SN sujeito poderia favorecer a relação de concordância verbal. Os fatores foram definidos no seguinte escopo de estruturais possíveis na composição do SN sujeito:

- a) Núcleo do SN adjacente ao verbo com marca de plural: "Os meninos **tiraro**." (PPUR 01);
- b) Núcleo do SN adjacente ao verbo sem marca de plural: "As menina **ficava** pirraçando ela." (PPRU 04);
- c) Núcleo do SN separado do verbo por um adjetivo sem marca de plural: "Muitos morador antigo **quer** festa" (PPRU 01).
- d) Numeral adjunto ao verbo: "Todas duas **mora** na mata" (PPRU 08)
- e) Sujeito terminado por tudo: "Os oto tudo **era** pequeno" (PPRU 11)

- f) Sujeito terminado por todos/todas: "Meus irmão todos **sabe**" (PPUR 07)
- g) Núcleo separado por um SP terminado com palavra sem marca de plural: "Os pai da gente **tomou** conta da coisa." (PPRU 11)
- h) Núcleo separado por um SP terminado com palavra com marca de plural: "A maioria deles **conseguir**".(PPUR 03)
- i) Sujeito representado pelo pronome *Ele* e suas variantes no uso popular (*eis, es*): "Eles **marrava**." (PPRU 12)
- j) Determinante antes do verbo com marca de plural: "Uns **era** unido" (PPUR 01)
- k) Numeral, com ou sem *-s* final, adjunto ao verbo: "Os dois **anda** por aí. (PPUR 05)

A presença de uma marca de plural no último elemento do SN sujeito pode até subverter a regra de concordância, nos casos em que esse elemento não é o núcleo, e o núcleo está no singular. Esse fato é relativamente freqüente entre os falantes escolarizados, em cuja fala uma frase do tipo – Mesmo o caso dos altos dirigentes *foram* investigados. – não seria surpreendente. O contrário também pode ocorrer, como na frase: Os filhos do meu vizinho brinca muito com o meu filho. Tais inferências constituem as hipóteses de trabalho subjacentes à proposição desta variável.

4.6 AS VARIÁVEIS EXTRALINGÜÍSTICAS

A utilização de fatores não-lingüísticos ou extralingüísticos para analisar a variação lingüística e tendências de mudança é um dos pontos basilares da Sociolingüística. As variáveis sociais integradas em nossa análise são em sua maioria as que tradicionalmente são utilizadas nas análises variacionistas: idade, sexo e nível de escolaridade. Acrescentamos a essas,

as variáveis estada fora da comunidade e influência dos meios de comunicação de massa, pelas razões expostas abaixo.

4.6.1 O sexo¹⁹⁰

Diferenças lingüísticas entre homens e mulheres são apontados em diversos estudos sociolingüísticos. Desde os primeiros estudos envolvendo de forma sistemática a variável *sexo*, como os de Wolfram (1969) em Detroit, parece ser comum entre os lingüistas a opinião de que as mulheres tendem a usar a norma mais prestigiada e, conseqüentemente, evitam empregar construções pouco valorizadas pela comunidade em que se inserem¹⁹¹.

Se os estudos apontam para as diferenças entre os sexos em relação a usos lingüísticos mais prestigiados e menos prestigiados, as hipóteses que procuram explicar as preferências lingüísticas ligadas ao sexo encontram-se no meio de controvérsias. Duas hipóteses têm dividido a discussão que pretende explicar as origens das diferenças entre a fala de homens e mulheres de uma mesma comunidade lingüística. Uma delas está baseada fortemente em questões biológicas e psicológicas, ambas fundamentadas não só em questões fisiológicas, mas em testes de laboratório e em textos de aptidão intelectual. Chambers (1997, p. 132), citando estudos realizados por Maccoby e Jacklin em 1974, por Deno em 1982 e por Halpern em 1986, afirma que ao longo dos anos as mulheres têm demonstrado larga vantagem em testes de aptidão lingüística que envolvam desde a soletração até a compreensão de textos. Além disso, ainda com base em Chambers, estudos realizados por Taylor e Ounsted (1972) e Kimura (1983) comprovaram, respectivamente, que os homens tendem a sofrer mais de dislexia e afasia. A visão de que a mulher biologicamente tem propensão às atividades que envolvam o

¹⁹⁰ Mantivemos nesse estudo o termo "sexo" aplicado a que hoje se convencionou chamar de "gênero".

¹⁹¹ Wolfram (1969), por exemplo, ao estudar 48 amostras de falantes negros de Detroit (USA) constatou que as mulheres das quatro classes sociais estudadas tendem a ser mais sensíveis à avaliação lingüística do que os homens. Posteriormente, Wolfram e Fasold (1974) constatam que as mulheres mostram ter mais consciência da norma de prestígio do que os homens.

domínio da linguagem é considerada por alguns estudiosos como sexista e associam o comportamento que se espera das meninas a uma forma de afastá-las de atividades mais prestigiadas na sociedade e mantê-las sob o jugo das regras sociais estabelecidas, já que elas se mostram tendentes a aceitá-las.

Outra forma de pensar relaciona as diferenças entre homens e mulheres aos papéis que esses agentes exercem em suas comunidades. À parte as diferenças biológicas observadas entre homens e mulheres, devemos considerar os papéis sociais exercidos por ambos os sexos nas sociedades em que vivem. Estudos sociolinguísticos que incluem amostras formadas por falantes do sexo masculino e do sexo feminino costumam apontar as mulheres como utentes de formas mais prestigiadas e menos tendentes ao uso de formas não-padrão do que os homens de sua classe e idade, não como uma forma biologicamente determinada, mas como socialmente imposta¹⁹². Para esses estudiosos, devemos rejeitar a denominação *sexo*, realidade biologicamente determinada, e assumirmos a denominação *gênero*, realidade socio-culturalmente determinada.

A variável *sexo* tem-se mostrado importante em estudos sociolinguísticos que envolvem mobilidade social, já que, se os papéis sociais são determinados pela situação de cada membro dentro da comunidade. As mudanças sofridas na comunidade, certamente, afetam ou são afetadas pelos membros que a compõem¹⁹³.

¹⁹² Essa tendência não seria recente, já que Cícero, no século I a.C., faz referência a uma situação semelhante. Cícero, orador latino, escreve, por volta do ano 55 antes de Cristo, que se poderia notar na fala de mulheres idosas de seu tempo traços linguísticos próprios dos escritores arcaicos como Plauto e Nêvio. Essa forma de falar, considerada genuinamente latina e representativa dos altos valores romanos, diferia da fala de homens que, em seu tempo, usavam termos rústicos e termos estrangeiros que vinham a contaminar a essência da língua latina urbana.

¹⁹³ Em nosso estudo, percebemos a existência de dois tipos de comportamento feminino que ocupam espaços e papéis sociais diferentes e torna-se, ao nosso ver, importante investigar se a mobilidade social da mulher, fato indiscutível em nossa sociedade tanto urbana quanto rural pode influenciar na aquisição da forma prestigiada em relação à concordância verbal. No entanto, tal investigação foge ao escopo de nossa tese.

4.6.2 O nível de escolaridade

Ao controlarmos a variável *nível de escolaridade*, estamos procurando observar qual a importância do letramento no comportamento lingüístico dos falantes do português do Brasil. A partir de dados históricos podemos afirmar que o analfabetismo é um dos males da contemporaneidade, pois traz consigo problemas que vão desde a pouca qualificação para o trabalho até a redução da expectativa de vida. O acesso à educação institucionalizada é uma das mais fortes fontes de preconceito e de separação das classes sociais no Brasil.

A divisão das classes sociais no Brasil, exceto casos especiais dos indivíduos envolvidos em certas atividades comerciais, agropecuárias, extrativistas, esportivas, está diretamente ligada ao nível de formação do indivíduo.

Em nosso estudo, vamos verificar duas situações: a do informante sem nenhum nível de instrução (analfabeto) e a do informante com nível de instrução precário (até 4 anos de estudo). A nossa expectativa é a de que o informante pouco instruído apresente maior índice de ocorrências de concordância do que o sem instrução.

4.6.3 A faixa etária

Os informantes foram divididos em três faixas etárias, comportando a primeira faixa os informantes entre 25 a 40 anos; a segunda 40 a 60; e a última compreende os informantes de mais de 60 anos.

Esperamos ao controlar a variável faixa etária verificar se está havendo ou não uma mudança em tempo aparente, já que, embora as três comunidades lingüísticas, encontrem-se em proximidade geográfica, as relações praticadas nelas exigem de seus utentes, especialmen-

te, das novas gerações, comportamentos lingüísticos que se aproximem mais da norma de prestígio.

Cremos que nas comunidades de fala haja uma tendência à aquisição dos mecanismos flexionais que propiciem o aumento da freqüência da concordância entre o sujeito e o verbo, sendo tal tendência dirigida pelos jovens membros da comunidade que, por força da pressão de fatores externos, procuram se aproximar do ideal lingüístico da norma culta.

4.6.4 A influência da televisão no comportamento social

Para George Foster (1964), os meios de comunicação de massa têm sido a causa de intensificação de contatos sociais, caracterizando-se tais contatos pela influência unilateral que, por sua vez, provoca a imposição de padrões considerados dignos de serem imitados. Valores regionais bem como características peculiares a certo tipo de comunidade lingüística são substituídas por formas prestigiadas, geralmente, confundindo-se com o ideal lingüístico ou a língua padrão.

Anthony Naro (1981) foi o primeiro estudioso brasileiro, até onde sabemos, a conjecturar em um estudo sociolingüístico que a televisão pudesse influenciar o comportamento lingüístico. Para fundamentar tal suposição, o autor postulou dois tipos de comportamentos relacionados à situação do falante frente à influência da televisão. Ao estudar a concordância verbal no português popular do Rio de Janeiro, Naro considerou os informantes que viam novela como possuidores de uma orientação *vicária* e os que não viam como de orientação *experiencial*. O pesquisador concluiu que os informantes de orientação vicária tendiam a empregar com maior freqüência as marcas de concordância, numa nítida demonstração de que os padrões lingüísticos expostos pela televisão pudessem influenciar o comportamento lingüístico dos telespectadores.

Em nosso estudo, nós nos propomos a investigar a atuação dos meios de comunicação, especialmente o rádio e a televisão, pautando-nos em rápidos questionamentos feitos de forma direta e indireta. Classificamos como "forma direta" as perguntas que visam a responder nossa curiosidade a respeito do tipo de meio de comunicação usado e a frequência de acesso aos meios de comunicação. Classificamos como "forma indireta" situações em que perguntamos aos informantes sobre suas reações a certos programas ou que restrições eles faziam a determinados programas.

A abordagem de forma direta pautou-se na utilização de três grupos de perguntas feitas a todos os entrevistados. No caso dos moradores de Cinzento, tivemos que fazer uma visita aos informantes a fim de atualizarmos a FICHA DO INFORMANTE. A seguir apresentamos as perguntas feitas ao entrevistados.

- a) Você assiste à televisão? Ouve rádio? Vai ao cinema?
- b) Com que frequência?
- c) Qual seu programa preferido? E as novelas? E os jornais? E os filmes?

Consideramos as respostas em três níveis:

- a) Alta exposição à mídia. O informante deveria declarar-se assíduo telespectador de novelas, jornais e filmes, bem como ouvir programas das rádios locais ou de outras cidades.
- b) Média exposição à mídia. O informante deveria declarar-se telespectador eventual de novelas, jornais e filmes ou ouvir de forma moderada as programações das rádios locais ou de outras cidades.
- c) Baixa exposição à mídia. O informante deveria declarar-se pouco envolvido com os programas de televisão, vendo-os esporadicamente e prestar pouca atenção aos programas de rádio.

Como abordagem indireta, no meio da entrevista, perguntamos aos informantes, quando declaravam que tinham filhos ou netos, o que eles pensavam sobre a ação da televisão no

comportamento dos filhos. As respostas ajudavam a reforçar as declarações feitas pelos informantes.

A nossa expectativa é que os informantes com alto nível de exposição à mídia apresentem índices superiores aos dois grupos, demonstrando que em seu comportamento lingüístico existe a interferência de valores lingüísticos prestigiados e dignos de imitação. Da mesma sorte, esperamos que os informantes com baixo nível de exposição apresentem um índice menor de concordância, já que estariam privados dessa forma de contato e, portanto, manteriam as formas lingüísticas inerentes à comunidade, não se deixando influenciar pelo contato indireto com outro grupo lingüístico.

4.6.5 Comunidades de fala

Embora as três comunidades estudadas possuam semelhanças, já que se situam em proximidade geográfica e mantenham relações com os mesmos núcleos populacionais, há diferenças entre elas que podem determinar os padrões lingüísticos observados. O povoado de Cinzento, embora esteja localizada no município de Planalto – BA, possui elos com o município de Poções, pois em primeiro lugar o próprio município de Planalto pertencia ao município de Poções, visto que a criação do município só ocorreu na década de 60. Além disso, a Igreja Católica reúne em Poções os grupos da Pastoral da Terra, pondo em contato os diversos grupos rurais que, sob a orientação eclesiástica, procuram lutar por interesses dos agricultores. A cidade de Poções, ainda, possui uma rádio comunitária sediada na igreja matriz e ouvida por todos católicos na região, já que divulga os valores da terra e os ideais católicos.

Dentre as três, a comunidade de Cinzento possui uma peculiaridade, pois é formada em sua totalidade por uma população de afro-descendentes, já que foi um antigo quilombo iniciado na região no final do século XIX, por isso, tal comunidade é considerada um rema-

nescente de quilombo. Entre as três comunidades, Cinzento é a que mantém menor contato com comunidades vizinhas. A isso se some o pouco acesso que os cinzentenses têm a livros e a jornais. Apenas na década de 90, a energia e a televisão chegaram à comunidade. Por isso, esperamos que a influência de fatores externos na fala dos cinzentenses seja menor do que nas outras duas comunidades.

A comunidade de Morrinhos é um típico povoado rural cuja população vive da terra e de pequenos serviços comuns ao homem do campo. Os habitantes de Morrinhos mantêm contatos mais freqüentes com os moradores de Poções e encaram a cidade como uma forma de ascensão social, já que nela encontram algumas “facilidades” que faltam à vida campesina. O rádio e a televisão fazem parte da vida dos moradores, especialmente os mais novos que vêm nos meios de comunicação uma forma de interação com o mundo.

A comunidade de Poções é, por nós considerada, uma típica cidade do interior baiano cuja vida gira em torno de um pequeno núcleo comercial, mas que não possui ainda a estrutura das grandes cidades do estado. Falta-lhe uma vida cultural intensa, com teatros, cinemas e clubes, no entanto, os meios de comunicação, inclusive o acesso à internet e os meios de transporte, facilitam o contato de seus moradores com outras cidades com maior nível de evolução.

Assim, ao controlarmos essa variável, procuraremos ver a influência do aparato urbano na determinação do padrão lingüístico das comunidades analisadas. Esperamos que Cinzento apresente o menor índice de favorecimento de concordância e que a comunidade de Poções apresente um nível superior à comunidade rural de Morrinhos.

4.6.6 Permanência fora da comunidade

A fim de controlarmos a importância da permanência fora da comunidade, resolvemos controlar o comportamento dos informantes, questionando-lhes se eles já viajaram e se tais viagens foram demoradas, perguntando sobre os motivos da viagem e período de estada fora da comunidade. Consideramos nessa variável duas informações, a primeira refere-se à realização ou não da viagem e a segunda refere-se ao tempo de permanência.

Consideramos no âmbito dessa pesquisa, portanto, duas situações: uma do informante que nunca viajou ou daquele que viajou, mas permaneceu fora da comunidade por um período inferior a seis meses e outra do informante que viajou e permaneceu fora da comunidade por um período superior a seis meses. Com esse controle queremos verificar qual o peso dos contatos com grupos externos à comunidade e se tais contatos podem ou não influenciar a aquisição das marcas de concordância.

4.7 O SUPORTE QUANTITATIVO

O pressuposto básico da Sociolinguística é que a heterogeneidade na estrutura linguística pode ser descrita e analisada, pois é “governada por um conjunto de regras” (NARO, 1996, p.17). A vertente quantitativa da Sociolinguística considera que é possível avaliar o modo de operar de uma variável por meio de dados estatísticos. Ao longo da construção dos modelos quantitativos, foram postuladas diversas formas de se medir o grau de variação e a importância dos fatores em jogo. Em 1969, Labov propõe um modelo aditivo. “[...]Neste modelo, a média global serve como um ponto de referência para os fatores, cada um dos quais tem um efeito, positivo ou negativo, que aumenta ou diminui a frequência da variante no con-

texto” (NARO, 1996, p. 21). O modelo foi abandonado, pois como se tratava de uma soma, não havia como impedir que ela ultrapasse 100% ou ficasse abaixo de 0%.

Em 1974, Henrietta Cedergen e David Sankoff (1974, p. 21) “propuseram uma interpretação probabilística que substitui frequências por probabilidades”. No entanto, o modelo não se mostrou tão eficiente quanto se supunha. Em 1978, Pascale Rousseau e David Sankoff apresentaram um novo modelo chamado normalmente de logístico. Segundo esse modelo, “probabilidades maiores do que 0,50 favorecem a aplicação da regra, probabilidades menores do que 0,50 desfavorecem-na e todas as probabilidades em torno de 0,50 não exercem nenhum efeito sobre ela” (SCHERRE, 1996, p. 45).

4.7.1 O VARBRUL: caracterização

O programa computacional *VARBRUL* (*Variable Rule*) foi criado por David Sankoff. O VARBRUL calcula os pesos relativos das variáveis explanatórias, apresentando uma seleção estatística dos grupos de variáveis. Primeiramente, arbitra-se um nível de significância de 0,05. Em seguida, usa-se o *log likelihood* a fim de medir o grau de adequação do modelo logístico aos dados.

O VARBRUL possibilita diversos níveis de análise. No nível zero, “o programa calcula a média global corrigida de aplicação da regra” (SCHERRE, 1996, p. 48). No nível 1, calculam-se as probabilidades dos fatores de cada uma das variáveis. Além disso, atribui-se “a cada uma delas um *log likelihood*” (SCHERRE, 1996, p.48). Por fim, efetua-se a seleção de uma das variáveis.

Após selecionar a primeira variável, o programa executa o segundo nível de análise. Nesse nível, o comportamento da variável escolhida é comparado com o das outras variáveis,

“duas a duas, atribuindo *log likelihood* e nível de significância a cada par de variáveis com os valores probabilísticos de seus fatores”. Depois de selecionar a segunda variável mais relevante, “o programa compara as duas variáveis selecionadas com as demais, três a três até o término da seleção de todas as variáveis estatisticamente relevantes” (SCHERRE, 1996, p.48). Assim, pode ser verificada a interferência entre variáveis.

Como já dissemos, o VARBRUL observa, além da porcentagem, o peso relativo de cada fator sobre outro, procurando o fator com maior significância para o fenômeno estudado. Numa escala de zero a 99, os pesos relativos medem a atuação de um fator sobre a variável analisada.

Dante Lucchesi esclarece-nos sobre as tendências de favorecimento e desfavorecimento na análise dos pesos relativos apresentados pelo Programa:

O princípio geral é o de os valores acima de .50 indicam uma ação favorecedora à realização da variante em foco; os valores inferiores, uma ação desfavorecedora; sendo que os valores próximos a .50 apontariam para uma neutralidade do fator. Porém, uma leitura mais acurada deve tomar o peso relativo de cada fator relativamente aos pesos dos demais fatores do mesmo grupo. (LUCCHESI, 2000, p. 147-8)

Da fala de Lucchesi, podemos depreender que a interpretação da realidade apresentada pelas tendências deve ser feita partindo do pressuposto de que podem existir frequências que sejam mais ou menos favorecedores ou que sejam mais ou menos desfavorecedoras, apresentando, assim, uma escala de favorecimento ou desfavorecimento de dado fenômeno linguístico. Tal princípio permite ao pesquisador observar não só o nível da variação, mas também o curso da mudança, verificando que fator influência mais a ocorrência dessa ou daquela forma. Em nosso caso específico, podemos constatar através da análise do peso relativo quais os fatores linguísticos e extralinguísticos que favorecem a aplicação da regra de concordância.

4.8 HISTÓRIA DAS COMUNIDADES ANALISADAS

Até os anos 40 do século XX, o Brasil foi predominantemente um país rural, marcado por relações semi-escravistas¹⁹⁴ ou de práticas trabalhistas de exploração da mão-de-obra dos descendentes dos escravos libertos. Se enfocarmos a história recente da Bahia, vamos observar que os antigos latifúndios, propriedades de senhores desbravadores do sertão baiano, tornaram-se pequenos núcleos de povoação, marcados, ainda, pela produção agrícola de subsistência e habitados por moradores cujas tradições culturais estão diretamente ligadas à relação cidade-campo. O excerto abaixo retirado do historiador Luis Henrique Dias Tavares apresenta um quadro geral da população baiana no final do século XIX¹⁹⁵ e início do século XX.

No primeiro censo realizado pela República, em 1890, a Bahia tinha 1.919.812 habitantes, cerca de 74% a mais que a população encontrada pelo censo de 1872. Trinta anos depois, o censo de 1920 contou com 3.334.465 habitantes, total que a estimativa da Sinopse estatística do Estado da Bahia (1936) projetou para 3.9002.861 em 1930 – um crescimento de cerca de 19% em dez anos. (TAVARES, 2001 [1959], p. 359)

Se levarmos em conta que, até 1930¹⁹⁶, havia na Bahia 130 municípios e que a capital baiana contava com cerca de 300.000 habitantes e que a maior cidade do interior, Santo Amaro, possuía 107.861 habitantes, vemos que a população baiana vai se distribuir mais no campo do que nas cidades, considerando-se, ainda, que o processo de ascensão ao *status* de cidade ou município ocorria mais por pressão política do que por condições reais de urbanização.

¹⁹⁴ Relatos de alguns informantes de Morrinhos dão conta de práticas de semi-escravidão transvestidas em atividades de "parceria" como a meação (entrega de parte da produção ao dono da terra), a terça (entrega da terça parte da produção ao dono da fazenda) e o foro (obrigação de vender a produção agrícola ao dono da terra pelo preço que ele estipulasse)

¹⁹⁵ Em 1827, a Bahia possuía apenas quarenta e um municípios. No período que vai de 1827 a 1889, foram criados mais 61 municípios, contudo a extinção de Pilão Arcado fez o Estado contar apenas com 101 municípios. No período de 1889 a 1940, 52 novos municípios surgiram, no entanto, houve ou a extinção ou a incorporação de alguns existentes, como o caso de Viçosa que foi extinto e veio a ressurgir como município em 1960 com o título de Nova Viçosa.

¹⁹⁶ Em 1940, a Bahia passa a contar com 150 municípios. Em 1960, o número sobe para 194. O número vai elevar-se consideravelmente a partir de 1970 quando a Bahia passa a contar com 336 municípios. Em 1980, podemos ver um grande movimento emancipatório de municípios elevando o número para 415.

SITUAÇÃO	TOTAL DE MUNICÍPIOS
1827	41
1889	101
1940	150
1950	150
1960	194
1970	336
1999	415

Quadro 4 – Dados quantitativos do aumento do número de municípios baianos

Fonte: CEPLAB, Atlas do Estado da Bahia, 1976, adaptado.

SEI, Anuário Estatístico da Bahia, 1999, adaptado.

Além disso, devemos observar que a divisão do espaço rural e urbano na Bahia estava ainda condicionada à economia desenvolvida na região. O desenvolvimento do sul do estado deu-se pela conjunção de condições climáticas não só para a fixação do homem no campo, mas também para a expansão de atividades ligadas ao comércio interno e externo, graças à existência de uma rede portuária. O cacau da região sul produziu uma opulência de riqueza e de gentes pouco conhecida pelo sertão baiano. No caso do sertão, observamos um nível baixo de rede de relações pela falta de atração de elementos externos às comunidades agrárias ali formadas.

Com isso queremos afirmar que faltaram ao espaço baiano algumas condições que fizeram das cidades paulistas, por exemplos, centros urbanos desenvolvidos e pólos de atração de pessoas. Algumas regiões da Bahia com condições climáticas adversas ou que desenvolviam atividades agrícolas pouco lucrativas no mercado internacional sofreram com o atraso social e com as mazelas advindas desse atraso. A pobreza do campo seria transferida para a cidade sem a preocupação de se resolver os problemas enfrentados por ambos espaços. Se fôssemos analisar o discurso dos nossos informantes mais velhos da zona rural e da zona urbana, veríamos que essas observações, feitas por historiadores, a exemplo de Luís Henrique Tavares, parecem ter sido moldadas no sertão baiano, alvo de nosso estudo.

Além disso, o crescimento populacional na Bahia provocou o surgimento de cidades, no entanto, a ascensão de um povoado ou distrito ao foro de cidade não se dava por critérios de urbanização, mas por vontade política da capital e de grupos políticos locais como forma de manutenção das malhas do poder dos antigos grupos agrários que se tornavam os comandantes das cidades, ou por voto popular, ou pela força invisível do poder do capital. O número de pequenos centros urbanos (até 10.000 habitantes) ainda é muito grande no Estado da Bahia, das 415 cidades definidas com base no critério de que são centros sedes de municípios, 51 têm menos de 2.000 habitantes (12,3%) e sete têm menos de 1.000 habitantes. Um exemplo disso pode ser visto no município de Caraíbas que possui apenas 520 habitantes e Serra Preta chega aos 528 habitantes.

4.8.1 Breve história do município de Poções

O povoamento do município de Poções e a conseqüente exploração pelo europeu datam da primeira metade do século XVIII, mais precisamente por volta de 1732, quando o coronel André da Rocha Pinto tomou rumo pelo rio de Contas até o rio Verde e cabeceira do rio São Mateus. A ocupação do território foi resultado do início de incursões bandeirantes pelo interior da colônia. O primeiro objetivo de tais incursões era descobrir ouro ou outros metais preciosos, mais tarde, porém, houve a necessidade de fixação no solo, instalando-se ali fazendas onde eram praticadas a pecuária bem como a agricultura de subsistência. A cultura do algodão, também, começou a ser praticada como forma de aproveitamento do solo e das condições propícias da região.

A atuação das incursões aumentava o controle da coroa portuguesa na região ao mesmo tempo em que fazia surgir povoações ao longo do caminho percorrido pelos bandeirantes. Os núcleos habitacionais ali formados começaram, paulatinamente, a adquirir ares de urbani-

zação, já que vilas e cidades tiveram suas origens em grandes pedaços de terra formados pela casa do fundador ou desbravador e o centro da religiosidade, a igreja dedicada ao santo padroeiro.

O imigrante europeu não foi o único habitante da região, antes dele ali esteve o verdadeiro dono da terra: o índio. Historiadores apontam que os índios mongoiós habitavam a região. Tais índios eram uma ramificação dos Camacãs, do grupo Gê. Além dos mongoiós, há registros, esparsos, da presença de escravos vindos de Angola e Moçambique, bem como de negros nascidos no Brasil.

Como ocorreu em todo o solo brasileiro, os índios sofreram violência física e cultural dos portugueses e seus descendentes que buscavam riquezas minerais e a posse de grandes propriedades de terra para a criação de gado. Os mongoiós eram agricultores, cultivando banana, milho e mandioca. Os trabalhos eram divididos por sexo, mas os bens advindos do trabalho eram distribuídos coletivamente.

No município de Poções, o processo de extermínio e submissão do indígena foi tão cruel quanto nas demais regiões brasileiras, levando-os à completa destruição. Os poucos que restaram viveram pelas matas do município até princípios do século XX. Raimundo Meira Magalhães afirma que:

Os restantes pataxós e botocudos¹⁹⁷, que até o ano de 1925 perambulavam pelas matas do município, retiraram-se para os lados do rio Pardo, onde foram reduzidos sobre a proteção do Posto Indígena que para lá mantém o governo federal. (MAGALHÃES, 1950, p. 1¹⁹⁸).

Além do índio, há relatos da presença de negros africanos e brasileiros na região de Poções. Em carta à Coroa Portuguesa, datada de 12 de agosto de 1780, Manuel da Cunha Menezes, ex-governador da Capitania da Bahia, afirma que João Gonçalves vivia em harmonia num rancho com 60 pessoas, entre elas seus agregados e escravos. Os escravos foram adquiri-

¹⁹⁷ Apenas Magalhães faz referência a botocudos e pataxós. Sousa e Alves fazem referência exclusivamente aos mongoiós.

¹⁹⁸ A data do texto de Magalhães foi presumida por Sousa e Alves (2002).

dos a fim de poderem praticar a pecuária. Outros documentos, incluindo inventários, relatam a origem dos escravos africanos que foram levados para a região e entre eles predominavam os de Angola e Moçambique. Tais escravos são citados nos inventários como oficiais, isto é, trabalhadores especializados em dadas atividades.

Assim, o quadro social da região comportava brancos europeus e brasileiros (atraídos pela promessa do ouro), índios, na sua maioria mongoiós, e negros escravos, trazidos diretamente da África ou nascidos no Brasil.

O atual município de Poções (latitude 14° 31' 47" S; longitude 40° 21' 42" W, a 760 metros ao nível do mar) localiza-se numa depressão de terreno em forma de bacia, possuindo clima frio e seco no inverno e temperado no verão. Banhado pelos rios das Mulheres, do Vigário, o de São José e de Ouricana, possui algumas cachoeiras como a de Bandeira e Sete Voltas. O atual município faz limite com as cidades de Boa Nova, Nova Canaã, Iguaí e Bom Jesus da Serra. Possui uma área total de 966,3 km², ocupada por 44.152 habitantes¹⁹⁹, sendo que a maioria (31.753) mora na zona urbana, cabendo à zona rural 1/3 da população total (12.399). As mulheres são maioria no município. Dados censitários de 2000 registram 9.316 domicílios na sede e 3.506 na zona rural, que se distribuem em localidades como Morrinhos e Bandeira Nova (os dois maiores povoados) e Lagoa da Serra, Bernardino, São José, São João e Duas Vendas. A densidade demográfica é de 45,86 habitantes por quilômetro quadrado (45,86 hab/km²) com taxa de crescimento anual por volta de 2,9%. Poções é considerado um centro microrregional do interior do Estado da Bahia²⁰⁰.

O quadro a seguir apresenta de forma clara a divisão populacional de Poções segundo o binômio Urbano e Rural.

¹⁹⁹ São esses os dados oficiais que a Prefeitura utiliza em seu planejamento estratégico.

²⁰⁰ A Geografia divide o mundo urbano baiano segundo a seguinte hierarquia: metrópole, capitais regionais de primeiro e segundo níveis e centros regionais com base na população, na economia e na expectativa de crescimento. (ATLAS GEOGRÁFICO, 2000, p. 140).

Ano	População Total	Zona Urbana	Zona Rural
1980*	45.316	16.924	28.392 ²⁰¹
1991**	37.839	24.872	12.967
1996***	37.839	28.754	10.578
2000****	44.152	31.753	12.399 ²⁰²

Quadro 5 –Crescimento populacional do Município de Poções

FONTE: *IBGE, Censo Demográfico.

**IBGE, Censo Demográfico.

***IBGE, Censo Agro-pecuário (contagem rápida)

****IBGE, Censo Demográfico.

O município de Poções possui sete escolas estaduais, localizadas na sede e 58 escolas municipais, distribuídas da seguinte forma: 34 na zona rural e 24 na zona urbana. Há, ainda, três escolas particulares. A cidade não possui instituições de nível superior, obrigando os munícipes a freqüentarem cursos na cidade mais próxima, Vitória da Conquista. Muitos alunos preferem fazer uma viagem de cerca de uma hora e meia de Vitória da Conquista para Poções, retornando todos os dias a fim de exercerem atividades em seu município. A cidade não possui cinemas nem teatros. A vida social limita-se aos bares e pequenos clubes.

O ponto alto das festividades de Poções é a festa do Divino Espírito Santo, padroeiro da cidade. Nessa ocasião, são desenvolvidos desfiles de cavaleiros com bandeiras coloridas, representando grupos da região. A Festa do Divino é um resquício da tradição lusitana encontrada em outras partes do Brasil, e o vaqueiro, elemento necessário à sobrevivência das primeiras comunidades agrárias de Poções, faz uma espécie de cavalgada-procissão, carregando bandeiras símbolos de sua origem e da devoção à divindade.

²⁰¹ Até a década de 80 do século XX (1989), Bom Jesus da Serra e Caetanós estavam ligados juridicamente ao município de Poções. Naquele ano, a população do município de Poções passa a ser de 29.568. Com a separação, o Censo Demográfico de 1991 apresenta um grande decréscimo em relação ao de 80 por causa do desmembramento das duas localidades.

²⁰² A última estimativa, a de julho de 2002, previa uma população em torno de 45.555 habitantes, distribuídos em 31.801 para a zona urbana e 13.754 para a zona rural. Segundo os dados de 2000, os homens são minoria com 21.824 e as mulheres, em pequena maioria, 22.328.

4.8.2 Breve história do povoado de Morrinhos

O atual povoado de Morrinhos situado a cerca de 10 km do município de Poções – BA tem sua história ligada às atividades bandeirantes na ocupação do Sertão da Ressaca. O povoado fora primeiramente terra tomada das mãos dos índios mongoiós por ação de um dos filhos do bandeirante João Gonçalves, o capitão Raimundo Gonçalves da Costa.

Raimundo Gonçalves da Costa mostrou-se habilidoso na captura e aprisionamento de índios, mostrando-se violento no trato com o “gentio”, expressão usada pelos colonizadores para se referirem aos índios. A fazenda Morrinhos foi importante ponto de apoio para o desenvolvimento de atividades na zona da mata, já que servia para o cultivo de diversos produtos agrícolas bem como para a criação de gado, além ser ponto de passagem de boiadas que se destinavam a abastecer outras regiões do Estado.

A partir de inventários lavrados em cartórios da época podemos inferir que a terra de Morrinhos possuía intensa vida econômica, visto que entre os dezesseis escravos constantes dos referidos documentos havia profissionais especializados em atividades valorizadas numa sociedade rural como um oficial²⁰³ de marceneiro, um oficial de ferreiro e um oficial de oleiro²⁰⁴. O prestígio assumido pela fazenda no século XIX fez surgir a tese de que o município de Poções teria surgido da Fazenda Morrinhos. No entanto, dados históricos são insuficientes para comprovarem essa tese, pesando contra ela o fato de a Igreja de São Antônio, em Morrinhos, ter sua origem em 1883, enquanto que a Capela de Nossa Senhora da Lapinha, atual Igrejinha do Divino Espírito Santo, ter sido iniciada em 1830 e ter sido concluída em 1872²⁰⁵.

²⁰³ O termo oficial está sendo aqui empregado na acepção de “operário que, exercendo um ofício, está imediatamente abaixo do mestre ou dono do estabelecimento” (cf HOUAISS, 2001 p.2052)

²⁰⁴ O inventário de Raimundo Gonçalves da Costa, proprietário da Fazenda Morrinhos, ou Terra dos Morrinhos, encontra-se no Fórum João Mangabeira, na caixa de inventários referente aos anos de 1830 a 1834.

²⁰⁵ A construção de tempos religiosos católicos marca nas cidades do interior o surgimento de uma vida citadina, ao redor da igreja agregam-se as famílias fundadoras do local, desse fato decorre, então, a importância de situar a Igreja de Santo Antônio em Morrinhos apenas em 1872.

Por muitos anos, o Povoado de Morrinhos, situado às margens do rio das Mulheres, foi ponto de passagem de tropas, boiadas e viajantes que percorriam o caminho de ida e vinda para o litoral sul da Bahia. Alguns dos transeuntes fixaram-se na região e passaram a desenvolver tanto atividades agrícolas quanto pastoris. Por situar-se na zona da mata, o povoado conta com terras férteis, interferindo, assim, positivamente no desenvolvimento da região. Do ponto de vista político, no entanto, a antiga fazenda teve pouca importância na sede e na região a ponto de Tranquilino Torres, juiz de direito e historiador, referir-se ao povoado como “um distrito²⁰⁶ insignificante”.

Atualmente, o povoado de Morrinhos contribui para a economia da região graças a uma barragem ali construída. Sousa e Alves afirmam que é de Morrinhos

[...] de onde se extrai grande parte da produção agrícola comercializada no município de Poções; e, sobretudo, a água que abastece os municípios de Poções e Bom Jesus da Serra por meio de encanamentos, atendendo ainda, aos municípios de Manoel Vitorino, Boa Nova e Planalto em épocas de estiagens prolongadas, sendo transportada a longas distâncias por caminhões-pipa. (SOUSA; ALVES, 2002, p. 55)

Como podemos ver, a comunidade de Morrinhos espelha de forma cabal a realidade social e, portanto, lingüística do Brasil, porque teve em sua formação a contribuição dos índios mongoiós, de negros escravos, alguns deles oficiais especializados e brancos de origem portuguesa e de origem brasileira, já que tais grupos compunham o que se chamou de bandeirantes.

Morrinhos possui uma escola de nível fundamental (de 1.^a à 4.^a série), mantida pela prefeitura que remunera professores vindos de Poções. Os moradores que pretendem fazer o curso fundamental devem se dirigir à sede. Além disso, no povoado existem um cemitério e um precário posto de saúde dirigido por um agente comunitário que apenas encaminha os doentes para os médicos do município. As formas de lazer coletivo, além do futebol, são raras. Os adolescentes nascidos no povoado são hoje influenciados pelos valores dos grandes

²⁰⁶ Tranquilino Torres, ora refere-se a Morrinhos como Povoado, ora refere-se como Distrito, conforme lemos em Sousa e Alves. (SOUSA; ALVES, 2002, p. 57)

centros, nitidamente reconhecidos como a oposição aos valores ultrapassados de seus pais e avós.

Os informantes mais jovens demonstram preocupação com o futuro do povoado, já que algumas atividades comerciais, como uma padaria comunitária, fracassaram por falta de apoio governamental e verifica-se, no povoado, a tendência de abandonar a terra em busca de meios de ascensão social em outros lugares.

Em nossas gravações com os informantes mais velhos, vimos, especialmente, nas mulheres, grande dose de ressentimento pelos filhos que deixaram o povoado na esperança de uma vida melhor e esqueceram-se das mães. Uma das fontes de renda da comunidade, além da agricultura de sobrevivência e da criação de pequenos animais, é a aposentadoria dos mais velhos. Aposentados da comunidade possuem renda fixa e com o dinheiro sustentam, muitas vezes, uma família numerosa.

Os mais jovens, especialmente os homens, não demonstram avaliações positivas da comunidade. Eles querem que Morrinhos “cresça” e que no povoado se desenvolvam as mesmas condições que eles vêem na cidade. O desemprego e a falta de lazer são apontados por eles com o motivo principal da estagnação do povoado, e isso faz com que os jovens se aliem a valores externos advindos não apenas de Poções, mas, principalmente, dos grandes centros como São Paulo e Salvador.

4.8.3 Breve história do povoado de CINZENTO

Segundo Grazielle de Lourdes Novato Ferreira “a vinda dos primeiros negros para o Cinzento está associada às comunidades estabelecidas à margem do Rio Gavião”, por volta de do primeiro quartel do século XIX. Segundo relatos dos antigos moradores, os fundadores de Cinzento são da região da Chapada Diamantina, mais precisamente do antigo “Arraial dos

Crioulos” e o sobrenome *Pereira Nunes*, predominante em Cinzento, é o mesmo de um antigo proprietário de escravos da região de Rio de Contas. Ana Isidora (107 anos) afirma que os primeiros moradores vieram “currido”, sugerindo que a chegada deu-se de forma clandestina, pois a vinda se deu “à meia-noite, terça-noite”.

A comunidade rural de Cinzento pertence politicamente ao município de Planalto – BA, cuja emancipação política só ocorreu na década de 60. Os moradores de Cinzento sempre tiveram ligações com a cidade de Poções. A moradora mais velha do povoado afirma que foi batizada na igreja do Divino, no município de Poções.

A comunidade de Cinzento hoje é reconhecida como uma comunidade quilombola²⁰⁷. Ao contrário de Morrinhos, Cinzento não possui acesso fácil a fontes de água, possuindo um terreno pedregoso que dificulta o desenvolvimento da agricultura.

A origem do nome que, por si, descreve o estado de pobreza dos moradores. Conta Ana Isidora²⁰⁸ que o nome provém de um boi gordo, “de tão gordo parecia cinza”, que apareceu milagrosamente para alimentar os primeiros moradores²⁰⁹. O que levaria os primeiros moradores a abandonarem o local onde viviam e se deslocarem para uma terra com tantas

²⁰⁷ O termo quilombo (do quimbundo *kilombo*) foi usado primeiramente para designar fortificações dos jagas. Por extensão, quilombo passou a nomear fortificações de negros fugidos do cativeiro (HOUAISS 2001, p. 2359). Para o historiador Flávio dos Santos Gomes (GOMES, 1995; apud FERREIRA, 1999), onde existe negro, existe *quilombo*. Kátia M. de Queirós Mattoso define quilombo como “um esconderijo de escravos fugidos” (MATTOSSO, 2001[1982], p. 158). A história do Brasil registra diversas formas de lutas contra a escravidão, indo do suicídio individual ou coletivo, à fuga, à compra de alforrias até a insurreição armada ou mesmo a constituição de espaços de resistência. Tais espaços, certamente, clandestinos constituem formas grupais de resistência e de afirmação de uma comunidade unida não só pela cor, mas também pela condição de sofrimento. Mattoso (2001[1982], p.158) observa que os quilombos não eram premeditados, nasciam espontaneamente, podendo reunir negros e crioulos, escravos ou homens livres.

²⁰⁸ A mais velha das informantes de Cinzento.

²⁰⁹ Existe uma versão musicada da origem do nome: “E este nome CINZENTO vem de uma lenda contada, mas muitos dizem que não que essa história é errada, no entanto, até agora é a versão mais falada. Inclusive essa lenda nem todos sabem contar, mas segundo me contou um velho que mora lá a versão e essa mesma e não tem como negar. Ele me contou então o que tinha ocorrido que na mata da região encontraram um boi perdido numa época de muita fome e por isso foi abatido. E mesmo que nesse tempo não estava tendo fartura o boi gordo “cinzento de gordo” estourava de gordura no ponto de ser cozido ou assado na quentura. E depois do abatimento foi uma farra danada o “boi cinzento de gordo” foi servido numa latada e por três dias e três noites a lenda foi festejada.” Há outra versão para a origem do nome: “ Já o povo de Planalto conta uma outra versão sobre a origem do nome daquela população porque alguém passou a seguinte explicação: quando chega o inverno é muito fácil encontrar dentro da cozinha deles uma fogueira a queimar e eles sentados em volta esperando o fogo baixar. Ai quando o fogo abaixa começa o grande momento eles põem os pés nas cinzas buscando aquecimento para Planalto é esse o porque do lugar chamar-se CINZENTO.”

adversidades como a de Cinzento? Certamente, fugiam da escravidão e buscavam no local a formação de uma comunidade com base primeiro na condição social e depois no parentesco.

Segundo o informante Saviano Pereira Nunes, foi o Lourenço Pereira Nunes que desmatou as primeiras terras de Cinzento e delas tomou posse. Outro informante, Tercílio, afirmou-nos que os primeiros desbravadores foram o já citado Lourenço Pereira Nunes e Sérgio Pinheiro dos Santos. A valorização da terra não é apenas uma forma de sobrevivência particular, mas de todo o grupo; pois, da unidade territorial depende a unidade da coletividade. Esse aspecto explicaria a endogamia como forma de manutenção das terras na família em caso de divisão.

Os mais velhos afirmam que seus pais contavam ter a obrigação de se ajoelharem “em frente dos donos”. Ana Isidora vai mais além e conta que sua bisavó era uma cabocla que foi capturada no mato.

Atualmente, a comunidade de Cinzento é considerada uma comunidade afro-brasileira. Os cinzentenses são pretos de pele bem escura. Todos são muito parecidos, devido à endogamia em segundo grau. Grazielle de Lourdes Novato Ferreira descreve os cinzentenses: “Fisicamente, são de estatura mediana, chegando até 1,70 cm, fortes, troncudos, de narinas alargadas, dentes largos e brancos, cabelos crespos e pés consideravelmente grandes.”(FERREIRA, 1999, p. 70).

A situação dos afro-descendentes do Vale do Ribeira–SP descrita por Mary do Careno (1991 e 2000) assemelha-se ao caso de Cinzento. Em comum, podemos ver o isolamento resultante da dificuldade de acesso à comunidade e a mudança advinda dos contatos com a cultura urbana. Além disso, como Careno (2000) acentua, a maior fonte de investigação encontra-se nos depoimentos e nas narrativas dos mais velhos como forma de resistência cultural.

É importante observarmos que a situações social e econômica dos afro-brasileiros e dos brancos pobres no Brasil são muito semelhantes. No meio rural baiano, afro-brasileiros e

brancos pobres aproximam-se não só pela condição social, mas também pelo acesso à educação e a uma melhor expectativa de vida, o que certamente reflete nas características linguísticas por eles apresentadas.

5 HISTÓRIA DA CONCORDÂNCIA VERBAL

O presente capítulo possui algumas das informações por nós apresentadas em nossa dissertação de mestrado (2003), contudo não lhe é cópia fiel nem adaptação. Ao tratarmos da HISTÓRIA DA CONCORDÂNCIA VERBAL queremos apresentar uma visão geral do fenômeno, partindo da língua latina e até a língua portuguesa, incluindo nesse percurso um breve relato sobre a concordância verbal nas línguas crioulas de base portuguesa. Trazemos, ainda, algumas reflexões fruto de nossas recentes leituras e das discussões travadas por nós desenvolvidas em cursos ministrados ao longo do tempo da pesquisa.

Em algumas comunicações que temos feito tratando de questões relativas à concordância, alguns ouvintes têm discordado da afirmação de que na construção "Eles trabalha" não há concordância. Para tais ouvintes, o que existe é uma outra forma de expressar a concordância, uma concordância diferente do que preceitua a norma padrão. No entanto, o conceito de concordância com que trabalhamos e com que trabalham a maioria dos estudiosos de que temos conhecimento pressupõe que a concordância seja a solidariedade entre, pelos menos, dois elementos, entre o núcleo e as estruturas a ele adjacentes ou entre o núcleo do sujeito e o verbo. O que alguns querem crer que seja "outra forma de concordância" nada mais é, na nossa opinião, do que uma das formas de expressar a idéia de número, opondo o singular "Ele/Ela trabalha" ao plural "Eles/Elas trabalha". Dessa forma, não podemos considerar como estrutura com concordância a construção "Eles/Elas trabalha", visto que não há elementos que estão em solidariedade, isto é, duas formas que mantenham entre si um acordo²¹⁰.

Do ponto de vista etimológico, o termo concordância provém da forma latina *cum corde* (*cor*, *cordis* é coração)²¹¹. O termo usado pelos gramáticos latinos, tanto os antigos quanto os modernos, para designarem a concordância é *cohaerentia*, significando o que está ligado, o que está unido²¹².

5.1. DO LATIM AO PORTUGUÊS QUINHENTISTA

²⁰⁹ A nomenclatura gramatical francesa utiliza o termo "accord" para designar o fenômeno da concordância. "Accord" possui, também, a significação de "afinação", "harmonia", o que nos remete à metáfora da solidariedade. "Agreement", em inglês, possui a mesma significação de acordo.

²¹¹ Novamente, uma metáfora é usada para designar um fenômeno lingüístico, caracterizando a harmonia ou a solidariedade (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 485)

²¹² O termo concordantia, em latim, além da acepção que hoje lhe atribuímos em português, designa, como no português, um pequeno índice de palavras feito sobre uma obra clássica, contendo todas as ocorrências do vocabulário, suas variações no texto, as indicações, mas não lhes indica o sentido, servindo como livro de referência e busca, conforme Raze, Lachaud e Flandrin (1951, p. iv)

A concordância verbal no latim baseava-se num forte sistema de casos em que o nominativo²¹³, ordinariamente, levava o verbo para o plural ou para o singular. No entanto, era comum a concordância pelo sentido (*ad sensum*) no latim arcaico, tendência que foi começando a se tornar rara no período clássico, embora haja exemplos de tal construção.

A concordância *ad sensum* poderia ocorrer de duas formas segundo Ernout (1942, p. 61) e Bourciez (1956, p. 104). O primeiro tipo corresponde ao uso do plural quando o nominativo é um coletivo. Citemos um dos diversos exemplos de Tito Lívio (59 a.C. – 19 d.C.) com base em Bourciez (1956, p. 104):

Cetera multitudo frequenti agmine **petunt** Thessaliam²¹⁴

O termo *multitudo* (a multidão)²¹⁵ levou a forma verbal *petunt* para o plural como uma forma de concordância com o sentido. Nesse momento, não se respeita a natureza subordinante da forma singular do nominativo, mas a força imperativa do sentido que a palavra multidão possui. A história romana nos conta que Tito Lívio quase sempre vivera em Roma e fora indicado por Augusto como educador da elite romana de seu tempo. Portanto, tal torneio lingüístico tem o peso da autoridade de um intelectual cidadão, digno de tutorar os homens nobres de Roma.

Se o exemplo de concordância *ad sensum* era usada pela elite romana, nos séculos posteriores à decadência do Império, a língua popular iria usar tal construção como forma de expressar a idéia de unidade ou conjunto. O exemplo a seguir foi retirado da Vulgata²¹⁶:

Omnis populus **properaverunt** (VULGATA, 1965, p. 677)

²¹³ A idéia de nominativo geralmente está ligada ao sujeito, contudo, havia casos no latim em que o acusativo poderia exercer a função própria do sujeito, especialmente, nos casos das orações reduzidas de infinitivo. No caso do ablativo de posse, o possuidor ficaria no ablativo, embora o verbo viesse a concordar com o nominativo apenas formal.

²¹⁴ "Outra multidão em leva assídua dirigiam-se à Tessália" (tradução nossa)

²¹⁵ Carlos Góis (1940) apresenta exemplos dessa prática, também, no espanhol [**Ácudiron** á la ciudad multitud de gente.] e no italiano [Una grande multitud **correvano** ai piede del Salvatore.] No português moderno, continua o autor, "esta concordância está completamente banida, sendo tal processo de concordância considerado já um SOLECISMO: subsiste ainda no baixo vulgo, notadamente no interior do Brasil." (GÓIS, 1940, p. 63).

O segundo tipo de concordância *ad sensum* poderia ocorrer quando o autor considerasse que os elementos formadores de um sujeito composto estavam de tal forma ligados que representavam apenas um elemento. O singular aparece como elaboração enfática da unidade no discurso. Esse uso encontrado nos clássicos perpetuou-se no ensino de latim, sendo citado por Ragon como modelo a ser seguido (1947, p. 150). Em "Ratio ordoque agmnis aliter se habebat", isto é, "a ordem e a razão do exército eram outros", *razão* e *ordem* são tomados como sinônimos o que justifica o singular, mas não impede que o plural possa aparecer. Da mesma sorte, Ragon recomenda que se possa fazer a concordância apenas com o elemento mais próximo, interpretando o *ad sensum* com base na atração. Em latim, poderíamos dizer "Tua mãe e teu pai te amam" de duas formas: "Te diligit pater et mater" ou "Te diligunt pater et mater"²¹⁶. O pai e a mãe seriam vistos como uma unidade que mantém e compõe o lar, portanto, justifica-se que o verbo fique no singular.

Caso interessante no latim, refere-se à concordância quando aparece a preposição *cum*, normalmente regendo um ablativo. Nesse caso, o ablativo e o nominativo estariam regendo o verbo, como em "Syrus cum illo vestro **consusurrant**", como lemos em Ernout e Thomas (1953, p. 139)²¹⁷. A concordância com o elemento unido por *cum* aparecerá em português, como uma possibilidade de realçar o adjunto adverbial de companhia, tornando-o tão importante quanto o sujeito.

Tratando especificamente da língua popular, alvo de nosso estudo em português, não podemos concordar totalmente com a opinião de Maurer Jr (1959, p. 193) para quem o latim vulgar apenas acentuou a liberdade de concordância que existia no latim clássico, especialmente nos casos de concordância com "o sujeito coletivo" e com "o sujeito composto" ligado pela conjunção *cum*. Cremos que essas tendências de concordância sempre existiram no latim e que o fato de se encontrarem em profusão em textos de latim vulgar refere-se ao aumento de

²¹⁶ Lembremos que a ordem das palavras em latim não é fixa.

²¹⁷ Esse exemplo foi apresentado por nós em 2003 (p. 108).

volume da produção de texto por autores que não pertenciam exclusivamente à elite romana. Além disso, o latim vulgar não é uma evolução do clássico, mas uma variedade paralela. Além disso, Gemma Cappelani (1983, p. 48 *in fine*) assevera que autores romanos que trataram de temas bélicos priorizavam não só a quantidade dos membros envolvidos, mas também a idéia de coesão entre os membros, por isso a idéia de singular estava relacionada à concepção de unidade, de solidariedade entre os membros que formavam o *agmen* e o *exercitum*.

Em relação ao português arcaico, Eduardo Carlos Pereira observa que a concordância assemelhava-se ao latim, pois, segundo ele, tanto o latim quanto o português arcaico não possuíam "o mecanismo complicado da gramática moderna" (PEREIRA, 1935, p. 336).

Mattos e Silva (1986) observa que, ao analisar os *Quatro Livros dos Diálogos de São Gregório*, a tendência é pela aplicação da regra de concordância²¹⁸. No entanto, no caso do sujeito representado por um substantivo coletivo há variação que ora pende para o singular ora pende para o plural. A autora observa que o singular é mais freqüente quando da maior proximidade ou da contigüidade do nome sujeito. Do estudo de Mattos e Silva (1986), retiramos dois exemplos:

E pois lo todo poboo **viu** andar (MATTOS E SILVA, 1986, p. 491)
Ídolo a que o poboo sandeu de toda aquela terra **fazian** honra come a Deus. (MATTOS E SILVA, 1986, p. 492)

A anteposição imediata do sujeito "todo poboo" levou o verbo ao singular "viu", como vimos em um exemplo semelhante no latim vulgar. No segundo exemplo, o sujeito "poboo" está anteposto, mas não imediatamente, visto que há estruturas intervenientes o que distancia o núcleo do sintagma nominal sujeito do núcleo do predicado verbal. Mattos e Silva observa que a distância na cadeia do enunciado interfere na escolha do plural ou do singular. Além

²¹⁸ O estudo de Mattos e Silva (1986) vai de encontro às afirmações de Sousa da Silveira (1952) para quem o português arcaico "apresentava, com freqüência, falta de concordância entre o predicado e o sujeito" (SILVEIRA, 1952, p. 300). No entanto, os exemplos citados pelo autor (a falta de concordância com verbo inacusativo e com a passiva pronominal) são facilmente encontrados em textos modernos e contemporâneos, como afirma Adrião (1943.) Além disso, a impessoalidade do pronome SE, no caso da voz passiva pronominal, não é caso pacífico nos estudos filológicos portugueses, como demonstra Ziller (1952, p. 128 –141)

disso, ela afirma que a posposição do sujeito em relação ao verbo não se mostrou um fator que pudesse determinar a escolha do singular ou do plural.

A partir do século XV, o mundo português passa a absorver valores culturais novos quer pelo influxo da cultura greco-latina, que contamina a Europa, quer pelo contato com povos diversos. Estudos lingüísticos do chamado período arcaico médio (do século XV aos meados do século XVI) são pouco encontrados nos compêndios de gramática histórica. Servir-nos-emos em nossa análise daquilo que pudemos colher de Said Ali (1965) a fim de apresentarmos as características daquele período.

Segundo Said Ali (1965, p. 286), os autores quinhentistas empregavam o singular do verbo *ser* quando se referiam a um substantivo pluralizado denotador de povo, como em "Naquella paragem de Melinde os negros cafres do sertão **he** gente muito bestial e fera", o excerto pertence a João de Barros. Para Cândido Jucá (1943, p.113), esse uso está ligado ao fato de o verbo *ser* ocupar a função de "relacional" e "afetivo" dentro da língua portuguesa.

Exemplos como os arrolados por Mattos e Silva podem ser encontrados em João de Barros em "e isto dizia em seu favor e da gente do seu exército que então **guardavam** a lei inteiramente (BARROS apud ADRIÃO, 1943, p. 252). Adrião (1943) ao comentar tal fenômeno no português arcaico reconhece-lhe a origem no latim, mostrando que o uso prima pela supremacia da lógica sobre a estrutura da palavras, no entanto, acrescenta que

Verdade seja que os antigos a usaram muito mais largamente. Hoje se considera deselegante, escandaloso e risível dizer-se abertamente: o povo chegaram. Mas desde que haja algum distanciamento entre o sujeito e o predicado, que evite a deselegância, não faltam exemplos, ainda entre os clássicos modernos que, autorizam tal desconcordância." (ADRIÃO, 1943, p. 252 – 253)

Os autores do período arcaico médio continuaram a usar o sujeito coletivo com o verbo pluralizado. Podemos ver nesse caso uma demonstração de que o poder da semântica superou a estrutura formal. Para Said Ali, no caso do português quinhentista, havia ainda a interposição de termos que dificultava o reconhecimento imediato do núcleo do sujeito:

[...] a referência ao coletivo vinha afastada dele pela interposição de dizeres muito longos ou se fazia indiretamente por via de um adjetivo, pronome ou verbo em oração secundária, havia toda liberdade para o emprego da sínese”.(SAID ALI, 1965 [1921], p.293

Ao tratar da concordância no português arcaico, Eduardo Carlos Pereira, baseando-se em Leite de Vasconcelos, afirma que:

No antigo português passava-se tudo mais simplesmente. Sendo o sujeito composto ou múltiplo, o verbo concordava geralmente com o mais próximo; sendo um coletivo, empregava-se o verbo ordinariamente no plural, concordando com a idéia que era plural e não com o vocábulo que era singular. (PEREIRA, 1958, p. 236–237).

Cremos que a variação na concordância verbal no português arcaico tenha como causa principal fatores sintáticos (a distância entre sujeito e verbo) e fatores semânticos (concordância *ad sensum*, no caso do coletivo) que se repetiram em períodos posteriores da nossa história lingüística e que se repetem na realidade oral de muitos falantes do português do Brasil. Não cremos, contudo, que tais fenômenos do português arcaico tenham sido os responsáveis por desencadearem os níveis de concordância verbal observados por nós em três comunidades do interior do Estado da Bahia.

A ausência de concordância no português popular não está em uma raiz do português arcaico²¹⁹ que aqui se desenvolveu mais do que em Portugal, mas na situação de contato que produziu uma erosão de estruturas que por influxo de fatores externos estão sendo recuperadas. Não se encontram na língua portuguesa arcaica construções que se assemelhem ao que vemos no português popular do Brasil.

5.2 A CONCORDÂNCIA VERBAL NA GRAMÁTICA RACIONAL PORTUGUESA

Analisando os preceitos da gramática racional, vemos que a concordância era considerada como uma propriedade da sintaxe natural e geral das línguas conhecidas, visto que as

²¹⁹ A idéia de que o português popular do brasileiro possui um caráter arcaizante é defendida largamente por filólogos de tendência evolucionista.

estruturas lógicas a exigiam, ao contrário do que poderia ocorrer com a silepse, considerada uma forma não-natural de expressão de certa idéia (FÁVERO, 1996, p. 133). Além do mais, a definição dada à concordância é de que ela seria uma uniformidade de acidentes comuns à maior parte das palavras, como os gêneros, os nomes, os casos, como podemos ler num excerto da *Encyclopédie méthodique: Grammaire et littérature* editada por Beauzée e Marmontel, citado por Fávero (1996, p. 155).

Grosso modo, todos esses conceitos²²⁰ e suas interpretações vão figurar na tradição gramatical portuguesa como forma de determinar as regras ou princípios que ordenam a concordância em português. Jeronymo Soares Barbosa²²¹ (1871 [1803]), *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*²²², afirma que

Concordancia é a conformidade dos signaes que o uso instituiu, para indicar as correlações das idéas com estas mesmas correlações. Para haver conformidade é preciso que haja umas partes que se conformem, e outras a que as mesmas se conformem. As partes a que as outras se conformam são sempre as principaes, e as que figuram no discurso em primeiro logar. Tal é em que qualquer proposição o seu sujeito; em qualquer complexo de proposições a proposição fatal de que as mais fazem parte; e em qualquer periodo ou ajuntamento de proposições fataes a principal, a que as outras estão subordinadas²²³. (BARBOSA, 1871, p. 259)

O conceito de concordância de Soares Barbosa inclui princípios estruturais ("conformidade dos signaes") e semânticos ("as correlações das idéas"). A idéia de subordinação ou regência está explícita no conceito, visto que o autor assevera a necessidade de que uma parte

220 Swiggers, segundo Fávero (1996, p. 155), observa que a concordância do ponto de vista lingüístico não estava no foco das atenções dos gramáticos medievais e seus sucessores, uma vez que a proposta deles era fazer um estudo da língua por meio de pressupostos lógicos. É de esperar, portanto, que eles não tenham tratado com rigor a função sintática das classes envolvidas no fenômeno da concordância nem a função sintática dos termos interligados.

221 Antes de Soares Barbosa Jerônimo Contador de Argote (1721), *Regras da lingua portuguesa, espelho da latina*, reconhecia a existência de dois tipos de sintaxe, uma simples e outra figurada. Estudar a concordância seria atributo da sintaxe simples, a não ser que uso deixasse de ser "não-natural", estudo que inclui, por exemplo, a silepse. Com relação à concordância verbal, o autor afirma que há duas regras naturais: a primeira diz que o nominativo supõe sempre um verbo (nem sempre expresso) e a segunda diz que o verbo concorda sempre com um nominativo (nem sempre expresso). Antônio José dos Reis Lobato (1770), *Arte Grammatica da lingua portugueza*, apresenta a concordância de forma semelhante ao exposto por Argote, destacando, da mesma forma, a existência da silepse como linguagem figurada ou sintaxe figurada.

222 O autor apresenta como subtítulo "Ou principios da grammatica geral applicados à nossa linguagem". A concordância era considerada pela gramática racional como uma propriedade da sintaxe natural e geral das línguas conhecidas, já que as estruturas lógicas a exigiam, ao contrário do que poderia ocorrer com a silepse, considerada uma forma não-natural de expressão de certa idéia.

223 Mantivemos a grafia original.

se conforme à outra. Aliás, a concordância estaria, segundo os princípios da lógica, ligada à sintaxe, havendo uma sintaxe de concordância ao lado da sintaxe de regência, divisão perpetuada por Góis (1940). Como vemos no último período do excerto de Soares Barbosa, a concordância está ligada a um sistema hierárquico com base na subordinação entre as estruturas.

Para Soares Barbosa, cabe à sintaxe de concordância estudar a concordância regular (p. 260 – 264) e a irregular (265 – 269). O autor entende que a concordância regular refere-se àquela "em que as partes concordantes correspondem exactamente áquellas (sic) com quem concordam, sem ser necessario fazer suplemento algum." (BARBOSA, 1871 [1803]). O autor enuncia a regra geral da concordância, acrescentando que o sujeito não precisa estar explícito para que se dê a concordância. No entanto, não considera apenas a concordância do sujeito com o verbo, visto que inclui outras estruturas a que se poderia atribuir a designação de paralelismo estrutural.

Ao tratar da concordância irregular, Barbosa afirma que existem casos em que o verbo parece discordar do seu sujeito ou em número ou em pessoa. Tal procedimento, segundo o autor, dá-se por força do sentido que suplanta a forma. Das sete situações apresentadas por Soares como sendo de concordância irregular de número ou silepse de número três referem-se ao uso do coletivo. O gramático recomenda²²⁴:

- a) pôr o verbo no plural quando o coletivo partitivo for seguido de um nome no plural: "**Estavam** pegados com elles uma infinidade de homens" (BARBOSA, 1871 [1803], p. 268)
- b) pôr o verbo no singular, quando o coletivo for geral e não partitivo: "O exercito dos infieis foi inteiramente derrotado". (BARBOSA, 1871 [1803], p. 268)
- c) pôr o verbo no singular ou plural, quando o coletivo for geral seguido de um nome no singular acompanhado pela preposição *de*: "**Povoavam** os degraus muita sorte de gente"; "**Povoava** os degraus muita sorte de gente" (BARBOSA, 1871 [1803], p. 268)

As demais regras referem-se ao uso impessoal do verbo haver, à concordância com os pronomes pessoais no caso do plural de majestade e, por fim, ao uso de *um e outro* e

²²⁴ Mantivemos a grafia original do texto.

nem um e nem outro. É oportuno observarmos que ao tratar da impessoalidade do verbo *haver*, Soares Barbosa estava tratando de um fenômeno comum ao português lusitano, visto que a pluralização do verbo *haver* é fato comum naquela variedade do português²²⁵.

5.3 REVENDO OS PRINCÍPIOS²²⁶ GERAIS DA CONCORDÂNCIA VERBAL

Utilizamos o termo "princípios" com o intuito de demonstrar que razões os gramáticos elaboram para justificar as variações na regra geral de concordância. O cotejo das gramáticas normativas e descritivas do português nos leva a observar que a regra geral da concordância admite inúmeras situações e a violação da regra geral não constitui erro, mas uma forma de expressar outra realidade ou de dar a essa realidade um caráter mais literário. Destarte, os gramáticos elaboram explicações para os "desvios", apelando para questões "psicológicas" ou para a intenção do autor. Rodrigues Lapa a esse respeito afirma que

Vemos que esses desvios [o autor se refere a quatro exemplos por ele anteriormente citados] aparentes de concordância se explicam sobretudo por três motivos: um, que consiste em concordar as palavras não segundo a letra mas segundo a idéia; outro, segundo o qual a concordância varia conforme a posição dos termos no discurso; e um terceiro, que traz o propósito de fazer a concordância com o termo que mais interessa acentuar ou valorizar. (LAPA, 1998, p. 199)

Em 2003, enunciaremos os seguintes princípios que ora ensejamos rever:

- a) Princípio da atração;
- b) Princípio da lógica do pensamento;
- c) Princípio da eufonia;
- d) Princípio da autoridade dos bons autores;
- e) Princípio da intencionalidade.

²²⁵ Cândido Jucá Filho (1953, p. 97) com base em Leite de Vasconcelos afirma que a pluralização do verbo *haver* é bastante freqüente na fala de pessoas "pouco cuidadosas" de Portugal. Quanto aos falantes do Brasil, afirma Jucá que "o brasileiro não conhece o verbo *haver*, a não ser em frases estereotipadas" (p. 97).

²²⁶ Empregamos o termo "princípio" segundo a definição de Wolf e Baumgarten que consideram um princípio aquilo que contém em si a razão de alguma coisa, o ponto de partida de um processo.

Costuma-se apelar para o princípio da atração para se justificar que a concordância seja feita com o elemento estrutural mais próximo do núcleo verbal, advogando-se uma razão psicológica ou perceptiva. Assim, tal princípio explica a possibilidade de se fazer a concordância com o núcleo do sujeito ou com seu adjunto adnominal em estruturas partitivas:

Parte das reivindicações **foi** atendida.
 Parte das reivindicações **foram** atendidas.

Esse princípio, ainda, pode ser evocado para explicar a concordância com o núcleo mais próximo no caso do sujeito composto posposto, como demonstram os exemplos²²⁷ abaixo, retirados de Rocha Lima:

Que me **importava** Carlota, o lar, a sociedade e seus códigos? (ANJOS *apud* LIMA, 1985, p.355)
 [...] o salão onde se **achavam** o Dr. Azevedo e Glória. (ANJOS *apud* LIMA, 1985, p. 355)

O princípio da atração, ainda, funciona quando o sujeito composto anteposto contém uma série de elementos em gradação, como em:

Uma palavra, um sorriso, um olhar **bastava** para deixá-lo feliz.

Góis advoga que o princípio da atração funcione nos casos em que o verbo *ser* possa ora concordar com o sujeito ora com o predicativo (GÓIS, 1940, p. 112). O autor, ainda, atribui à força da atração a concordância em que o sujeito composto é formado por pessoas diferentes. Nesse caso, o imperativo da atração sempre recai na primeira pessoa, se ela figurar na oração.

Os meus companheiros **é** gente com quem não se conta. (GARRET *apud* GÓIS, 1940, p. 112)
Acuso-vos disto, eu e todo o povo. (GARRET *apud* GÓIS, 1940, p. 110)

O princípio da lógica do pensamento relaciona-se diretamente aos casos de sínese²²⁸, silepse ou concordância *ad sensum*. A silepse é chamada, também, de concordância irregular,

²²⁷ Há exemplos semelhantes em Vieira e Camões.

porque não é feita com a lógica estrutural, mas com a lógica do pensamento. O caso mais famoso de silepse no português refere-se à concordância com a idéia plural expressa pela forma singular do coletivo. Nesse caso, inclui-se a idéia de elementos representados por palavras diversas, mas tratadas como sinônimas e, portanto, dignas de serem tomadas por unidade. Vejamos dois exemplos de Vieira:

Simão Mago apelidou um dia todo o povo para o **verem** subir ao céu. (VIEIRA *apud* PEREIRA, 1958, p. 249)

Eva e a mulher **ensine**. (VIEIRA *apud* PEREIRA, 1958, p. 237)

Os gramáticos da língua portuguesa podem recorrer à eufonia (abrandamento intencional) para explicar construções que fujam à regra geral. Rocha Lima (1958), por exemplo, afirma que na construção seguinte o mais lógico seria o uso do singular, no entanto, o plural afigura-se mais eufônico e por isso autoriza-lhe o emprego:

Patrocínio foi um dos brasileiros que mais **trabalharam** em prol da Abolição. (DINIS *apud* LIMA, 1985, p. 358)

Góis (1940) interpreta, contudo, que o uso do singular e plural não pode ser ditado pela eufonia, mas por uma necessidade lógica. Segundo ele, ficará o verbo no plural se a ação verbal for atribuída ao nome pluralizado que precede o "do que". O singular será obrigatório se a ação for atribuída a um nome oculto, "antecedente indeterminado do que" (GÓIS, 1940, p. 77). Para atestar tal conjectura, o autor cita Littré:

Littré (*apud* H. Graça) mostra a diferença de sentido que há entre as seguintes duas frases de Mme. de Sevigné: Sois um dos homens deste mundo, que mais me convém – e – Sois um dos homens deste mundo que mais me convêm. Com o singular significa que entre os homens do mundo "há um" que me convém mais: sois vós; com o plural significa que entre os homens do mundo "há muitos" que mais me convêm, e vós sois um dele. O superlativo (*le plus*) é mais superlativo com o singular. (GÓIS, 1940, p. 78)

Para o autor, o exemplo de Littré não estaria sendo influenciado por nada mais do que o princípio da intencionalidade, segundo o qual a concordância não se daria conforme a regra geral, visto que o autor teria uma intenção a destacar um elemento e, portanto, priorizou o

²²⁸ Palavra de origem grega que entrou para o português por via do latim *synesis*, significando "encontro" ou "junção". (CUNHA, 1997, p. 726)

efeito discursivo, desprezando a lógica estrutural. Mário Barreto mostra que sujeitos unidos pela conjunção "com" recebem de alguns autores uma avaliação qualitativa. Na avaliação qualitativa, Barreto (1980) afirma que se os elementos aparecerem em pé de igualdade, podem ser considerados com se estivessem sendo unidos pela conjunção *e*, o que não ocorreria se estivesse sendo unidos pela conjunção *com*, que torna um dos termos subordinado a outro, já que passa a assumir a função de adjunto adverbial de companhia.

Os bons autores do português são considerados como um princípio que autoriza a concordância ou servem para mostrar a tendência à flexão. A expressão "mais de um", por exemplo, pode levar o verbo para o plural ou deixá-lo no singular, no entanto, Rocha Lima procura recomendar o plural, visto que "é ao plural que recorrem os bons autores" (LIMA, 1985, p. 358). Gramáticos contemporâneos, que se baseiam em autores da atualidade, fazem a mesma recomendação quando uma das possibilidades é a mais usada pelos autores "mais autorizados".

Antônio Suárez Abreu expurga de sua *Gramática Mínima* discussões mais clássicas sobre o uso da língua, dando ao seu texto um caráter prático e imediatista, mas, mesmo assim, ele sugere que tal construção, embora possa ser vista "não encontra unanimidade dentro da língua padrão" (ABREU, 2003, p. 350) insinuando que não deva ser empregada, já que não ascendeu ao altar da autorização dos bons autores.

5.4 VISÕES CIENTÍFICAS DA CONCORDÂNCIA VERBAL

Nessa seção discutiremos visões científicas sobre a concordância verbal no português brasileiro, revendo posições e concepções elaboradas por dialetologistas e sociolinguistas, por fim apresentáramos um breve estudo sobre a concordância verbal nas línguas crioulas de base portuguesa.

5.4.1 Visão Dialetológica

Embora os estudos dialetológicos tenham tradicionalmente se ocupado de questões fonético-fonológicas e lexicais, há estudos usando os métodos da Dialetologia que tratam do estudo da morfologia e da morfossintaxe do português brasileiro. No que concerne à língua portuguesa do Brasil, daremos notícias de alguns estudos realizados por dialetólogos, utilizando o critério temporal como forma de apresentação das descrições feitas e das conclusões obtidas.

Como sabemos, a Dialetologia concentra-se no tratamento de questões que envolvem os falares, considerando a diversidade diatópica. No entanto, a Dialetologia não se restringiu a uma abordagem espacial. Chambers e Trudgill afirmam que tanto a Lingüística quanto as Ciências Sociais passaram, em certo momento, a influenciar o pensamento dialetológico, levando alguns dialetólogos a considerarem a exclusão da "dimensão social" em seus estudos uma deficiência que deveria ser corrigida, visto que um dialeto é ao mesmo tempo "regional e social"²²⁹ (CHAMBERS; TRUDGILL, 1998, p. 45). Ainda segundo eles, um falante de dada região não apenas mostra características comuns ao local de onde procede, mas também do grupo social, do grupo etário, do grupo étnico a que pertence. Dessa forma, os autores justificam a inclusão de fatores sociais nos estudos dialetológicos e para tanto discutem os fatores que julgam analisáveis num capítulo intitulado Dialetologia Urbana (*Urban Dialectology*).

Em nosso estudo, daremos rápidas notícias dos principais dialetólogos que trataram da concordância verbal no português brasileiro ou que o fizeram de forma indireta quando trataram da descrição do sistema flexional dos verbos. Além disso, daremos relevo a algumas vi-

²²⁹ "All dialects are both regional and social". (CHAMBERS; TRUDGILL, 1998, p. 45)

sões que tais estudiosos apresentam da língua popular e, quando possível, demonstraremos a metodologia usada pelos pesquisadores no âmbito da construção do *corpus* que analisam.

5.4.1.1 Amadeu Amaral: o dialeto caipira

Segundo Carlota Ferreira e Suzana Cardoso (1994, p. 39), a segunda fase dos estudos dialetais no Brasil inicia-se com a publicação de *O dialeto caipira* em 1920. O dialeto caipira descrito por Amaral corresponde à variedade da língua portuguesa falada, segundo o autor, na "antiga província de São Paulo" (AMARAL, 1972 [1920], p. 41). Ao contrário de outros estudos dialetais, o autor afirma que os usos por ele descritos dominavam "em absoluto a grande maioria da população e estendia a sua influência à própria minoria culta. As mesmas pessoas educadas e bem falantes não se podiam esquivar a essa influência" (AMARAL, 1972 [1920], p. 41). Não sabemos o grau da extensão de tal influência, mas, certamente, podemos ver que as classes populares exerciam tal pressão sobre os elementos cultos da população que aos paulistas foi imposta "a fama de corromperem o vernáculo com muitos e feios vícios de linguagem" (AMARAL, 1972 [1920], p. 41). A origem desses "muitos e feios vícios" está ligada à formação histórico-social da sociedade paulista, composta por grande quantidade de escravos e cidadãos livres iletrados, desenvolvendo ambos os grupos atividades citadinas. A quebra da ação desses dois agentes desencadearia uma onda contrária de "descaipirização". Nossa inferência baseia-se na fala do próprio Amaral quando afirma que o "processo dialetal iria longe, se as condições do meio não houvessem sofrido uma série de abalos, que partiram os fios à continuidade da sua evolução" (AMARAL, 1972 [1920], p. 41). Como podemos ver, a quebra desse fio corresponde a mudanças sofridas na sociedade paulista, mudanças essas exteriores ao sistema lingüístico, mas que ofereciam modelos prestigiados de fala, bem como formas de inclusão no sistema educacional que não só afastaram os utentes da variedade caipira, mas

também criaram um clima de urbanização tendente à valorização de formas lingüísticas prestigiadas. Para explicar esse novo clima de urbanização, Amaral apresenta um novo quadro social e econômico da sociedade paulista que emergia:

De algumas décadas para cá tudo entrou a transformar-se. A substituição do braço escravo pelo assalariado afastou da convivência cotidiana dos brancos grande parte da população negra, modificando assim um dos fatores da nossa diferenciação dialetal. Os genuínos caipiras, os roceiros ignorantes e atrasados, começaram também a ser postos de banda, a ser atirados à margem da vida coletiva, a ter uma interferência cada vez menor nos costumes e na organização da nova ordem de coisas. A população cresceu e mesclou-se de novos elementos. Construíram-se vias de comunicação por toda a parte, intensificou-se o comércio, os pequenos centros populosos que viviam isolados passaram a trocar entre si relações de toda espécie, e a província entrou por sua vez em contacto permanente com a civilização exterior. A instrução, limitadíssima, tomou extraordinário incremento. Era impossível que o dialeto caipira deixasse de sofrer com tão grandes alterações do meio social. (AMARAL, 1920, p. 41-2)

Embora longa, a citação é bastante oportuna porque nesse excerto o autor aponta como questões sociais e econômicas serviram para reprimir e marginalizar o falar caipira. O dialeto caipira, podemos inferir da fala do autor, tem sua origem no contato entre negros escravos e brancos e a preservação do dialeto estaria ligada à falta de meios de comunicação, ao relativo isolamento dos grupos sociais e à precariedade de aparato educacional. Extintas essas forças de manutenção do *statu quo* do dialeto caipira, ele tenderia a desaparecer. Amaral vê um embate entre a tendência conservadora (o dialeto caipira) e a tendência inovadora (criada por novas condições de vida).

Infelizmente, o autor não cita suas fontes e não dá características sociais mais detalhadas de quem produziu as construções que agora havemos de discutir. Em relação à concorência verbal, o autor afirma que o plural da primeira pessoa verbal perde o – s, visto que são facilmente encontradas formas como "bamo", "fomo" e "fazêmo". Amaral afirma que há casos em que não se percebe distinção entre as formas da primeira pessoa do plural e da terceira do singular. As formas da terceira pessoa do plural sofrem mudanças como em "quêrim, qui-rium, quêirum, andum, andávum, andárum, ándi" (AMARAL, 1972 [1920], p. 72). Ao contrário de outros estudos do português popular, Amaral não relaciona casos em que se podem

observar apenas a distinção entre duas formas verbais, a saber, uma para a primeira pessoa (o eu) e outra para as demais (o não-eu). No entanto, ele observa que, em relação à concordância nominal, o número será indicado pelo primeiro elemento do sintagma ou usando sua terminologia, "pelos determinativos": "os rei", "duas dama", "certas hora", "aqueles minino", "suas pranta". Tal uso será, como veremos, será apontado por outros estudiosos da mesma forma que a redução da flexão verbal no português popular.

Um dos usos arrolados por Amaral e que será diversas vezes reconhecido como de cunho popular por outros pesquisadores é o plural usado com o sujeito coletivo. O autor relaciona tal uso ao português lusitano e cita Camões como prova de que tal emprego possui foro de antiguidade.

O que nos parece curioso é que a ausência de concordância verbal não tenha sido examinada com maior clareza pelo autor, visto que muitos dos estudiosos que o sucederam atestam que esse traço é quase geral no português popular.

Pode parecer de imediato uma digressão que tenhamos tratado com minúcias as idéias introdutórias de Amaral em *O dialeto caipira*, mas a nossa intenção foi demonstrar que tanto o surgimento quanto o possível desaparecimento do dialeto caipira estão ligados a fatores advindos de contatos com grupos. O autor afirma que o surgimento do dialeto caipira está ligado ao contingente africano e o desaparecimento de tal dialeto deve-se à extinção da mão de obra escrava e a conseqüente abertura da província paulista ao resto do país, trazendo inovações lingüísticas prestigiadas de outros grupos sociais. Tais constatações de Amaral podem ser, com algumas alterações, aplicáveis ao fenômeno da variação na concordância verbal no português popular brasileiro no interior do Estado da Bahia.

5.4.1.2 Antenor Nascentes: o linguajar carioca

Antenor Nascentes (também corresponde à segunda geração de dialetólogos brasileiros) traz a público em 1922 sua obra intitulada *O linguajar carioca*. O renomado filólogo ao descrever a língua do Rio de Janeiro afirma que

Nas línguas que se expandem dá-se uma simplificação morfológica, assim como se dá outra fonética.

As desinências de número desaparecem, sendo substituídas por outros morfemas, as formas verbais se igualam, fazendo os pronomes pessoais os papéis de morfemas, desaparecem pronomes, preposições, advérbios, conjunções. (NASCENTES, 1953, p. 91 apud VIEIRA, 1995, p. 25)

Nascentes aponta como característica do português carioca a simplificação morfológica e a indicação da oposição de número feita por meio dos pronomes, visto que as formas verbais foram igualadas. Nascentes considera que a redução da flexão verbal tem origem na simplificação da morfologia nominal operada pelo povo. O autor questiona se é a concordância necessária à vida da língua e concluiu que ela não é assim tão necessária à expressão gramatical de número. O autor considera o nosso sistema flexional um fato redundante que não escapou à ação simplificadora do povo. Com base nisso, podemos ver claramente que o português popular, na visão expressa por Nascentes, é uma variedade de língua marcada pela redução do sistema flexional, servindo-se de outro recurso, como a utilização dos pronomes pessoais para manter a oposição numérica.

Nascentes apresenta uma visão evolucionista da mudança lingüística, uma vez que podemos ver que a simplificação veio corrigir um fato redundante de língua e que a utilização dos pronomes seria uma estratégia para evitar confusões em relação às pessoas do discurso.

5.4.1.3 José Aparecido Teixeira: o dialeto mineiro e o dialeto goiano.

O primeiro estudo que temos sobre a língua portuguesa falada em Goiás vem-nos de um folclorista, um dos grandes estudiosos dos costumes populares goianos cuja obra mais conhecida refere-se a uma descrição dos costumes, incluindo ditos populares e lendas, daque-

le povo. José Aparecido Teixeira interessou-se não apenas pela língua falada em Goiás, uma vez que o primeiro estudo de que temos conhecimento foi feito por ele sobre a língua mineira. Em 1944, Teixeira aponta a ausência de concordância entre sujeito e predicado como um fato geral na língua goiana. Ao explicar tal generalização do fenômeno, o autor, influenciado pelos estudos da gramática histórica de seu tempo, acredita estar vendo a ação de uma tendência simplificadora verificada nas línguas indo-européias, tendência essa que se tornaria geral graças à analogia, força niveladora de estruturas, explicação comum aos pensadores de seu tempo.

Na fala de Teixeira, no entanto, podem ser vistos alguns pontos que não coadunam com a explicação apresentada pelo autor. Em primeiro lugar, ele reconhece que embora a ausência de concordância seja um fato geral nos dialetos mineiro e goiano, ele mesmo apresenta um quadro de variação segundo o grau de instrução do falante. A respeito dessa visão de Teixeira, Vieira afirma que ele "constata ser esse traço [a ausência de concordância verbal] marcante da língua das classes 'incultas' mineiras, ao contrário das 'semicultas' que, segundo ele, fazem a concordância regularmente." (VIEIRA, 1995, p. 26)

Além disso, os exemplos citados pelo autor dão conta de variação até mesmo entre os falantes incultos. Ao tratar do fenômeno no estado de Goiás, Teixeira cita como exemplos facilmente encontrados na região as formas "eles oiô" e "eles oirarum" (TEIXEIRA, 1944, p. 103). No entanto, o autor não explica como a analogia, fenômeno segundo ele responsável pela falta de concordância, atuou em umas situações, mas não foi eficiente em outras.

Duas questões de ordem social são apresentadas por Teixeira na tentativa de explicar o fenômeno da ausência de concordância na fala goiana. Para o autor, a presença de negros e índios no Brasil propiciou condições favoráveis para que uma tendência à redução se implementasse no Brasil. Além disso, a ausência de ação disciplinadora da escola permitiu que a influência das línguas indígenas e africanas se generalizasse e uniformizasse as pessoas ver-

bais (TEIXEIRA, 1944, p. 102-3). Como podemos ver, o autor alia explicações de ordem lingüística (a tendência à simplificação de origem indo-européia e a analogia) a explicações de ordem histórica (presença de índios e negros no Brasil) e de ordem sócio-educacionais (pouca ação normatizadora da escola).

5.4.1.4 Mário Marroquim: A língua do nordeste

*A língua do Nordeste*²³⁰ (1945) de Mário Marroquim é um compêndio com cerca de 240 páginas cuja elaboração sofreu influência de Antenor Nascentes citado diversas vezes por Marroquim. Na obra, o pesquisador procura descrever a variedade do português popular do Brasil falado em Alagoas e Pernambuco. Para Freyre:

O autor, partindo da observação, de tais particularidades [refere-se a particularidades regionais da língua do Brasil] procura fazer uma obra honesta de história-social e cultural brasileira; seu estudo é dos que mais inteligentemente contribuem para o esclarecimento do nosso passado e para a definição do caráter do nosso povo. (FREYRE, 1943²³¹ 1945, p.6)

Gilberto Freyre vê na postura assumida por Marroquim uma ruptura com aqueles estudos filológicos que se propunham à simples exaltação de valores puristas. Freyre encara-o como co-autor de uma revolução cultural em processo no Brasil e a contribuição do livro está em apontar elementos da língua popular que reflitam a "realidade brasileira e do passado regional do Nordeste" (FREYRE, 1945, p. 10).

No capítulo inicial do livro, dedicado ao estudo do conceito que o autor usa de dialeto, Marroquim apresenta a justificativa pela escolha da região lingüística que engloba Alagoas e Pernambuco. Há entre esses dois estados condições histórico-geográficas que justificam sua proximidade dialetal, uma vez que "Histórica, política e economicamente Alagoas sempre esteve presa e ligada a Pernambuco como um só corpo." (MARROQUIM, 1945, p. 22). Além

²³⁰ O autor deu à obra o subtítulo (Alagoas e Pernambuco).

²³¹ O texto por nós citado é o Prefácio da edição de 1945 do livro de Marroquim. Embora o prefácio de Freyre tenha saído na 2.a. edição, ele foi escrito em 1943, como aparece na página 10, supra citada.

dessa justificativa, o autor apresenta o método de recolha do *corpus* para análise, colocando-se como elemento principal da coleta dos dados, chegando a pôr em prática literalmente observações feitas por Amaral que recomenda que a coleta de dados seja feita "pessoalmente"²³².

Em vários momentos do livro, Marroquim fala de concordância tanto verbal quanto nominal, aqui destacaremos dois momentos, o primeiro referente ao padrão flexional dos verbos e outros mais diretamente relacionado à concordância.

O primeiro quadro apresentado pelo autor sobre a flexão verbal no português popular de Alagoas e Pernambuco contém a conjugação do presente do indicativo das formas verbais consideradas modelo nos manuais de gramática normativa: louvar, dever e partir. Em tais formas, a flexão é a mesma observada por outros autores: uma que corresponde ao *eu* e outra ao *não-eu*, como demonstra a quadro abaixo:

	INDICATIVO		
	PRESENTE		
	1.a. conj.	2.a. conj.	3.a. conj
S.	Eu lóvo (louvo)	Eu dêvo	Eu parto
	Tu lóva	Tu déve	Tu parte
	Ele lova	Ele déve	Ele parte
P.	Nós lóva	Nós déve	Nós parte
	Vós lóva	Vós déve	Vós parte
	Eles lóva	Eles déve	Eles parte

Quadro 6: Conjugação dos verbos "louvar", dever e partir no presente do indicativo²³³

Fonte: MARROQUIM, Mário. *A língua do nordeste: Alagoas e Pernambuco*. São Paulo: Nacional, 1945, p. 123-124.

²³² O autor é testemunha *in loco* dos fatos por ele descritos "Nascido à margem do Jacuípe, no centro da zona da mata entre Pernambuco e Alagoas, desde a infância cantam-me ao ouvido as expressões dialetais. Estudar agora as suas formas, analisar as suas tendências é para mim um doce prazer, uma volta ao passado, tão confortadora e refrigerante como um banho debaixo das ingazeiras do meu rio natal." (MARROQUIM, 1945, p. 28)

²³³ O mesmo sistema flexional pode ser aplicado para o imperfeito do indicativo. No presente do subjuntivo, contudo, só existe uma forma verbal, segundo o autor (MARROQUIM, 1945, p. 125)

Para explicar o fenômeno observado, Marroquim utiliza a analogia como força motriz da expansão da simplificação, à qual o autor chama de "força niveladora". A explicação de Marroquim apóia-se na utilização dos recursos mínimos da gramática para a expressão dos elementos necessários à distinção das pessoas, que caberia quase que exclusivamente aos pronomes. Assim, podemos depreender da fala de Marroquim que a simplificação atingiu o nível da necessidade comunicativa e que tal simplificação difundiu-se no paradigma pela analogia.

Do ponto de vista do dialeto de Alagoas e Pernambuco, Marroquim aponta duas características sintáticas do português popular que particularmente nos interessam. A primeira está ligada à marcação da idéia de número apenas no primeiro determinante, fato que, segundo o autor, leva o falante a não passar o verbo para o plural. Como podemos ver, o autor acredita que a simplificação seja guiada pelo menor esforço ou pela opção da necessidade mínima, conforme podemos depreender de sua fala ao enunciar os seguintes exemplos:

Se perguntarmos a um matuto quantos filhos tem, ele responderá: *dôí*. Poderá porém acrescentar: *dois fio já dá trabaio munto*. (MARROQUIM, 1945, p. 113)

Além dessa característica, Marroquim aponta a concordância com o coletivo ou com substantivos com força de coletivos como uma característica peculiar ao português de Alagoas e Pernambuco. Para tal fato, o autor advoga, em primeiro lugar, a ligação com a herança clássica, citando exemplos de Camões. Posteriormente, serve-se de Leite de Vasconcelos e explica tal uso com base em um caráter psicológico, lógico ou resultado de uma interferência das faculdades mentais na regras da gramática.

O quadro da flexão verbal apresentado por Marroquim (1945) é semelhante a outros apresentados por pesquisadores que o sucederam em diversos períodos dos estudos da língua portuguesa do Brasil. No dialeto nordestino, contudo, verificamos a existência de formas diferenciadas para as segundas pessoas do singular e plural. Em relação à terceira pessoa do plural, tanto o estudo de Nascentes quanto o de Marroquim coincidem na afirmação de existência

de uma forma para marcar o plural a despeito da simplificação que se verifica nas outras formas.

5.4.1.5 Rosa Maria Assis Veado: o dialeto mineiro

Rosa Maria Assis Veado ocupa-se do dialeto de três comunidades rurais mineiras. Três distritos da cidade de Januária: Brejo do Amparo, Riacho da Cruz e Pedras de Maria da Cruz. A autora reconhece a existência da variação na aplicação da regra da concordância verbal no *corpus* analisado, relacionando dois sistemas de flexão verbal: o primeiro sistema flexional, mais geral, seria formado apenas por duas formas (P1) para o falante e (P2) que exclui a pessoa do falante²³⁴; o outro sistema flexional seria composto por quatro formas, incluindo-se as duas anteriores. Nesse segundo sistema flexional, apareceriam formas correspondentes a "nós" e a "eles/elas".

A autora apresenta um quadro da flexão de número e pessoa dos verbos portugueses empregados pelos falantes das três comunidades por ela analisadas, com base nisso a autora afirma que:

[...] foram registrados casos esporádicos nos quais o informante sai dos sistemas flexionais descritos para o dialeto rural e segue o paradigma das quatro pessoas conforme registrado no português coloquial por Pontes. (VEADO, 1982)

Como podemos ver, a autora apresenta um quadro de variação no dialeto popular de três comunidades mineiras, afirmando que as formas que não seguem o paradigma das duas pessoas são justamente aqueles referentes ao pretérito perfeito. A autora não explica a natureza dessa diferenciação, embora em nota de final de capítulo faça referência explícita a Naro e

²³⁴ Até onde sabemos, em estudo publicado em 1953, Kahane e Hutter enunciaram essa realidade ao afirmarem que "há duas subclasses da categoria de pessoa no português coloquial: o falante e o não-falante" (KAHANE; HUTTER, 1953, p. 39 apud PONTES, 1972, p. 68 *in fine*.) Aqui devemos ter bastante cuidado, já que o falante pode incluir-se no uso do nós (primeira pessoa do plural), assim, preferimos optar pela dicotomia o eu e o não-eu, para evitar essa interpretação.

Lemle que atribuem a tal fenômeno a ocorrência da ação da saliência fônica atuando com elemento condicionador da variação.

5.4.1.6 Mariza Costa Vilefort: a linguagem de Goiás

Em 1985, Mariza Costa Vilefort apresenta um estudo de um dialeto goiano, servindo-se da Teoria Gerativa, em uma de suas primeiras versões. Do ponto de vista metodológico, a autora afirma que seguiu o modelo proposto por Ada Natal Rodrigues. A autora analisa a fala de vinte informantes, em entrevistas e diálogos, de duração que varia de 15 a 75 minutos, perfazendo onze horas totais de gravação. Segundo a autora, "a escolha desses [informantes] obedeceu, até certo, ponto às normas consagradas em pesquisas dialetais. Dos vinte informantes, seis são mulheres (3 entre os 25 e 45 anos e 3 entre acima de 45 anos), quatorze são homens (2 entre os 25 e 45 anos e 12 acima de 45 anos). Todos são analfabetos (VILEFORT, 1985, p.16-17).

O município de Morrinhos, Goiás, na época da pesquisa possuía 37.435 habitantes, mas apenas 48% desse total moravam na sede do município, enquanto que a maioria da população residia na zona rural. A pesquisadora não escolheu os moradores do centro da cidade, dando preferência aos das áreas que circundavam a cidade de Morrinhos.

A maior preocupação da autora está em relacionar estruturas morfossintáticas e traços semânticos sem uma abordagem quantitativa. As observações que faz sobre a concordância tanto verbal quanto nominal apenas servem para introduzir uma série de exemplos que serão descritos, formalizados e generalizados. Em um desses momentos, Vilefort afirma que "mais de duas modificações no Verbo, como constituinte do SV (Sintagma Verbal), em concordância com o SN, Sujeito, ocorre muito raramente. Essas modificações se dão entre os NPess

(Nomes Pessoais)²³⁵." (VILEFORT, 1985, p. 70). Apenas citaremos os exemplos que concernem à pessoa alvo de nosso estudo:

Esi **mora** na cidade. (1)²³⁶ (VILEFORT, 1985, p. 70)
 Esi **morava** pertinho. (16) (VILEFORT, 1985, p. 70)
 Us minino **aparicia**. (2) (VILEFORT, 1985, p. 70)
 Esi **chegô**. (16) (VILEFORT, 1985, p. 70)
 Esi **vendeu** tudo. (18) (VILEFORT, 1985, 70)
 Esi num saiu (9) (VILEFORT, 1985, p. 70)
 Us pai **precisa** rezá. (15)(VILEFORT, 1985, p. 69)
 Esi **ajuda** nós.(12) (VILEFORT, 1985, p. 61)
 Esi **dividiu** u dinheru (4) (VILEFORT, 1985, p. 71)
 Esi **venderu** maderu. (15) (VILEFORT, 1985, p. 71)
 Esi **farejaru** aquilu. (17) (VILEFORT, 1985, p. 71)

Por se tratar de um estudo descritivo, a autora não apresenta explicação para as tendências verificadas no *corpus* analisado. Exemplos semelhantes ao de Vilefort foram encontrados por nós nos *corpora* do português popular do interior do Estado da Bahia.

5.4.2 Visão Sociolingüística

Os estudos sociolingüísticos no Brasil vão surgir no final da década de 70 do século passado e nas décadas seguintes vão tomando cada vez mais impulso, uma vez que a proposta teórico-metodológica ampliou o campo de visão sobre a realidade lingüística no Brasil. O método quantitativo ou laboviano abriu a possibilidade de comprovação sistemática dos fenômenos estudados. Na presente tese, uma ampliação do tema desenvolvido em 2003, vamos retomar a posição de Naro (1981), Guy (1981) e Vieira (1995), acrescentando a visão de outros estudiosos como Monguilhott (2002), Anjos (1997), Sousa (2004) e Oliveira (2005).

5.4.2.1 Anthony Naro: os primeiros estudos sociolingüísticos sobre a concordância verbal no Brasil.

²³⁵ Termo utilizado por Vilefort para designar o pronome pessoal (VILEFORT, 1985, p. 70)

²³⁶ O número entre parênteses refere-se ao informante.

Os estudos sociolingüísticos no Brasil tiveram como grande iniciador o trabalho desenvolvido por Anthony Julius Naro e Mirian Lemle que em 1977 trataram da concordância verbal a partir de um *corpus* constituído por 20 mobralenses, naturais da cidade do Rio de Janeiro. Os informantes foram distribuídos observando-se os seguintes fatores extralingüísticos: dos 20 informantes, 9 eram mulheres e 11 eram homens; 6 informantes possuíam, na época, mais de 40 anos enquanto 14 possuíam menos de 30. Os falantes foram entrevistados sete vezes a fim de se medir a influência do nível de formalidade sobre a utilização das regras de concordância.

Lemle e Naro (1977) controlaram as variáveis a partir da circunstância da entrevista, da posição do sujeito em relação ao verbo, da definição ou indefinição do sujeito e, por fim, da diferenciação fônica entre as formas do singular e das do plural. Portanto, os autores empregaram critérios estilísticos, estruturais, semânticos e morfológicos para comporem os fatores a serem investigados. Dentre os quatro fatores lingüísticos, dois foram selecionados como condicionantes na aplicação da regra de concordância: o caráter morfológico ligado à saliência fônica e a posição do sujeito em relação ao verbo. Os pesquisadores chegaram, portanto, à conclusão de que quantos menos saliente for a diferença entre a forma singular e sua correspondente paradigmática plural seria mais provável que a concordância não ocorresse e, logicamente, quanto maiores forem as diferenças entre o singular e o plural haveria tendência maior de ocorrência da aplicação da regra²³⁷. Do ponto de vista da posição do sujeito em relação ao verbo, a pesquisa de 1977 demonstrou que a categoria do sujeito posposto desfavorece a aplicação da regra de concordância, posição que os autores consideram menos saliente²³⁸.

Em 1981, Naro apresenta os resultados de uma pesquisa feita por ele com 17 estudantes do MOBREAL que, ainda, continuavam analfabetos e provinham de classes menos favore-

²³⁷ "[...] quanto menos saliente for a diferença entre singular e plural, mais provável será a falta de concordância." (LEMLE; NARO, 1977, p. 446)

²³⁸ "[...] a categoria desfavorecedora da concordância verbal é aquela em que o sujeito segue ao seu verbo, ou seja, a menos saliente. Neste caso, o elemento determinante da concordância segue ao elemento determinado, fazendo com que a falta de concordância seja menos óbvia." (LEMLE; NARO, 1977, p. 43-4)

cidas. A hipótese de Naro é de que a aplicação da concordância verbal é uma regra variável e que tal regra existe no português falado por pessoas de classes menos favorecidas, apresentando a tendência à não-aplicação da regra de concordância. Para o pesquisador

As variantes populares tendem a ocorrer mais freqüentemente na fala das classes socioeconômicas menos favorecidas, enquanto que as variantes padrões são encontradas mais freqüentemente na fala das classes mais favorecidas, no rádio, na televisão entre outros. (NARO, 1981, p. 64)²³⁹

Do ponto de vista metodológico, Naro distribuiu os 17 informantes (estudantes do MOBREAL) segundo o sexo e a idade. Com base nesses fatores, foram investigados 9 homens divididos em dois grupos: os de 16 a 20 anos e os de 37 a 45. Em relação às mulheres, o autor dividiu as oito informantes em outros dois grupos etários: as de 15 a 26 anos e as de 43 a 45 anos.

Metodologicamente foram excluídas do *corpus* ocorrências que contivessem verbos cuja forma de singular e plural não pudesse ser de fácil identificação. Da mesma forma, Naro excluiu as ocorrências de sujeito indeterminado uma vez que nelas não se podia identificar o sujeito e, logicamente, não se podia afirmar se havia entre eles uma relação de concordância.

Com base no princípio da tonicidade, as formas verbais foram divididas em dois grupos: não-acentuadas e acentuadas. Naro observa, ainda, que existe tendência acentuada de ocorrer a concordância verbal na terceira pessoa do plural quando as marcas de flexão número-pessoal aparecem na parte acentuada da forma verbal, nesse momento, segundo o autor, estaria operando o Princípio da Saliência Fônica.

Além desse fator que conjuga traços mórficos e fônicos, a pesquisa de Naro (1981) aponta para outro fator condicionante da aplicação da regra de concordância: a posição do sujeito em relação ao núcleo do predicado. O autor divide os dados segundo quatro situações posicionais. Na primeira posição, ficam as ocorrências em que o sujeito vem imediatamente anteposto. No entanto, Naro inclui na possibilidade de serem imediatamente antepostos situa-

239 "The popular variants tend to occur more frequently in the speech of the lower socio-economic levels, while the standard variants are found more frequently in the speech of the higher socio-economic levels, on radio and television, etc." (NARO, 1981, p. 64)

ções em que o núcleo do sujeito esteja separado do núcleo do verbo por até 5 sílabas de distância²⁴⁰. O autor chama de sujeito não-imediatamente anteposto as situações em que o sujeito é realizado antes do núcleo do predicado e afasta-se dele por mais de 5 sílabas de distância. Além dessas duas situações, o autor inclui como elemento de sua análise o sujeito posposto e o sujeito não-realizado. Naro não considerou em seu estudo os casos de sujeito retomado por pronome relativo nem considerou a distância entre o sujeito posposto e o núcleo do verbo.

Os dados da pesquisa levaram Naro a afirmar que as situações em que o núcleo do sujeito precede "imediatamente" o núcleo do verbo favorecem a aplicação da regra de concordância verbal no português popular. A pesquisa de Naro não deixa claro que elementos estruturais estariam determinando a menor frequência na aplicação da regra de concordância. Matos e Silva, por exemplo, observou em estudo realizado em 1998 que é comum no português arcaico a concordância por atração, isto é, a concordância que é feita não com o núcleo do sujeito, mas com um dos elementos formadores do sintagma nominal sujeito como um adjunto adnominal. Para explicar maior frequência na aplicação da regra de concordância no caso de sujeitos não realizados, o pesquisador advoga que tal fenômeno seja revestido de caráter funcional que estaria atuando em conjunto com a saliência fônica.

Como variáveis extralingüísticas, o autor apresenta três situações. A primeira está ligada ao lugar de origem do informante; a segunda refere-se ao sexo do informante e a terceira diz respeito à idade do informante. O autor concluiu que os fatores sociais não se mostraram muito relevantes para a análise da variação e mudança, mas houve uma tendência para aplicação da regra pelos informantes que provinham dos subúrbios, pelas mulheres e pelos mais velhos.

²⁴⁰ Vieira (1995) demonstra que medir a distância entre o sujeito e o núcleo do predicado pelo critério de número de sílabas, mesmo considerando-se a definição canônica de sílaba, afigura-se um problema, visto que nem sempre a sílaba "canônica" corresponde à sílaba efetivamente realizada devido a algumas situações peculiares à oralidade como intensidade enfática, pausa respiratória, entre outras situações.

De forma pioneira, Naro introduz em seu estudo a relação dos informantes com a televisão, meio de comunicação que aos poucos se universalizou no país e começou a ditar diversas modas e difundir valores das classes prestigiadas. O pesquisador observa que seus informantes tinham pouco interesse por novelas, o programa televisivo capaz de envolver por dias e meses seguidos a atenção do telespectador, justamente porque tinham dificuldade de acompanhar o enredo²⁴¹, mesmo assim, ao analisar o fenômeno, Naro considerou os informantes que viam novela como possuidores de orientação cultural vicária e os que não viam televisão de orientação cultural experimental.

Os dados de Naro demonstram que os falantes com orientação vicária tendem a aplicar a regra de concordância mais do que os de orientação experimental. Esse fato, sem dúvida, marca a influência que os meios de comunicação exercem no comportamento lingüístico do falante. Com base nisso, podemos afirmar que os dados de Naro apontam para um fenômeno lingüístico influenciado por um novo fator social, uma vez que a universalização da televisão é um fato recente na história do Brasil, além desse processo de universalização devemos observar que só a partir da década de 70 a linguagem das novelas bem como seu enredo passam a ser direcionados por um público crescente e que abrangia cada vez mais as populações pouco privilegiadas num processo de atuação gradual. Tal idéia de Naro está em consonância, por exemplo, com a expressa por Amaral (1920) e Cunha (1976), uma vez que tais estudiosos consideram que a fala popular com suas peculiaridades pode ser influenciada quer pelo contato direto com outros grupos quer pelo contato indireto com formas prestigiadas de outros grupos, como podemos ver na fala do próprio Cunha

Com o crescimento vertiginoso da cidade de São Paulo, a força irradiadora de sua norma lingüística, a exercer-se através da escola e dos poderosos meios modernos de comunicação, haveria de praticamente extinguir o característico falar (refere-se ao

²⁴¹ Essa realidade apontada por Naro (1981) pode ser perfeitamente justificada se verificarmos a história das telenovelas no Brasil. Segundo Lilian Schwarcz, a consolidação da novela como o gênero mais popular da televisão brasileira não se deu por acaso, mas foi fruto de uma mudança vinculada à própria linguagem televisiva. No início da televisão brasileira, por volta de 1950, os textos e os enredos eram elaborados com base no modelo do teatro e, portanto, estavam ligados à realidade social e política brasileira. Assim, a telenovela, no início de sua história no Brasil, ligou-se às classes privilegiadas.

dialeto caipira), hoje tornado curiosidade de artistas folclóricos. (CUNHA, 1976, p. 90; grifo nosso)

Já tivemos a oportunidade de reconhecer não só o pioneirismo de Anthony Naro na discussão da variação da concordância verbal no português brasileiro bem como de toda construção teórico-metodológica criada pelo autor para que pudéssemos discutir com precisão a questão da variação no português brasileiro, mas não podemos deixar de apontar dois pontos com os quais não concordamos com o eminente sociolinguista. Todos os dois pontos referem-se à mudança lingüística, residindo o primeiro na direção da mudança e o segundo na origem da mudança.

Anthony Naro (1981) advoga que no português popular do Brasil existe uma tendência progressiva à perda das flexões de número-pessoa e que tal tendência estaria prefigura no sistema lusitano e que, no Brasil, veio a acentuar-se. A etiqueta "drift" ou, na sua forma portuguesa deriva, tem sido utilizada para descrever tal tendência. O fenômeno de variação na concordância verbal no português popular do Brasil refletiria a deriva secular indo-européia que tende à simplificação. No nosso caso, tal simplificação teria se iniciado nos substantivos e em situações em que o final do vocábulo possuísse marcas menos salientes. Assim, as formas populares *virge* e *home* teriam sido originadas por força de uma tendência à perda da nasalização no português popular. Por conseguinte, a origem da perda de flexão dos verbos estaria na perda da marca de nasalidade de dadas formas verbais. O processo teria se estendido aos verbos, certamente, por meio da difusão lexical.

Naro, ainda, defende que a tendência simplificadora estaria presente no português lusitano tanto em sua fase atual quanto em sua realidade histórica e para tanto colige exemplos de variação na concordância no português rural e no português arcaico. Concordamos com Naro integralmente quanto à variação de concordância não ser exclusiva do português popular brasileiro, visto que, como tivemos oportunidade de demonstrar no latim arcaico, no clássico e no vulgar, temos exemplos de registro de variação na concordância ou de concordância realizada

sobre outras condições, como no caso da concordância *ad sensum* e na concordância por atração. Em relação ao português arcaico, também, concordamos com o eminente estudioso visto que algumas tendências já existentes no latim perduraram naquela fase da língua portuguesa, no entanto, o que não conseguimos compreender é como no Brasil a variação da concordância, em especial a não-aplicação da regra, tenha chegado ao nível verificado em nossas pesquisas, a ponto de, no caso de Cinzento, atingir apenas 13% de 927 ocorrências.

Naro e Scherre (2000) em pesquisas posteriores vão reanalisar as tendência de mudança e verificar que no português do Brasil existem diversos fluxos, havendo tendências para a perda da flexão, para aquisição e para variação estável.

5.4.2.2 Gregory Guy: concordância no português popular e evidências da ação do contato.

Gregory Guy pode ser considerado um dos primeiros estudiosos a contribuírem no Brasil para a sedimentação do aparato quantitativo a ser usado nas análises variacionistas desenvolvidas desde a década de 70 do século passado. Segundo Martha Scherre, foi durante "a execução desse projeto [o *Competências Básicas do Português*] esteve no Brasil o pesquisador Gregory Guy, que atuou como assessor na parte variacionista e, conseqüentemente, no uso dos programas computacionais para a análise quantitativa dos dados" (SCHERRE, 1996, p. 29). Anos mais tarde, o pesquisador iria desenvolver um estudo variacionista que reacenderia a polêmica sobre a origem crioula do português popular do Brasil.

Guy (1981) reconhece que há entre o português popular e o português culto diferenças que poderiam ser explicadas com base em duas hipóteses. A primeira estaria ligada à natural transformação por que passam as línguas, cujas estruturas vão se modificando na boca da povo, mas tendem a se conservar na boca dos cidadãos mais educados. Guy considera tal hipóte-

se "a mais simples" e propõe como alternativa para tal questão a possível origem crioula do português popular do Brasil, influenciado principalmente pelo contato no período colonial entre falantes do português europeu e falantes de línguas africanas. Em momento posterior, o autor reconhece que há diferenças estruturais entre o português popular e os crioulos típicos (GUY, 1981, p. 350) e tal diferenciação pode ser fruto de processos diferentes de descrioulização ou de contato com a língua padrão. O autor aponta a redução na morfologia verbal como evidência marcante do processo de criouliização ocorrido na formação do português popular do Brasil. O que se depreende do pensamento de Guy não é somente a possibilidade da criouliização, mas também a emergência do processo de descrioulização através do qual a língua popular tenderia a recuperar elementos perdidos no momento da aquisição, pendendo para a língua culta.

Com base no *corpus* do Projeto *Competências Básicas*, Guy analisa a fala de 20 informantes (9 mulheres e 11 homens) com idades que variam entre 16 e 54 anos. Os informantes faziam, na época, parte do MOBREAL e estavam em fase inicial de alfabetização ou letramento. Eles representavam uma amostra das classes trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro e da classe baixa do ponto de vista sócio-econômico.

Ao tratar do problema da concordância no português popular, considerando que esse seja um dos traços mais fortes que relaciona o português popular do Brasil às línguas crioulas, por exemplo, as do Caribe, o autor considera, com base na fala carioca, a existência de apenas duas pessoas verbais, o eu e o não-eu²⁴². Gregory Guy vai seguir os critérios semelhantes ao de Naro (1981) na escolha das variáveis explanatórias. Os dados analisados por Guy levam-no a concluir que, em construções oracionais com sujeito não-realizado, os 20 falantes cariocas tendem a marcar o sujeito com flexão de plural como forma de manter a oposição entre o singular, constituindo-se, na opinião do autor, uma estratégia funcional para se evitar a opacida-

²⁴² "namely First Person, and Nonfirst Person (GUY, 1981, p. 234).

de no discurso. Além disso, os dados revelam que a fala do entrevistador pode influenciar a fala do entrevistando, levando-o a fazer mais concordâncias. Para tal situação, Guy (1981, p. 248) encontra como justificativa a estratégia da simples cópia ou da repetição do verbo da pergunta. Ao tratar da posição do sujeito, os dados da pesquisa demonstram que o sujeito imediatamente anteposto favorece a aplicação da regra de concordância (.67), possuindo menor índice de frequência a posposição do sujeito ao verbo (.32). O pesquisador observa, de mesma sorte, que a probabilidade da ocorrência da regra aumenta à medida que aumenta a marcação do plural no sujeito. Existe maior probabilidade de que ocorra concordância verbal quando o sujeito for pluralizado (.67) contra (.34) se uma das palavras do sujeito não for pluralizada.

Ao contrário de Naro (1981), Guy não acredita que no português popular do Brasil estejamos vivendo uma situação que tenda para a perda das marcas de concordância, mas para a paulatina aquisição das marcas. O autor utiliza, então, o princípio da saliência fônica para demonstrar a veracidade dessa afirmação.

Em relação às variáveis extralingüísticas, Guy encontra como relevantes três situações: o estilo (casual ou cuidado), sexo do informante e faixa etária (adolescentes, jovens adultos e adultos).

Os resultados de Guy apontam para um processo de mudança em curso em direção à aquisição das marcas de concordância. As mulheres tendem a seguir a norma de prestígio, visto que são mais sensíveis às pressões das classes mais privilegiadas. Os adolescentes, na definição do autor, apresentam maior tendência à aplicação da regra, demonstrando um estilo cuidado ou mais monitorado consciência da existência de uma forma prestigiada de falar.

Após analisar evidências históricas sobre a presença de africanos no Brasil e sua importância na formação sócio-histórica de nosso país, Guy é categórico em afirmar que:

Um padrão de variação de concordância dependente da saliência da oposição singular-plural é exatamente o que se esperaria encontrar em uma população descrito-

zante, que tem mudado de um suposto padrão proto-crioulo de não concordância em direção ao padrão *standard* de concordância categórica.²⁴³ (GUY, 1981, p. 296)

Os dados de Guy vêm corroborar com nossa afirmação de que inexiste na história da língua portuguesa flutuação na concordância como se verifica no português do Brasil, assemelhando-se, contudo com os casos de línguas crioulas. Dados colhidos por nós na zona rural do Estado da Bahia aproximam-se mais da realidade dos crioulos de base portuguesa.

5.4.2.3 Constância Maria Borges de Souza: concordância num dialeto baiano.

Devemos a Constância Maria Borges de Souza (1981) o primeiro estudo sistemático e particular sobre a concordância verbal²⁴⁴ no dialeto baiano. A pesquisadora continuaria abordando o mesmo tema ao longo dos anos, apresentando estudos em congressos e seminários. A primeira abordagem feita por Souza foi orientada por Néelson Rossi.

A pesquisadora parte da análise anteriormente feita por Lemle e Naro (1977) considerando que "a regra de concordância sujeito-verbo vem passando por um processo de mudança, isto é, sofrendo um processo de extinção gradativa." (SOUZA, 1981, p. 19). Ao analisar o fenômeno da concordância como variável, Souza procura demonstrar que a perda das marcas é uma tendência verificável no português brasileiro, e em algumas situações, tal tendência começa a acentuar-se. Para tanto, serve-se a autora de dois critérios que lhe guiam a metodo-

²⁴³ "A varying rate of agreement dependent upon the salience of the singular-plural opposition is exactly what we would expect to find in a decreolization population which has moved part-way from the (presumed) prot-creole pattern of no agreement, toward the standard pattern of categorical agreement."

²⁴⁴ Anteriormente, J.M.A. Freitas tratou da concordância verbal, no entanto, não partiu de um *corpus* oral como fez Souza, senão um *corpus* escrito, já que estudou a "Ortografia gramatical: concordância verbal em número em redações dos alunos de 5ª série do 1º grau" em 1979. Por essa razão, consideramos o trabalho de Souza o primeiro, já que se refere exclusivamente à língua oral, como os outros estudos.

logia e a linha de observação: a classe morfológica e a posição superficial do sujeito. Souza afirma que seu estudo é essencialmente de natureza descritiva e estrutural.

Como *corpus*, Souza analisa a fala de informantes cultos, em situações de diálogo em que figuram um informante e um documentador. Seleciona, ainda, falantes que tenham de 36 a 55, num total de 57 inquéritos organizados em função da variável sexo do Projeto NURC/SSA.

A pesquisadora concluiu que a concordância verbal no português culto baiano encontra-se em variação, podendo-se observar que a aplicação da concordância segundo "a norma gramatical preconizada vigente" (SOUZA, 1981, p. 79) ocorre em casos em que "o sujeito estava presente e/ou quando as formas verbais P3 e P6 eram morfológicamente mais diferenciadas entre si." (SOUZA, 1981, p. 79). Além disso, Souza concluiu que

o que parece inibir a aplicação da regra de concordância é a variável classe morfológica das formas ocorridas que apresentam baixo grau de distintividade fônica em P3 e P6, quanto à posição do sujeito em relação ao verbo (sujeito anteposto), não haveria a inibição referida. (SOUZA, 1981, p. 80)

Em 2002, Souza iria retomar o estudo da concordância na cidade de Salvador, agora tomando como *corpus* os diálogos do Projeto PEPP/SSA. Nesse estudo, a autora diz ter analisado 24 inquéritos, considerando-se a faixa etária do informante (de 15 a 24 e de 45 a 55), o sexo do informante, distribuídos em dois níveis de escolaridade, o fundamental e o médio. Em 2004, Souza reuniu em um só estudo dados do português culto e do português popular ao elaborar o artigo *A concordância verbal: a relevância das variáveis lingüísticas e não-lingüísticas*. Nele, Souza apresenta dados de inquéritos do PEPP/SSA conjugados ao NURC/SSA, comparando seu estudo ao de Lopes (2001) e Naro-Scherre (1997). Considera a autora as variáveis extralingüísticas escolaridade, faixa etária e sexo. No nível estrutural, eleger a saliência fônica como alvo de sua interpretação naquele momento.

Os resultados de Souza apontam para a consonância com alguns estudos relacionados acerca do português do Brasil. Considerando apenas falantes urbanos e com escolaridade fun-

damental (1 a 5 anos), média (11 anos) e universitária (no mínimo de 15 anos), a autora afirma que o nível de escolaridade influencia a aplicação da regra e que o índice de aplicação tende a aumentar à medida que aumenta a idade e o nível de escolaridade. O índice de concordância no nível fundamental verificado pela autora é de 50% (.31) para os homens e cerca de 48% (.16) para as mulheres.

Souza concluiu que seus resultados "estão em sintonia quanto à concordância no Português do Brasil". (SOUZA, 2004, p. 546). Certamente, deve referir-se ao fato de estar havendo a perda da flexão no meio urbano.

5.4.2.4 Sílvia Rodrigues Vieira: a concordância verbal em dialetos rurais norte-fluminenses

Sílvia Rodrigues Vieira em 1995 apresenta os resultados de sua investigação sobre a concordância verbal no português popular do Brasil. A pesquisadora elege como ponto de investigação o fenômeno da não-aplicação da regra de concordância, considerando a não-concordância como traço inovador presente no português brasileiro. No entanto, os resultados da pesquisa apresentam não uma realidade de perda das marcas de flexão no sintagma número-pessoal, mas sim de aquisição das marcas, considerando fatores lingüísticos e extralingüísticos, discutidos ao longo da dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Vieira demonstra consciência de que é necessário estudar o "ambiente físico" dos falantes a fim de podermos caracterizar os processos históricos e sociais responsáveis pela formação do vernáculo das comunidades.

O estudo realizado por Vieira (1995) procurou investigar o índice de não-aplicação da regra de concordância verbal na terceira pessoa do plural na fala de pescadores do norte flu-

minense. Foram pesquisadas 12 comunidades de pescadores e analisados 72 inquéritos, sendo encontradas 2252 ocorrências. Os informantes, todos homens, possuíam pouca escolaridade ou eram analfabetos, não realizaram longas viagens nem viveram mais de três anos fora da comunidade. A pesquisadora considerou três faixas etárias: a primeira formada por informantes entre os 18 a 35 anos, a segunda formada por informantes de 36 a 55 anos e a terceira formada por informantes de 56 a 70 anos.

Vieira elege dez fatores lingüísticos, mas o IVARB selecionou apenas quatro, a saber: a saliência fônica, o paralelismo no nível clausal, o paralelismo no nível discursivo e a posição do sujeito em relação ao verbo. Ao tratar da saliência fônica, Vieira concluiu que os índices de não-concordância estão relacionados ao material fonético envolvido e à acentuação tônica da desinência número-pessoal. Além disso, a pesquisadora defende a idéia de que se não houver paralelismo dentro do sintagma haverá maior tendência à não-aplicação de regra de concordância.

Os dados de Vieira apontam para uma tendência de não-aplicação da regra de concordância no verbo quando entre os elementos do sujeito não houver concordância. Vieira explica tal situação recorrendo à idéia de que "marcas levam a marcas" e "zeros levam a zeros". Estaria atuando nesse caso um fato psíquico em que há retenção da estrutura na mente do falante, levando-o a repetir informações posteriores, mantendo, portanto, as estruturas em paralelo. Em relação ao paralelismo discursivo, Vieira observa que estruturas pluralizadas no discurso tanto do informante quanto do documentador podem produzir estruturas semelhantes, isto é, a presença de formas pluralizadas leva a ocorrência de outras formas também pluralizadas.

Além disso, a pesquisadora verifica qual a influência do discurso precedente do informante sobre seu próprio discurso da mesma forma em que observa a influência do discurso do documentador no discurso do informante.

Os dados revelam as seguintes tendências:

(1) Verbos precedidos com marca formal de plural explícita apresentam baixa tendência à não-concordância; (2) verbos precedidos de verbos com marca zero de plural explícita ou de 3.a. pessoa do singular de mesma forma apresentam tendência à não-concordância; (3) a manutenção do referente não constitui condição para a efetivação do efeito paralelístico; (4) a mudança de referência associada à mudança do discurso de um interlocutor para o do outro inibe o efeito paralelístico. (VIEIRA, 1995, p.100)

A pesquisa de Vieira aponta para uma maior tendência ao cancelamento da flexão de número e pessoa no verbo quando o sujeito lhe sucede. Os casos de sujeito posposto, diz a autora, apresentam os maiores índices de não aplicação contra aqueles casos em que o sujeito vem anteposto.

Em relação à faixa etária, Vieira observa que os informantes com mais de 56 anos tendem à não-aplicação da regra de concordância. A esse respeito a autora nos informa que:

Os índices relativos à não-concordância, expostos na tabela 13, contrariam a hipótese inicial deste trabalho, que pressupunha que os informantes mais velhos se serviriam da variante considerada mais conservadora – a concordância –, enquanto que os mais novos adotariam a variante mais inovadora – a não-concordância. Ocorre que os resultados da pesquisa atestam que os informantes mais jovens apresentam menor probabilidade de não-concordância, ao passo que os mais velhos apresentam maior tendência à não-concordância[...]. (VIEIRA, 1995, p. 105)

Vieira reconhece que o ambiente físico é importante na caracterização do dialeto de uma comunidade e concorda que fatores, por exemplo, o desenvolvimento de atividades diferenciadas produz a evolução econômica que, por sua vez, amplia as relações dentro e fora da comunidade. A pesquisadora descreve duas realidades nas comunidades estudadas: uma constituída por pequenos vilarejos com reduzido comércio, uma igreja e algumas casas, situação típica de comunidades rurais; outra modificada pelo acesso de turistas e veranistas, apresentando um desenvolvimento "desordenado". A autora diz ter pouco conhecimento da história de tais comunidades, fator que, segundo ela, seria muito importante para ajudar a analisar os fenômenos lingüísticos observados. Do pouco que se sabe da história das comunidades, Vieira nos informa que *Ponta Grossa dos Fidalgos* é a comunidade mais antiga e manteve-se isolada de Campos. Tal situação pode ser verificada, ainda, em comunidades como *Barra de Itabapo-*

ana, São João da Barra e Atafona cujos núcleos de povoamento remontam o século XVI. Entre as três, *Atafona* apresenta o maior índice de não-aplicação da regra de concordância. *Itaocara* apresenta o menor índice de não-concordância e seus colonizadores procedem de *São Fidelis*, uma comunidade constituída no século XVIII. Com relação aos relatos sobre as comunidades do norte-fluminense nós já tivemos oportunidade de declarar que:

Vieira questiona-se sobre o que estaria levando os mais jovens a aplicarem mais a concordância do que os mais velhos. Com os dados fornecidos por Vieira, podemos ver que a comunidade de Atafona é uma das mais antigas e se originou de núcleos de povoados do século XVI e Guaxindiba é uma das comunidades isoladas apontadas pela autora. Dessas duas observações podemos deduzir que os falantes dessas duas comunidades podem ter adquirido o português de forma defectiva e esse fato explicaria a maior frequência de não-aplicação da regra de concordância. Vieira mostra-se visivelmente incomodada com a alta frequência de não-concordância entre os mais velhos e com a aplicação da regra entre os mais novos. Ela se questiona se os jovens estão mantendo contato com os turistas e veranistas, ou se vêem televisão ou praticam esportes e participam de atividades culturais coletivas. Tudo isso revela que a hipótese do traço conservador levantado pela autora não se aplica à situação estudada, já que os sinais de contato exterior são provas cabais de inovação. (SILVA, 2003, p. 153)

A realidade apontada por Vieira foi por nós verificada ao compararmos três comunidades afro-brasileiras, considerando-se o histórico de formação e o grau de isolamento. Em nosso estudo, a comunidade que apresentava maior isolamento de outros grupos, Cinzento, apresentou o menor índice de concordância verbal, já que sua situação quilombola forçava-a a manter distância de outros grupos, mantendo a coesão da comunidade até pela endogamia. As comunidades afro-brasileiras de Barra e Bananal, por outro lado, tornaram-se atração turística, já que pertencem à cidade histórica de Rio de Contas. O contato com outros grupos não só favoreceu a economia, mas também levou seus habitantes a manterem contato com outras formas lingüísticas vistas como próprias das cidades. Em ambas as comunidades, são os jovens que apresentam maior índice de concordância, visto que eles são os que mais se deixam influenciar pelos valores externos aos grupos a que pertencem. cremos que tal situação deva ser aplicada à realidade vivida pelos pescadores do norte-fluminense. Vieira crê que o alto índice de não-aplicação encontra do em Itaocara²⁴⁵ (percentualmente 87% de não-aplicação)

²⁴⁵ Itaocara (RJ) e Cinzento (BA) possuem índice idêntico de concordância

se deva ao afastamento dessa comunidade em relação ao litoral e que os altos índices verificados em Guaxidiba e Atafona estejam ligados ao isolamento histórico verificado naquelas localidades.

Os resultados da investigação de Vieira não concordam com a hipótese da deriva, já que a tendência verificada pela autora é de aquisição e não de perda das marcas de flexão, fortalecendo, assim, a visão bipolarizada do português brasileiro, conforme apontou Lucchesi (1998)

5.4.2.5 Sandra Espínola dos Anjos: a variação na concordância verbo-sujeito na fala de pessoenses

Em 1999, Anjos focalizou a variação na concordância verbal na terceira pessoa do plural na fala de pessoenses. A pesquisadora utiliza o *corpus* do Projeto Variação Lingüística no Estado da Paraíba (VALPB), analisando a fala de 60 informantes, naturais da cidade de João Pessoa (PB), agrupados por sexo (masculino e feminino), em três faixas etárias (de 15 a 25 anos, de 26 a 49 anos e mais de 50 anos). Anjos investigou o índice de concordância, considerando, também, a variável escolarização, dividindo seus informantes em cinco grupos (os sem escolarização, os que possuem entre 1 a 5 anos, os que possuem de 5 a 8 anos de escolarização, os que possuem de 9 a 11 anos de escolarização e os que possuem mais de 11 anos). Como variáveis lingüísticas, Anjos (1999) considerou a saliência fônica, o paralelismo oracional, o paralelismo discursivo, a presença bem como a posição e distância do sujeito e, por fim, a animacidade do sujeito.

Nos 3034 dados obtidos pela pesquisadora, constatou-se que o índice percentual de concordância na capital de João Pessoa foi de 54%. Considerando-se apenas os analfabetos e os poucos escolarizados, o índice foi de 30% (.26)²⁴⁶ e 35% (.34) respectivamente. Entre os falantes cultos (mais de 11 anos de escolarização), o índice percentual de concordância chegou a 74% (.69). A variável escolarização foi considerada a mais significativa pelo Programa que após a selecionar indicou como relevantes a saliência fônica, o paralelismo discursivo, o paralelismo funcional, a presença, posição e distância do sujeito, a faixa etária e a animacidade. A análise dos dados permitiu Anjos concluir que

Em se tratando da concordância verbal na comunidade pessoenses, os dados revelam três linhas – perda, aquisição e manutenção das marcas. Pode-se voltar ao cruzamento entre escolaridade e faixa etária, já apresentado, que revela um padrão de aquisição por parte dos jovens, perda por parte dos adultos e manutenção da marca, com os mais jovens e os mais velhos usando as formas marcadas. (ANJOS, 1999, p. 133 – 134)

Quando trata da saliência fônica, Anjos concluiu que "as formas verbais foneticamente mais salientes e que se enquadram no nível de oposição acentuada, apresentando também maior diferenciação material, mostram um alto índice de retenção de plural na relação verbo-sujeito de 3.a. pessoa." (ANJOS, 1999, p. 79).

Ao estudar o paralelismo tanto discursivo quanto oracional com base nos estudos de Scherre (1988) e Scherre–Naro (1991), a pesquisadora concluiu que "marcas conduzem a marcas e zeros conduzem a zeros, pois os verbos que apresentam formas verbais anteriores marcadas tendem a reter a marca (.64 e .71)" (ANJOS, 1999, p. 87). A situação que mais favorece a retenção das marcas está associada à influência da fala do documentador no discurso do informante, já que em 17 ocorrências em que a fala do documentador poderia influenciar diretamente a fala do informante 10 (59%) apresentam a marca de concordância, com peso relativo de (.79)

²⁴⁶ Refere-se ao peso relativo do fator variável encontrado pela pesquisadora.

Ao tratar do paralelismo oracional, Anjos concluiu que a concordância é favorecida pela

[...] presença de marca no último elemento do SN com ou sem preposição (.56/.61), enquanto que as formas não marcadas do SN desfavorecem a concordância (.17/.24). As formas que incluem numeral ficam em uma posição intermediária entre os mais e os menos marcados (.34). As formas neutralizadas (.58) têm um efeito semelhante às formas precedentes marcadas. (ANJOS, 1999, p. 100)

Os dados da pesquisa revelam que os sujeitos ocultos com referência distante favorecem a aplicação da regra de concordância. Os casos de sujeito posposto desfavorecem a aplicação da regra. Os casos de sujeito oculto e sujeito imediatamente anteposto e anteposto separado por um a quatro sílabas apresentam resultado semelhante. Segundo Anjos, os dados confirmam a tendência de que o sujeito oculto favorece a marca de concordância, uma vez que a concordância nessa situação não seria redundante, portanto, necessária à marcação da oposição entre as formas singular e plural. A autora, ainda, concluiu que a posição anteposta e mais próxima do SN sujeito em relação ao verbo é mais favorável à presença da concordância sujeito-verbo de terceira pessoa do plural, pois "apresenta-se em uma posição típica, canônica e mais saliente" (ANJOS, 1999, p. 118).

Ao controlar o fator animacidade, Anjos concluiu que "pode-se afirmar que o traço [+humano], freqüentemente caracterizado como agente da oração, e, por conseguinte, mais saliente, é o que de forma geral, mais favorece a concordância verbo-sujeito, na comunidade sob estudo" (ANJOS, 1999, p. 116). Em termos de peso relativo, os sujeitos com traço [+humano] tendem a levar os verbos ao plural numa proporção de .51 contra .42 nos casos de sujeito com traço [-humano].

Quando trata das variáveis extralingüísticas, Anjos considera que em seu estudo o programa VARBRUL selecionou as variáveis "anos de escolarização" e "faixa etária".

É possível verificarmos que o nível de concordância cresce à medida que aumenta o nível de escolarização. Anjos procura, ainda, considerar a variável sexo, concluindo que entre

aqueles que não possuem nenhum ano de escolaridade, as mulheres apresentam índice menor de concordância do que os homens. E outro extremo encontram-se as mulheres que possuem mais de onze anos de escola e são essas as que apresentam índice maior do que os homens no mesmo nível de formação. Após fazer cruzamentos com a variável sexo, idade e anos de escolarização, a autora concluiu que:

A perda da marca de concordância pode ser detectada entre os falantes de 15 a 25 anos com nenhum ano de escolarização, que apresentam um peso relativo de .18 e, que se comparando ao dos falantes de 26 a 49 anos (0,21), registra uma pequena diferença de 0,03, e em relação aos falantes com mais de 50 anos (0,29) uma diferença de 0,11. Ao contrário desses, os falantes com 1 a 4, 9 a 11 e mais de 11 anos de escolarização apresentam um padrão de aquisição de marcas, pois são os jovens, dessas faixas de escolaridade, que apresentam pesos relativos mais altos (0,40 jovens/0,32 adultos/0,29 mais velhos [1 a 4 anos de escolarização]), (0,77 jovens/0,63 adultos/0,49 mais velhos [9 a 11 anos de escolarização]), (0,78 jovens/0,59 adultos/0,65 mais velhos [mais de 11 anos]). Já os falantes com 5 a 8 anos de escolarização apresentam um padrão de manutenção de marcas, pois os falantes mais jovens (0,47) e os mais velhos (0,61), ao contrário dos adultos (0,32), usam mais as formas marcadas. (ANJOS, 1999, p. 127)

A autora concluiu que na comunidade de João Pessoa, considerando-se a variável faixa etária, podem ser verificadas a aquisição das marcas pelos jovens, a perda da marca pelos adultos e a manutenção das marcas por jovens e velhos. Segundo a pesquisadora, tal situação pode se explicada pela penetração na comunidade de fala de uma forma inovadora (a ausência da concordância), a aquisição da forma de prestígio (a presença da concordância) e a manutenção de tal forma. Assim, diz a autora, os dados de João Pessoa estão em consonância com os de Naro e Scherre que constatarem que "algumas pessoas podem estar num processo de variação estável, outras num processo de aquisição e outras num processo de eliminação da forma" (ANJOS, 1999, p. 134). As mulheres mais jovens apresentam o maior peso relativo de concordância (0,58) e as mulheres na faixa intermediária apresentam os menores pesos relativos de concordância (0,41). No *corpus* de João Pessoa, a autora concluiu que os homens são os responsáveis por usar as marcas de prestígio.

5.4.2.6 Isabel de Oliveira e Silva Monguilhott: variação na concordância verbal na fala de florianopolitanos

Isabel Monguilhott analisa a fala de moradores da comunidade de Florianópolis, cidade de origem açoriana, em amostras pertencentes ao Banco de Dados do Projeto Interinstitucional Variação Lingüística Urbana na Região Sul (VARSUL). São analisadas 24 entrevistas de informantes estratificados em sexo, idade (15 a 24 anos, 25 a 45 e 52 a 76 anos) e nível de escolaridade (4 anos e 11 anos). Foram encontradas pela pesquisadora 1583 ocorrências, contendo no total 1251 formas verbais com marca de concordância, isto é, 79% do total das ocorrências analisadas. Do ponto de vista lingüístico, foram controladas as variáveis: posição do sujeito, traço humano no sujeito, tipo de sujeito, tipo de verbo, material interveniente e paralelismo formal.

Ao analisar a saliência fônica, a pesquisadora concluiu que a oposição acentuada favorece a presença de marcas explícitas de plural nos verbos, "contrária à oposição não-acentuada com maiores probabilidades de marcas zero de concordância". (MONGUILHOTT, 2002, p. 194). As formas verbais do tipo "tá/tão e vai/vão" atingiram o maior índice de peso relativo de concordância .88 enquanto que as formas "conhece/conhecem, vive/vivem e sabe/sabem chegaram apenas a .02.

Em relação à variável posição do sujeito, Monguilhott verificou que existe mais probabilidade de haver concordância verbal quando o sujeito vier anteposto ao verbo, ocorrendo a concordância em 84% dos casos com peso relativo de (.58).

Ao tratar do paralelismo formal, a pesquisadora, afirma que "quando último ou único elemento do SN apresenta marca explícita de plural, o verbo também apresentou mais tendência à pluralização, como peso relativo de .54." (MONGUILHOTT, 2002, p. 200). A autora, ainda, concluiu que "o fator presença zero no último elemento favoreceu o não-aparecimento da forma plural no verbo, com .32 de peso relativo." (MONGUILHOTT, 2002, p. 200)

A pesquisadora, também, analisa a importância do traço humano no sujeito e, com base nos dados, concluiu que "quando a sentença possuía um SN [+ humano] a probabilidade à concordância verbal foi maior (. 55) do que em sentenças com SNs [-humano] (. 28)" (MONGUILHOTT, 2002, p. 202).

Em relação ao tipo de verbo, a autora concluiu que os verbos inacusativos foram os que menos favoreceram a concordância com peso relativo de (. 39). Os verbos copulativos, no entanto, apresentaram maior índice de favorecimento à concordância (. 63).

Em relação à variável tipo de sujeito, a pesquisadora chegou à seguinte conclusão:

A categoria pronome pessoal + pronome demonstrativo apresentou maior tendência à aplicação da regra de concordância verbal (.59). Em seguida, temos o SN+pronome relativo (que) favorecendo a marcação de plural nos verbos (.47). Observamos também que as formas SN pleno simples + SN pleno nu apresentaram uma menor probabilidade de marcas de concordância, com .45 de peso relativo. O fator quantificador + pronome indefinido (.22) e SN pleno composto (.18) foram os que mostraram uma maior tendência a exibir marcas zero de plural nos verbos. (MONGUILHOTT, 2002, p. 210)

Ao controlar a variável escolaridade, Monguilhott confirma sua hipótese de que os indivíduos que passaram pelo processo normatizador da escola são aqueles que tendem ao uso da variante explícita de plural nos verbos. Além disso, a pesquisadora pôde verificar que os informantes mais velhos e os mais novos apresentaram comportamento semelhante, tendendo à marcação do plural nos verbos, contrapondo-se aos informantes de meia-idade. Ao cruzar a escolaridade com a idade, a autora chegou à conclusão de que entre os poucos escolarizados (com 4 anos de escolarização) são os mais jovens que apresentam maior frequência na concordância verbal.

Em relação aos falantes com 11 anos de escolarização, a pesquisadora verificou que os mais velhos são os que apresentam o maior índice de concordância. A autora concluiu que a entre os falantes mais jovens e os mais velhos, a escolaridade é um fator determinante na aplicação da regra de concordância.

Embora a variável sexo não tenha sido selecionada pelo programa VARBRUL, a pesquisadora conclui pela análise dos resultados que as mulheres apresentam maior probabilidade

de aplicação da regra de concordância, uma realidade constante em todas as três faixas etárias. No entanto, ao cruzar os dados de sexo do informante com a variável escolaridade, autora concluiu que "os homens com quatro anos de escolarização apresentam maior tendência ao uso de marcas de concordância (.47) do que a apresentada pelas mulheres (.41)." (MONGUI-LHOTT, 2001, p. 64).

5.4.2.7 Marian dos Santos Oliveira: um estudo da concordância verbal em Vitória da Conquista

A pesquisadora Marian dos Santos Oliveira (2005) centra-se em seu estudo no *corpus* constituído por falantes da cidade de Vitória da Conquista – BA. Em sua amostra, a pesquisadora reúne falantes de três níveis de escolaridade: fundamental, médio e universitário. Em 3.200 ocorrências, a autora encontrou 51% de concordância na terceira pessoa do plural ou seja 1.639 ocorrências com marcas de concordância entre o sujeito e o predicado. Para a autora, a concordância verbal na terceira pessoa do plural no dialeto de Vitória da Conquista estaria em variação estável, mas “se existe uma tendência na comunidade lingüística pesquisada, essa tendência seria a de no futuro termos uma situação de mudança para um paradigma flexional verbal que resgata essa marca SNP[...]” (OLIVEIRA, 2005, p. 147). Oliveira pressupõe que exista na comunidade de fala pesquisada uma tendência que contrarie a maioria das pesquisas realizadas no Brasil, uma vez que prevê que no futuro a presença das marcas será mais freqüente do que hoje ela observou.

A pesquisadora aponta a saliência fônica como o fator de maior relevância para a presença da marca de plural nos sintagmas verbais analisados. Segundo ela, o ambiente lingüístico de maior saliência seria aquele em que a oposição singular/plural seria marcada pela “a-crecimento e mudança de raiz, que pode ser completa ou não” (OLIVEIRA, 2005, p. 104). Por outro lado, o ambiente de menor saliência seria aquele em que a oposição singular/plural esta-

ria sendo determinada pela “oposição entre vogal oral e nasal e ditongação quando o verbo tem, na terminação, vogais médias anteriores” (OLIVEIRA, 2005, p. 104).

Ao tratar da “realização, posição e distância do sujeito na oração”, Oliveira concluiu que o contexto lingüístico que mais favorece o aparecimento de formas plurais concordando com o sujeito é aquele em que podemos observar a anteposição imediata do sujeito. Tal tendência pode ser verificada, também, nos casos em que a anteposição não é imediata, mas há uma distância de no máximo três sílabas entre o sujeito e o verbo. Para a autora “[...] quanto mais distante o sujeito do verbo, maiores serão as chances da sua neutralização.” (OLIVEIRA, 2005, p. 109). O fator que apresentou menor índice de aplicação da regra de concordância foi o sujeito posposto ao verbo, enquanto que o sujeito “referencial, não realizado” foi o terceiro fator favorecedor da concordância.

Com relação ao fator constituição do sujeito, Oliveira, com base nos dados de sua pesquisa, afirma que

Tratando-se de SNs pronominais, os dois extremos são: o pronome do caso reto/pronome sujeito que leva à concordância explícita (eles mataM os bandido), em oposição ao pronome indefinido (alguns a toda hora), que leva à marca zero. No caso de SNs com substantivos, a sua influência na concordância está relacionada à junção de algum elemento que funcione como seu determinante dentro do sintagma. Por exemplo, quando o SN é formado de substantivo simples, sem um determinante, verificou-se uma tendência à marca zero de flexão. (OLIVEIRA, 2005, p. 146)

Se observarmos o tratamento dado ao pronome relativo, vamos concluir que esse fator está entre um dos três que desfavorecem a concordância, levando os verbos à flexão em apenas 54% dos casos. No entanto, segundo os dados da pesquisadora, o ambiente lingüístico que menos favorece à aplicação da regra é o “sujeito composto acompanhado ou não por determinante”.

Os resultados da pesquisadora indicam que “quando o SN apresenta traços do tipo [+/- Humano + Animado] existe uma probabilidade maior de marcas de concordância nos verbos;

quando esse traço é [+Concreto] essa probabilidade cai, sendo maior a ocorrência de não concordância.” (OLIVEIRA, 2005, p. 146)

Em relação aos tempos verbais, a pesquisadora concluiu que os verbos do pretérito perfeito do indicativo e do futuro do subjuntivo são aqueles que mais favorecem a concordância. Ao tratar dos tipos de verbo, Oliveira concluiu que os auxiliares e os de ligação favorecem à concordância, enquanto que os transitivos e os intransitivos tendem para a não concordância, ou à marca zero de flexão de número.

No tratamento de fatores extralingüísticos, a pesquisadora afirma que o fator de maior influência na concordância é a escolaridade. Segundo ela. “a escolaridade é uma ferramenta importante para que a norma padrão se consolide.”(OLIVEIRA, 2005, p. 147). Os dados da estudiosa demonstram que à medida que cresce o nível de escolaridade, aumentam as chances de ocorrência da marca de concordância verbal.

Portanto, com base nos dados de Oliveira, podemos afirmar que os informantes de nível universitário aplicam mais a regra de concordância e que os falantes do nível fundamental tendem a aplicar menos a regra de concordância.

A autora, ainda, acrescenta que “os mais idosos tendem mais à norma não-padrão, enquanto que os mais jovens tendem ao padrão” (OLIVEIRA, 2005, p. 147). Por fim, a pesquisadora concluiu que as mulheres tendem a apagar menos as marcas de plural do que os homens. Para justificar os dados encontrados, a pesquisadora lembra que hoje a situação da mulher deve ser vista não de forma generalizada, pois as mulheres têm assumido papéis sociais que outrora lhe eram proibidos e acrescenta:

A mulher de hoje não é simples e unicamente a dona de casa, mas é aquela que está em competição com os homens no mercado de trabalho, sendo muitas delas os “homens” da casa. E, embora, ainda existam muitos preconceitos em relação a sua condição, elas vão a bares, cinemas, boates, ou seja, não são as mesmas mulheres de ontem. Os dados lingüísticos apenas reforçam os argumentos atuais acerca dessas mudanças no papel e atuação da mulher na sociedade atual. (OLIVEIRA, 2005, p. 137)

Em nossa **Análise dos Dados**, retomaremos, quando necessário, os pontos de vistas e observações feitos pelos pesquisadores aqui apresentados.

5.4.3 A concordância verbal nas línguas crioulas

Maria Dulce de Almeida Almada (1961), ao tratar da morfologia verbal do crioulo de Cabo Verde²⁴⁷, afirma que os verbos, em sua generalidade, foram reduzidos à forma do infinitivo, sofrendo, também, a apócope da desinência $-r$ ²⁴⁸. A autora observa que a neutralização da oposição de número e pessoa nas formas verbais do crioulo de Cabo Verde provocou uma mudança sintática, instituindo a obrigatoriedade da presença do sujeito ou do pronome sujeito. Assim se expressa Almada:

Com a redução dos tempos ao infinitivo, os verbos crioulos deixaram de ter uma característica própria que os distinguisse [como vemos, houve a neutralização das formas verbais], e, por essa razão se tornou necessário e indispensável o uso do pronome pessoais. (ALMADA, 1961, p. 108)

Almada não é a única a fazer tal observação sobre o crioulo de Cabo Verde. Botelho da Costa e Custódio Duarte, citados pela autora, são da mesma opinião, atestando a total invariabilidade das formas verbais do crioulo cabo-verdiano. A indicação do sujeito se faria pela colocação do sujeito ou do pronome sujeito antes do verbo, como demonstra o exemplo abaixo retirado de Couto (1996, p. 264):

Es **kaska** mandioka, es **pika** karni. [Eles descascam a mandioca, eles picam a carne.]

Não foi sem razão que muitos estudiosos de línguas crioulas viram relação entre o português popular do Brasil e as línguas crioulas²⁴⁹ de base portuguesa faladas na África.

Sebastião da Almeida Dalgado (1998 [1900] tratou do crioulo português de Goa²⁵⁰. A língua vernácula e materna de Goa é o cocani, enquanto que a língua portuguesa, no final do

²⁴⁷ O arquipélago de Cabo Verde é formado por dois conjuntos de ilhas: as de Barlavento e as de Sotavento. 28% dos habitantes de Cabo Verde são de origem africana, apenas 1% possui origem européia, os 71% restantes são mestiços. (COUTO, 1996, p. 73)

²⁴⁸ Almada, ainda, observa que a redução das formas verbais ao infinitivo não é uma característica exclusiva do crioulo de Cabo Verde, visto que pode ser facilmente encontrada nos dialetos portugueses de Ceilão, Damão, Ano Bom e no dialeto da Ilha do Príncipe. A queda do $-r$ final pode ser vista no dialeto da ilha de São Miguel. A apócope é um fenômeno recorrente em línguas crioulas como mostra Holm (2000, p. 141 – 142).

²⁴⁹ Cândido Jucá (1953, p. 104) informa-nos que a falta de concordância em construções do tipo "aqui dá as mais diversas frutas" possui a mesma raiz crioulo do que a construção "alugam-se estas casas".

século XIX e início do século XX, era a língua do aparato escolar. O autor reconhece que podem ser vistas muitas aproximações fonéticas (como o ieísmo) e lexicais entre o português do Brasil e o português falado em Goa. Segundo ele, o *lhe* acusativo era um traço evidente dessa proximidade. No entanto, em relação à concordância verbal, o português de Goa apresenta a flexão do verbo *haver* na acepção de *existir*, tendência verificada, também, no português popular lusitano. Segundo Dalgado, é comum em Goa construções do tipo "*hão homens*" e "*haviam seis meses*". Além dessa forma de construção, o autor verificou o uso de "*truxe*" e de "*sube*", construções comuns no português rural brasileiro e, também, na linguagem infantil.

Com relação do crioulo de Damão²⁵¹, Dalgado descreve-o como sendo uma língua que não possui flexão verbal de número e pessoa. Não há exigência de que o sujeito seja claro, desde que seja facilmente recuperável no contexto. A apócope do *-r*, torna os infinitivos dos verbos semelhantes ao do português popular do Brasil. Interpretemos os exemplos apresentados por Dalgado (1998 [1900], p. 89):

o rapaz **fazeu** um laç e **butô** naquêl argól um laç no pescôç e já **deu** salt par murrê inforcad. (DALGADO, 1998 [1900], p. 84)
E bom nós **comê** e **bebê** e **ficá** alegr (DALGADO, 1998 [1900], p. 89)

A apócope do *-r* deixou os verbos do crioulo de Damão semelhantes aos do português popular do Brasil. Pelos exemplos de Dalgado, parece que a forma generalizada nesse crioulo foi a terceira pessoa.

Dalgado, ainda, trata do dialeto indo-europeu do Norte que, no tempo do autor, era falado em Bombaim, Mahim, Bandorá, Baçaim, Curla, Taná, Andheri, Morol, Govai, Manori, Malvan, Versová e Chaul. Em tais lugares, os povos dominados não só assumiram a religião do dominador, mas também sua língua. Nesse dialeto, a falta de flexões pessoais do verbo

²⁵⁰ Esse termo engloba o crioulo português do Sri Lanka e os crioulos portugueses da Índia. Com base em Celso Cunha, Tarallo e Alkmin (1987, p. 125) nos informam que o crioulo português do Sri Lanka é falado por uma centena de famílias em Vaipim e Batticaloa. Os crioulos portugueses da Índia são muito numerosos.

²⁵¹ Tarallo e Alkmin (1987, p. 126), com base em Schuchardt, consideram o crioulo de Damão provavelmente extinto.

requer que o sujeito seja sempre expreso, não se admitindo-lhe a posposição. O exemplo abaixo é uma amostra do dialeto indo-europeu do Norte:

Porqui eu **had** ficá sentid? Eu **tem** fort na mim corp e ric na mi algiber, eu num **tem** de fazé caz de algum cóz (DALGADO, 1998 [1900], p. 116)

A erosão das formas verbais no dialeto indo-português do norte fez com que as formas verbais ficassem na terceira pessoa do singular e a apócope do -r dos infinitivos, tornou-os semelhantes ao uso do português popular do Brasil.

Como podemos ver, não foi sem razão que estudiosos de línguas crioulas viram entre tais línguas e o português popular semelhança em relação à morfologia verbal e, por conseguinte, em relação ao fenômeno da concordância verbal.

6 A ANÁLISE DOS DADOS

A presente análise reúne o *corpus* de Cinzento (coligido por nós em 2001–2002) ao *corpus* da comunidade rural de Morrinhos e ao *corpus* da comunidade urbana da sede do município de Poções, coligidos no período de 2003–2004. Com base nessa reunião, às três situações linguageiras objeto de nosso estudo demos o nome de *português popular do interior do Estado da Bahia*, considerando que todos os informantes, ou não possuem escolarização, ou possuem escolarização precária, isto é, de 1 a 4 anos de estudo. Após a codificação das ocorrências de todas as formas verbais ligadas a um sujeito da 3ª pessoa do plural encontradas nos *corpora* de Cinzento (Comunidade Lingüística Afro-brasileira), Morrinhos (Comunidade Lingüística Rural) e Poções (Comunidade Lingüística Urbana), submetemos a codificação à leitura do VARBRUL com base no arquivo de condições por nós elaborado para esse fim, para obtermos os resultados quantitativos de nossa análise variacionista.

Em 36 entrevistas, foram encontradas 2.100 ocorrências de situações lingüísticas em que as formas verbais de terceira pessoa do plural pudessem ocorrer. Percentualmente, obtivemos um total de 17% de concordância verbal ou 367 ocorrências contendo marcas explícitas de concordância contra 83% de ocorrências ou 1733 construções verbais que não apresentaram marcas explícitas de concordância entre o verbo e o sujeito. As ocorrências foram assim distribuídas considerando-se as comunidades lingüísticas: 927 no *corpus* de Cinzento (117 formas com concordância, ou seja, 13% das realizações dos falantes entrevistados na comunidade), 602 em Morrinhos (103 formas verbais com concordância, isto é, 17% das realizações dos falantes entrevistados na comunidade) e 571 em Poções (147 formas com concordância, ou seja, 26% das realizações dos falantes entrevistados na comunidade). Como vimos, a comunidade de Cinzento apresentou o menor percentual de concordância (13%²⁵²), sendo segui-

²⁵² Entre os falantes mais velhos, o percentual de concordância atinge apenas 6% do total das ocorrências de Cinzento.

da pela comunidade de Morrinhos, que apresentou 17% de concordância, enquanto que a comunidade urbana de Poções demonstrou o maior percentual, atingindo 26%.

Em pesquisa realizada com os falantes do português popular da cidade de Salvador – BA, enfocando a concordância verbal, Souza (2004, p. 546) encontrou um percentual de 50% aplicação da regra de concordância para os homens com 1 a 5 anos de estudos e 48,5% para as mulheres na mesma condição. Com base em dados de 2005, Oliveira encontrou entre os falantes de Vitória da Conquista um percentual de 41% de concordância para os informantes do nível fundamental, 54% para os informantes de nível médio e 66% para os informantes de nível superior. Ao tratar do mesmo fenômeno na cidade de João Pessoa – PE, Anjos (1999, p. 122) encontrou 30% de concordância entre os falantes com “nenhum ano de escolarização” e 35% entre aqueles que possuíam de 1 a 4 anos de escolarização. Monguilhott (2001, p. 60), por sua vez, achou um percentual de 78% de concordância entre os falantes que possuíam 4 anos de estudo, pesquisando a concordância verbal na cidade de Florianópolis – SC. Os dados de centros urbanos como os de Anjos (1999), Monguilhott (2001), Souza (2004) e Oliveira (2005) revelam números superiores aos níveis de concordância encontrados nas três situações analisadas por nós no interior do Estado da Bahia.

Se compararmos nosso estudo a um de língua rural, vamos verificar que Vieira (1995) ao tratar da concordância verbal apurou um total de 38% de aplicação da concordância verbal entre falantes analfabetos e pouco escolarizados do norte fluminense.

Procuraremos com base na história social de cada comunidade e na história da evolução da sociedade brasileira entender não a tendência de aquisição das marcas de concordância verbal, bem como analisar o curso da aquisição das marcas de concordância e dar uma interpretação à luz da Sociolinguística Quantitativa aos dados por nós colhidos nas comunidades estudadas.

Apresentaremos nossa análise, abordando primeiro as variáveis lingüísticas selecionadas pelo programa VARBRUL, considerando os amálgamas que fizemos, em duas rodadas, procurando investigar os fenômenos observados nos *corpora* em análise.

Ao assumirmos que os falantes do português popular do interior do Estado da Bahia tendem a adquirir as marcas explícitas indicativas de concordância verbal, buscamos com base nos dados mostrar quais são os fatores lingüísticos e os sociais que intervêm no processo de aquisição de tais marcas.

6.1 AS VARIÁVEIS LINGÜÍSTICAS

A fim de serem retirados os contextos categóricos e aqueles com um número muito baixo de ocorrências, foram feitas algumas adaptações, amalgamando-se fatores em alguns dos grupos definidos previamente. Na primeira rodada, julgamos por bem amalgamar os casos de “sujeito imediatamente posposto” e “sujeito posposto separado do núcleo verbal por um ou mais elementos”, já que apresentavam situação semelhante na frequência. Além disso, resolvemos reunir, em um só fator, os casos de verbo de ligação e voz passiva, já que as ocorrências de passiva eram mínimas e se assemelhavam na forma ao verbo de ligação. Em relação à saliência fônica, optamos por seis níveis, em lugar dos nove anteriormente propostos. Por fim, resolvemos juntar alguns fatores ao tratarmos da marcação de plural no último constituinte do SN sujeito. Ao longo de cada explanação, apresentaremos detalhadamente as modificações operadas e a justificativa para tais modificações. A exclusão da variável "tempos verbais" foi motivada pela crença de que ela, de certa forma, concorria com a saliência fônica.

Tomando como base a ordem de seleção feita pelo Programa em termos de sua relevância estatística, foram as seguintes as variáveis selecionadas na primeira rodada do VARBRUL:

1. Concordância nominal no sujeito;
2. Indicação do plural no SN sujeito;
3. Tipos de verbo;
4. Saliência fônica;
5. Efeito gatilho;
6. Marcação do plural no último constituinte do SN sujeito.

Numa segunda rodada, optamos por excluir a variável "indicação do plural no SN sujeito"²⁵³ e reunimos os casos de “sujeitos antepostos” (“sujeito imediatamente anteposto” e “sujeito anteposto ao verbo com um ou mais constituintes intervenientes”), como fizemos na primeira rodada com os “sujeitos pospostos”. Com base nesses ajustes, o Programa selecionou, as seguintes variáveis lingüísticas:

1. Realização e posição do sujeito;
2. Concordância nominal no sujeito;
3. Tipos de verbo;
4. Saliência fônica;
5. Efeito gatilho;
6. Marcação do plural no último constituinte do SN sujeito.

Como podemos ver, dentre os seis fatores da primeira rodada, cinco permaneceram na segunda, ocorrendo apenas a troca de uma variável por outra. Pudemos ver que a variável “indicação do plural no SN sujeito” concorria com a variável “realização e posição do sujeito”.

²⁵³ Nós acreditamos que a "indicação do plural no SN sujeito" já venha, de certa forma, implícita na variável "a marcação do plural no último constituinte do SN sujeito", sendo essa última uma forma mais detalhada daquela.

Numa última e terceira rodada, optamos por retirar a variável “tipo de verbo”, crendo que ela concorria diretamente com a “caracterização semântica do sujeito”. Destarte, o Programa, como prevíamos, selecionou a variável “caracterização semântica do sujeito” e manteve as outras selecionadas na segunda rodada.

Assim, na primeira rodada, o Programa considerou como não-significativas as variáveis lingüísticas "realização e posição do sujeito" e "caracterização semântica do sujeito". Na segunda rodada, a "realização e posição do sujeito" foi selecionada. Por fim, a variável “caracterização do sujeito” foi selecionada na terceira e última rodada.

Em nossa análise, seguiremos a ordem estabelecida na segunda rodada, apresentando, contudo, uma análise da variável “caracterização semântica do sujeito” juntamente com a análise sobre a influência do tempo verbal na aplicação da concordância verbal no português popular brasileiro. Da mesma forma, discutiremos a variável “indicação do plural no SN sujeito” como forma de complementar nosso estudo.

6.1.1 Realização e posição do sujeito

Desde os primeiros estudos sobre concordância verbal, pesquisadores com Naro e Lemle (1976) incluem a “realização e posição do sujeito” como investigável no tratamento da concordância verbal no português. Dessa forma, torna-se oportuno verificarmos a realização do sujeito e, no caso de sua realização, controlarmos como ela se dá, antes ou depois do verbo, avaliando a importância da proximidade entre o núcleo nominal e o núcleo verbal. Embora essa variável não tenha sido escolhida na primeira rodada, a segunda rodada considerou-a a mais significativa.

Ao contrário de alguns estudiosos como Vieira (1995), Anjos (1999) e Monguilhott (2001), optamos por não dimensionar a distância do sujeito anteposto em sílabas canônicas,

portanto, não observamos o critério escalar defendido por aquelas pesquisadoras. Julgamos apropriado considerar os casos de sujeito anteposto, sujeito posposto, sujeito não-realizado e sujeito retomado por um pronome relativo.

A nossa expectativa foi confirmada já que pressupúnhamos que a presença do sujeito e sua anteposição ao verbo favorecessem a aplicação da regra de concordância. A tabela abaixo apresenta melhor os resultados obtidos:

TABELA 5

A Aplicação da Regra de Concordância Verbal em números percentuais e peso relativo segundo a Variável Realização e Posição do Sujeito

Realização e posição do sujeito	Ocorrências	Frequência	Peso Relativo
Sujeito anteposto	267/1512	18%	.54
Sujeito retomado por um relativo	22/183	12%	.33
Sujeito posposto	11/130	8%	.36
Sujeito não-realizado	67/275	24%	.44
Total das ocorrências	367/2100	17%	

Do ponto de vista do percentual, o "sujeito não-realizado" foi aquele que apresentou número maior de concordância e, se considerarmos o peso relativo, vamos observar que ele vem em segunda posição de relevância. A explicação para essa tendência do português brasileiro, já verificada por outros pesquisadores como Anjos (1999), possui explicações diversas a depender do aparato teórico usado pelo estudioso. Anjos (1999, p. 105) sustenta que no caso do *sujeito oculto* a concordância é um imperativo funcional, já que, ao aumentar a distância entre a forma verbal e seu sujeito referente, aumenta-se a probabilidade de ocorrer a concordância que, se não ocorresse, poderia causar ambigüidade na compreensão do discurso. Essa

idéia, também, coaduna com as afirmações que Naro e Scherre (1997) teceram sobre a mesma questão ao afirmarem que nesse caso entra em cena a recuperabilidade da informação. “E consoante com o princípio da economia linguística nos termos de Haiman (1983, p. 802), codifica-se menos a informação mais previsível e codifica-se mais a menos previsível” (SCHERRE; NARO, 1997, p. 102). Segundo Ângela Rodrigues (1992, p. 158-159), se o sujeito “não se encontra na frase, a desinência verbal não é redundante, e as relações entre o verbo e o seu sujeito extra-sentencial só podem ser estabelecidas por meio da concordância”. A explicação da autora, que estuda o português popular da cidade de São Paulo, reveste-se de uma interpretação funcionalista, já que, ao considerar a concordância como redundante, ela poderia ser excluída sem que a função opositiva das pessoas do discurso fosse afetada.

Em relação aos dados do português afro-brasileiro, observamos que a concordância deu-se em maior nível de percentual e de frequência (i.e., peso relativo) com os casos de sujeito não-realizado (SILVA, 2003, p. 163). Cremos na atuação concorrente de duas gramáticas uma do tipo criouliizante e outra em direção à língua alvo, prevalecendo nessa última a tentativa de se evitar a confusão entre as formas. Portanto, a concordância com o sujeito oculto seria o indício de uma gramática com caráter descriouliizante, descrevendo não só o curso da aquisição, mas também a entrada na comunidade de fala de outro modelo, mais próximo da língua padrão. A idéia de concordância funcional poderia ser plausível se nos casos em que aparecessem os pronomes ELES/ELAS a tendência fosse à não-concordância; no entanto, nossos dados revelam que dos oito níveis de relação entre o núcleo do sujeito e a concordância verbal, o fator que se referia às formas ELES e ELAS foi classificado em 5.º lugar na escala de favorecimento da aplicação da regra. Embora não sejamos totalmente contrários ao “princípio da economia linguística” nos termos referendados por Naro e Scherre (1997), cremos que ele seja insuficiente para explicar o favorecimento da concordância no caso do sujei-

to não-realizado, já que outros elementos, como a influência da fala de documentador, podem ser acrescentados como coadjuvante do modelo explicativo.

Na escala por nós analisada, os casos em que o sujeito é representado por um pronome relativo apresentam a menor tendência à aplicação da regra. Naro e Scherre (2003) interpretam tal fenômeno como uma forma de mascaramento ou obliteração da relação sujeito/verbo. Embora os autores reconheçam que os pronomes possuam um caráter anafórico de tornar recuperável a pessoa representativa do sujeito, os pronomes relativos, especialmente o *que*, obliteram em muitos casos essa relação sujeito/verbo (cf NARO; SCHERRE, 2003, p. 389). Além disso, temos que observar que a forma do relativo *que* possui cerca 27 funções indo de um elemento expletivo até à função de pronome substantivo e tal complexidade de situações de emprego poderia determinar a confusão entre as formas do *que*, impedindo que ele, até na língua escrita²⁵⁴, fosse identificado como o sujeito da oração.

No caso do sujeito posposto, podemos observar a tendência a interpretar a estrutura posposta ao verbo não como o sujeito, já que na ordem VS, isto é, verbo/sujeito, a posição ocupada pelo sujeito não é a mais comum, a mais geral, o que levaria o falante a interpretar a forma posposta ao verbo, por exemplo, como um objeto direto.

O gráfico 01 apresenta os dados do ponto de vista da frequência:

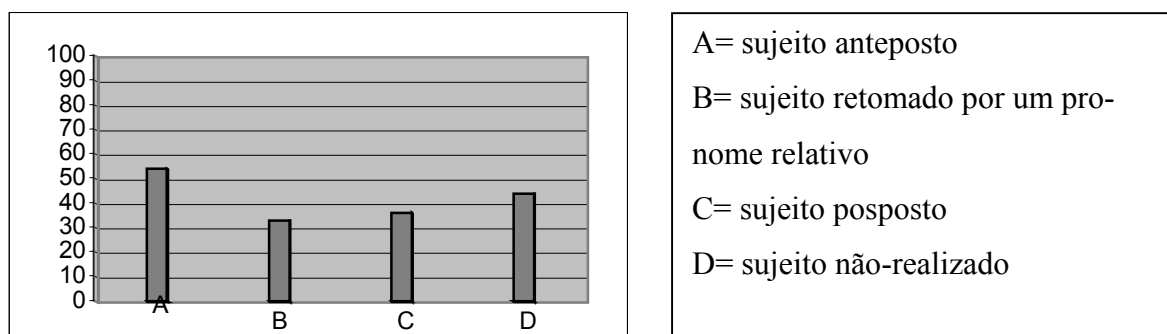


Gráfico 01: Realização e Posição do Sujeito

²⁵⁴ Segundo Naro e Scherre (2003), há um estudo em andamento que aponta para o mesmo fenômeno de mascaramento da relação sujeito/verbo na língua escrita contemporânea.

Como pudemos ver, os casos de anteposição do sujeito favorecem de forma significativa a presença da marca de concordância verbal, já que o falante relaciona o elemento anteposto ao verbo como o sujeito ou o agente da oração e sua presença conduz ao uso da forma de verbo que se adapte a ele. Além disso, a recuperação da figura do sujeito na mente do falante é um dos fatores que aumentam a frequência da concordância verbal no português popular. Por outro lado, a posposição do sujeito e sua recuperação por um pronome relativo exercem um papel de mascarar ou obliterar a figura do sujeito, diminuindo a tendência à concordância.

Ao optarmos pela exclusão da variável “indicação do plural no SN sujeito” vimos que o Programa selecionou a variável “realização e posição do sujeito”. cremos que a primeira variável concorria com a segunda, já que a primeira incluía os casos de sujeito realizado anteposto e posposto, mas excluía os casos de “sujeito não-realizado” e de “sujeito retomado por pronome relativo”.

Assim, se considerarmos os dados obtidos com a variável “indicação do plural no SN sujeito” vamos perceber que os falantes do português popular do interior do Estado da Bahia possuem a tendência de aplicar a concordância *ad sensum* ou semântica, efetuando a concordância com a idéia de plural expressa pela palavra que representa o sujeito. Podemos, ainda, ver a influência do quantificador na escolha da forma do plural, representando, também, uma estratégia de marcar a idéia de plural no português popular brasileiro.

Vejamos na tabela abaixo a representação numérica dos dados obtidos:

TABELA 6
A Aplicação da Regra de Concordância Verbal segundo a Variável Indicação
do Plural no SN Sujeito

Forma de indicação do plural	Ocorrências	Frequência	Peso Relativo
Mórfica	242/1509	16%	.48
Numeral	7/70	10%	.51
Lexical	21/24	70%	.99
Quantificador	5/32	16%	.58
Total das ocorrências	275/1635	17%	

Reconhecemos, de certa forma, que os fatores presentes nessa variável serão desenvolvidos e pormenorizados na variável “marcação do plural no último constituinte do SN sujeito”, discutida em **6.1.6** infra.

6.1.2 Concordância nominal no sujeito

Em relação à concordância nominal no sujeito, postulamos que a aquisição das marcas de concordância verbal coocorra com a aquisição das marcas de concordância entre as estruturas que compõem o SN sujeito. A literatura especializada²⁵⁵ costuma dar a esse fenômeno a etiqueta de "paralelismo" e estudiosos da concordância verbal como Scherre e Naro (1991), Vieira (1995), Anjos (1999) e Monguilhott (2001) utilizaram-se desse torneio para explicarem a coocorrência de marcas explícitas no SN sujeito e no núcleo do sintagma verbal. Scherre e Naro (1991), por exemplo, procuram explicar o fenômeno afirmando que o paralelismo está em contradição direta com o Princípio da Economia Lingüística, pois as marcas no sintagma verbal tendem a ocorrer com maior frequência quando há marcas explícitas de plural no sin-

²⁵⁵ Poplack (1980) foi quem primeiro utilizou a idéia de paralelismo no tratamento desse fenômeno ao estudar o espanhol de Porto Rico e de porto-riquinhos na Filadélfia.

tagma nominal sujeito. Em tais contextos, as marcas verbais poderiam ser consideradas redundantes.

Em nosso estudo, a fim de demonstrarmos o curso da aquisição das marcas de concordância, somos forçados pelas evidências apresentadas pelos dados a afirmar que existe uma correlação entre as marcas no sintagma nominal e no sintagma verbal no curso do processo de aquisição. No caso do português popular do interior do Estado da Bahia, podemos observar que regras e princípios de uma gramática anterior elaborada em situações de contato e que deu origem ao português popular concorrem com regras e princípios da gramática da variedade de língua prestigiada ou culta que serviu de língua alvo na sua formação.

A aquisição das marcas de concordância nos verbos ocorre paralela à aquisição das marcas de concordância no sujeito, demonstrando que as estruturas influenciam-se mutuamente, isto é, apresentam características que explicitam sua coesão no nível da estrutura. O falante, no processo de aquisição, tende a adquirir as marcas de concordância no sintagma nominal e verbal de forma paralela.

No nível estrutural, consideramos dois casos de coesão: no primeiro, ocorre concordância no núcleo do sintagma verbal ao mesmo tempo em que há concordância entre os elementos constituintes do sintagma nominal sujeito; assim, o núcleo do sujeito e seus determinantes devem estar em harmonia quanto ao número. Da mesma forma, cremos que a ausência de concordância entre os constituintes do sujeito e seu núcleo influencie a não-aplicação da flexão de concordância no núcleo do sintagma verbal.

No controle dessa variável, não foram consideradas as ocorrências em que não pudemos analisar a concordância entre os elementos constituintes do sujeito. Assim, os casos de sujeito não-realizado bem como os casos de sujeito representado por um pronome, como *eles/elas* e o relativo *que*, foram descartados, a fim de verificarmos a exatidão da importância da coesão entre os elementos formadores do sujeito.

Na primeira rodada²⁵⁶, essa variável foi selecionada em primeiro lugar, passando a ser a segunda a ser selecionada na segunda rodada. Os dados abaixo constantes da tabela 2 demonstram essa realidade:

TABELA 7
A Aplicação da Regra de Concordância Verbal segundo a Variável Concordância Nominal no SN Sujeito

Concordância nominal no SN sujeito	Ocorrências	Frequência	Peso Relativo
1. com concordância nominal	71/110	65%	.89
2. sem concordância nominal	42/781	5%	.42
Total das ocorrências	113/891	13%	

Os dados confirmam a hipótese inicial de que o falante do português popular do interior do Estado da Bahia, ao adquirir os padrões lingüísticos da norma padrão, tende a fazer a aquisição com maior frequência das marcas explícitas de número no sintagma nominal e no sintagma verbal concomitantemente. Como na construção do informante abaixo:

INF: As coisas **tão** indo bem aqui, porque as pessoa **compreende** mais. (PPUR03)

Ao compararmos os nossos dados com os dos informantes “com nenhuma escolarização” e “com 1 a 4 anos de escolarização” do *corpus* de Anjos (1999, p. 99), vemos que são justamente nestes informantes que as coocorrências de marcas no sujeito e no verbo são as mais altas no ponto de vista da frequência. Quando o sujeito apresenta marcas explícitas de concordância, as formas verbais dos informantes analfabetos atingem o maior nível de peso relativo da frequência (.60), enquanto que, nos falantes com mais de 11 anos de estudo, a pesquisadora encontrou peso relativo igual a (0.51). Vieira (1995, p. 83) chegou a uma con-

²⁵⁶ Na primeira rodada, o peso relativo do fator "com concordância nominal" apenas oscilou em 0.01, representando 0.90. Na terceira rodada, não houve alteração do peso relativo.

clusão semelhante. Se considerarmos o nível de concordância, os resultados de Vieira aproximam-se dos de Silva²⁵⁷ (2003) e Anjos²⁵⁸ (1999).

O gráfico 2 exibe os pesos relativos encontrados dessa variável nos corpora de Português Popular por nós estudados:

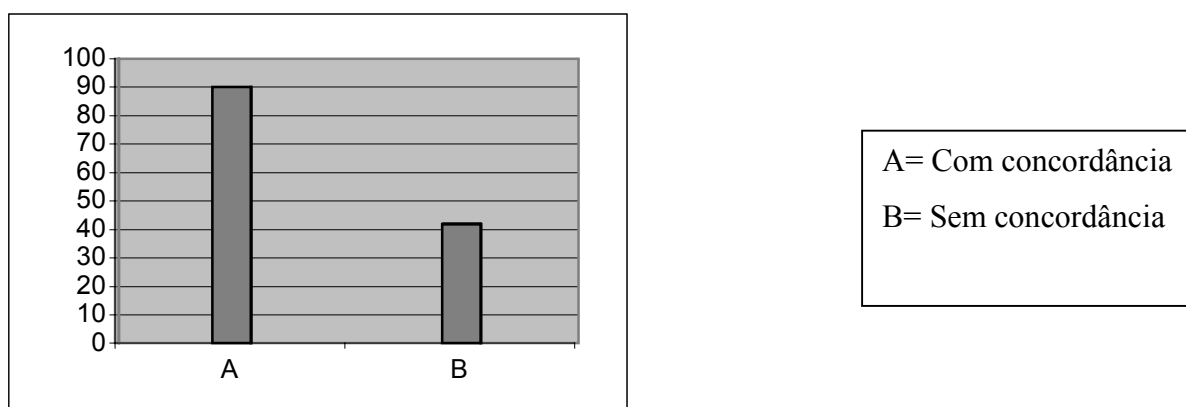


Gráfico 2: A concordância verbal segundo a concordância nominal no SN sujeito

Creemos, portanto, que no curso de aquisição das marcas de concordância verbal, ocorre em paralelo à aquisição das marcas de concordância nominal e que a razão para esse fenômeno encontra-se na coexistência na comunidade de fala de duas gramáticas, uma em que as formas aproximam-se mais da norma padrão e outra que se aproxima de um estado pretérito de língua em que tais formas não existiam ou existiam de forma precária. Portanto, o Princípio da Coesão Estrutural serve, a contento, para explicar tal situação perceptível no português popular do interior do Estado da Bahia.

²⁵⁷ Nos dados de Silva (2003, p. 155) as estruturas com concordância nominal no SN sujeito levaram o núcleo do predicado a um índice de concordância de 24% representando em peso relativo .74.

²⁵⁸ Anjos (1999, p. 99) comparou seus resultados aos de Scherre e Naro (1993) e concluiu que “estes resultados [refere-se aos que ela encontrou] não ficam muito distantes dos obtidos por Scherre e Naro (1993), salvo as amalgamações e o baixo índice de concordância envolvendo os numerais.”

6.1.3 O tipo de verbo e a caracterização semântica do sujeito

Foram postuladas sete situações possíveis de análise da influência do tipo verbal na aplicação da regra de concordância, a saber: verbo intransitivo, verbo inacusativo, verbo transitivo (direto e indireto), verbo de ligação, verbo auxiliar, verbo modal e verbo auxiliar de voz passiva. Tivemos, no entanto, que fazer a reunião dos verbos de ligação com os verbos auxiliares da voz passiva. O Programa selecionou o tipo de verbo como a terceira variável lingüística condicionante da variação na concordância verbal na terceira pessoal do plural no português popular brasileiro. O tipo de verbo que apresentou o maior índice percentual de concordância foi o verbo de ligação, seguido dos verbos transitivos; e o que apresentou o menor índice foi o inacusativo, seguido dos verbos modais.

A grande motivação para o uso desta variável está no controle do verbo inacusativo, já que em sua construção há um desvio da ordem canônica da constituição oracional passando de SV para VS. Assim, o tipo de verbo não só poderia ser relacionado à saliência fônica, mas também à posição do sujeito.

Os resultados de Monguilhott (2001) apresentam, resguardando as proporções, uma tendência verificada por nós, considerando-se o tratamento dos verbos inacusativos. Nos dados da autora, os verbos inacusativos apresentaram 71% de aplicação da regra e peso relativo igual a (.37), desfavorecendo a concordância. Os resultados por nós obtidos são demonstrados a seguir:

TABELA 8
A Aplicação da Regra de Concordância Verbal segundo a Variável
Tipo de Verbo

Tipo de verbo	Ocorrências	Frequência	Peso Relativo
Verbo transitivo	161/867	19%	.60
Verbo intransitivo	85/495	17%	.56
Verbo de ligação	82/379	22%	.39
Verbo auxiliar	31/212	15%	.45
Verbo inacusativo	2/87	2%	.09
Total das ocorrências	367/2100	17%	

Em nossa pesquisa, os verbos transitivos, por seu caráter de pessoalidade, favorecem a aplicação da regra de concordância, considerando-se o peso relativo. Entre os verbos transitivos figuram aqueles que possuem sujeito animado, geralmente, com traço semântico [+humano], tendendo, portanto, a explicitar o agente e, conseqüentemente, favorecendo a concordância. Os nossos dados mostram que o traço semântico [+ humano] no sujeito favorece a concordância²⁵⁹, em termos percentuais idênticos aos verbos transitivos. Assim, fica fácil supor que o traço semântico [+humano] relaciona-se ao processo de transitividade, pois os verbos transitivos costumam ocorrer em situações em que o sujeito é não só o agente da ação, mas a pessoa praticante da ação.

Do ponto de vista percentual, contudo, os verbos em que se destaca o maior número de casos de concordância são os verbos de ligação, certamente, influenciados pelo material morfossintático envolvido, agindo sobre eles o peso da saliência fônica. Isso pode ser explicado pelo fato de os falantes do português popular tenderem a usar formas do presente do indicati-

²⁵⁹ Embora a variável não tenha sido selecionada pelo programa, os dados percentuais revelaram que o traço semântico [+ humano] tende a favorecer o emprego da concordância no português popular brasileiro.

vo, do pretérito imperfeito do indicativo e do pretérito perfeito e entre elas são as formas do presente do indicativo que apresentam o nível mais elevado de diferenciação morfofonológica, ligando, certamente, tal fator à saliência fônica.

A explicação para a baixa concordância nos verbos inacusativos fundamenta-se na interpretação de que os falantes do português popular atribuem à estrutura nominal posposta aos verbos inacusativos. Entre os falantes escolarizados dos centros urbanos, os verbos inacusativos possuem a menor frequência e o menor percentual de concordância, mas não chega a ser uma diferença tão saliente como ocorre no caso do português popular²⁶⁰.

Numa tentativa de verificar melhor a importância do traço semântico na aplicação da regra de concordância, optamos em uma terceira rodada por excluir a variável *tipo de verbo*, pois supusemos que tal variável concorreria com o traço semântico. A operação surtiu o efeito que esperávamos e o Programa selecionou a variável traço semântico, indicando que o traço semântico [+humano] no sujeito favorece o aparecimento da marca de flexão, já que o falante identifica o sujeito a um ser existente com identidade que deve ser destacada. A tabela abaixo apresenta de forma sintética os resultados por nós obtidos:

TABELA 9
A Aplicação da Regra de Concordância Verbal segundo a Variável Caracterização Semântica do Sujeito

Traço semântico	Ocorrências	Frequência	Peso Relativo
1. traço [+humano]	340/1788	19%	.52
2. traço [-humano]	27/312	9%	.38
Total de ocorrências	367/2100	17%	

Tal tendência foi verificada por outros pesquisadores, como Oliveira (2005). O traço [+humano] aumenta a frequência da ocorrência da concordância verbal no português popular. O gráfico abaixo apresenta de forma mais visível essa realidade:

²⁶⁰ Monguilhott (2002, p. 205) nos informa que o índice de concordância com os verbos inacusativos fica em torno de 71% com peso relativo de .39.

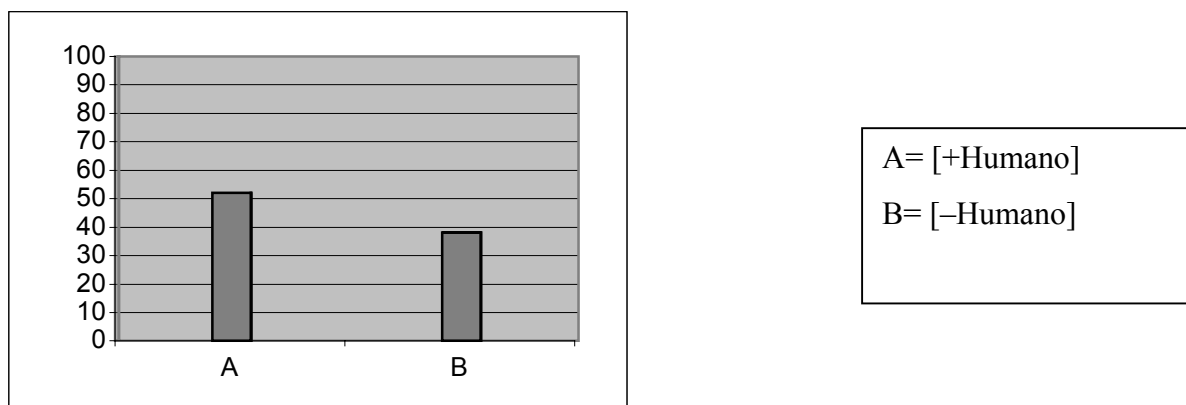


Gráfico 3: A concordância verbal segundo a caracterização semântica do sujeito

6.1.4 Saliência fônica

A saliência fônica tem sido um dos fatores mais recorrentes na explicação das tendências de ocorrência da concordância verbal do português brasileiro. Tal princípio não só conjuga elementos fonéticos, mas também morfológicos na caracterização dos níveis de relevância ou saliência. Além disso, a saliência inclui a tonicidade da estrutura linguística que marca a flexão verbal. Considerando-se que cremos no processo de aquisição das marcas ao tratarmos do português popular do interior do Estado da Bahia, vemos na saliência fônica o percurso do processo de aquisição, considerando-o de forma escalar, indo do menos saliente em níveis sucessivos ao mais saliente.

Primeiramente, foram postulados nove níveis de saliência, conforme 4.5.7., supra. Posteriormente, julgamos apropriado reduzir tais fatores para 6, reunindo os níveis 5, 6, 7 e 8 em um só nível, já que tais formas apresentaram um comportamento semelhante. Assim, considerando-se seis níveis, os resultados obtidos foram os que abaixo relacionamos na tabela 5. O nível que mostrou o maior índice de peso relativo foi aquele em que a saliência entre o singular e plural foi mais perceptível. Assim, cremos que no curso da aquisição da regra de concordância, os falantes do português popular tendem a perceber e incorporar primeiramente as formas mais salientes, justamente, aquelas em que o singular e o plural possuem formas totalmente diferentes.

TABELA 10
A Aplicação da Regra de Concordância Verbal segundo a Variável Saliência Fônica

SALIÊNCIA FÔNICA	Ocorrências	Frequência	Peso Relativo
Nível 1 (bebe/bebem)	6/173	3%	.13
Nível 2 (fala/falam)	85/966	9%	.30
Nível 3 (faz/fazem)	4/59	7%	.22
Nível 4 (tá/tão; vai/vão)	56/253	22%	.72
Nível 5 (bateu/bateram; viu/viram; fez/fizeram; veio/vieram; disse/disseram)	151/475	32%	.80
Nível 6 (é/são)	65/174	37%	.87
Total de ocorrências	367/2100	17%	

Ao observarmos atentamente a escala de saliência fônica, vamos perceber que a ordem em relação aos níveis 2 e 3 está invertida. O esperado era que a escala seguisse uma progressão, no entanto, algumas inversões desse tipo são comuns e não invalidam o Princípio da Saliência. Vieira (1995, p. 81), Anjos (1999, p. 71) e Monguilhott (2001, p. 44) também encontraram desvios na escala hierárquica da saliência fônica. No caso de nosso estudo, a explicação pode ser elaborada com base na realidade de produção do morfema de flexão verbal *-am*. Tradicionalmente, esse morfema é relacionado aos casos em que existe a mudança de qualidade entre a vogal oral e a nasal. Para as três autoras consultadas, a oposição fala/falam refere-se apenas à “mudança na qualidade da vogal na forma plural” em posição não-acentuada, conforme Vieira (1995, p. 68), Anjos (1999, p. 65) e Monguilhott (2001, p. 42). Por outro lado, nós, após observação atenta dos *corpora*, pudemos constatar que a oposição fala/falam não só implica a mudança de qualidade da vogal, como anteriormente postulávamos, já que tal morfema é realizado como se fosse um ditongo nasal decrescente formado por uma vogal

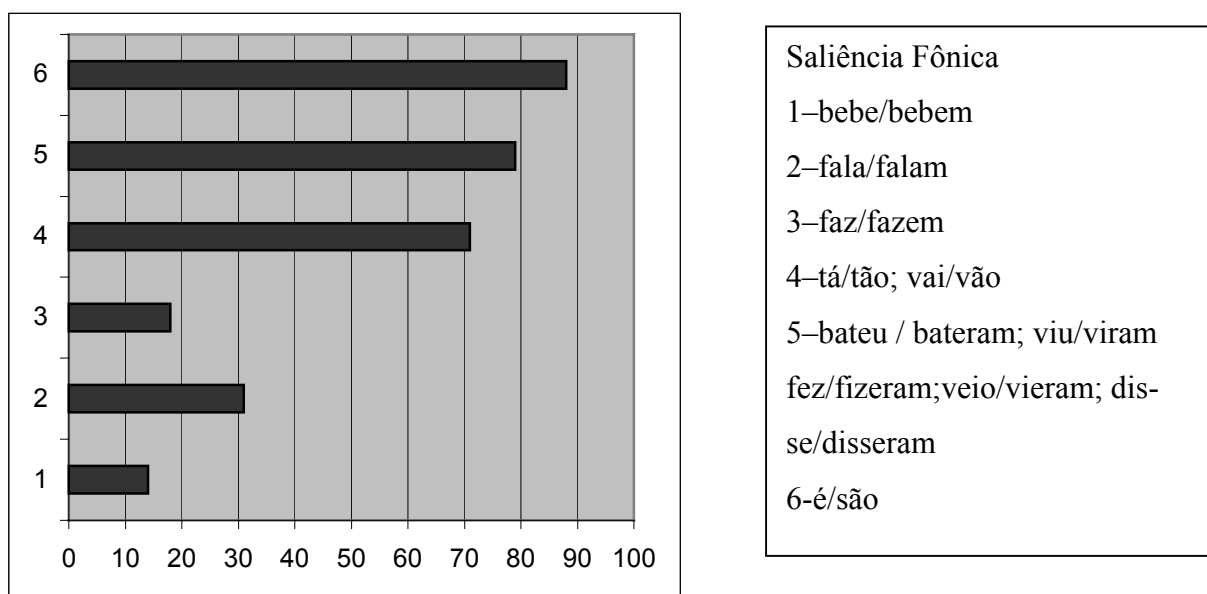
nasal /ã/ e a semivogal /w/. Assim podemos ver que, para os falantes do português popular, o acréscimo do ditongo nasal /ãw/ é mais saliente do que o acréscimo do ditongo nasal /ẽy/.

Como esperávamos, no processo de aquisição, a posição acentuada favoreceu a percepção dos traços de plural, intensificando o uso da marca de concordância entre o sujeito e o predicado. Os verbos em que as desinências de número e pessoa ficam na parte acentuada do verbo mostraram maior tendência à aplicação da regra.

Assim, segundo os dados obtidos, o maior nível de saliência encontra-se nos casos em que a oposição singular/plural é marcada pela mudança de raiz, seguida do nível em que a oposição singular/plural ocorre graças à manutenção ou mudança da vogal acentuada, com acréscimo de um segmento, podendo ou não ocorrer a alteração de tonicidade. O nível menos saliente é aquele em que, em posição não-acentuada, a oposição singular/plural dá-se apenas pela oposição oral/nasal na desinência de número e pessoa.

O gráfico a seguir apresenta de forma mais clara a hierarquia do nível de saliência por nós verificado em nossa análise.

GRÁFICO 4: A concordância verbal segundo a saliência fônica



Portanto, os dados mostram que no curso da aquisição das marcas de concordância verbal, os falantes do português popular do interior do Estado da Bahia tendem a adquirir as marcas que apresentam maior diferenciação entre o singular e o plural, demonstrando que a diferenciação do material morfossintático envolvido na marca dirige o curso da aquisição. As diferenças mais claramente percebidas são aquelas que se tornam mais propensas a serem adquiridas pelo falante.

6.1.5 Efeito gatilho

No efeito gatilho, procuramos investigar em que sentido a fala do documentador pode influenciar a concordância na fala dos informantes. Tal estratégia é tratada por outros estudiosos sob a etiqueta de *parallelismo discursivo*, havendo quem analise, por exemplo, a influência da fala anterior na fala posterior de um mesmo informante.

O documentador no processo de coleta do *corpus* é um agente externo à comunidade, representando um novo grupo social que entra em contato com membros da comunidade investigada. Embora o documentador procure tornar-se familiar ao informante, sua procedência e sua posição em relação à comunidade podem ser tomadas como elementos de diferenciação entre o local e o não-local, portanto, é importante observar como a fala do documentador, ao longo do processo de entrevista, pode influenciar o uso da concordância verbal na fala do informante.

A variável “gatilho” foi a sexta a ser selecionada como relevante pelo Programa. Nessa variável, postulamos três situações, uma em que não se verificou estímulo nem para a presença da concordância, nem para o seu apagamento, outra em que se empreendeu o estímulo à presença da concordância e outra em que se empreendeu o estímulo ao apagamento.

Os dados sobre a influência de um falante de outro grupo social, no caso o documentador, sobre os falantes das comunidades analisadas revelaram que, ao serem estimulados para

a realização da concordância, os falantes do português popular tendem a responder favoravelmente ao estímulo.

O gráfico 5 apresenta a realidade dos dados por nós encontrados na pesquisa, demonstrando que em 56 situações em que houve estímulo para a aplicação da regra de concordância, o informante respondeu favoravelmente em 57% dos casos o que em peso relativo, equivale a .80. Por outro lado, na ausência de estímulo, a concordância só se deu em 16% dos casos, apresentando um peso relativo igual a .49.

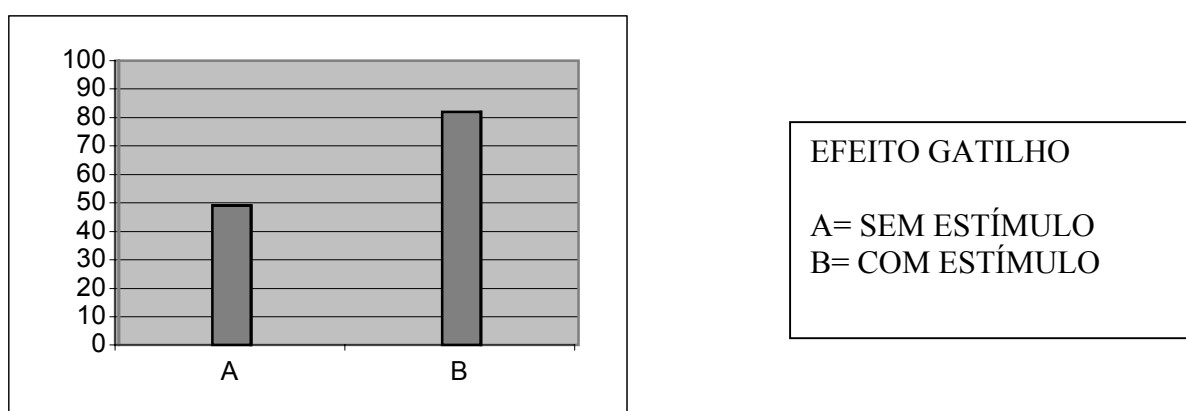


Gráfico 5: A concordância verbal segundo o efeito de gatilho

Como vimos, em 56 situações de conversação, os informantes foram estimulados a usar a marca de concordância, resultando num percentual de sucesso de 57% de concordância segundo as normas da língua padrão. A variável “efeito de gatilho” apresenta uma dificuldade em seu controle, já que muitas vezes o estímulo na elaboração da pergunta não resulta numa resposta completa do informante, frustrando assim a tentativa. Houve casos em que as perguntas eram dirigidas ao falante, mas ele respondia com acenos, ou não usava a forma verbal na terceira pessoa, ou respondia de outra forma.

Vejamos alguns exemplos em que o “efeito de gatilho” foi profícuo e outros em que ele não o foi.

DOC: Eles estudam lá no Bem-me-quer?

INF (01): No Bem-me-quer, eles **estudam** mesmo. Ela reconheceu a minha mãe que é tia de Israel. Olha pra ti dizer a verdade eu nem ia na festa era muito difícil meu pai pra dexá ir pra festa tinha que minha tia ir também, e dizia: a não vai não era muito difícil. (PPUR04)

Nesse outro momento, a informante não responde positivamente ao estímulo:

DOC: Eles brincam muito na rua?

INF (01): Eles **brinca** muito aqui na rua, de frente com os coleguinhas, mais pra ficar na rua mesmo eu não deixo não. E é daqui pra da frente de casa pra dentro. Tem a coleguinha dela que brinca aqui do lado, ele tem um colega dele aqui da rua mais pra eu deixa ele solto eu não deixo não. (PPUR04)

Há outros casos em que a resposta ao estímulo não vem em forma de oração com verbo na terceira pessoa. Vejamos outro trecho da entrevista da mesma informante:

DOC: E eles eram bons?

INF: Bom, bom!!!

DOC: E as brincadeiras? Eles brincavam?

INF: Muito! (PPUR04)

Nas 56 situações com estímulo para a concordância, em que os informantes responderam ao estímulo para a produção de estrutura possível de ocorrência da terceira pessoa do plural, 32 ocorrências, isto é, 57% apresentaram as marcas de flexão presentes na fala do documentador. Nos casos em que os estímulos foram para a não-concordância ou apagamento das marcas, o efeito foi de 100% de não aplicação, definindo-se como um contexto categórico de não concordância.

TABELA 11
A Aplicação da Regra de Concordância Verbal segundo a
Variável Efeito Gatilho

EFEITO GATILHO	Ocorrências	Frequência	Peso Relativo
1. sem estímulo.	335/2044	16%	.49
2. com estímulo.	32/56	57%	.80
Total de ocorrências	367/2100	17%	

Anjos (1999) identificou como fator favorecedor da concordância verbal a influência do discurso do documentador na fala do informante. Entre 17 situações em que a fala do documentador poderia influenciar o informante, em 10, ou seja, 59%, isto é, .71 houve a aplica-

ção da regra de concordância. Os casos em que a fala do documentador poderia influenciar a do informante foram mínimos apenas quatro situações, considerando-se um total de 3034 ocorrências, segundo a mesma pesquisadora.

O “efeito de gatilho” do ponto de vista sociolingüístico pode se apontado com um dos corolários da hipótese de que o contato lingüístico entre grupos pode influenciar a fala dos indivíduos. Os falantes do português popular, especialmente da zona rural, estão, por influxo das pressões econômicas, em contato com pessoas de classe social e econômica consideradas superiores que costumam usar em índice mais elevado as marcas de concordância verbal. Embora a natureza do contato entre informante e documentador possa ser secundária e involuntária, cremos que pode haver influência da forma lingüística mais prestigiada sobre a forma menos prestigiada, nas diversas situações em que os falantes do português popular entram em contato com os falantes do português culto. As situações de contatos entre grupos diversos poderiam desencadear efeitos gatilhos sucessivos, não só introduzindo na comunidade a forma prestigiada, mas também promovendo a estigmatização da forma vernácula, especialmente, nos jovens que apontam nos membros mais velhos da comunidade formas pouco valorizadas de expressão lingüística.

6.1.6 A marca de plural no último constituinte do SN sujeito

A última variável selecionada pelo programa foi a marcação do plural no último constituinte do SN sujeito. Com essa variável postulamos que a presença de elementos pluralizados imediatamente antes do verbo poderia influenciar a aplicação da regra de concordância. Essa variável fora controlada por estudiosos do mesmo fenômeno no português brasileiro como Naro e Scherre (1993), Anjos (1999) e Monguilhott (2001). Monguilhott, por exemplo, denomina tal variável como “paralelismo formal”, partindo da hipótese de que “marcas levam a marcas” (MONGUILHOTT, 2001, p. 47), notadamente pela influência de Scherre (1988).

Foram definidos inicialmente onze fatores, no entanto, houve a necessidade de amalgamar fatores em função do baixo número de ocorrências em alguns deles. O critério utilizado para se definir essas fusões foi o da semelhança das estruturas representadas por esses fatores. Dessa forma, o fator “núcleo separado do verbo por um adjetivo sem marca de plural” e o fator “núcleo separado do verbo por um SP terminado com palavra sem marca de plural” foram reunidos em um só fator, pois, em ambos os casos, o SN sujeito terminava com um constituinte sem marca de plural. Além disso, foram amalgamados os fatores: “núcleo separado por um SP terminado com palavra com marca de plural” e “sujeito terminado por *todos* e *todas*”, já que tais elementos que se colocam no final do SN sujeito e imediatamente antes do verbo exibem uma marca explícita de plural. Dessa forma, foram controlados oito fatores, com os seguintes resultados estatísticos:

TABELA 12
A Aplicação da Regra de Concordância Verbal segundo a Variável
Marca de Plural no Último Constituinte do SN

	Ocorrências	Frequência	Peso Relativo
Núcleo do SN separado do verbo por um adjetivo sem marca de plural ou separado por um SP terminado com palavra sem marca de plural.	3/62	5%	.31
Núcleo do SN adjacente ao verbo sem marca de plural.	34/565	6%	.52
Sujeito representado pelo pronome <i>Eles</i> e suas variantes no uso popular (eis/es).	132/646	20%	.47
Determinante antes do verbo com marca de plural	18/115	16%	.42
Numeral, com ou sem –s final, adjunto a verbo.	10/69	14%	.31
Núcleo do SN adjacente ao verbo com marca de plural	65/91	71%	.84
Sujeito terminado pelo quantificador <i>tudo</i>	8/30	27%	.78
Núcleo separado por um SP terminado com palavra com marca de plural ou <i>todos/todas</i>	6/23	26%	.57
Total de ocorrências	367/2100	17%	

Os dados revelam que a maior freqüência de concordância apareceu nas construções em que o núcleo do sujeito está adjacente ao verbo e apresenta marca explícita de plural. Aqui, ao nosso ver, no curso da aquisição as marcas de flexão do nome acompanham a tendência apresentada pelos verbos. Scherre ao afirmar que “formas gramaticais particulares ocorrem juntas” (SCHERRE, 1998, p.42) vê tal atitude como uma forma de repetição mecânica²⁶¹, nós, contudo, vemos como a ação de uma característica da gramática do português padrão sendo paulatinamente adquirida pelos falantes do português popular, especialmente nas situações que as correlações tornam-se mais evidentes. Embora não discordemos da teoria de “marcas levam a marcas”, procuramos dar uma interpretação explicativa com base no processamento lingüístico do falante. Para além da coesão estrutural, a marcação do plural no núcleo do SN imediatamente antes do verbo acaba por induzir o falante a marcar o plural no verbo também.

Os fatores que menos favoreceram a aplicação da concordância foram aqueles em que verificamos a “presença do numeral com ou sem -s” e em que “o núcleo do SN está separado do verbo, ou por um adjetivo sem a marca de plural, ou por um SP terminado sem a marca de plural”. Nesse caso, a distância entre o núcleo do sujeito e o verbo poderia estar sendo fator explicativo para a pouca ocorrência da concordância, já que, do ponto de vista do processamento mental, o falante não reconheceria o núcleo do sujeito como o elemento subordinante da concordância, fazendo-a com o elemento mais próximo, que está no singular e/ou não exibe uma marca formal de plural. Tal fato poderia estar ligado ao *princípio da atração*, utilizado para justificar dadas concordâncias no latim e no português arcaico.

O fator que incluiu o controle da forma “tudo” apresentou uma freqüência alta de concordância, demonstrando um comportamento lingüístico próximo ao da concordância semântica (cf SILVA, 2003), já que a forma *tudo* carrega consigo uma idéia de plural, tal qual as

²⁶¹ Segundo Scherre (1998, p. 49), a essa conclusão chegaram diversos estudiosos como Weiner e Labov (1981), Braga (1986), Schiffrin (1981) e Tannen (1998).

lexias povo, pessoal, etc., que também favorecem a pluralização do verbo no dialeto analisado. A esse respeito Lopes (2004) explicita através de uma análise sociolingüística a importância da forma *tudo* no condicionamento do uso dos mecanismos de concordância dentro do sintagma nominal. Em primeiro lugar, a autora reconhece a existência do emprego de *tudo* como elemento semanticamente indicativo de plural e que tal caráter, fazendo referência a Baxter (2001, p.17), possui uma força de plural enfático²⁶². Citando Baxter (2001, p.17), ela, ainda, sugere que a forma *tudo* apareça como uma força enfática de pluralização, em vários dialetos do Português.

Vejamos três exemplos extraídos da fala de nossos informantes. O primeiro informante apresenta três ocorrências da forma *tudo*. Em dois, a concordância faz-se com o pronome, numa forma de considerar o *tudo* elemento resumitivo, ambos referentes a pessoas. No terceiro exemplo do mesmo informante, a forma fica pluralizada. O mesmo informante apresentou ocorrências da concordância com o sujeito coletivo:

INF: Meus irmãos tudo **mora** em São Paulo. E irmã e meus irmãos tudo **tão** aqui todo ano. Mais eis **é** tudo na casinha dela. Eles **entravam** aqui **durmia**, **tomava** banho, mas na hora do café e do almoço **era** tudo na casinha dela. (PPUR11)

No segundo informante, a forma *tudo* pluraliza o verbo, mas não o predicativo:

INF: Os ôtro tudo **são** quipado, né? (PPAF12)

A análise atenta da concordância verbal como a forma *tudo* merece uma investigação mais detalhada posteriormente, a fim de observarmos que outros elementos condicionantes podem ser vistos em tais construções.

O comportamento da concordância com o pronome *eles/elas* está muito próximo da situação dos determinantes como *uns/umas*²⁶³. Os dados revelam a situação desses fatores com certa proximidade: .47 e .42, respectivamente. Monguilhott (2001), ao controlar esses fatores, concluiu que o pronome pessoal e os pronomes demonstrativos foram os que mais influencia-

²⁶² No original em inglês, Baxter usa a expressão “redundant reinforcer”.

²⁶³ No âmbito de nossa pesquisa, reconhecemos no artigo indefinido certa força de pronominalização nos termos enunciados por Moura Neves (2000, p.521).

ram na aplicação da regra, enquanto que os pronomes indefinidos e os quantificadores apresentaram pouca influência na aplicação da regra, respectivamente, (.59 para o pronome pessoal e o demonstrativo e .22 para o quantificador e o indefinido).

Destacando-se o comportamento de *eles/elas*, numa lógica funcionalista, seria de esperar que tais formas inibissem a concordância, já que sua presença seria o suficiente para que o falante/ouvinte pudesse recuperar a referência do sujeito, o entanto, os dados demonstram que esse fator não foi o que menos favoreceu a concordância²⁶⁴.

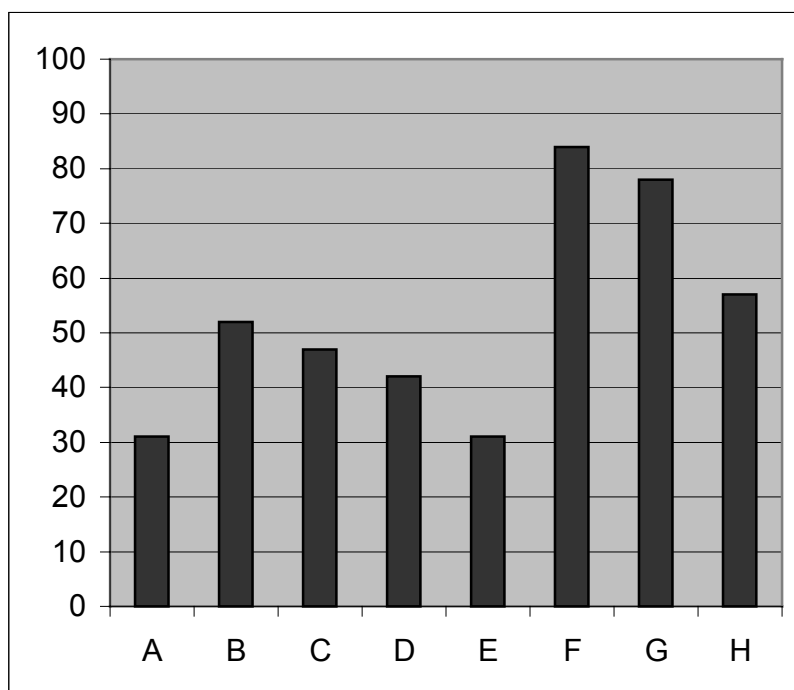
Colocamos abaixo, por ordem de peso relativo, os fatores que mais favoreceram a concordância verbal na terceira pessoa do plural:

1. Núcleo adjacente ao verbo com marca de plural (.84);
2. Sujeito terminado por *tudo* (.78);
3. Núcleo separado por um SP terminado com palavra com marca de plural ou *todos/todas* (.57);
4. Núcleo do SN adjacente ao verbo sem marca de plural. (.52)
5. Sujeito representado pelo pronome *Eles* e suas variantes no uso popular. (.47)
6. Determinante antes do verbo com marca de plural (.42)
7. Numeral, com ou sem *-s* final, adjunto ao verbo.(31) e Núcleo do SN separado do verbo por um adjetivo sem marca de plural ou separado por um SP terminado sem marca de plural.(.31)

O Gráfico 06 abaixo apresenta os resultados por nós encontrados na pesquisa, exibindo os pesos relativos de cada fator:

²⁶⁴ Charlotte Galves (2001, p. 33) afirma que no Brasil “*eu* e *ele* em posição de sujeito correspondem mais ao *je* e *il* francês, que são inseparáveis do verbo e não são contrastivos”. A autora considera que *ele* em português não seja sujeito, mas uma forma de flexão. Não sabemos se a autora estende tal afirmação ao plural, mas se o fizesse, veríamos um inconveniente nessa afirmação, já que o fator *eles/elas* não foi o fator que menos favoreceu a concordância.

GRÁFICO 06: Nível de concordância conforme as marcas de plural no SN



A=Núcleo do SN separado do verbo por um adjetivo sem marca de plural ou separado por um SP terminado sem marca de plural.

B=Núcleo do SN adjacente ao verbo sem marca de plural.

C=Sujeito representado pelo pronome *Eles* e suas variantes no uso popular.

D=Determinante antes do verbo com marca de plural.

E=Numeral, com ou sem *-s* final, adjunto ao verbo.

F= Núcleo adjacente ao verbo com marca de plural.

G=Sujeito terminado por *tudo*.

H= Núcleo separado por um SP terminado com palavra com marca de plural ou *todos/todas*.

Podemos ver que no português popular a concordância verbal na terceira pessoa do plural tende a ocorrer com maior frequência em contextos linguísticos em que o núcleo do SN está adjacente ao verbo e tal núcleo apresenta marca de plural. Por outro lado, os contextos linguísticos que desfavorecem a ocorrência da concordância são justamente os em que o núcleo do SN sujeito está separado do verbo por um elemento constituinte sem marca de plural.

6.1.7 Conclusão das variáveis linguísticas

Os resultados quantitativos analisados até aqui revelam que a concordância entre o sujeito e o verbo está fortemente condicionada pela forma como o sujeito se realiza na sentença. Destarte, a realização fonética do sujeito imediatamente antes da forma verbal favorece em muito o estabelecimento da relação morfossintática da concordância verbal. Além disso, a não-realização do sujeito também favorece a concordância, na medida em que esta contribui para a recuperação do valor referencial do sujeito, ao tempo que refletiria o padrão linguístico

de uma gramática que estaria se impondo na comunidade e na qual o apagamento do pronome sujeito se combina com um sistema rico de concordância. Por outro lado, a posposição do sujeito e a interveniência de um pronome relativo são situações que desfavorecem a aplicação da regra de concordância.

Em nossa pesquisa, vimos também a aplicação do Princípio de Coesão Estrutural, com base na evidência empírica de que o mecanismo morfossintático da concordância nominal no interior do SN está correlacionado ao mecanismo da concordância verbal, que é especificada por esse SN sujeito. Dessa forma, podemos postular a concorrência de duas gramáticas: uma de caráter crioulizante, marcada pela falta de flexão, e outra de caráter descrioulizante, marcada pela presença da flexão. A ação concorrente dessas duas gramáticas na produção linguística do falante evidencia-se, tanto na coesão da concordância nominal do SN sujeito que leva ao desencadeamento do mecanismo da concordância verbal, quanto no fato de a ausência da concordância nominal no SN sujeito inibir a concordância verbal.

O traço semântico [+humano] favorece a aplicação da regra de concordância já que o falante identifica a pessoa como agente do processo verbal. Conseqüentemente, o traço semântico [-humano] desfavorece a aplicação da regra de concordância, já que tal traço obscurece o papel de agente do sujeito.

Em relação à saliência fônica, podemos observar que a oposição singular/plural é mais saliente nos contextos que tal oposição ocorre em estruturas acentuadas. O nível mais saliente é aquele em que a oposição dá-se pela mudança completa do radical do singular para o plural. A forma menos saliente é aquela em que a marcação do plural baseia-se na oposição oral/nasal, em sílaba inacentuada. Assim, a percepção dos traços opositivos entre singular e plural favorece à aplicação da regra de concordância verbal no português popular do interior do Estado da Bahia.

O discurso do documentador é um elemento que favorece o uso da concordância na fala do informante. A aplicação da regra de concordância na fala do informante foi, certamente, influenciada pelo estímulo oferecido pelo documentador, provando que o discurso de um agente externo à comunidade pode influenciar no sentido do uso de uma forma lingüística mais prestigiada. Tal tendência aponta para o papel do contato entre grupos e indivíduos na aquisição das marcas de concordância verbal no português popular do interior do Estado da Bahia.

Ao tratarmos da marcação do plural nos elementos constituintes do SN sujeito, vamos perceber que no português popular existe uma tendência para aplicar em maior freqüência a regra de concordância em situações em que o núcleo de sujeito e seus constituintes finais estão imediatamente antes do verbo e exibem marcas formais de plural. Ao lado disso, a concordância favorecida pelo uso da forma *tudo* estaria enquadrada na tendência à concordância semântica, já constatada no dialeto em foco. Por outro lado, SN's sujeito adjacentes ao verbo cujos constituintes finais não exibem marca de plural e SN's sujeito terminados em numerais inibiriam a aplicação da regra de concordância.

Após essa síntese dos condicionamentos lingüísticos do fenômeno da variação na concordância verbal português popular do interior do Estado da Bahia, discutiremos, nas seções seguintes o seu encaixamento na estrutura social das comunidades de fala pesquisadas.

6.2 AS VARIÁVEIS EXTRALINGÜÍSTICAS

Nas rodadas empreendidas por nós, o PROGRAMA selecionou sempre as mesmas variáveis extralingüísticas, alterando um pouco o peso relativo entre elas²⁶⁵. Eis as variáveis selecionadas pelo programa, dispostas em ordem de seleção:

²⁶⁵ As alterações foram de .01 a .02, portanto, pouco significativas para nossa análise.

- a. Sexo do informante;
- b. Faixa etária do informante;
- c. Nível de escolaridade do informante;
- d. Comunidade lingüística;
- e. Exposição à mídia.

O programa não considerou relevante a variável relativa às viagens realizadas pelos informantes, que estaria ligada ao contato com outros indivíduos fora da comunidade. Cremos que essa variável não exerça influência no padrão lingüístico do falante, visto que tais viagens são motivadas por ações sazonais de busca de emprego e nessas situações os membros das comunidades restringem-se a manter contato apenas com os membros da própria comunidade que os acompanham no desenvolvimento de atividades laborais. As ações de contato com outros grupos são apenas hiatos nas vidas dos informantes, já que todos manifestavam descontentamento em se afastarem da família e reclamavam das péssimas condições a que eram submetidos.

Num estudo como nosso, as variáveis sociais ou extralingüísticas devem ser observadas à luz da história social das comunidades investigadas e o papel dessas comunidades no cenário brasileiro. Ao estudarmos comunidades lingüísticas próximas, mas que possuem diferenças em sua composição histórica e contrastes em sua atual situação social, econômica, política e educacional, cremos que a fala de cada comunidade traga em si alguns aspectos tanto das diferenças quanto das semelhanças encontradas por nós ao longo da pesquisa.

6.2.1 Sexo do informante

Os papéis sociais representados por homens e mulheres certamente possuem reflexos sobre os usos lingüísticos. A despeito de considerações sobre as diferenças biológicas entre

homens e mulheres do ponto de vista da maturação da linguagem, tendemos a ver os comportamentos como diferenciados não só no uso do vocabulário, mas também nas construções lingüísticas. Toda e qualquer análise que venha a se pautar no estudo das diferenças sexuais ou de gênero deve primar pela análise da situação de homens e mulheres no cenário em que a linguagem se realiza não só como meio de expressão, mas também como forma de delimitação de espaços e atos sociais. Lucchesi (1998) afirma que o papel social da mulher é determinado pelo entorno social em que ela se insere. Para o autor, o papel da mulher só pode ser considerado dentro das realidades socioculturais, considerando-se os casos particulares de mudança.

Os espaços legítimos da presença feminina são mais restritos do que os espaços masculinos nas comunidades rurais e urbanas do interior da Bahia. As mulheres circulam menos pelos diversos grupos e costumam desenvolver atividades que, de certo modo, constituem extensão das atividades do lar. Embora tal situação tenda a se modificar, há resquícios ainda de uma cultura em que os espaços legítimos da presença e da circulação femininas restringiam-se ao lar e à igreja. As mulheres mais velhas, por nós entrevistadas, enquadram-se nesse perfil de legitimação de espaço. No entanto, reconhecemos na fala das mulheres mais novas uma tentativa de ampliação dos limites de circulação, o que esperávamos estar refletido muito bem na fala das entrevistadas. No entanto, os dados de nossa pesquisa revelam que os homens possuem um comportamento lingüístico que os aproxima mais da norma culta ou padrão do que as mulheres de sua faixa etária e local de procedência. A tabela 7, abaixo apenas reflete o total das ocorrências encontradas entre homens e mulheres ao realizarem orações em que se verificam ou não a concordância verbal na terceira pessoa do plural:

TABELA 13
A Aplicação da Regra de Concordância Verbal segundo a Variável
Sexo dos Informantes

Sexo	Ocorrências	Frequência	Peso Relativo
Homens	220/1043	21%	.57
Mulheres	147/1057	14%	.43
Total de ocorrências	367/2100	17%	

Do ponto de vista percentual, os homens tendem a apresentar mais formas lingüísticas consoante a norma padrão ou de prestígio. Do ponto de vista dos pesos relativos essa tendência é reiterada.

A mulher quer casada quer solteira tende a refletir a fala de seu espaço doméstico, apresentando os valores de sua comunidade. Nas três comunidades lingüísticas estudadas, podemos perceber que a mulher mostrava-se mais apegada aos valores de sua comunidade, encarando o meio exterior com certa reserva. Os homens, por outro lado, mantinham cada vez mais contatos com membros de outros grupos e intermediavam o contato com sua família. Assim, podemos crer que, para os homens, há um imperativo de estarem em contato cada vez mais freqüente com outros grupos, sentindo nesse contato a necessidade de se adaptar a situações novas; portanto, é coerente afirmarmos que esses homens sejam mais tendentes à aquisição da norma lingüística de outros grupos. A diferença de freqüência de uso da variante padrão reflete tal postura masculina em relação à situação em que se encontra.

Ao se referir à sensibilidade feminina em relação à norma de prestígio, Paiva (1996, p. 72) refere-se basicamente às pesquisas realizadas dentro de uma comunidade cujo comportamento feminino pode assemelhar-se ao de outras comunidades em estágio de desenvolvimento social e econômico diferente das comunidades por nós analisadas. Nas comunidades rurais e urbanas da maioria dos pequenos municípios do interior do Estado da Bahia, as mulheres

tendem a reproduzir comportamentos atávicos, embora tais comportamentos tendam a serem alterações graças à ampliação dos espaços legítimos da presença e circulação feminina. Oliveira (2005) observou que as mulheres na comunidade de Vitória da Conquista, a segunda maior cidade do interior do Estado da Bahia, produziram maior número de concordância verbal do que os homens daquela comunidade. A pesquisadora vê nessa tendência o reflexo da nova vida da mulher urbana de centros de médio desenvolvimento econômico, social e cultural. Em relação aos informantes mais jovens, segundo Oliveira (2005, p.139), são os homens que tendem a efetuar maior número de concordância verbal; entre os adultos, as mulheres apresentaram o maior número de concordância. Ao cruzar os dados sexo e escolaridade, Oliveira constatou que as mulheres do nível fundamental tendem a efetuar mais concordâncias, portanto, são mais sensíveis à norma de prestígio. Os dados de Oliveira reforçam a nossa crença de que o contato entre grupos e a exposição a novos padrões de linguagem podem influenciar a aquisição de padrões lingüísticos prestigiados.

Labov ao empreender pesquisas usando a variável “sexo” chega a conclusões diferentes a depender das comunidades estudadas. Enquanto que os homens de Martha’s Vineyard iniciaram a mudança, foram as mulheres em Nova Iorque que demonstraram serem as usuárias das formas inovadoras. Labov reconhece, nas diversas segmentações da sociedade, que o comportamento lingüístico de homens e mulheres não é uniforme e, para caracterizá-lo com maior clareza, é necessário uma análise multivariacionista. Entendemos que essa análise inicia-se pelo cotejo da realidade dos papéis desempenhados por homens e mulheres em cada camada social, bem como de seu sistema de relações, o que nos leva às situações “legítimas” de contato.

No Brasil, Giselle Silva e Conceição Paiva (1996) afirmaram, após exaustivo lavamento de pesquisas que envolviam a variável sexo, que há entre as mulheres uma preferência explícita por formas socialmente aceitas. No entanto, devemos considerar que essa preferência

explícita só se pode dar no momento em que tais mulheres mantenham contato com tais formas socialmente aceitas, o que pouco acontece, na realidade das mulheres analfabetas ou pouco escolarizadas do interior do Estado da Bahia. Monguilhott (2001) conclui que, no geral de sua pesquisa, considerando-se falantes com 4 anos de escolarização e falantes com mais de 11 anos, a tendência geral é que as mulheres apresentem explicitamente as marcas de concordância, por outro lado se considerarmos apenas os falantes pouco escolarizados, a tendência é os homens apresentarem maior frequência. Segundo a autora, “os homens com 4 anos de escolarização apresentaram maior tendência ao uso de marcas de concordância (.47) do que a apresentada pelas mulheres (.41)” (MONGUILHOTT, 2001, p. 64). Devemos ressaltar que entre os nossos dados e os de Monguilhott não há apenas um acaso numérico, mas na verdade existe uma relação dos papéis sociais desempenhados por mulheres e homens pouco escolarizados, quer no sul-sudeste, quer no nordeste brasileiro, no entanto, no sul-sudeste brasileiro as oportunidades de contato são maiores o que justificaria uma mudança mais acelerada. O mesmo pode ser dito em relação a cidades de médio porte, como no caso de Vitória da Conquista, em que as oportunidades de inserção numa vida social ativa com outros grupos são maiores e mais frequentes. Os espaços legítimos da atuação feminina nas classes menos privilegiadas das pequenas cidades e povoados do interior do Estado da Bahia são diferenciados, dada à situação de poucas relações com outros grupos sociais.

O gráfico abaixo, elaborado consoante nossos dados, reflete essa realidade.

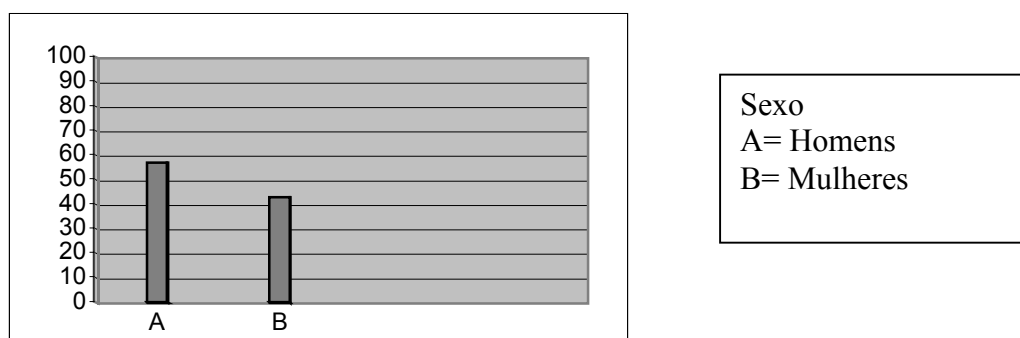


Gráfico 7: O uso da regra de concordância segundo o sexo do falante no português popular do interior do Estado da Bahia

Anjos (1999) apresenta resultados parecidos aos nossos ao tratar do português da cidade de João Pessoa. Embora a variável não tenha sido selecionada pelo VARBRUL, a pesquisadora nos relata que as mulheres tendem a empregar menos as marcas de concordância (.49) do que os homens (.51). Do ponto de vista percentual, os homens marcam a concordância 5% a mais do que as mulheres. No caso de Monguilhott, os homens com 4 anos de escolarização apresentam (.47) de concordância contra (.41) das mulheres e apenas 1% de vantagem no emprego da forma de concordância. Como temos dito, é preciso estudar os espaços legítimos de atuação feminina e só a partir deles traçar um perfil dos papéis que a mulher exerce na vida social da comunidade, o que refletiria as situações de contato com outros grupos com formas lingüísticas diferentes do ambiente doméstico.

Os nossos dados mostram, portanto, que, no curso da aquisição das regras de concordância, os homens falantes do português popular do interior do Estado da Bahia, especialmente, nos pequenos centros urbanos, tendem a adquirir as formas prestigiadas mais cedo do que as mulheres de sua classe e de sua origem.

6.2.2 Faixa etária

Nossa hipótese nessa tese fundamenta-se no fato de que estaria havendo uma tendência de incremento do uso da concordância verbal na terceira pessoa do plural no português popular e que os jovens seriam os responsáveis por esse traço inovador nos padrões coletivos de comportamento lingüístico dessas comunidades de fala. Assim, nossos informantes foram agrupados em três faixas etárias:

FAIXA I – informantes de ambos os sexos entre 20 a 40 anos de idade;

FAIXA II – informantes de ambos os sexos entre 41 a 60 anos de idade;

FAIXA III – informantes de ambos os sexos com mais de 61 anos de idade.

Nossa hipótese inicial prevê que os falantes de 20 a 40 anos (Faixa I) estão mais sujeitos às pressões de grupos externos e, portanto, mais tendentes a seguir a norma de prestígio, considerada não só forma de ascensão social, mas uma das formas de ascensão econômica. Tal tendência estaria, também, baseada na expansão dos horizontes, já que tais jovens estariam procurando viver uma situação melhor, advinda da melhoria da qualidade de vida. Nessa faixa, estão incluídos os jovens que já ingressaram ou desejam ingressar no mercado de trabalho, tendentes, portanto, a mudanças adaptativas em seu comportamento. Muitas vezes, o desejo de sair da comunidade ou alcançar postos mais valorizados é visto como inovador ou até revolucionário²⁶⁶. Nessa etapa da vida, o falante deixa se influenciar pelos valores da sociedade, especialmente, pelos grupos ou camadas que ele considera de maior prestígio. Assim, o meio exterior exerce uma pressão que só vai se arrefecer quando chegar, por exemplo, a aposentadoria, momento em que o indivíduo deixa de sofrer as pressões do mercado de trabalho. Os informantes mais jovens rejeitam explicitamente a manutenção da profissão dos pais bem como da situação em que eles vivem.

Os falantes da FAIXA II (de 41 a 60 anos) são os que já estão incluídos no mercado de trabalho, já possuem núcleo familiar próprio formado e, portanto, procurariam manter o padrão de vida para o sustento dos filhos e de sua própria situação. Cremos que tais informantes possuam comportamentos sociais e lingüísticos mais estabelecidos do que os falantes da FAIXA I (de 20 a 40 anos). Por outro lado, muitos dos informantes da FAIXA II mostraram-se tendentes a buscar novas formas de ocupação com o intuito de darem aos filhos e a si próprios uma situação mais amena.

Os mais velhos (FAIXA III), por outro lado, refletem o comportamento lingüístico e social mais conservador, tendendo a preservar a norma lingüística do grupo com que conviveram grande parte da vida e com qual se identificam pela tradição. Essa faixa é composta por

²⁶⁶ O informante PPRU06 afirmou-nos que os “filhos homens” foram para São Paulo e de lá voltaram com modos e ditos estranhos, aos quais ele nunca se adaptaria: “Meus filho revortou com Morrinhos”.

indivíduos aposentados ou por se aposentar, não havendo sobre eles tanta pressão social. No caso de comunidades rurais, são considerados os detentores do conhecimento do início do povoado, são respeitados com o pilar da tradição, embora os jovens explicitem que não desejam seguir-lhes os passos.

Ao tratar da variável sociolinguística “idade”, sem se referir a um estudo em especial, Naro (1996) afirma que “os falantes mais velhos costumam preservar as formas mais antigas, o que pode acontecer com as pessoas escolarizadas, ou ainda das camadas da população que gozam de maior prestígio social (...) .” (NARO, 1996, p. 81). Assim, a escolha de uma forma linguística mais inovadora ou mais conservadora não é apenas uma questão cronológica, mas um padrão comportamental revelado por grupos etários e sua relação com os demais grupos com que se relacionam.

Quanto à questão da variação na concordância verbal, Naro e Scherre (1991) acreditam que coexistam, na realidade brasileira, fluxos diversos. Os dados de 1991 dos autores referidos apontam para direções opostas, já que algumas pessoas tendem à variação estável, outras estão no processo de aquisição e outras num processo de eliminação das formas.

Os nossos dados revelam que, do ponto de vista percentual, os jovens apresentam maior aplicação da forma prestigiada de concordância do que os adultos e os velhos. A diferença percentual é, respectivamente, de 10% e 19% favorecendo os mais jovens, cujo índice chega a 26%.

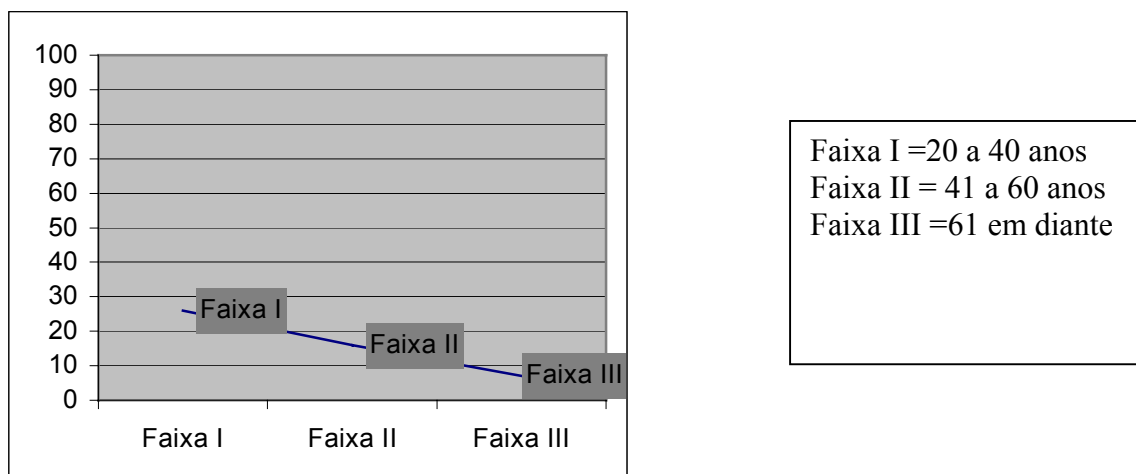


Gráfico 8: o uso da regra de concordância segundo a idade do falante no português popular do interior do Estado da Bahia

Os nossos dados quando confrontados com os de Monguilhott (2001, p. 61) apontam uma tendência para a aquisição das marcas de concordância no português popular, sendo esse processo liderado pelos falantes mais jovens. Os dados da pesquisadora mostram que os informantes de 15 a 24 anos e de 25 a 45, portanto, os informantes de 15 a 45 anos apresentam maior tendência a empregar as marcas de concordância do que os falantes de 52 a 76 anos. A uma conclusão semelhante chegou Anjos (1999, p. 136) apenas acrescentando que os mais jovens e os mais velhos tendem a empregar a forma de prestígio.

Que razões poderiam ser apontadas para explicar tal processo no português popular brasileiro? No caso de nossas comunidades, não podemos deixar de ver que a urbanização é um fenômeno recente no cenário baiano. Mesmo sendo recente, ela não se deu de forma completa e uniforme em todas as microrregiões baianas, já que o motor de impulsão da urbanização é, muitas vezes, a vontade política que posteriormente começa a tratar das questões relativas a uma “urbanização de fato”. A efetiva urbanização do território baiano vai se dar depois da década de 60, com a expansão de atividades bancárias, de correio, de fábricas, de indústrias, de instalação de centros de saúde e de saneamento básico. Tais situações coincidem com os processos de democratização do ensino e dos grandes movimentos de erradicação do anal-

fabetismo. Além disso, o espaço rural e o urbano começam a experimentar a convivência com os meios de comunicação, como o rádio e a televisão. Cremos que esse conjunto de fatores, cuja ação efetiva inicia-se na década de 70, tenha apresentado aos falantes do português popular das comunidades analisadas as formas de prestígio usadas por grupos sociais considerados de maior valor social. A tabela abaixo demonstra de forma mais clara os resultados por nós obtidos:

TABELA 14
A Aplicação da Regra de Concordância Verbal segundo a Variável
Faixa Etária dos Informantes

Faixa Etária	Ocorrências	Frequência	Peso Relativo
Faixa I (20 a 40 anos)	196/754	26%	.54
Faixa II (41 a 60 anos)	136/825	16%	.54
Faixa III (61 em diante)	35/521	7%	.38
Total de ocorrências	367/2100	17%	

A compreensão da história da urbanização do território baiano é necessária para analisarmos a tendência de mudança. Os informantes, por exemplo, da comunidade urbana de Poções revelam as dificuldades primeiras da efetivação do processo de urbanização do município, demonstrando que a presença de agentes externos influenciou os valores da comunidade. Os proprietários das primeiras farmácias, lojas e supermercados eram, geralmente, pessoas que vinham de cidades maiores, especialmente, para expandirem suas atividades na cidade.

Observando os dados, verificamos que o peso relativo demonstra que jovens e adultos apresentam tendências semelhantes de uso das marcas de concordância, o que pode ser explicado pela tomada de uma nova consciência emancipatória que rejeita de forma explícita os valores avoengos da comunidade. O contato com outros grupos sociais de costumes e hábitos prestigiados, além da ação dos meios de comunicação e da escola, faz com que jovens e adul-

tos tendam a adquirir paulatinamente as formas prestigiadas da norma culta representada pela língua da televisão e pelos membros de maior destaque da sociedade em que vivem ou com quem mantêm contato. O grau dessa influência dependerá, contudo, de características específicas de cada comunidade.

6.2.3 Escolaridade

A influência do dialeto escolar²⁶⁷ nas comunidades de fala por nós analisadas foi estudada na variável “escolaridade”. Embora tenhamos trabalhado apenas com um nível de escolaridade, achamos por bem dividi-lo em dois subníveis, proposta já feita por Anjos (1999) que ao tratar os informantes de baixa escolaridade dividiu-os em “com nenhuma escolaridade” e “com 1 a 5 anos”. Em nossa amostra, consideramos os falantes com “nenhuma escolaridade” denominando-os de “analfabetos ou iletrados” e os que possuíam de 1 a 4 anos como os de “escolaridade precária”. Para melhor controlarmos essa variável, julgamos por bem compor nossa amostra com um informante de cada “subnível” em cada célula, compondo um quadro de 18 “analfabetos” e 18 de “escolaridade precária”.

Embora a escola brasileira não tenha cumprido seu papel de democratização do conhecimento, provando esse fato o grande número de reprovação e repetência e, mais do que isso, a constatação de que ela tornou-se pouco responsável pelas alterações sociais em grande escala, julgamos que a passagem do estado de iletramento para o letramento apresenta-se para o cidadão como a certidão de nascimento para o mundo civilizado, dando-lhe chances de enfrentar situações no trato cotidiano.

Na história do Brasil, o estado de iletramento das comunidades rurais, com dados colhidos em Villalta (1997), mostra não só um analfabetismo dos pobres, mas também dos ricos

²⁶⁷ Aplicamos a expressão “dialeto escolar” à variante lingüística ensinada pela escola e usada pelos agentes do sistema educacional. Essa língua é um das facetas da língua culta.

senhores de terra. Situação que, paulatinamente, vai se transformando à medida que comportamentos urbanos começam a ser vistos como forma de acumulação de capital. O acesso ao círculo letrado, mesmo precário, é uma conquista do século XX e deu-se de forma acentuada por influxo da urbanização. Ao controlarmos a variável “escolaridade”, pretendíamos provar que o letramento, mesmo precário, é um fator decisivo para a aquisição das marcas de concordância e tal situação poderia demonstrar no presente e nos herdeiros de indivíduos com condições de vida precária a situação de seus pais e os padrões lingüísticos utilizados por eles.

O distanciamento dos benefícios da urbanização e a falta de meios de contato com grupos prestigiados, certamente, faziam com que os falantes de pequenas comunidades reproduzissem os padrões de seus pais e avós. A modificação da situação espacial e social com a entrada de novos impulsos languageiros, guiados pela crescente urbanização e seus benefícios, pelos contatos com a mídia e com a escola estaria alterando o quadro lingüístico dos falantes do português popular no interior do estado a Bahia. A tabela e o gráfico²⁶⁸ abaixo apresentam de forma clara os dados por nós encontrados na pesquisa:

TABELA 15
A Aplicação da Regra de Concordância Verbal segundo a Variável
Nível de Escolaridade dos Informantes

Escolaridade	Ocorrências	Frequência	Peso Relativo
Escolarização precária	290/1211	24%	.58
Analfabeto	77/889	9%	.40
Total de ocorrências	367/2100	17%	

²⁶⁸ Os gráficos, por via de regra, mostram os pesos relativos; quando isso não ocorrer, nós indicamos o fato por meio de nota explicativa.

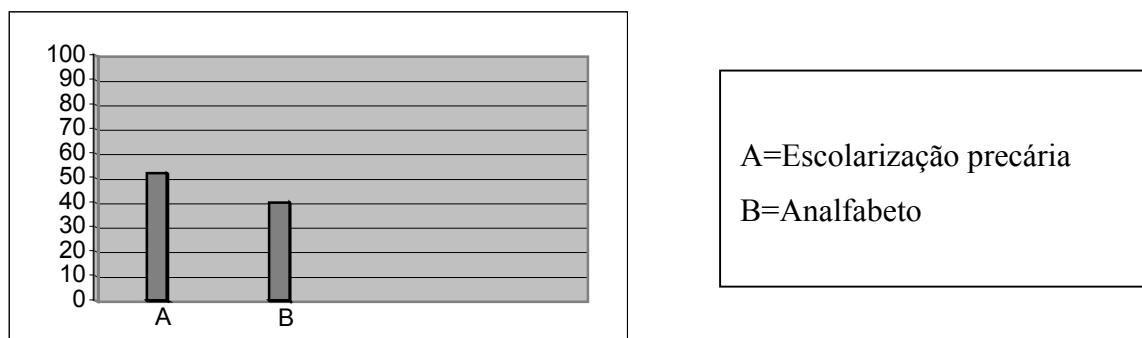


Gráfico 9: A aplicação da regra de concordância verbal segundo a variável nível de escolaridade dos informantes

Os dados percentuais mostram uma diferença muito acentuada entre os falantes de “escolarização precária” e os falantes “analfabetos”. Anjos (1999) observou um quadro semelhante, embora o número percentual tivesse sido bem menor, já que a diferença foi de 5% em favor daqueles que tinham de 1 a 5 anos de escolarização (30% e 35%). Anjos conclui que está havendo em João Pessoa três linhas de comportamento lingüístico quando se trata da concordância verbal ao tratar da variável escolarização. Diz a pesquisadora que há “aquisição entre os falantes com 1 a 4 anos, 9 a 11 anos e de mais de 11 anos; perda entre os menos escolarizados; e entre os falantes com 5 a 8 anos manutenção da marca”. (ANJOS, 1999, p. 144). Assim, a pesquisadora argumenta que entre os de “nenhuma escolarização” está havendo a perda das marcas de concordância, mas entre os “falantes com 1 a 5 anos” de escolarização a tendência está na aquisição.

No caso dos falantes do português popular por nós investigados, fica clara não só a tendência à aquisição das marcas como postulávamos, mas também o estado pretérito do uso da concordância em tais comunidades. A alteração dos padrões de urbanização trouxe para os falantes o modelo prestigiado, produzindo uma alteração no quadro do uso das flexões. A análise de tal situação não pode ser apenas vista do ponto de vista lingüístico, já que a análise da história social explica não só a tendência da mudança, mas também as causas geradoras do estado pretérito observado.

6.2.4 Comunidade

O controle da variável “Comunidade” justifica-se já que acreditamos que o estudo do curso da urbanização no território baiano pode explicar o processo de mudança lingüística; no entanto, a urbanização do interior baiano não pode ser avaliada apenas do ponto de vista das estatísticas oficiais. Os números estatísticos revelam realidades que nem sempre correspondem ao verdadeiro quadro observado nas comunidades em que as pesquisas censitárias se realizam. A urbanização do espaço baiano deve ser visto como um mosaico em que os tons característicos da urbanização podem oscilar a depender dos olhos que os vêem.

Ao analisarmos três comunidades próximas do ponto de vista geográfico, pertencentes não só à mesma microrregião, mas mantendo contatos religiosos e culturais entre si, podemos ver diversos níveis de curso de urbanização ou de acesso aos meios de urbanização.

Embora Cinzento e Morrinhos sejam duas comunidades rurais, a situação social e econômica delas deve ser vista com cuidado. O isolamento de Cinzento e a condição de origem afro-descendente marcam de forma mais contundente a exclusão a que ela está subjugada.

A comunidade de Morrinhos, mais próxima da realidade urbana, possui ainda entre suas atividades uma raiz agrária e uma juventude cada vez mais tendente a abandonar o campo. Uma vida urbana é desejo explicitamente declarado pelos mais jovens.

Por outro lado, a cidade de Poções, historicamente ligada à cidade de Vitória da Conquista, sofre com as dificuldades de divisão de renda e com o desemprego, obrigando muito dos moradores urbanos a transitarem entre o espaço urbano e o espaço rural ou paradoxalmente, saírem de sua cidade e transitarem entre o espaço mais urbanizado e menos urbanizado, quando se dirigem para Vitória da Conquista ou Jequié.

A crise social desencadeada pela falta de empregos e de educação com qualidade na região produz um distanciamento maior entre os mais jovens e os mais velhos, já que aqueles

explicitamente recusam-se, no meio rural, a repetirem os feitos dos pais, procurando deixar o local de origem como forma de melhorar a expectativa de vida. Os jovens anseiam por saírem da comunidade e se engajarem em outros círculos de valores e relações, já que vêem seu meio como um atraso social e econômico. Por outro lado, os mais velhos tornaram-se “arrimo de família” e sustentam, às vezes uma família numerosa com os proventos de aposentadorias e pensões.

O meio externo às comunidades é visto como uma provável solução para tal crise. Assim, a adaptação aos valores externos é uma prerrogativa para a inserção na nova realidade que transitaria do rural para o urbano e do menos urbano para o mais urbano. Nossos dados revelam do ponto de vista lingüístico essa realidade de transição encontrada nas três comunidades, já que a presença de concordância, uma das formas de externar prestígio lingüístico, apresenta-se, embora de forma precária, mais freqüente nos falantes que se encontram numa situação mais próxima dos valores de urbanização, como se pode constatar na tabela abaixo:

TABELA 16:
A Aplicação da Regra de Concordância Verbal segundo a Variável
Tipo de Comunidade dos Informantes

Comunidade Lingüística	Ocorrências	Freqüência	Peso Relativo
Afro-brasileira (Cinzento)	117/927	13%	.39
Rural (Morrinhos)	103/602	17%	.52
Urbana (Poções – Sede)	147/571	26%	.66
Total de ocorrências	367/2100	17%	

A comunidade afro-brasileira de Cinzento apresenta o menor índice de concordância, visto que seu grau de isolamento, conforme discutiu Silva (2003) é bem acentuado e só recentemente a comunidade começou a abrir-se para o contato com outros grupos e recebeu, ao

mesmo tempo, a facilidade de acesso aos meios de comunicação e aos meios de aquisição da cultura letrada. Os mais velhos eram precariamente alfabetizados com funções eleitoreiras e só alguns conseguiram atingir o nível do antigo primário.

Por outro lado, em um nível mais profundo, a comunidade esteve mais ligada, em suas origens, a situações mais intensas de contato entre línguas. Os antepassados dos membros da comunidade de Cinzento eram africanos que, trazidos como escravos para o Brasil, adquiriram o português como segundo língua, geralmente em situações precárias. Em algum momento, os descendentes desses africanos passaram a ter como língua materna o português, adquirido a partir dos dados fragmentários do português falado como segunda língua pelos membros da geração precedente. Nessa fase, pode-se pensar que o nível de erosão da morfologia flexional de pessoa e número do verbo seria muito intenso. Desde então, a morfologia flexional do verbo tem sido introduzida na comunidade, na proporção em que têm se incrementado as suas relações com o mundo exterior. A gradação etária que hoje se observa na comunidade, na qual os mais jovens são aqueles que exibem a maior frequência de aplicação da regra de concordância verbal (cf. SILVA, 2003), reflete esse processo de mudança no sentido do incremento do uso da morfologia flexional de pessoa e número do verbo na comunidade.

Embora a comunidade de Morrinhos possua um grau maior de contato com outros grupos sociais, a aproximação com os benefícios da urbanização, também, é recente. Os moradores mais velhos de Morrinhos nasceram na região, mas viviam restritos às roças e às atividades próprias do trato com a terra. Se observarmos o quadro de profissões dos moradores, vamos perceber que nele existe uma prova da alteração do comportamento entre os mais jovens e os mais velhos. Os mais velhos são agricultores e hoje estão aposentados, vão pouco à cidade, interessam-se pouco pela condição local. Por outro lado, os jovens apresentam profissões que oscilam entre as atividades sazonais, ora na agricultura, ora na construção civil. Os jovens de Morrinhos que participaram como informantes nessa pesquisa são agricultores e

pedreiros ou ajudantes de pedreiro. Os mais velhos sem exceção são agricultores. Quadro diferente do apresentado em Cinzento em que todos os entrevistados são agricultores, a exceção de uma que, esporadicamente, exercia a função de doméstica, permanecendo alguns meses fora da comunidade.

Ao lado dessa diferença sócio-econômica atual, porém, deve-se registrar também o fato de que essa variedade do português popular de Morrinhos não está tão diretamente ligada às situações de contato entre línguas quanto a comunidade afro-brasileira de Cinzento. Portanto, para explicar a diferença nos padrões de uso da regra de concordância verbal nas duas comunidades, concorrem dois fatores: sincronicamente, as diferenças sócio-econômicas; e, diacronicamente, o contexto sócio-histórico de formação das duas comunidades de fala, relativamente às situações de contato entre línguas. Ainda não vislumbramos os meios para afirmar se há um fator determinante no processo de formação sociolingüística dessas comunidades.

Os moradores de Poções possuem uma situação característica das atividades desenvolvidas no meio urbano. Os informantes desenvolvem atividades como pedreiros, serviços gerais, zeladores, garis, motoristas, vendedores, artesãos, lavadeiras e domésticas. Tais práticas requerem deles contato com grupos sociais diversos e exigem deles uma situação social e lingüística mais próxima dos valores urbanos do que aquelas situações enfrentadas pelos falantes de Morrinhos e Cinzento.

Considerando que a cidade é centro de inovações o que torna seus moradores mais susceptíveis a aceitá-las, certamente, o grau de urbanização define, ao nosso ver, claramente o processo de aquisição das marcas de concordância. Em relação à comunidade de Cinzento, uma comunidade afro-brasileira, devemos salientar mais uma vez que a própria condição social e histórica do povoado determinou seu atual grau em relação ao processo de urbanização. Realidade que se reflete na falta de água encanada e no pouco tempo em que a energia elétrica está no povoado.

O gráfico, elaborado com base no peso relativo, demonstra muito bem o grau de proximidade com os processos de urbanização e o nível de aquisição da concordância verbal.

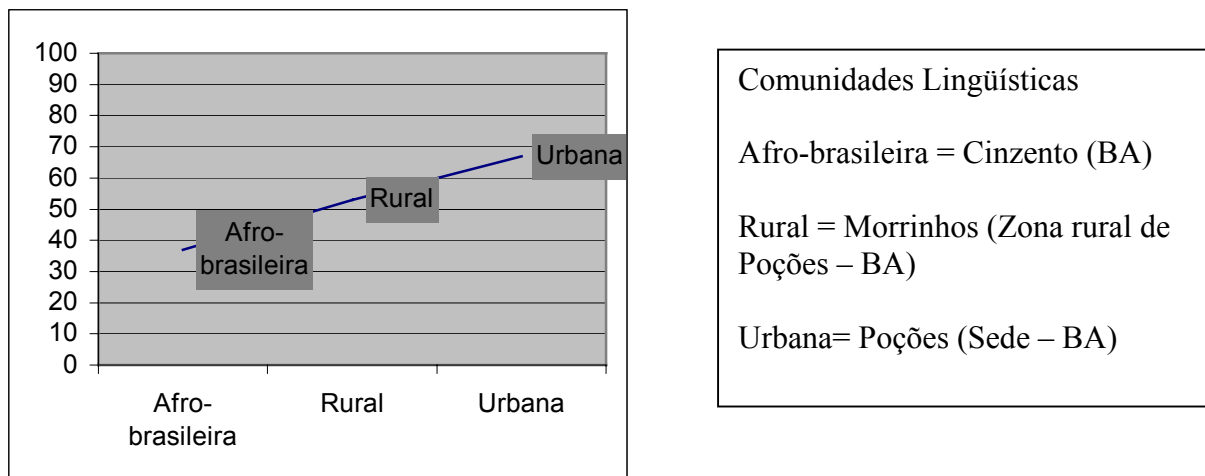


GRÁFICO 10: A aplicação da regra de concordância verbal segundo a variável tipo de comunidade dos informantes

Se compararmos o nível de concordância dos falantes do português popular das comunidades por nós analisadas com o nível de falantes do português popular de centros mais urbanizados²⁶⁹ como Vitória da Conquista²⁷⁰, Salvador²⁷¹, João Pessoa²⁷² e Florianópolis²⁷³, vamos perceber que o grau de urbanização é fator decisivo no curso de aquisição das marcas de concordância. Devemos esclarecer que cada comunidade lingüística possui peculiaridades históricas e sociais não só na constituição de sua população bem como no curso do desenvolvimento propiciado a cada grupo social.

²⁶⁹ Nossa opção por utilizar tais estudos centra-se no fato de serem os trabalhos mais recentes a que tivemos acesso.

²⁷⁰ A fim de discutirmos os dados relativos a Vitória da Conquista, tomamos como base o estudo de Oliveira (2005, p. 133–135), que considera três níveis: fundamental, médio e superior.

²⁷¹ Para discutirmos os valores percentuais de concordância no português popular de Salvador (BA) tomamos com base os dados de Souza (2004, p. 545–546).

²⁷² Anjos não trata apenas do português popular, já que em sua pesquisa incluem-se amostras de falantes de 5 níveis de escolarização, entre eles encontram-se os que estudaram de 1 a 5 anos. Foi com base nos dados de tais informantes que elaboramos o gráfico.

²⁷³ Monguilhott utiliza em seus estudos informantes com 5 anos de escolarização, o que se aproxima do português popular já que o ensino fundamental do Brasil é composto por, no mínimo, 8 anos de ensino considerado fundamental. Os 5 anos incluem, portanto, informantes de instrução precária. Os dados por nós coligidos na autora referem-se a esses informantes.

O gráfico 11²⁷⁴ abaixo, baseado nos dados percentuais de uso da regra de concordância verbal, demonstra o extremo entre os falantes de uma capital urbanizada como Florianópolis e a situação das comunidades por nós analisadas.

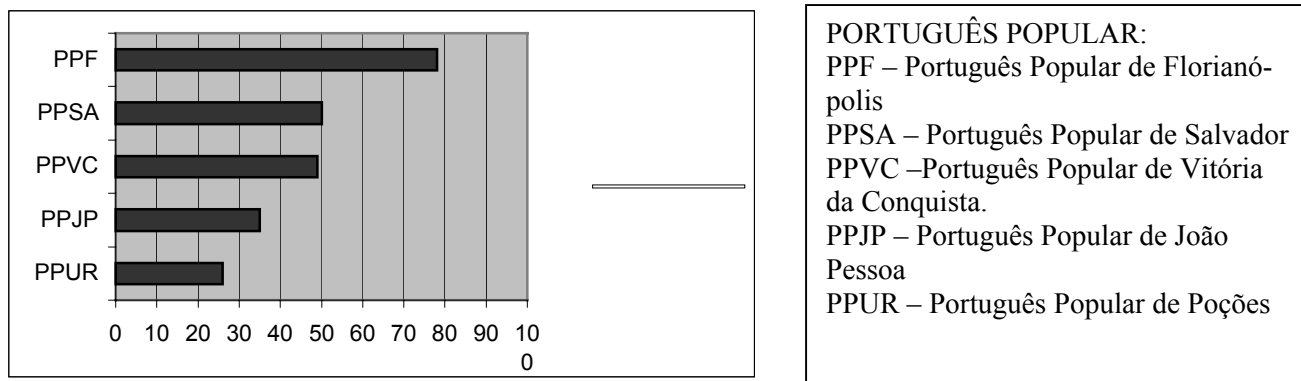


Gráfico 11: A aplicação da regra de concordância verbal em diferentes núcleos urbanos

Devemos observar que os falantes do português popular de Salvador e de Vitória da Conquista apresentam percentuais de aplicação da regra bastante semelhantes. No entanto, temos que destacar que além da influência da capital do Estado, os habitantes de Vitória da Conquista mantêm íntima relação com os moradores de Minas Gerais e a elite econômica do município possui o costume de mandar seus filhos estudarem em Belo Horizonte além de ser um pólo de comercialização de produtos fabricados na capital mineira. Além disso, Conquista tornou-se um pólo cultural abrigando universidades e faculdades, bem como sendo um pólo de difusão de literatura e arte com filhos ilustres conhecidos em todo o território nacional. No entanto, reconhecemos a necessidade de maiores estudos sobre a formação histórica e social dessas comunidades a fim de precisarmos o papel do aparato de urbanização na configuração das características lingüísticas dessas comunidades.

Se compararmos as demais comunidades em relação a Poções, os dados da pesquisa comprovam, portanto, a hipótese de que o grau de urbanização influencia na aquisição das

²⁷⁴ O gráfico foi elaborado com base em dados percentuais.

marcas de concordância verbal pelos falantes do português popular do interior do Estado da Bahia. Ao considerarmos três comunidades de fala, duas rurais, sendo uma exclusivamente formada por afro-descendentes, e uma comunidade urbana, comprovamos que as marcas de concordância são mais facilmente adquiridas por aqueles informantes que mantêm maior proximidade e contato com os meios urbanizados. Faz parte do corolário da hipótese inicial que os centros urbanos são os centros difusores de padrões sociais e culturais que ao serem assumidos por comunidades não urbanas, especialmente, pelos mais jovens dão-lhes um caráter de urbanidade não só necessário à inserção no mercado de trabalho, mas indispensável para a fixação no mercado de trabalho urbano com o alargamento de possibilidades de melhoria na qualidade de vida.

6.2.5 Exposição à mídia

A variável “exposição à mídia” foi a última a ser selecionada pelo Programa. Com base nos dados apresentados, pudemos verificar a importância da penetração dos meios de comunicação nas comunidades, favorecendo a aquisição das marcas de concordância. A hipótese inicial era a de que o nível de concordância dos falantes do português popular poderia estar condicionado ao acesso à mídia, especialmente, o rádio e a televisão. Postulamos, assim, três níveis de influência, mas logo percebemos que se tornou muito subjetivo separar os níveis “média exposição” e “baixa exposição”, pois não havia evidências independentes que sustentassem essa classificação. Portanto, com a redução dos três fatores a apenas dois ganhamos em objetividade, porque, tratando de extremos, o contraste tornou-se mais evidente. Assim, controlamos essa variável estabelecendo dois níveis um de “alta exposição” e outro de “média/baixa exposição”.

Ao discutirmos as formas de contato social como base em estudos sociológicos e antropológicos, cremos ter deixado bem claro que as novas formas de contato social no mundo globalizado do século XXI não estão ligados unicamente ao contato físico, mas às formas de comunicação de massa. A contemporaneidade e seus paradoxos produziram não só novas formas de contato social, mas atribuíram a tais formas poder de pressão nunca visto na história da humanidade. A televisão, o rádio, o telefone e a *internet* proporcionaram ao homem contemporâneo novas formas de contato, atingindo não só os meios urbanizados, como também os meios em processo de urbanização e os meios rurais.

A utilização dos meios de comunicação e a conseqüente exposição à mídia influenciam o comportamento dos grupos e dos indivíduos e são determinadas pelas condições de acessibilidade do ambiente em que ele reside. No caso de Cinzento, o rádio tornou-se uma realidade presente depois da década de 60 e a televisão chegou à comunidade no início da década de 90 do século XX. Hoje os cinzentenses possuem televisões e rádios, mas os mais velhos estão mais ligados ao rádio do que a televisão. No caso de Morrinhos, os aparelhos de televisão fazem parte da vida cotidiana da comunidade. Nas casas mais humildes por nós visitadas, os aparelhos de televisão ocupam lugar de destaque no ambiente familiar. O rádio, no entanto, permanece como meio de comunicação com a realidade local. Na comunidade de Poções, a televisão é um dos poucos meios de entretenimento da maioria das pessoas. O rádio tem cor e voz local, especialmente, entre a população católica que pode contar com uma rádio comunitária que dá aos moradores urbanos e rurais espaço de expressão de suas atividades.

Embora o rádio tenha maior penetração no meio rural e urbano, sem dúvida, é a televisão que exerce maior influência sobre os membros das três comunidades. Os hábitos e os temas apresentados pelas novelas, filmes e seriados, bem como os programas de auditório costumam impressionar os espectadores e dar-lhes uma visão de um mundo desejável.

Do ponto de vista percentual, os informantes que manifestaram explicitamente o contato com a televisão e o rádio, demonstrando não só assistirem regularmente a programas, mas se declarando envolvidos com o mundo mostrado pela televisão, apresentaram um percentual de concordância verbal três vezes maior do que aqueles que manifestavam pouco contato ou pouca atenção aos programas. A tabela 17 a seguir apresenta de forma mais clara os resultados por nós encontrados:

TABELA 17
A Aplicação da Regra de Concordância Verbal segundo a Variável
Nível de Exposição dos Informantes aos Meios de Comunicação de Massa

	Ocorrências	Frequência	Peso Relativo
Alta exposição	166/464	36%	.58
Média-Baixa exposição	84/709	12%	.45
Total de ocorrências	367/2100	17%	

A pesquisadora Maria Thereza Fraga Rocco acredita que o poder de influência da televisão esteja ligado a situações momentâneas como no caso das gírias e da moda. Podemos inferir pelo discurso de Rocco (1997) que a alegada influência exercida pela televisão não pudesse atingir, por exemplo, o uso da norma lingüística de uma comunidade.

Por outro lado, Naro (1981) observou que os falantes de experiência vicária (os que mantinham maior e mais freqüente contato com a televisão) apresentavam maiores índices de concordância verbal do que aqueles não possuíam experiência vicária. O critério utilizado por Naro (1981, p. 87) baseou-se na orientação cultural, levando o pesquisador a concluir que os que possuíam orientação vicária, jovens ou velhos, faziam mais concordância do que aqueles que só possuíam orientação experiencial. A gráfico abaixo mostra os resultados obtidos por Naro (1981):

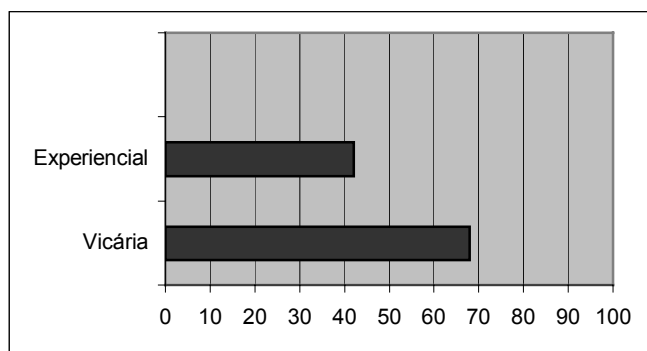


Gráfico 12: A aplicação da regra de concordância verbal segundo a variável “Orientação cultural dos informantes”

FONTE: NARO, Anthony. The social and structural dimensions of syntactic change. *Language*, v.57, n.1, p. 84, 1981. (adaptado)

O nosso estudo parte do princípio de que o contato com a mídia, certamente, influencia no curso da aquisição não só de novos padrões sociais, mas também lingüísticos, e como tal as marcas de concordância poderiam ser vistas em seu processo de aquisição, sofrendo a influência de uma maior ou menor exposição aos meios de comunicação de massa, especialmente, a televisão.

O gráfico abaixo, que ilustra os pesos relativos dessa variável, evidencia a influência da mídia no cenário do português popular brasileiro do interior do Estado da Bahia.

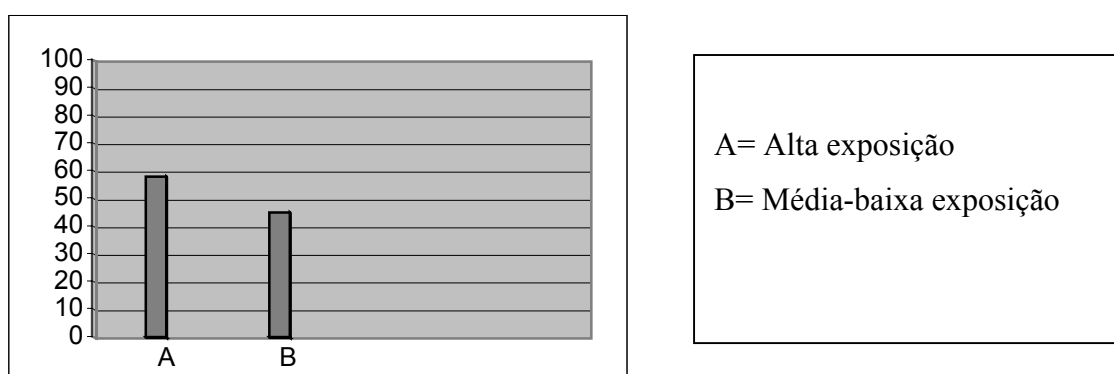


Gráfico 13: A aplicação da regra de concordância verbal segundo a variável “Nível de exposição aos meios de comunicação de massa dos informantes”

Como pudemos ver ao contrário do que pensa Rocco (1997), a influência dos meios de comunicação de massa não se restringe a atingir o vocabulário dos falantes, mas pode projetar-se a níveis mais profundos da produção lingüística, já que a televisão e o rádio, ao penetra-

rem nos lares, exercem sobre os telespectadores e os ouvintes uma influência que dita normas sociais, comportamentais e lingüísticas. Assim, os dados de nossa pesquisa confirmam uma tendência já observada por Naro (1981) e que vem se tornando cada vez mais intensa dada a importância da televisão e do rádio na formação de uma variedade de língua que se aproxime do ideal culto, veiculado pela mídia como uma forma prestigiada de língua portuguesa a ser seguida por aqueles que queiram integrar-se ao universo sócio-econômico da cidadania no Brasil.

6.2.6 A conclusão das variáveis extralingüísticas

Os dados de nossa pesquisa nos levam a crer que os homens tendem a empregar formas inovadoras na comunidade de fala em maior frequência do que as mulheres por causa do seu maior contato e circulação nos espaços sociais. O espaço feminino, no geral, restringe-se ao universo doméstico ou é uma extensão dele. Os homens por sua vez mantêm contato com outras pessoas fora do seu meio doméstico de circulação e são os veículos de contato entre o meio externo e o interno da comunidade. Embora observemos que a postura da mulher tenha mudado nos últimos anos e o próprio discurso das mais jovens revelem tal fato, a situação da mulher nas comunidades interioranas ainda permanece ligada aos valores tradicionais.

A análise da variação na concordância verbal segundo a faixa etária revela uma tendência de que os jovens e indivíduos de meia idade se aproximem de um padrão lingüístico mais próximo da norma culta, tendência essa que se explicaria por pressão de fatores externos como os meios de comunicação e as oportunidades de emprego. Os falantes mais velhos apresentam um comportamento lingüístico que refletiria mais os padrões de seus antepassados.

O acesso ao letramento, mesmo que precário, foi um dos fatores apontados pela pesquisa como elemento propulsor de uma tendência ao uso das marcas de concordância verbal.

Certamente, o dialeto da escola apresenta ao falante do português popular uma forma lingüística prestigiada aceita como a “correta” e preconizada como modelo para os que quiserem ascender socialmente.

Ao analisarmos a freqüência da aplicação da regra de concordância nas três comunidades de fala estudadas, concluímos que o nível de urbanização interfere no nível de aquisição das marcas de flexão e que quanto mais a comunidade estiver próxima do ideal de urbanização tanto mais apresentará índices próximos à língua culta, provando que a cidade é centro irradiar dos valores prestigiados pela comunidade letrada. Ao lado disso, podemos entrever, no caso da baixa freqüência de uso da regra de concordância verbal na comunidade afro-brasileira de Cinzento, os reflexos de um processo de transmissão lingüística irregular desencadeado nas situações de contato mais intenso entre línguas que marcam as origens dessa comunidade de fala.

A nossa pesquisa aponta para a influência dos meios de comunicação de massa no incremento do uso das marcas de flexão nos verbos, o que garantiria uma maior aplicação da regra de concordância no português popular do interior do Estado da Bahia. Os falantes identificados por nós como os que estão mais expostos à mídia, sobretudo a televisiva, apresentam um percentual três vezes maior de concordância do que aqueles identificados como de “mídia-baixa exposição” à mídia.

Com base nos dados apresentados, portanto, pudemos ver que os falantes mais jovens ou os adultos, especialmente os homens, e que foram submetidos ao processo de letramento, mesmo de forma precária, e os falantes que estão mais sujeitos à mídia são os que demonstram tendência maior à aplicação da regra de concordância. Além disso, vimos que a localização espacial do falante é um fator condicionante de seu comportamento lingüístico, não pela condição geográfica, mas pela história social e econômica que subjaz a distribuição espacial e geográfica no interior do Estado da Bahia.

7 CONCLUSÃO

A despeito de todas as considerações pejorativas que envolvem o termo *popular*, empregamo-lo em nossa tese para definir a variedade de língua usada como vernáculo, na acepção laboviana do termo, pelos brasileiros que se encontram, via de regra, na base da nossa pirâmide social. Embora as variedades populares sejam partes integrantes de todas as línguas usadas em sociedades de classe, no caso brasileiro, o português popular tem sua origem e consolidação nos contatos lingüísticos entre falantes de línguas diversas na formação da sociedade brasileira no período colonial. Assim, consideramos o português popular do Brasil como herdeiro de uma situação de transmissão lingüística irregular, que produziu alterações significativas na estrutura da língua portuguesa que se socializou entre os escravos africanos e índios brasileiros e se nativizou entre os seus descendentes endógamos e mestiços. Tais alterações podem ser vistas, sobretudo, na redução do sistema flexional, ocasionando, primeiramente, opacidade e, posteriormente, variação como provamos em nosso estudo, entre as formas verbais de terceira pessoa do singular e terceira do plural. A variação na aplicação da regra de concordância no português popular do Brasil, ao nosso ver, não é fruto de uma tendência secular, mas de uma situação languageira comum às situações de contatos entre línguas.

Forças externas ao sistema lingüístico como o isolamento social de certos grupos afro-brasileiros e a falta de letramento fizeram perpetuar uma situação em que podemos verificar a variação na concordância verbal. À medida que os contatos sociais começam a ser mais constantes e a ação da escola começa a se implementar, a tendência é que as marcas que caracterizam a concordância verbal no português passem a recrudescer sua presença entre os falantes do português popular do Brasil. Ao investigarmos o vernáculo dos falantes de três comunidades do interior do Estado da Bahia, Cinzento (comunidade rural afro-brasileira), Morrinhos (comunidade rural) e Poções (comunidade urbana), pudemos ver delineado um

quadro de tendência à aquisição do modelo de concordância verbal conforme o uso da norma culta, envolvendo contextos lingüísticos e sociais analisáveis dentro da proposta de Sociolingüística Quantitativa.

Do ponto de vista das variáveis lingüísticas, a nossa pesquisa mostrou que existe uma tendência para a aplicação da regra de concordância entre o sujeito e o verbo quando aquele está imediatamente anteposto a este. Já a retomada do sujeito pelo pronome relativo *que* desfavorece a aplicação da regra, demonstrando que esse pronome relativo obscurece certos traços semânticos do sujeito por ele retomado. Além disso, constatamos ainda que a não-realização do sujeito, também favorece, em nível menor, a concordância, já que sua recuperação além de ser necessária para a compreensão das estruturas está ligada à emergência nas comunidades de fala de um novo padrão lingüístico advindo do contato com outros grupos sociais, revelando que no português popular os traços de sua origem crioula estão sendo conjuntamente substituídos por estruturas que se aproximam do português culto, como se demonstrou na coesão estrutural de uso do sujeito nulo com a concordância verbal – estruturas típicas da fala culta. Por fim, a posposição do sujeito também desfavorece a aplicação da regra de concordância, o que está ligado ao valor semântico dessas estruturas de posposição do sujeito que, no português brasileiro, se restringem aos verbos inacusativos, que selecionam um sujeito que não representa o agente da ação verbal.

Pudemos observar no português popular do Brasil a existência de duas gramáticas, uma com traços crioulistas e outra com traços descreiozantes, ao analisarmos a funcionalidade do *princípio de coesão estrutural*. Por tal princípio verificamos que formas explícitas de plural na terceira pessoa tendem a aparecer com maior frequência em contextos lingüísticos em que no SN sujeito os seus constituintes estão em concordância entre si em relação ao número. Dessa forma, quando o falante do português popular começa a entrar em contato com as formas da língua culta tende a adquirir as marcas de concordância nominal no sujeito

ao mesmo tempo em que adquire as marcas de concordância entre o sujeito e o núcleo do predicado.

O estudo da *saliência fônica* mostrou-se mais uma vez produtivo na avaliação das tendências de mudança em relação à concordância verbal. O *princípio da saliência fônica*, baseado em critérios morfofonológicos, provou que, em situações em que a oposição singular/plural na forma verbal for mais saliente, a tendência a ocorrer a concordância entre o sujeito e o núcleo do predicado será maior. Nossa pesquisa reforçou a idéia de que o nível mais saliente é aquele, justamente, em que a oposição dá-se pela mudança completa do radical do singular para o plural. Por outro lado, a forma menos saliente é aquela em que a oposição reduz-se à nasalização da vogal átona final do verbo. Assim, a percepção dos traços opositivos entre singular/plural, ressaltados pela incidência do acento, favorece à aquisição das marcas que distinguem as duas formas no português popular do Brasil.

Ao investigarmos o *efeito gatilho*, relativamente à influência do discurso do documentador sobre o informante, constatamos que o uso culto do documentador tende a provocar a concordância na fala do informante. Com isso, provamos que o discurso de um agente externo à comunidade exerce influência no uso da concordância verbal dos falantes do português popular do Brasil. Tal influência é uma demonstração de como operam as situações de contato entre grupos e indivíduos na aquisição das marcas de concordância verbal no português popular do Brasil.

O português popular do Brasil apresenta como característica a tendência à aplicação da regra de concordância nos contextos lingüísticos em que o núcleo de sujeito e seus elementos constituintes apresentam-se pluralizados, certamente, uma decorrência do *princípio de coesão estrutural*, agindo no processo de aquisição da concordância. A concordância semântica, um forte traço do português afro-brasileiro, aparece como elemento favorecedor da concordância no português popular, no caso específico da concordância que se realiza na presen-

ça do pronome *tudo*. No português popular brasileiro, os sujeitos cujos constituintes não apresentem marca explícita de plural e os que contenham numerais são aqueles que mais desfavorecem a concordância. Os sujeitos representados pelos pronomes *eles/elas* não favorecem a ocorrência da concordância.

Como característica do português popular brasileiro, verificamos que os verbos ditos transitivos e intransitivos, por seu caráter de pessoalidade, são os que mais favorecem a ocorrência da concordância verbal, contrariamente a essa tendência, os verbos inacusativos são os que menos favorecem a ocorrência das marcas de concordância. Três tipos de verbos não favoreceram o aparecimento das marcas de concordância em nossa pesquisa, a saber: os verbos de auxiliares, de ligação e modais. Cremos que, no caso desses verbos, além da natureza do verbo o *princípio da saliência fônica* possa ter contribuído para a baixa aplicação da regra de concordância.

Além disso, a concordância no português popular brasileiro torna-se mais freqüente quando o sujeito possui um traço semântico [+humano], favorecendo, portanto, a aplicação da regra de concordância já que o falante identifica a pessoa como agente do processo verbal. Em consequência disso, o traço semântico [–humano] mostrou-se como desfavorecedor da aplicação da regra de concordância, já que tal traço obscurece o papel de agente do sujeito.

A compreensão dessas características do português popular reveste-se de especial importância na elaboração de ações pedagógicas que acelerem a aquisição das formas da norma culta por falantes do português popular que passam a ter acesso à educação formal.

O nosso estudo revelou ainda que fatores sociais ou extralingüísticos podem favorecer a aplicação da regra de concordância no português popular. Constatamos que a ocorrência de concordância verbal é mais freqüente nos homens que as mulheres e cremos que essa tendência possua como motor as relações de contato e circulação nos espaços sociais. O espaço legítimo da presença e atuação dos membros femininos de uma comunidade está restrito, na mai-

oria dos casos, ao ambiente doméstico ou a uma extensão dele. Os papéis femininos e masculinos são determinados, pois, pelo espaço legítimo de circulação e dele dependem não só a quantidade como a qualidade dos contatos. Os homens mantêm contato mais extensivo com pessoas fora do seu meio doméstico de circulação, tornando-se, portanto, os veículos de contato entre o meio externo e o interno da comunidade. Apesar de terem ocorrido algumas conquistas femininas, é visível, ainda, no interior do Estado da Bahia que a situação da mulher permanece ligada aos valores tradicionais, especialmente no meio rural.

Nas três comunidades analisadas, jovens e indivíduos de meia idade tendem a apresentar estruturas que mostrem explicitamente a concordância entre o sujeito e o verbo, enquanto que os mais velhos tendem a apresentar um nível menor de concordância. Obviamente, os mais jovens sofrem mais pressão do meio exterior e, portanto, é plausível que procurem se adaptar às situações cada vez mais próximas da norma de prestígio. Os mais velhos demonstrariam em sua fala comportamentos lingüísticos mais próximos da origem do português popular, representado por uma simplificação no sistema flexional dos verbos.

A nossa pesquisa mostrou que o letramento ou a alfabetização é um elemento que influencia a ocorrência da concordância e impulsiona a aquisição das marcas da língua padrão. O dialeto da escola, ainda, põe o falante do português popular em contato com estruturas lingüísticas prestigiadas.

Os dados reforçaram a nossa tese de que no português popular está havendo uma mudança lingüística no sentido do incremento do uso das marcas de concordância e que tal processo é influenciado pela pressão externa exercida pela norma culta. Tal pressão é exercida, como mostrou a nossa pesquisa, pelas situações de contato social, incluindo-se nesse contato a ação da mídia sobre o falante. Além disso, as situações de contato social são influenciadas pela proximidade com os centros urbanos. O nível de urbanização e o contato com os aparatos próprios da urbanização interferem no nível de aquisição das marcas de flexão, de modo que,

quanto mais a comunidade estiver próxima do ideal de urbanização, maior será a sua aproximação aos índices da língua culta, provando que a cidade é centro irradiador dos processos atuais de difusão lingüística.

Ao tratarmos mais especificamente da influência da mídia na tendência de incremento do uso de marcas de flexão nos verbos, constatamos que os falantes que estão mais expostos aos meios de comunicação de massa são justamente aqueles que apresentam maior nível de aplicação da regra de concordância verbal, provando, pois, que os meios de comunicação na contemporaneidade são elementos que exercem forte influência nas alterações por que tende a passar a língua popular brasileira. Os meios de comunicação, especialmente, o rádio e a televisão, estão presentes na maioria dos lares brasileiros e sua influência no comportamento social e lingüístico pode ser visto, como demonstramos, no curso de aquisição de formas lingüísticas utilizadas pela norma culta.

Portanto, todo esse processo de mudança referente à elevação do nível de aplicação da regra de concordância verbal nas comunidades de fala do interior do Estado da Bahia aqui estudadas reflete o cenário de mudança lingüística que Lucchesi (2001 entre outros) propõe para a norma vernácula do português brasileiro. As variedades populares do português brasileiro formadas no interior do país, em situações de intenso contato com as línguas africanas e/ou indígenas, sofreram, em sua gênese, um forte processo de erosão de sua morfologia flexional, em que se assenta, entre outras, a regra de concordância verbal.

A partir do processo de industrialização e urbanização da sociedade brasileira, desencadeado nas primeiras décadas do século XX, essas variedades populares do português passaram a sofrer uma crescente influência dos modelos da norma culta do português brasileiro. Tal influência irradia-se a partir dos grandes centros urbanos do sudeste do Brasil para o interior do país, atingindo inicialmente os centros urbanos regionais, para ir progressivamente alcançando núcleos populacionais cada vez menores, na medida em que aumenta a influência dos

veículos dessa urbanização, nomeadamente os meios de comunicação de massa, em cada recanto do país.

O uso da regra de concordância verbal reveste-se do valor simbólico do prestígio social e expande-se juntamente com os demais valores da urbanidade e da cidadania. Portanto, a escala decrescente na frequência de uso da regra de concordância verbal na comunidade urbana de Poções, em sua zona rural e na comunidade afro-brasileira de Cinzento reflete inversamente o grau de abandono dessas populações por parte do Estado brasileiro e de suas políticas públicas. No caso da comunidade quilombola de Cinzento, a marginalização e o estigma, marcam-na com violência desde a sua origem. A eliminação do sistema gramatical da língua portuguesa na formação dessa variedade lingüística resulta da exclusão dessa comunidade de fala de todos os direitos civis da sociedade que usava essa língua. Desse modo, podemos dizer que a diminuição dos níveis de variação na concordância verbal assenta, antes de tudo, na inclusão social, na ampliação do universo da cidadania e na distribuição menos injusta das riquezas deste país.

8 REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. Tradução coordenada e revista por Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ABREU, Antônio Suárez. *Gramática mínima: para o domínio da língua padrão*. Cotia (SP): Ateliê, 2003.

ADRIÃO, Pedro. *Tradições clássicas da língua portuguesa*. Porto Alegre: J. Pereira da Silva Editor, 1945.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: _____ (Org). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

ALMADA, Maria Dulce de Oliveira. *Cabo Verde: contribuição para o estudo do dialecto falado no seu arquipélago*. Lisboa: Junta de investigações do ultramar, 1961.

AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira: gramática – vocabulário*. 1. ed. Reimpresso. São Paulo: HUCITEC/Secretaria da Cultura e Ciência e Tecnologia, 1972 [1920].

ANDRADE FILHO, Sílvio Vieira. *Um estudo sociolingüístico das comunidades negras do Cafundó, do antigo Caxambu e de seus arredores*. Sorocaba: Prefeitura Municipal/Editora Paratodos de Sorocaba, 2000.

ANJOS, Sandra Espínola. *Um estudo variacionista da concordância verbo-sujeito na fala dos pessoenses*. 1999. 158 p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

ATLAS ESCOLAR BAHIA. SILVA, Bárbara Christine Nentwig (Org) e co-autores. Atlas escolar, Bahia: espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa: Grafset, 2000.

AYOH'OMIDIRE, Félix. *ABC da língua, cultura e civilização iorubanas*. Salvador : EDUFBA, 2003.

BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália: novela sociolingüística*. São Paulo: Loyola, 1997.

BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.

BAGNO, Marcos. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social*. São Paulo: Loyola, 2000.

BAGNO, Marcos (Org). *Norma Lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001a.

BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola, 2001b.

BANFIELD, E. *A crise urbana: natureza e futuro*. 2 ed. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

BARBOSA, Jeronymo Soares. *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou princípios da grammatica geral applicados à nossa linguagem*. 5.ed. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1871 [1803?].

BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. Processos de descrioulização no sistema verbal de um dialeto rural brasileiro. *Papia*. n.2, 1993, p. 59-71.

BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos lingüísticos e literários*. n. 19, p. 65 – 84, mar. 1997.

BAXTER, Alan. The development of variable number agreement in a reestrutured African variety of Portuguese. *Colóquio sobre Línguas Crioulas*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2001.

BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucena, 2001.

BECKER, Bertha K.; EGLER, Cláudio A.G. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2003.

BÉDARD, Édith; MAURIS, Jacques (Org). *La norme linguistique*. Paris/Québec: Le Robert/Gouvernement du Québec, 1983.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. Tradução de Maria da Gloria Novak e Maria Luiza Neri. 2.ed. Campinas/São Paulo: Editora da Universidade de Campinas/ Pontes, 1988.

BERNAL, Sergio Valdés. Las lenguas africanas y el español coloquial de Cuba. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org). *Política lingüística na América Latina*. Campinas : Pontes, 1988.

BICKERTON, Derek. *The Language Bioprogram Hypothesis*. Behavioural and Brain Sciences 7, 1984, p. 173–203.

BICKERTON, Derek. How to Acquire Language without Positive Evidence: What Acquisitionists Can Learn from Creoles. In: DEGRAFF, Michel (org) *Language Creation and Language Change: Creolization, Diachrony, and Development*. Cambridge: MIT Press, 1999, p. 49–74)

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *The urbanization of rural dialect speakers: a sociolinguistic study in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *A análise do Português brasileiro em três continua: o continuum rural-urbano, o continuum de oralidade-letramento e o continuum de monitoração estilística*. Congresso *Substandard* e Mudança no Português do Brasil. Berlim, outubro de 1997.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemu na escola, e agora? Sociolinguística e educação*. São Paulo: Parábola, 2005.

BOURCIEZ, Édouard. *Eléments de liguistique romane*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1956.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. Tradução de Sérgio Miceli e colaboradores. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998 [1996].

BUARQUE, Cristovam *et al.* *O colapso da modernidade brasileira: e uma proposta alternativa*. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BUENO, Silveira. *Estudos de filologia portuguesa*. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 1967.

BYNON, Theodora. *Historical linguistics*. Reimpressão com correções e referências adicionais. Cambridge: Cambridge University Press, 1996 [1977].

CALVET, Louis-Jean. *Sociolingüística: uma introdução crítica*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CÂMARA JR, J. Mattoso. *Dicionário de Lingüística e Gramática*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

CAMARA JR, J. Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 12.ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1964.

CAMPELLANI, Gemma. *La guerra gallica libro tertio*. Roma: Sormani, 1983.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Org). *Diversidade lingüística*. Salvador: EDUFBA, 1996.

CARENO, Mary. *A linguagem rural do Vale do Ribeira : a vez e a voz das comunidades negras*. Tese (Doutorado em Letras e Lingüística) –Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, 1991.

CASTRO, Eugênio. *Ensaio de geographia linguistica*. 2.ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1941.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário africano*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Topbooks, 2001.

CHAMBERS, J.K. *Sociolinguistic theory*. 3.reimpressão. Oxford: Blackwell, 1997 [1995].

CHAMBERS. J.K.; TRUDGILL. P. *Dialectology*. 2.a ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

CHAZEL, François. Poder. In: _____. In: BOUDON, Raymond (Dir.). *Tratado de Sociologia*. Tradução de Teresa Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora,p. 213 –246, 1995.

CHOMSKY, Noam (1986). *Knowledge of Language: Its Origin, Nature and Use*. New York: Praeger, 1986.

CHOMSKY, Noam. *O Conhecimento da Língua: sua natureza, origem e uso*. Lisboa: Caminho, 1994.

COHEN, Marcel. *Le langage: structure et évolution*. Paris: Éditions Sociales, 1950.

CORREA, Lucas Teles. A variação lingüística eles/es e a indeterminação do sujeito. In: COHEN, Maria Antonieta A.M.; RAMOS, Jânia M. (Org). *Dialeto mineiro e outras falas: estudos de variação e mudança lingüística*. Belo Horizonte: FALÉ/UFMG, 183-197, 2002.

CORVALÁN, C.S. *Sociolingüística: teoría y análisis*. Madrid: Alhambra, 1989.

COUTO, Hildo. *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins*. Brasília DF: EDUNB, 1996.

CRYSTAL, Davir. *Dicionário de lingüística e fonética*. Tradução e adaptação de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

CUNHA, Celso. Conservação e inovação no português do Brasil. In: *Eixo e a Roda*, 5, 1986, p. 199-230.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 6.ed. atualizada. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, J. Alcides. *Método de análise sintática*. 15.ed. São Paulo: Globo, 1956.

CUPERTINO, F. *Classes e camadas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DALGADO, Sebastião Rodolfo. *Estudos sobre os crioulos indo-europeus*. Lisboa: Comissão para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1998 [1900].

DELBRÜCK, Berthold. *Introduction to the study of language: a critical survey of the history and methods of comparative philology of indo-europeans languages*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1989.

DIAS, G. Carta ao Dr Pedro Nunes Leal. In: FREIRE, L. (ed). *Estante Clássica da Revista de Língua Portuguesa*. v. 7. Rio de Janeiro: Lith. Typ. Fluminense, dez, 1922. p. 127-132.

DIEGUES JR, M. Um amplo quadro das relações culturais. In: _____. *Etnias e culturas no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

DUBOIS, Jean *et al.* *Dicionário de Lingüística*. 10.ed. São Paulo: Cultrix, 1998.

ELIA, Silvio. *A unidade lingüística do Brasil: condicionamentos geo-econômicos*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

FARACO, Carlos Alberto. *Lingüística histórica*. São Paulo: Ática, 1998.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001.

FÁVERO, Leonor Lopes. *As concepções lingüísticas no século XVIII: a gramática portuguesa*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

FERNANDES, F. Reflexões sobre a mudança social no Brasil. In: _____. *A Sociologia numa Era de Revolução Social*. 2 ed. Reorganizada e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FERNANDES, Florestan. A ciência e o desenvolvimento nacional. In: _____. *A sociologia numa era de revolução social*. 2.ed. reorganizada e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 44-48.

FERNANDES, Francisco. *Dicionário de sinônimos e antônimos da língua portuguesa*. 29. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

FERNANDEZ, Candice Navarro. *Português padrão no Brasil: uma definição sociolingüística*. 2002. 82 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana Alice. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

FERREIRA, Grazielle de Lourdes Novato. *Cinzeno: memória de uma comunidade negra remanescente de quilombo*. 176 f. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

FERREIRA, Júlio Pires. *Grammatica Portugueza*. 4.ed. Recife: Contemporânea, 1910 [1905].

FOSTER, George. *As culturas tradicionais e o impacto da tecnologia*. Tradução de João Távora. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FOULKES, Paul; DOCHERTY, Gerard. J.(Eds). *Urban voices: accent studies in the British Isles*. London: Arnold, 1999.

FREITAS, J.M.A. *Ortografia gramatical: concordância em número em redações de alunos da 5.a. série do 1.o. grau*. 1979. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pós-graduação em Letras, Faculdade de Letras da Universidade Federal da Bahia, Salvador.

FREYRE, Roberto. Prefácio. In: MARROQUIM, Mário. *A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco*. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GÓIS, Carlos. *Sintaxe de concordância*. 7. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1940.

GOMES, Alfrdo. *Gramática Portuguesa*. 19. 3e. corrigida e aumentada. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1924.

GRACIOSA, D.M.D. *Concordância verbal na fala culta carioca*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GUASCH, A. *Gramática Latina*. 4.ed. Buenos Aires: Seminario Metropolitano, 1948.

GUY, Gregory. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of the phonology, syntax, and language history*. 1981. 391 f. Tese (Doutorado em Lingüística) Faculdade da Universidade de Pensilvânia, Pensilvânia.

GUY, Gregory. Sobre a natureza e origens do português popular do Brasil. Tradução provisória de Maria Marta Pereira Scherre. In: *Estúdios sobre Espanhol de América Y Lingüística Afroamericana*. Bogotá, 1989. p. 226-244.

HAMBURGER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: SCHWARCZ, Lilia M. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. v. 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 440–487.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOLM, John. *An introduction to pidgins and creoles*. Cambridge: Cambridge Press, 2000.

HUDSON, R.A. *Sociolinguistics*. 2.ed. reimpressão. Cambridge: Cambridge Press, 1999 [1996].

HOUAISS, Antônio. *O português do Brasil*. Rio de Janeiro: Revah, 1992.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1997, 1998, 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

IBGE. Pesquisa sobre Padrões de Vida 1996–1997. 2.e.d. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

IBGE. Sínteses de Indicadores Sociais, 1998 e 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

IPEA/PNUD. Relatório sobre Desenvolvimento Humano no Brasil –1996. Rio de Janeiro – Brasília, [s.n.], 1996.

JAKOBSON, Roman. Lingüística e Poética. In: _____. *Lingüística e Comunicação*. Tradução de Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. 4.ed. São Paulo: Cultrix, 1970 [1960], p. 118-162.

JOTA, Zélio dos Santos. *Dicionário de lingüística*. Rio de Janeiro: Presença, 1976. (coleção linguagem 2)

JUCÁ FILHO, Cândido. *O fator psicológico na evolução sintática*. 2.ed. aumentada. Rio de Janeiro: Simões, 1953.

LABOV, William. *Sociolinguistics Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, William. Building on Empirical Foundations. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (eds.) *Perspectives on Historical Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1982. p. 17-92

LABOV, William. *Principles of linguistic change*. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1994.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Sociologia Geral*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LAPA, Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LASS, Roger. *Historical linguistics and language change*. Cambridge: Cambridge Press, 1997.

LEMLE, Mirian; NARO, Anthony. Competências Básicas do Português. *Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras, Fundação MORBRAL e Fundação Ford*. Rio de Janeiro, 1977, ms.

LENCIONI, Sandra. Região e geografia: A noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.

LIGHTFOOT, David. *The development of language: acquisition, change, and evolution*. Oxford: Blackwell, 1999.

LIMA, Rocha. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 26 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

LOBO, Tânia. A formação sócio-histórica do português brasileiro: o estado da questão. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA DA AMÉRICA LATINA, 11, 1996, Gran Canária, mimeografado.

LOPES, J.R. B. O mundo rural em crise. In: FERNANDES, F. (Org). *Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976.

LOPES, Norma. *Concordância nominal, contexto lingüístico e sociedade*. 2001. 407 f. Tese (Doutorado em Letras e Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal da Bahia: Salvador.

LOPES, Norma. A interferência do TUDO no valor de TODOS/TODAS na concordância do português. In: XX Jornada Nacional de Estudos Lingüísticos, 2., 2004, João Pessoa. *Anais ...João Pessoa: UFPB/Idéia Editora Ltda*, 2004, p. 2009 – 2218.

LUCCHESI, Dante. *Guia para realização das entrevistas do projeto vestígios de dialetos crioulos de base portuguesa em comunidades afro-brasileiras isoladas*. Salvador: UFBA, 1993, ms.

LUCCHESI, Dante. *Chave de transcrição do projeto vestígios de dialetos crioulos em comunidades rurais afro-brasileiras*. Salvador: UFBA, 1993a, ms.

LUCCHESI, Dante. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil. In: *Revista Internacional de Língua Portuguesa*. n. 12, 1994.

LUCCHESI, Dante. Variação, norma e mudança: a questão brasileira. In: CARDOSO, Suzana A. M. (Org). *Diversidade Lingüística e Ensino*. Salvador: EDUFBA, 1996, p. 69-80.

LUCCHESI, Dante. A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizado: tendências atuais nas normas culta e popular. In: GROßE, Sybille; ZIMMERMANN, Klaus (Eds). *"Substandard" e mudança no português do Brasil*. Frankfurt am main: TFM, 1998. p. 73-100.

LUCCHESI, Dante. *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. 2000. 364 f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil. *D.E.L.T.A.* 17: 1. São Paulo: PUC, 2001, p. 97-130.

LUCCHESI, Dante. *Sistema, Mudança e Linguagem*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

LYONS, John. *Lingua(gem) e Lingüística*. Tradução de Marilda Winkler Averbug e Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MACEDO, Joaquim Manuel. *A moreninha*. São Paulo: Melhoramentos, 1994.

MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. *Estudos lexicográficos do dialeto brasileiro*: coligidos e publicados por Julião Rangel de Macedo Soares. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

MAGALHÃES, Raimundo Meira. *Monografia Histórica do Município de Poções*. Poções, 1950, manuscrito.

MALUF, Mariana; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENSKO, Nicolau (Org). *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. 3.v. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 369-421.

MARQUES, Xavier. *Cultura da língua nacional*. Salvador: Escola de Aprendizes, 1933.

MARROQUIM, Mário. *A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco*. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

MARTINET, André. *Elementos de lingüística geral*. 8.ed. Tradução de José Morais Barbosa. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1978.

MATEUS, Maria Helena et al. *Gramática da língua portuguesa*. 3.ed. Lisboa: Caminho, 1989.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas* : elementos para uma gramática do Português Arcaico. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1986.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A concordância verbo-nominal facultativa no português arcaico. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA DA AMÉRICA LATINA, 9. Campinas. Atas...Campinas: IEL/UNICAMP, v.4, 1998.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Contradições no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1995.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Uma interpretação para a generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro. *Gragoatá*. Niterói, n.9, p. 11-27, 2 sem. 2000.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004a.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola, 2004b.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense.

MAURER JR, Theodoro Henrique. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

MAURER Jr, Theodoro Henrique. *O problema do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1962.

MCMAHON, April M.S. *Understanding language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999 [1994].

MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELO, Gladstone Chaves de. *A Língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Agir, 1971 [1946].

MENDONÇA, Renato. *O português do Brasil: origens, evolução e tendências*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

MILROY, James. *Linguistic variation and change*. Oxford: Blackwell, 1992.

MOLLICA, Maria Cecília. Concordância verbal. In: _____. *Da linguagem coloquial à escrita padrão*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 86-92.

MOLLICA, Maria Cecília. *Diversidade lingüística e mobilidade social*. Disponível em <www.collconsultoria.com/artigo6.html>. Acesso em: 31 março 2005.

MONGUILLHOT, Isabel de Oliveira e Silva. *Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala de florianopolitanos*. 2001. 99 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva. Um estudo da concordância verbal de terceira pessoa em Florianópolis. In: VANDERSEN, Paulino. *Variação e mudança no português falado na região Sul*. Pelotas: EDUCAT, 2002, p. 189–215.

MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. Petrópolis, RJ : Vozes, 2000.

MOREIRA, Daniel. *Analfabetismo funcional: o mal nosso de cada dia*. São Paulo: Thompson, 2003.

NAGEL, Ernest. *La estructura de la ciencia*. Buenos Aires: Paidós, 1968.

NARO, Anthony. The social and structural dimensions of syntactic change. *Language*, v.57, n.1, p. 63-98, 1981.

NARO, Anthony. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, Cecília (Org.). *Introdução à Sociolinguística Variacionista*. Rio de Janeiro: FL/UFRJ, p. 17-25, 1992. (Cadernos Didáticos)

NARO, Anthony. Idade. In: MOLLICA, Cecília (Org.). *Introdução à Sociolinguística Variacionista*. 3.ed. Rio de Janeiro: FL/UFRJ, p. 17-25, 1996. (Cadernos Didáticos)

NARO, Anthony; LEMLE, Miriam. Syntactic Diffusion. Papers from the Parasession on Diachronic Syntax, 221-239. Chicago: Chicago Linguistic Society CLS (Reprinted in *Ciência e Cultura*, 1976, v. 29. n. 3, p. 259-268, mimeo).

NARO, Anthony; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Variação e mudança linguística: fluxos e contrafluxos de fala. In: SILVA, Giselle M. ; TARALLO, Fernando (Orgs). *Cadernos de estudos linguísticos*. Campinas: UNICAMP, 1991, n. 20, p. 9-16.

NARO, Anthony; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Sobre as origens do português popular do Brasil. *D.E.L.T.A.* v.9, n. esp., p. 437 – 454, 1993.

NARO, Anthony; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Variable concord in portuguese: the situation in Brasil and Portugal. In: Mc WORTHER, John (Ed.). *Language change and*

language contact in pidgins and creoles. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishers, p. 235-255, 2000.

NARO, Anthony; SCHERRE, Maria Marta Pereira. A relação verbo/sujeito: o efeito máscara do que relativo. In: HORA, Demerval da; COLLISCHONN, Gisella. *Teoria Lingüística: Fonologia e Outros Temas*. João Pessoa: Editora Universitária, 2003, p. 383 – 401.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2.ed. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953.

NEVES, Maria Helena de Moura. Reflexões sobre o estudo de gramática nas escolas de primeiro e segundo graus. In: _____. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

OLIVEIRA, Marian dos Santos. *Concordância verbal de terceira pessoal do plural em Vitória da Conquista: um caso de variação estável*. 2005.177 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PALHANO, Herbert. *O português popular do Brasil*. São Paulo: FTD, 1958.

PARATORE, Ettore. *História da literatura latina*. Tradução de Manuel Losa. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1983.

PAUL, Hermann. *Princípios fundamentais da história da língua*. Tradução de Maria Luisa Schemann. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1970 [1920].

PEDROSA, Juliene Lopes Ribeiro. *Concordância verbal com o pronome 'Tu' na fala pessoense*. texto mimenografado, 7 p.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Expositiva*. 109.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1958.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Grammatica historica*. 9.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935

PERES, João Andrade; MÓIA, Telmo. *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa: Caminhos, 1995.

PINTO, E. P. O português popular escrito. In: _____. *A língua escrita no Brasil*. São Paulo: Ática, 1986.

PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*. v. 1. São Paulo: EDUSP, 1977a.

PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*. v. 2. São Paulo: EDUSP, 1977b.

PONTES, Eunice. *Estrutura do verbo no português coloquial*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense.

PRETI, Dino. *Sociolinguística: os níveis da fala*. São Paulo: EDUSP, 1997.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSANYI, T.; QUEDA, O. *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. 3 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1979.

QUEIROZ, Sônia. *Pé preto no barro branco: a língua dos negros de Tabatinga*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

RAMOS, Jânia. *O espaço da oralidade em sala de aula*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

RAZE, Henricus de; LACHAUD, Edmundus; BLANDRIN, Joan Bapt. *Concordantiarum SS. Scripturae manuale*. Barcelona: Editorial Libreria Religiosa, 1950.

REVAH, I.S. La question des substrats et superstrats dans le domaine linguistique brésilien. *Romania*, [s.l.], n. 8, p. 433-50, 1963.

RIEMANN, O.; ERNOUT, A. *Syntaxe Latine: d'après les principes de la grammaire historique*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1942.

RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M (Org). *Sociolinguística interacional*. Porto Alegre: AGE, 1998.

RIBEIRO, João. *Grammatica portugueza*. 8. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1898.

RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Revista e completada por Joaquim Ribeiro. 17.ed. São Paulo: Francisco Alves, 1960 [.

ROBINS, R.H. Pequena história da lingüística. Tradução de Luiz Martins Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

ROCCO, Maria Thereza Fraga. Poder e onipotência da televisão: inquietações no ar. In: MARTINS, Maria Helena (Org). *Questões de linguagem*. 7.ed. São Paulo: Contexto, 1997

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Gramática nunca mais*: o ensino da língua padrão sem o estudo da gramática. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. As línguas gerais sul-americanas. *Papia*. Universidade de Brasília, v.4, n. 2. p. 6 – 18, 1996.

RODRIGUES, Aryon Dall' Igna. Breve história da língua dos índios vistos por Cabral. *Universa*. Brasília, v. 8, n. 3. p. 541 – 552, set.2000.

RODRIGES, Angela. *Língua e contexto sociolingüístico: concordância verbal no português popular de São Paulo: Tendências atuais no estudo da língua falada*. Araraquara: UNESP, 1992, ano 6. n.2.

SAMUEL, Raphael. Cultura popular. In: SZMRECSÁNYI, T; QUEDA, O. (orgs). *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

SANKOFF, David. Variable rules. In: AMMON, U. .; DITTMAR, N.; MATTHEIER, K. J. (Eds). *Sociolinguistics: An international handbook of the science of language and society*. Berlin/Nova York: Walter de Gruyter, 1988. mimeo.

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novissimo diccionario latino-portuguez*. 2.ed.Rio de Janeiro: Garnier, 1896.

SAVI-LOPEZ, Paolo. *Orígenes neolatinos*. Traducción de la edición italiana del prof Guarnerio por Pilar Sánchez Sarto. Madrid: Labor, 1935.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Paralelismo lingüístico. *Estudos de linguagem*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG. 7(2): 29-59 jul/dez de 1998.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony. A concordância de número no português do Brasil. In: HORA, Demerval. *Diversidade lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997.

SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. *Iniciación a la Sociolingüística*. Versión de José Rubio Sáez. Madrid: Gredos, 1977 [1958].

SEQUEIRA, F.M. Bueno. *A ação da analogia no português: sintaxe*. Rio de Janeiro: Simões, 1954.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Novos rumos rurais baianos*. Salvador: SEI, 1999.

SILVA, Jorge Augusto Alves da. Concordância verbal na língua de preto de Gil Vicente. In: COUTO, Hildo (Org). *Papia*. Brasília: UnB. (no prelo)

SILVA, Jorge Augusto Alves da. Concordância verbal na língua portuguesa: uma visão histórica. In: CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS, 4., 2002, Feira de Santana. *Anais...* Feira de Santana – BA: UEFS, 2002.

SILVA, Jorge Augusto Alves da. Concordância verbal no português afro-brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIAS APLICADAS AO ENSINO, 2., 2003, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: UFPB, 2003.

SILVA, Jorge Augusto Alves da. Da aplicabilidade do conceito de transmissão irregular ao caso Cinzento. In: CONGRESSO DE PESQUISA E EXTENSÃO, 5., 2002, Vitória da Conquista. *Anais...* Vitória da Conquista – BA: UESB, 2002.

SILVA, Jorge Augusto Alves da. Regras particulares ou variação: um estudo da concordância verbal nas gramáticas normativas do português à luz da teoria variacionista. In: CONGRESSO DE PESQUISA E EXTENSÃO, 5., 2002, Vitória da Conquista. *Anais...* Vitória da Conquista – BA: UESB, 2002.

SILVA, Jorge Augusto Alves. *A concordância verbal no português afro-brasileiro: um estudo sociolingüístico de três comunidades rurais do Estado da Bahia*. 2003. 254 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003a.

SILVA, Jorge Augusto Alves. Revendo o papel dos afro-brasileiros na constituição do português do Brasil: o caso Cinzento. In: PRIMEIRO CICLO DE PALESTRAS SOBRE LIN-

GUAGEM E INTERDISCIPLINARIDADE. Santo Antônio de Jesus, Universidade Estadual da Bahia, Campus V, jun. 2003b, manuscrito.

SILVA, Giselle Machiline de Oliveira; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org). *Padrões Sociolingüísticos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

SILVA, Thaís Cristófar. *Fonética e Fonologia do Português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SILVA JR, Pacheco. *Grammatica da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Clássica de Alves, 1894 [1887].

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. 5.ed. Rio de Janeiro: Presença, 1986 [1950].

SILVA NETO, Serafim da. *História da Língua Portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1988a [1957].

SILVA NETO, Serafim da. *Manual de Filologia Portuguesa*. 4.ed. Rio de Janeiro: Presença, 1988b

SINCLAIR, John (ed). *Collins Cobuild: English Language Dictionary*. London: Collins, 1990.

SKEETE, Nadir Arruda. O uso variável da vibrante na cidade de João Pessoa. In: HORA, Demerval. *GRAPHOS: Revista de pós-graduação em Letras*, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 77 – 96, jan. 1997.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. 9.ed. São Paulo : Ática, 1992

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

SOLARI, Aldo B. O objeto da Sociologia Rural. In: SZMRECSÁNYI, T; QUEDA, O. (orgs). *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

SOUSA, Arlindo. *A língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.

SOUSA, M.A.S.; ALVES, R. S. Ocupação e povoamento do Arraial de Poções. In: _____ *Ocupação de terra e pecuária no Arraial de Poções no século XIX*. 2002. 78 f. Dissertação (Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista.

SOUSA, M.A.S.; ALVES, R. S. Raimundo Gonçalves da Costa: proprietário da Fazenda Morrinhos. In: _____ *Ocupação de terra e pecuária no Arraial de Poções no século XIX*. 2002. 78 f. Dissertação (Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista.

SOUZA, Constância Maria Borges de. *A concordância sujeito/verbo num dialeto baiano*. 1981. 85 f+ anexos. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pós-graduação em Letras, Faculdade de Letras da Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SOUZA, Constância Maria Borges de. A concordância sujeito/verbo na 3.a. pessoa do plural no português popular de Salvador. In: XIX Jornada Nacional de Estudos Lingüísticos, 2., 2002, Fortaleza. *Anais ...*Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Grupo de Estudos Lingüísticos do Nordeste, 2002, p. 215.

SOUZA, Constância Maria Borges de. A concordância verbal: a relevância das variáveis lingüísticas e não lingüísticas. In: XX Jornada Nacional de Estudos Lingüísticos, 2., 2004, João Pessoa. *Anais ...*João Pessoa: UFPB/Idéia Editora Ltda, 2004, p. 543 – 550.

SOUZA, G. A.A. Urbanização e fluxos migratórios para Salvador. In: SOUZA, G. A. A.; FARIA, V. (Org.) *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980.

TARALLO, Fernando; ALKMIN, Tânia. *Falares crioulos: línguas em contato*. São Paulo: Ática, 1987.

TARALLO, Fernando. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (orgs). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Unicamp, 1993, p. 69-106)

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10.ed. revista e ampliada. Salvador: EDUFBA, 2001. TEIXEIRA, José Aparecido. *Linguagem de Goiás*. v.2. São Paulo: Anchieta, 1944.

TEYSSIER, Paul. *La langue de Gil Vicente*. Paris: Larousse, 1959.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

VALADE, Bernard. O problema da inovação na mudança social. In: BOUDON, Raymond (Dir.). *Tratado de Sociologia*. Tradução de Teresa Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, p. 359-362, 1995.

VASCONCELOS, J. Leite de. *Lições de filologia portuguesa*. 2.ed. melhorada. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926.

VEADO, Rosa Maria Assis. *Comportamento lingüístico do dialeto rural*. Belo Horizonte: UFMG/PROED.

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. v.3.4.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

VIDOS, Benedek Elemér. *Manual de lingüística românica*. Tradução de José Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. *Variação em dialetos populares do norte-fluminense*. 1995. 163 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pós-graduação em Letra, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VILA NOVA, Sebastião. *Introdução à Sociologia* 3.ed. revista e aumentada. São Paulo: Atlas, 1995.

VILEFORT, Mariza T. Costa. *Aspectos sintáticos do dialeto caipira na Região de Morrinhos*. Morrinhos: Universidade Católica de Goiás, 1985.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: MELLO E SOUZA, Laura (Org.). *História da vida privada: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 332-385.

VULGATA. *Biblia Sacra iuxta vulgatam clementiam*. 4.ed. Matriti: Autores Cristianos, 1965.

WARDHAUGH, Ronald. *An introduction to Sociolinguistics*. 3.ed. Oxford: Blackwell, 1998 [1968].

WARTBURG, Walther v. *Problems and methods in linguistics*. Translated by Joyce M.H. Reid: Oxford Basil Blackwell, 1969.

WEIL, Pierre. *Relações humanas na família e no trabalho*. 45. ed. Petrópolis: Vozes, 1994 [1971].

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Tradução de Andréia Café, Gustavo Gama, Odilon Mesquita Filho e Ricardo Ramos. Salvador: UFBA, 1998, mimeo.

XAVIER, Marta Francisca; MATHEUS, Maria Helena (Org). *Dicionário de termos lingüísticos*. v. 1. Lisboa: Cosmos, 1990.

ZILLER, João. *Pequenos reparos filológicos*. 2.ed. aumentada. São Paulo: Metodista, 1952.